K. N. Brutents

Os Países Libertados e os anos 70

Edições Progresso

Para o Zé
nas suas tantas
primaveras

J. Pena - 9-III-987

K. N. Brutents

Os Países Libertados e os anos 70

Edições Progresso

1984

Tradução de *Mário Aguiam*

Брутенц К. Н.

ОСВОБОДИВШИЕСЯ СТРАНЫ В 70-е ГОДЫ

На португальском языке

© Политиздат, 1979

© Tradução para o português com alterações e aditamentos
Edições Progresso, 1984

Impresso na URSS

Б $\frac{0803000000-208}{014(01)-84}$ 181—84

Os termos «países libertados», «países em vias de desenvolvimento» surgiram nas últimas décadas, encontrando ampla divulgação no léxico político e diplomático e na literatura científica. Correspondem, embora não adequadamente, à necessidade de tornar o vocabulário sócio-político contemporâneo mais compreensível no tocante aos países que romperam com o seu passado colonial e semicolonial e têm objectivos comuns a cumprir na fase de desenvolvimento histórico que atravessam.

O termo «países libertados» exprime precisamente a particularidade fundamental destes países que consiste em terem conquistado a independência estatal, tendo-se libertado da sua situação colonial e semicolonial e da situação de dependência, na sequência de alterações na correlação de forças de classe à escala internacional e da derrocada do sistema colonial do imperialismo. No entanto, não reflecte claramente a fase em que se encontram e o carácter do seu desenvolvimento, nem o facto da sua libertação não estar de modo nenhum concluída.

No que respeita ao conceito «países em vias de desenvolvimento», é claro o seu condicionalismo. Na Terra não há países que não se encontrem em desenvolvimento. Existem, no entanto, países que se desenvolvem mais rapidamente, como acontece com os países socialistas.

Mas, o que interessa é que é um grande grupo dos países com características semelhantes ou próximas. Referimo-nos aos países que estiveram, no passado, sob a dependência colonial ou semicolonial do imperialismo;

são países que se atrasam tanto no plano económico como social;

estão inseridos na divisão internacional do trabalho, encontrando-se nela numa situação injusta de subordinação e de exploração;

são alvo da política neocolonialista do imperialismo;

atravessam um período de transição das relações pré-capitalistas para as relações sócio-económicas e espirituais da nova sociedade e, na maior parte dos casos, também de constituição nacional;

cujo desenvolvimento social se caracteriza por fortes aspirações, condicionadas objectivamente, à libertação nacional e à luta anti-imperialista;

participam, salvo raras excepções, no movimento dos não-alinhados, ou apoiam a sua plataforma.

Claro que estas importantes particularidades políticas e sócio-económicas que têm em comum não eliminam a existência de diversidade enorme dos países libertados. A importância das semelhanças destes países não reduz a necessidade de ter em conta as suas diferenças, tendo presente que se trata de dezenas de povos e países com as mais diversas condições políticas, sociais e económicas, com os mais diversos níveis de desenvolvimento, com particularidades nacionais e tradições culturais, isto é, um enorme aglomerado dos mais diversos fenómenos sociais. Precisamente por isso o marxismo-leninismo não considera o ex-mundo colonial e semicolonial como um todo, assinala a inconsistência científica de qualquer pretensão sobre a existência de um caminho «especial» para os países que dele fazem parte, bem como de uma teoria particular para o seu desenvolvimento. Além disso, as alterações na vida dos países libertados, a heterogeneidade do desenvolvimento da luta nacional, anti-

-imperialista e de classes distinguem cada vez mais estes países.

Os países libertados constituem hoje cerca de dois terços de todos os Estados do planeta. É, por isso, compreensível que a sua linha nos assuntos internos e externos tenha influência notável e crescente na política internacional e no desenvolvimento do mundo em geral. Posto isto, revestem-se de grande interesse as mudanças registadas nos anos 70, a nível da situação interna e externa dos países que se libertaram, bem como as alterações no sistema da política neocolonial que estas provocaram. Estas mudanças foram profundamente analisadas nos Relatórios do CC do PCUS ao XXV e XXVI Congressos e noutros documentos do Partido Comunista da URSS, dos partidos comunistas e operários irmãos, numa série de intervenções de L. I. Bréjnev e de outros dirigentes soviéticos. As conclusões tiradas nesses documentos apontam a orientação e constituem o seu ponto de partida da análise científica dos problemas destes países.

O conteúdo e o desenvolvimento das actuais relações internacionais e a correlação de forças de classe existente dependem, na realidade, cada vez mais da participação dos países em vias de desenvolvimento. Isso faz parte do processo que Lénine predisse genialmente há sessenta anos, relativamente ao início do período em que os povos subjugados teriam uma participação activa nas decisões de que depende o destino de todo o mundo, processo esse que, como tudo indica, continuará a desenvolver-se nos anos 80.

A queda dos impérios coloniais, como se sabe, alterou sensivelmente o mapa político do mundo e, consequentemente, as relações internacionais. Em resultado destas transformações surgiram,

ou conquistaram a independência, cem Estados, ou seja, quase dois terços dos Estados que existem hoje (mais de 160). Neles vivem 2,5 biliões de pessoas, isto é, mais de metade da Humanidade. Estes países constituem a maioria na ONU e em muitas organizações internacionais.

Além disso, é de ter em conta os países da América Latina que, com todas as suas particularidades, apesar do seu nível de desenvolvimento ser muito mais elevado do que o de muitas regiões da Ásia e de África, da independência real que alcançaram e fortalecem, encontram-se inseparavelmente ligados ao processo de desagregação do sistema colonial e às transformações verificadas a nível da correlação de forças de classe na arena internacional. A sua situação objectiva para com o imperialismo, o seu ponto de vista em relação a todo um importante conjunto de problemas internacionais que têm, pelo menos para a maioria dos países da América Latina, enorme significado, nomeadamente, no que diz respeito à «nova ordem económica», aproxima-os dos jovens Estados independentes, como que é frequente actuarem em conjunto.

Assinale-se que todos estes países fazem parte do «grupo dos 77» (que é actualmente constituído por 120 Estados), e que a maioria deles aderiram ao movimento dos não-alinhados. Na penúltima Conferência dos Países Não-Alinhados, que se realizou em Habana, estiveram representados 22 países da América Latina, contra os 18 representados na de Colombo.

A queda progressiva da influência do imperialismo na vida política, económica e social dos países anteriormente subjugados e os movimentos de classe a nível mundial são acompanhados da elevação do papel destes países nas relações internacionais.

I

Papel dos Países Libertados nas Relações Internacionais

Estes países constituem, como se sabe, uma das zonas do mundo contemporâneo, onde se deram alterações mais profundas. A década de 70 foi o período mais saturado de acontecimentos da história dos jovens países desde que conquistaram a independência e derrubaram o jugo colonial. Nestes países deram-se grandes transformações que se revestiram de enorme importância tanto para eles, como para todo o mundo. Pode dizer-se igualmente, que, no referido período, iniciou-se uma reviravolta nas relações entre estes países e o mundo imperialista que, pelo seu significado histórico, pode ser comparada à derrocada do império colonial.

O papel importante que desempenham os países libertados no desenvolvimento mundial, é, segundo assinalado no XXV Congresso do PCUS, uma expressão patente dos acontecimentos dos últimos anos.

Claro que o processo de aumento da influência destes países no cenário internacional abarcou todo o pós-guerra. No entanto, é indiscutível que nos anos 70, ele adquire características qualitativamente novas. Comprovam isso vários acontecimentos grandes e pequenos. Por exemplo, em Outubro de 1973, diversos países imperialistas desenvolvidos, pressionados pelos países produtores de petróleo que actuaram com o apoio dos países não-alinhados, foram obrigados a alterar

significativamente a sua atitude, e não só verbalmente, para com uma questão tão importante como a do Médio Oriente. Pouco tempo antes, isso seria inconcebível.

Nesses anos, os imperialistas tiveram, sob a pressão dos países em vias de desenvolvimento, de confessar, pelo menos a título de declaração, a necessidade de mudança nas relações económicas internacionais, por eles impostas, e acordar em discutir a plataforma de uma «nova ordem económica», proposta por estes países a nível internacional, (o que os imperialistas recentemente negaram). Pode-se dizer mesmo que, no referido período, o problema das relações com os países em vias de desenvolvimento tornou-se uma das questões centrais, adquirindo uma agudeza sem precedentes em relação ao imperialismo.

Finalmente, a situação na Organização das Nações Unidas alterou-se de tal maneira que os representantes dos países capitalistas evoluídos começaram a queixar-se em altos berros do «predomínio» dos países em vias de desenvolvimento na ONU, da sua «maioria mecânica», etc., etc.

Por mais profundas e inesperadas que fossem estas transformações, elas assentaram no desenvolvimento que se verificou em todo o mundo e nos próprios países libertados durante longos anos, e foram fomentadas por vários factores. Trata-se, em primeiro lugar, de factores internacionais.

Os anos do pós-guerra mostraram que a redução das possibilidades do imperialismo de impor a sua vontade aos países em vias de desenvolvimento e a ampliação das liberdades destes países no sentido de seguir uma política independente, nomeadamente a nível económico, estão inseparavelmente ligadas às alterações que se verificaram na correlação de forças no cenário internacional e ao fortalecimento das posições do socialismo. Nos anos 70 verificaram-se alterações neste sentido de tal modo significativas que conduziram à transformação assinalável de todo o clima internacional, ao fortalecimento da coexistência pacífica de Estados com sistemas sociais diferentes e ao desanuviamento.

Isto favoreceu os países em vias de desenvolvimento de duas formas. Primeiro, o aumento do potencial do socialismo conduziu ao aparecimento de um apoio seguro ao movimento de libertação nacional. O exemplo do Vietname e da Indochina, onde foi derrotada a maior potência do capitalismo actual, demonstrou como a alteração da correlação de forças em benefício do socialismo «trabalha» em prol do movimento de libertação nacional, fortalecendo-o. Esta nova situação foi demonstrada pelos acontecimentos relativos ao embargo petrolífero. Não é necessário ter muita imaginação para ver como noutros tempos o imperialismo reagiria a acções deste tipo. Quando foi declarado o embargo, a imprensa ocidental gritou que este era uma tentativa de afogar energeticamente o mundo capitalista, falou de um «Vietname económico». Como se sabe, antigamente, os colonizadores punham, por razões de menor importância, em movimento as suas tropas e armadas e realizavam massacres. Desta vez, o caso não passou de ameaças verbais, de referências a uma possível intervenção e uma série de Estados, como já o frisámos, foi obrigada a rever a sua atitude em relação ao Próximo Oriente.

Segundo, o desanuviamento trouxe grandes vantagens aos países em vias de desenvolvimento. Aumentou o significado prático dos princípios de igualdade de direitos nas relações internacionais, de não ingerência nos seus assuntos internos e de não emprego da força. O desanuviamento

e o novo clima internacional reduziram as possibilidades de imperialismo de utilizar a força para pressionar os países em vias de desenvolvimento, impediram-nos de continuar a ditar a sua vontade a seu bel-prazer, de se ingerir directamente nos assuntos internos destes países, fortaleceram as condições internacionais (jurídicas e outras) para uma cooperação mutuamente vantajosa e igual em direitos no domínio político e económico, tão necessária aos jovens Estados. Foi garantida grande liberdade de acção para a política externa destes Estados e criadas condições para que estes seguissem uma linha anti-imperialista.

Numa conjuntura internacional favorável, os países libertados conseguiram alcançar, nos anos 70, transformações significativas, e mesmo qualitativas, em cada direcção da sua luta anti-imperialista: contra as sequelas do colonialismo tradicional; contra a política do neocolonialismo, pelo fortalecimento da independência e consolidação da unidade anti-imperialista dos jovens Estados, pela independência económica em relação ao imperialismo.

Precisamente nesses anos se deu um novo e demolidor golpe no sistema colonial. Ruiu o último império colonial e a humanidade aproximou-se mais do fim de um processo histórico que apagará da face do nosso planeta a escravidão colonial nascida nas entranhas do capitalismo. Vinte e quatro países conquistaram a independência entre 1971 e 1980. Actualmente, na Terra existem mais de 160 Estados, tendo cerca de 100 deles nascido ou adquirido a soberania nacional em resultado do derrube do sistema colonial e semicolonial. Transformou-se radicalmente a situação dos últimos bastiões do colonialismo e do racismo, os seus pilares tremeram sob a pressão do

movimento de libertação nacional. A luta entrou, hoje, numa nova fase. Quais são as suas particularidades?

Primeiro, a etapa actual do movimento de libertação na África Austral desenvolve-se no contexto das transformações qualitativas alcançadas pelas forças de libertação no continente em consequência da queda do colonialismo português e, nomeadamente, da vitória dos patriotas de Moçambique e de Angola. As referidas transformações alteraram não só a situação moral e política nesta região, pondo em fuga o imperialismo, como também, deram ao movimento de libertação uma forte retaguarda em que este se apoia. É também de não esquecer que a luta dos patriotas da União Africana do Zimbabwé (ZANU) e da União do Povo Africano do Zimbabwé (ZAPU), que em 1976 formaram a Frente Patriótica do Zimbabwé, conduziu em Abril de 1980, à liquidação do regime racista de Smith e à proclamação da independência do país.

Segundo, a luta decorre no ambiente da fase actual da política neocolonialista, caracterizada no seu todo, e no que respeita à África ainda mais, pela tendência de «retirar», ou pelo menos, «abafar», na base de compromissos, os problemas políticos mais «delicados», que foram herdados do colonialismo tradicional, estão ligados ao facto do processo de descolonização não ter sido concluído, e influenciam as relações dos Estados capitalistas com o ex-mundo colonial e semicolonial, impedindo a sua linha, cujo objectivo é encobrir o antagonismo com os países em vias de desenvolvimento e reduzir as tendências anti-imperialistas na política destes países.

Ainda recentemente, os imperialistas, inclusive os americanos, estavam convencidos que seriam necessários muitos anos para que a luta

de libertação nacional na África Austral tomasse aspectos ameaçadores. O campo do imperialismo acusou a administração americana anterior de ter «esquecido» a África e, particularmente, o seu Sul. Hoje, e, em realidade, desde a famosa viagem de Kissinger em 1976, houve uma reviravolta nas questões de que falámos, sobretudo no que respeita à África Austral. Começou-se a procurar uma solução mais ou menos aceitável para a ala dos nacionalistas conciliadores que, ao mesmo tempo, conservasse as principais posições do imperialismo nesta região.

Quanto à República da África do Sul, ainda não há muitos anos ela parecia um oásis de calma no tumulto colonial que dominava África. No entanto, em 1976 esta calma aparente acabou. A luta de libertação incrementou-se sensivelmente. A agitação das massas populares na RAS não cessa praticamente desde 1976. Começando com intervenções espontâneas de estudantes negros em Soweto (uma cidade satélite nos arredores de Joanesburgo) esta espalhou-se a todas as zonas industriais do país. Na greve geral, que se realizou em Agosto e Setembro de 1976, participaram cerca de meio milhão de pessoas. Esta foi a maior acção da classe operária africana em todo o pós-guerra. A organização das greves esteve a cargo dos sindicatos semilegais africanos. A partir de Setembro de 1977 levantou-se uma nova onda de intervenções, quando Steve Biko, líder político do «Movimento de Consciência Negra», foi cruelmente torturado na prisão.

O regime racista respondeu ao incremento da luta popular com o aumento do orçamento militar e policial e com acções punitivas em massa. O orçamento da RAS para 1976/77 previa o crescimento em 40% dos gastos militares directos em relação ao exercício financeiro anterior e quatro

vezes superior ao de 1972/73. Desde Junho de 1976, as acções punitivas contra os inimigos do «apartheid» culminaram em muitas centenas de mortos e milhares de feridos.

Os racistas tentam opôr ao levantamento popular medidas orientadas para a formação intensificada de camadas privilegiadas entre a burguesia africana nascente e alguns círculos religiosos e intelectuais, fortalecer as ligações com chefes de tribo corruptos.

Para «resolver» o problema racial implementou-se, em grande escala, o programa de criação dos chamados bantustões («Estados» africanos). Este programa prevê a divisão gradual do território do país. Planeia-se dar à população europeia 87% das terras mais ricas e mais desenvolvidas e dividir os restantes 13% em 10 bantustões, segundo o número de grupos étnicos africanos. Cada um destes grupos seria declarado «nação» e receberia, dentro dos limites do bantustão, direito à «soberania e independência». A expropriação da terra da população africana conjugar-se-ia, deste modo, com a humilhação da sua unidade nacional. No dia 26 de Outubro de 1976, foi declarado «independente» o primeiro bantustão sul-africano — Transkei —, que, aliás, todos os Estados africanos se recusaram a reconhecer. Também a ONU declarou esta acção nula. Apesar de tudo, foi declarada, em Dezembro de 1977, a «independência» de outro bantustão, o Bophutatswana, e em Setembro de 1979 mais um, o Wendi. No fim de 1980 decorreu um «referendo» sobre a questão da formação do bantustão de Siskey.

Os bantustões ficaram submetidos ao controlo económico e político da RAS. A falta de terra e o extremo atraso económico não lhes permitem nem popular, nem alimentar os seus «cidadãos». A maior parte dos africanos terão de trabalhar

nas fábricas e explorações agrícolas da RAS, mas já como estrangeiros.

A ideia dos bantustões também é base da política da RAS em relação à Namíbia.

Os planos de formação dos bantustões foram rejeitados pelas forças patrióticas da RAS e por toda a África independente. Não é necessário ir muito longe para ver que estão condenados ao fracasso. Toda a imprensa ocidental, incluindo os jornais mais reaccionários, afirma abertamente, pela primeira vez desde há muitos anos, que chegou a hora do juízo final para o regime racista de Pretória. Com a sua actual política irracional, os dirigentes da RAS podem, sem dúvida, adiar a sua queda mas esta, quando vier a dar-se, será muito mais violenta e demolidora.

Foram alcançados êxitos assinaláveis na luta contra o neocolonialismo político. A expressão mais clara disto foi a queda dos regimes fantoches de Indochina. A vitória heróica dos povos do Vietname, do Laus e do Kampuchea deu um poderoso impulso aos processos de libertação nacional e social noutras regiões do velho mundo colonial e semicolonial.

O derrube dos regimes neocoloniais de alguns países africanos, a adopção de uma política independente por uma série de Estados do Sudeste Asiático, de África e de América Latina, a sua recusa em estabelecer acordos injustos que davam aos imperialistas diversos privilégios, a liquidação de bases militares imperialistas e a expulsão das tropas estrangeiras foram igualmente uma expressão disto. Um dos elementos deste processo é a extinção de alguns blocos e organizações político-militares imperialistas, como a SEATO (South-East Asia Treaty Organization), a CENTO (Central Treaty Organization) e outros. Por outras palavras, a independência dos jovens Estados

adquire um conteúdo cada vez mais real. É cada vez mais forte a decisão destes Estados de defender os seus direitos soberanos e não só das ex-metrópoles, mas também, de todo o mundo imperialista. Esta tendência encontra apoio em quase todas as camadas sociais dos países em vias de desenvolvimento. Mais que isso, é graças à sua acção que se desenvolve.

Mesmo os países onde ainda se conservam regimes neocoloniais não se deixaram ficar de fora deste amplo processo, da onda geral de reforço da consciência nacional. Nestes países também se fortaleceram as tendências anti-imperialistas e de defesa dos interesses nacionais.

Tudo isto, no conjunto, abala seriamente a estrutura em que se apoia a política de dependência neocolonial.

Mas é na luta contra o neocolonialismo económico que foram alcançados êxitos mais significativos. O actual período de desenvolvimento dos países libertados caracteriza-se, antes de mais, por um intenso incremento da luta contra o imperialismo, pela limitação e liquidação da exploração destes países, pela instauração de um sistema de relações económicas justas.

Os documentos do PCUS e de outros partidos comunistas e operários destacam que a «revolução de libertação nacional não termina com a conquista da independência política»[1], que as profundas contradições existentes entre a independência política e a dependência económica, a situação de exploração dos países subjugados, conduzem obrigatoriamente ao agravamento do conflito entre estes e o imperialismo e empurram-nos para a luta.

[1] Ver, por exemplo, o *Programa do Partido Comunista da União Soviética*, Moscovo, 1976, p. 46. Ed. em russo.

Os acontecimentos registados nos anos 70 demonstram bem isto. Os países em vias de desenvolvimento, ao deparar com a recusa do imperialismo em abandonar a sua atitude, tomaram uma série de medidas importantes. A necessidade premente de vencer o atraso e reduzir os desníveis económicos existentes entre estes e os países capitalistas industrialmente desenvolvidos, paralelamente a outros factores, agudizaram as contradições sociais com que se debatem os países libertados.

Praticamente toda a antiga esfera de influência do imperialismo foi abalada por uma onda de nacionalizações de companhias estrangeiras. Esta onda abrangeu mais de quarenta países de África, do Oriente árabe, de Ásia e da América Latina visando o restabelecimento do controlo dos recursos naturais por parte destes países. Ao mesmo tempo, representa un grande passo no sentido de determinar uma soberania económica real e garantir liberdade de decisão tendo em conta os interesses nacionais económicos presentes e futuros destes países.

Assinale-se, que esta «onda» de nacionalizações atravessou países das mais diversas orientações sociais. Atingiu mesmo países que o imperialismo sempre, e justificadamente, teve como clientes e aliados habituais. É ainda de notar que os países em vias de desenvolvimento avançaram decididamente mesmo contra as mais poderosas multinacionais, como por exemplo as «sete irmãos», as companhias petrolíferas anglo-holandesas e americanas.

Claro que as nacionalizações em massa de companhias estrangeiras foi um duro golpe para o sistema de exploração neocolonial. Foi o golpe mais grave que este sistema sofreu desde que o capital financeiro internacional o constituiu. As

possibilidades de os monopólios internacionais continuarem a explorar impunemente os recursos do velho mundo colonial e semi-colonial diminuem cada vez mais e este processo não é reversível.

Para se opôr à política de exploração dos monopólios imperialistas e defender os seus interesses, os países em vias de desenvolvimento começaram a criar, paralelamente às uniões e associações económicas regionais, novas organizações do tipo da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), das que existem para a exportação de bananas, bauxite, estanho, etc.

Os países em vias de desenvolvimento começaram a lutar cada vez mais decididamente por transformações a nível da estrutura das suas relações económicas com o mundo imperialista, pondo na ordem do dia a questão da sua reorganização radical e da afirmação dos princípios da igualdade de direitos. Foi por eles exigido o direito de voto na solução de questões relativas ao comércio, às finanças e às divisas que digam respeito aos interesses destes países e antes eram resolvidas pelos países imperialistas sem a sua participação.

Numa série de encontros e conferências, os países em vias de desenvolvimento apresentaram exigências no sentido de criar uma plataforma que apelasse ao estabelecimento de «uma nova ordem económica» sem injustiça e exploração. Por iniciativa dos «não-alinhados» foi convocada a VI Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU (Abril-Maio de 1974), onde se aprovou a «Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional» e o «Programa de Acção para Estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional». Na XXIX Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU, em Dezembro de 1974, foi aprovada a «Carta dos

Direitos e Deveres Económicos dos Estados», na qual estão reflectidos numerosos pontos dos documentos acima referidos. A questão da reestruturação das relações económicas internacionais e da criação de uma nova ordem económica internacional tornaram-se alvo de discussões acesas e de conversações nos diversos foruns da ONU. Os países em vias de desenvolvimento defenderam energicamente as suas posições na VII Sessão Especial da AG da ONU (Setembro de 1975), na IV (Maio de 1976, em Nairobi) e na V (Maio de 1979, em Manila) Sessões da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, na III Conferência Geral da ONU sobre o Desenvolvimento Industrial (Fevereiro de 1980, em Delhi), na XI Sessão Especial da AG da ONU sobre Questões Económicas (Agosto-Setembro de 1980). O prolongado agravamento da situação económico-financeira da maioria dos países em vias de desenvolvimento conduziu subsequentemente a uma agudização das contradições entre estes e o Ocidente relativas à questão da criação da nova ordem económica internacional. Os países em vias de desenvolvimento exigiram a realização das chamadas «Conversações Globais» no âmbito da ONU, nas quais se deveria garantir a resolução multilateral destes problemas, nomeadamente, dos problemas financeiros, monetários e de crédito que são da competência do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento controlados pelo Ocidente.

Claro que a luta contra o neocolonialismo económico já vem de trás, e se conseguiu, por vezes, obter concessões dos imperialistas. Mas estas realizaram-se no âmbito da estrutura neocolonial existente e não prejudicaram o neocolonialismo enquanto sistema mundial de exploração baseado

na desigualdade económica dos participantes na divisão internacional capitalista do trabalho. Neste caso, foi pela primeira vez colocado directamente o problema da liquidação desta estrutura, da alteração das relações económicas entre o imperialismo e os países em vias de desenvolvimento, do aniquilamento das diversas formas em que subsiste sua dependência económica tanto no que respeita às que vêm ainda do seu passado colonial, como às já criadas pelo neocolonialismo. Os países em vias de desenvolvimento passaram de intervenções isoladas contra determinados monopólios e formas de exploração imperialista a acções decididas contra o neocolonialismo económico em todo o seu conjunto.

Todos estes golpes abalaram a base da estrutura económica e política do neocolonialismo. Mais concretamente, deu-se início à crise do neocolonialismo. Estes acontecimentos influenciaram sensivelmente a economia capitalista, as relações comerciais em todo o mundo, e revestem-se de importante significado político.

A força real das exigências dos países em vias de desenvolvimento é, antes do mais, fruto do facto de estes terem defendido os seus interesses ao mesmo tempo, que crescia a sua unidade perante o imperialismo. Esta é uma das características mais significativas das relações internacionais no período referido. Os imperialistas tentaram cindir a frente dos países em vias de desenvolvimento, contando com a sua heterogeneidade no tocante a dimensões, posição geográfica, recursos naturais, orientação social, nível da independência real e grau da influência da crise energética, mas as suas tentativas fracassaram. Esta derrota causou grandes perturbações no mundo do capital.

A imprensa ocidental não compreendia porque é que os países em vias de desenvolvimento apoiavam a OPEP, pois a subida do preço do petróleo trazia lucros apenas ao pequeno número de países exportadores de petróleo. Para os restantes países em vias de desenvolvimento isso levava a um grande aumento do gasto de divisas na importação de combustíveis. De facto, o custo da importação de petróleo, depois das diversas subidas de preço, aumentou de 4,5 biliões de dólares, em 1972, para 20,4 biliões de dólares, em 1975; de 37,2 biliões de dólares em 1979, para 57 biliões de dólares em 1980 (segundo as estimativas). Índia, por exemplo, aumentou os gastos das importações de combustíveis de 234 milhões de dólares, em 1972, para 5,3 biliões de dólares, em 1980, o Brasil, de 370 milhões para 10,5 biliões de dólares, o Paquistão de 22 para 770 milhões de dólares, etc[1]. A parte do petróleo dos países que não fazem parte da OPEP no volume total das importações subiu de 7,7%, em 1972, para 15,3%, em 1975, e 32% em 1980[2]. Esta foi uma das razões do súbito aumento do défice da balança de pagamentos dos referidos países que era igual a 10,7 biliões de dólares, em 1972; 39,6 biliões de dólares, em 1975; 27,5 biliões de dólares, em 1976; 25,6 biliões de dólares, em 1977; 34,3 biliões de dólares, em 1978; 41,3 em 1979 e, em 1980,

[1] *UNCTAD. Doc TD/B/685/Add. 1*; *TD/AC.2/10/Add. 1*, 29 December 1977, p. 54. *OCDE*, *Development Cooperation*, *1980*. Review, p. 79.

[2] Calculado a partir dos dados acima transcritos e dos índices de preços da importação dos países em vias de desenvolvimento não-exportadores de petróleo. *UNCTAD. Doc. TD/B/665/Add. 1* (part II), 25 July 1977, p. 43. *OCDE*, *1980*. Review, p. 79.

70 biliões de dólares (pagamentos correntes)[1].

Paralelamente, os 17 países em vias de desenvolvimento exportadores de petróleo viram o saldo positivo da sua balança de pagamentos subir de 2,6 biliões de dólares, em 1972, para 39,6 biliões, em 1975, e 44,1 biliões, em 1976, cifrando-se, em 1980, em 115 biliões de dólares[2]. Assinale-se que os rendimentos «per capita» no Kuwait (12 060 dólares em 1975) foram 1,7 vezes superiores aos dos EUA e 1,4 vezes superiores aos da Suíça e da Suécia[3].

«Os diplomatas das grandes potências — afirmou a revista francesa «Nouvel Observateur» em Novembro de 1976-, apostaram neste antagonismo encoberto para minar «aliança» dos países do terceiro mundo observada em conferências internacionais, como a UNCTAD, sessões especializadas das organizações da ONU (Fundo Monetário Internacional, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) ou na «Conferência Norte-Sul». Apesar disso, estes planos não tiveram sucesso».[4]

Tanto para a imprensa, como para as autoridades do Ocidente a actuação dos países em vias de desenvolvimento é um «enigma». Como se explica este «enigma»? Claro que não se deve ao facto dos países exportadores de petróleo prestarem,

[1] *UNCTAD. Handbook of International Trade and Development Statistics*. Supplement 1980, p. 253. *Situação Económica dos Países Capitalistas e em Vias de Desenvolvimento. Análise relativa a 1980 e ao início de 1981*. Suplemento da revista *Economia Mundial e Relações Internacionais* n° 8, Agosto de 1981, p. 79 (ed. russa).

[2] *UNCTAD. Handbook of International Trade and Development Statistics*. Supplement 1980, p. 252. *Situação Económica dos Países Capitalistas e em Vias de Desenvolvimento...*, p. 74.

[3] *World Bank Atlas*, 1980 (BIKI, 2.VI.1981).

[4] *Nouvel Observateur*, 22.XI.1976.

como afirmam alguns investigadores burgueses, ajuda através da concessão de créditos aos países em vias de desenvolvimento pobres em recursos energéticos. O total dos empréstimos é consideravelmente inferior aos prejuízos sofridos por estes países com os problemas energéticos.

A imprensa burguesa diz também que os países «pobres» consideram a subida do preço do petróleo como o prelúdio de uma revisão mais ampla das relações económicas com os países imperialistas, esperando que os países exportadores de petróleo abram uma brecha por onde passarão, depois, todos os países em vias de desenvolvimento. Isto é, de qualquer modo, mais uma prova da importância do factor anti-imperialista e anticolonial e nacional na política dos países em vias de desenvolvimento.

Graças ao aprofundamento da unidade numa base anti-imperialista e anticolonialista elevou-se o prestígio do movimento dos não-alinhados. As suas posições tornam-se cada vez mais sólidas na discussão de importantes problemas internacionais tanto políticos como económicos. Aumentou consideravelmente a actividade dos países não-alinhados na ONU e noutras organizações internacionais.

As intervenções dos países que se libertaram adquiriram peso a nível da dinâmica das questões relativas às matérias-primas no quadro das relações económicas mundiais e da dependência das economias dos Estados imperialistas em relação ao petróleo e a outras matérias-primas. A tendência que surgiu na primeira dezena de anos do pós-guerra no sentido de se substituir os recursos naturais devido ao aumento da produção de produtos sintéticos, nos anos 70, foi substituída pelo processo inverso. Consequentemente, acentuou-se o papel dos países em vias de desenvolvimento

que possuem recursos naturais, significativos, como fonte de certas matérias-primas de importância vital para os países capitalistas mais importantes, sobretudo do ponto de vista energético. Estes países possuíam, em 1978, 89,9% das reservas e produziam 71,5% do petróleo, 71,6% das reservas de gás natural (a seguir os dados referem-se a 1975), 90% de estanho, 77,4% de manganês, 72,5% de níquel, 79,7 de cobalto, cerca de 73% de bauxite, 63,% de cobre, 58% de fosfatos, etc. Mesmo os EUA, que possuem importantes jazigos de petróleo, importam, hoje, cerca de 50% do petróleo que consomem[1].

Tabela 1

Empréstimos dos países membros da OPEP aos países em vias de desenvolvimento e a instituições multilaterais (em milhões de dólares)

	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Total	1746	5889	8169	8137	7451	5772	
nomeadamente:							
em condições privilegiadas	1308	3447	5517	5593	5858	4338	5179
em condições normais	438	2442	2652	2544	1593	1434	—

Fonte: *UNCTAD. Handbook of International Trade and Development Statistics. Supplement, 1980*, p. 321.

[1] No livro *As Matérias-primas e a Política Externa*, publicado pelo Instituto Americano de Economia Internacional, afirma-se que, em meados dos anos 70, os Estados Unidos tinham passado de exportadores absolutos de matérias-primas para importadores absolutos.

Aos países em vias de desenvolvimento corresponde mais de 50% da exportação mundial de matérias-primas minerais e agrícolas em relação a 24 dos mais importantes artigos e mais de 80% em relação a 12 deles.

O embargo petrolífero mostrou que os países em vias de desenvolvimento podem utilizar este factor no seu próprio interesse económico e político. Além disso, devido à subida do preço do petróleo e de determinadas matérias-primas, alguns países, sobretudo exportadores de petróleo, passaram a dispor de grandes reservas de divisas.

É ainda de referir que o rendimento «per capita» no Kuwait (15970 dólares) foi, em 1978, 1,63 vezes superior ao dos EUA (9770 dólares), 1,23 ao da Suíça, (12990 dólares) e 1,51 vezes ao da Suécia (10540 dólares)[1].

«Os rendimentos dos países membros da OPEP e derivados da exportação de petróleo aumentaram de 12 biliões de dólares, em 1971, e de 22,5 biliões de dólares, em 1973, para 93,3 biliões, em 1975, 115,8 biliões, em 1978, e 272 biliões de dólares, em 1980[2]. Segundo as avaliações, o activo líquido de divisas dos países membros da OPEP subiu, no início de 1977, para 126 biliões de dólares, tendo aumentado posteriormente para 178 biliões, no início de 1979, e para 355 biliões de dólares, no início de 1981».

A sua dependência aumentou consideravelmente das importações de ferro, de zinco, alumínio e, sobretudo, de petróleo. Em 1976, os EUA importaram 100% do colúmbio e estrôncio que consumiram, 99% do manganês, 98% do cobalto, 95% de bauxite, etc. (*Row Materials and Foreign Policy*. Washington, International Economic Studies Institute, 1976, p. 9, 12,82). Segundo os especialistas governamentais, cerca de 50% das necessidades dos EUA serão, em 1985, cobertas pela importação.

[1] *World Bank Atlas*, 1980 (BIKI, 2.VI.1981)

[2] *Petroleum Economist*, June 1981, p. 232.

Tabela 2

Divisas em poder dos países membros da OPEP
(em biliões de dólares, no início do ano, avaliações)

Países	1977	1978	1979	1981
Total	126	155	178	355
nomeadamente:				
Arábia Saudita	56	68	77	150
Kuwait	25	31	38	84
Emiratos Árabes Unidos .	12	16	21	34
Katar	4	5	5	—
Irão	18	22	26	—
Venezuela	9	10	10	—
Líbia	6	8	9	35
Iraque	5	7	8	52
Nigéria	5	3	1	—
Equador	—	—1	—1	—
Gabão	—1	—1	—2	—
Argélia	—3	—4	—6	—
Indonésia	—9	—9	—10	—

O sinal de "menos" assinala a dívida externa do país em causa.

Fonte: *Petroleum Economist*, January 1978, p. 7. *Middle East Economic Survei*, 14/VII. 1980 (BIKI 13/IX-1980). *Financial Times*, September, 28, 1981.

Os países imperialistas continuam a encarar os países em vias de desenvolvimento como importante mercado de exportação e fonte de enormes receitas. «Os mercados cuja taxa de desenvolvimento é mais elevada são os países em vias de desenvolvimento», afirmou o presidente Carter em Janeiro de 1979. Em 1977, 23,7% das exportações dos países capitalistas desenvolvidos corresponderam aos países em vias de desenvolvimento (172,6 biliões de dólares, expressos aos preços

correntes, o que é mais de quatro vezes do índice do final dos anos 60, início dos anos 70).

Não se pode também deixar de assinalar a valiosa experiência política que os países em vias de desenvolvimento adquiriam, nomeadamente no que respeita aos assuntos internacionais. Durante uma série de anos, apesar de estes países se terem declarado independentes, e participarem na vida internacional como Estados soberanos, eles continuaram a seguir uma política hesitante derivada de certa maneira da «dependência psicológica» a que ainda estavam sujeitos. Actualmente, graças à experiência de um quarto de século de existência como Estados independentes, foram ultrapassados em grande parte os «complexos» em relação aos antigos possessores, as suas posições consolidaram-se, fortaleceu-se indubitavelmente a consciência nacional dos povos e a influência dos grupos patrióticos, criaram-se quadros diplomáticos próprios, capazes de defender os interesses nacionais.

Foram estes factores que incrementaram o papel dos países em vias de desenvolvimento na política mundial.

No entanto, qual a influência da elevação do papel dos países em vias de desenvolvimento a nível das relações internacionais? Para responder a esta pergunta é necessário, antes de mais, esclarecer até que ponto é válido, tendo em conta o carácter das actuais relações internacionais e, particularmente, o seu conteúdo de classe, falar de países em vias de desenvolvimento em geral, sobretudo se considerarmos a diversidade das condições existentes no velho mundo colonial e semicolonial.

Na realidade, estes países diferem pelas suas dimensões — entre eles encontra-se a Índia com 700 milhões de habitantes e um território de quase 9 milhões de quilómetros quadrados e a Comunidade de Dominico, o Estado mais pequeno do mundo; pelas suas riquezas naturais — desde cerca de dezena e meia de países que recebem dezenas de biliões de dólares com a exportação de petróleo, até países que praticamente não possuem recursos naturais; pelo nível de desenvolvimento sócio-económico: desde países, onde existe indústria mais ou menos moderna e se criou uma demarcação social bastante precisa, até alguns países da África Tropical nos quais a vida da população local ainda continua a assentar nas relações tribais; e, finalmente, o que se reveste de extrema importância, pela via de desenvolvimento — desde países de orientação socialista, até aqueles que escolheram a via capitalista, podendo estes últimos subdividir-se em países em que o capitalismo se desenvolve quase exclusivamente sob o controlo dos monopólios imperialistas e das multinacionais, e em países, onde se tenta seguir uma política de oposição ao neocolonialismo e alcançar desenvolvimento capitalista de carácter nacional e independente.

Estes factores não podem deixar de se reflectir na política destes países e nas posições que tomam em relação ao imperialismo e ao socialismo, ou seja, não podem deixar de se reflectir no papel que têm na política mundial, o que, à partida, exclui a possibilidade de os considerar uma massa homogénea. Paralelamente, os traços comuns relativos à sua posição objectiva no mundo de que já falámos, condicionam o aparecimento de pontos comuns nas suas necessidades sócio-económicas e objectivos programáticos e inspiram a maioria deles a adoptar posições semelhantes ou mesmo coincidentes em muitas questões da vida internacional. As relações internacionais são, alem disso, de certa maneira um campo de ba-

talha em que se fortalecem os interesses estaduais (e, regra geral, a soberania nacional) e as instituições nacionais, para ultrapassar o atraso. Um dos objectivos principais da sua política externa, senão o mais importante, é a garantia de condições internacionais favoráveis para isso.

Tudo isto coloca os países em vias de desenvolvimento num lugar particular no sistema de relações internacionais, permite destacá-los, actualmente, como grupo de países com um papel específico em alguns aspectos destas relações, tendo em conta, claro, os condicionalismos, as diferenças e, sobretudo, o desnível crescente entre estes países.

Que interesses levam os países em vias de desenvolvimento a tomar posições próximas ou coincidentes em muitas questões a nível das relações internacionais? Estes têm como base a tendência, às vezes da índole nacionalista, de fortalecer a sua independência política, de criar uma economia nacional, de limitar e mesmo acabar com a acção de rapina dos monopólios estrangeiros, de criar relações económicas internacionais justas com os países imperialistas, ou seja, apontam para a conquista de uma independência económica, a elevação do seu papel a nível internacional, a realização em pleno do seu direito à participação na resolução dos problemas internacionais mais importantes, a luta pelo fortalecimento da paz, pelo desanuviamento e pela limitação da corrida aos armamentos e dos fundos que para isso se dispendem; o desenvolvimento da cooperação mutuamente vantajosa com os países socialistas, mesmo que fosse na base de motivos de carácter diverso: desde a compreensão do seu papel como aliados naturais dos países em vias de desenvolvimento até à tendência de

carácter marcadamente nacional, de manobras no cenário internacional, de encontrar na União Soviética um contrapeso para os países imperialistas.

Entretanto, o imperialismo, quer de forma objectiva, quer de forma subjectiva opõe-se aos países em vias de desenvolvimento.

Eis porque surge a possibilidade de traçar uma resultante comum do papel dos países em vias de desenvolvimento nas relações internacionais, porque se pode falar, claro, dentro de determinados limites, da sua acção comum neste campo. Eis porque a política dos países em vias de desenvolvimento em relação a questões ligadas aos seus interesses vitais, e, paralelamente, a questões de importância significativa para a vida internacional actual, no seu todo, é objectivamente anticolonialista e, frequentemente, anti-imperialista, apesar da indubitável existência nela de elementos de incongruência e inconsequência. E isto é uma das questões fundamentais da acção dos países que se libertaram a nível das relações internacionais. Pode-se mesmo dizer que, por isso, surgiu nas relações internacionais uma nova frente bastante significativa que se contrapõe à política do imperialismo e conduz à limitação da sua influência, à criação de condições mais favoráveis à luta das forças progressistas e democráticas.

A elevação do papel dos países em vias de desenvolvimento na política mundial, na qualidade de agente independente, conduz a uma verdadeira universalização das relações internacionais como sistema mundial, bem como ao aprofundamento da complexidade, a uma acentuação da diversidade do seu carácter. Isto conduziu ao aparecimento, por assim dizer, de uma zona especial «de transição» nestas relações, nem imperi-

alista, nem socialista, cujos países ainda devem determinar a orientação social do seu desenvolvimento. Concluindo, surgiram duas novas formas de relações internacionais: entre os países socialistas e os países em vias de desenvolvimento e entre estes e as potências imperialistas.

Ao falar do factor antineocolonialista e anti-imperialista, gerado pela participação dos países que se libertaram nas relações internacionais, não se pode atribuir-lhes automaticamente essa característica. Uma acção deste tipo encontra-se em dependência directa, sendo outros factores iguais (como, por exemplo, as dimensões do estado), do carácter do regime e da política que seguem. Aqui, obtemos um amplo leque de países cuja política pode ir desde posições de carácter demarcadamente anti-imperialista até posições de submissão aos seus patrões imperialistas (embora haja cada vez menos regimes deste tipo).

Em suma, quanto maior é a correspondência entre a política de um país em vias de desenvolvimento, os seus interesses nacionais e os objectivos fundamentais da luta contra o neocolonialismo, tanto mais forte é a influência das forças patrióticas progressistas e tanto mais expressivo é o conteúdo anti-imperialista desta política. É compreensível que este conteúdo se encontre representado mais que em qualquer outro campo na política externa dos Estados de orientação socialista. Outro polo são os regimes de tipo neocolonialista que seguem uma linha pró-imperialista no cenário internacional. A sua política externa é alheia à prioridade dos interesses nacionais, sendo, antes do mais, dominada pelos interesses e objectivos do imperialismo.

No que respeita aos países de orientação capitalista, se excluirmos determinados motivos específicos e factores geopolíticos e regionais, tudo

depende do carácter do capitalismo em desenvolvimento, do grau de evolução do mesmo e de formação de classes antagónicas.

Quanto mais o país avança neste sentido, tanto maior é o papel dos elementos da concorrência intercapitalista no seu conflito com a política imperialista (embora, *hoje em dia*, isso também «prejudique» o imperialismo, pois esta concorrência intercapitalista não é só um conflito entre o capitalismo forte e o capitalismo fraco, mas também uma oposição ao neocolonialismo). E tanto mais profunda é esta oposição, tanto mais visíveis são as transformações a nível da correlação do factor nacional (capitalista-nacional) que se contrapõe à política neocolonialista do imperialismo e do factor de classe propriamente dito que leva a compromissos, ou mesmo a alianças com este, contra os «seus» próprios trabalhadores. Paralelamente, as tentativas do capitalismo de alcançar os principais objectivos do neocolonialismo e opor-se às tendências legítimas dos países em vias de desenvolvimento fazem com que a oposição à política imperialista, como o demonstram em particular os acontecimentos na América Latina, no Médio Oriente e em outras regiões do mundo, passe a ser defendida por grupos sociais e elementos que, por exemplo, os Estados Unidos consideram seus aliados.

É, finalmente, de sublinhar que não são apenas a contribuição dos países libertados para a oposição à linha do imperialismo nas relações internacionais e os métodos antineocolonialistas e anti-imperialistas que escolheram que dependem da estrutura social neles existente. Dela depende igualmente o carácter de outros objectivos da sua política externa. Os países de orientação socialista, têm, por exemplo, por objectivo a luta pelo progresso social, o apoio às forças

e movimentos que colocam perante si objectivos tanto de carácter nacional, como de libertação social que intervêm a favor das forças democráticas e de esquerda. Por seu lado, na política externa de uma série de países libertados de orientação capitalista há uma tendência para subjugar antigas colónias e semicolónias, tendência esta que deriva do seu desenvolvimento. Não se pode separar da estrutura social dos regimes que existem nos países em vias de desenvolvimento as diversas revelações de estreiteza nacional, de nacionalismo reaccionário, e mesmo as tendências para a criação de blocos, de que falaremos mais adiante.

Mas, apesar de tudo, é de considerar que a plataforma política da maioria dos países libertados contém importantes questões progressistas, anti-imperialistas e antineocolonialistas, proporcionando um amplo campo para a cooperação com os Estados socialistas.

É, como era de esperar, contrária a reacção à elevação do papel dos países em vias de desenvolvimento nos assuntos internacionais das duas principais forças antagónicas — o socialismo e o imperialismo. A reacção do imperialismo é determinada pela sua natureza social, pelas condições históricas e bases do seu surgimento como sistema que se ergueu e funciona fundamentalmente à custa da exploração dos países actualmente libertados e, finalmente, pelo significado objectivo do processo de ampliação da participação independente destes países na política mundial. É, por isso, compreensível a linha seguida pelo imperialismo com vista a impedir este processo, controlar as relações internacionais dos antigos países coloniais e semicoloniais, de obrigá-los a seguir na esteira da sua política. Este foi e continua a ser o conteúdo da estratégia

imperialista em relação ao referido problema.

Nos primeiros anos do pós-guerra, os imperialistas procuravam alcançar este objectivo em correspondência com as tendências que dominavam no neocolonialismo, através de tentativas de limitar directamente a participação dos países libertados na vida internacional, na resolução dos seus principais problemas, através de métodos ditatoriais e de pressão. Mas este tipo de «ataque directo» não teve, nem poderia ter êxito.

Claro que o imperialismo continua a utilizar estes métodos. No entanto, à medida que as personalidades capitalistas compreendem que a elevação do papel dos países em vias de desenvolvimento na política mundial é um processo irreversível e inevitável, o imperialismo presta cada vez mais atenção à linha do «mal menor». Esta linha aponta para a adaptação a este processo e para o enfraquecimento das suas consequências nefastas para o imperialismo, para a suavização da sua orientação anti-imperialista. Foi precisamente este aspecto da política externa americana que Z. Brzezinski, ex-ajudante do presidente dos EUA para as questões da segurança nacional, frisou ao usar da palavra numa reunião da sociedade americana de redactores de periódicos, em Maio de 1979. Ele disse: o objectivo central deve consistir em orientar o processo das transformações de forma positiva, criando para ele uma base cada vez mais estável e mais favorável à cooperação... Qualquer tentativa de colocar barreiras artificiais às transformações em nome da conservação do «status quo», apenas aumentará o isolamento dos Estados Unidos e o seu afastamento do mundo.

No âmbito da estratégia do «mal menor» procura-se orientar o processo de activização do

papel dos países em vias de desenvolvimento nas relações internacionais para a oposição aos Estados socialistas dentro da política de «igual distanciação» destes países para com os Estados que representam sistemas sociais antagónicos — o imperialismo e o socialismo. Além disso, o neocolonialismo tenta usar nos seus interesses o facto da política externa dos países em vias de desenvolvimento e das suas tendências anti-imperialistas e anticolonialistas, se apoiarem, regra geral, numa base nacionalista e se concretizarem através de uma forma nacionalista. É isto, claro, que limita as referidas tendências, contendo em si possibilidades de alterações de diverso tipo, assim como introduz diversos elementos contrários à participação activa dos países em vias de desenvolvimento na vida internacional.

Além disso, determinados círculos dos países em vias de desenvolvimento não se fazem rogados em seguir uma linha de manobras nacionalistas entre os países socialistas e imperialistas (o que, se por vezes traz diversas vantagens temporárias, que na maior parte das vezes são ilusórias, a longo prazo, provocam enormes prejuízos aos principais interesses destes países) e procuram mesmo criar uma «terceira força» no cenário internacional. Finalmente, os imperialistas contam utilizar as contradições já referidas entre os interesses nacionais e os interesses demarcadamente de classe características dos círculos dirigentes de muitos países em vias de desenvolvimento. Esta táctica do imperialismo assume características especialmente perigosas para os países em vias de desenvolvimento.

A elevação da influência dos países libertados nas relações económicas e políticas mundiais decorre do apoio permanente dos países socialistas. «A União Soviética — como sublinhou L. I. Bréjnev — observa com agrado o aumento do papel dos países em vias de desenvolvimento na política mundial, apoia permanentemente a sua luta por relações económicas e políticas justas, pelo progresso social. Hoje em dia, estes países dão um enorme contributo para o melhoramento do clima internacional. Neste sentido nós fazemos justiça ao papel positivo do movimento dos não-alinhados...»[1]

Pode dizer-se que esta posição se justifica pela natureza de classe destes Estados, pela fidelidade aos princípios leninistas do internacionalismo dos partidos comunistas que neles governam. Do ponto de vista do marxismo-leninismo, o incremento do papel dos países em vias de desenvolvimento nas relações internacionais é historicamente inevitável, irreversível e progressista pelo seu conteúdo. A União Soviética considera este processo uma realização do princípio da justiça nacional que defende consequentemente desde a sua criação. Este princípio tem a ver com a restauração da justiça histórica, com a concessão aos antigos países explorados dos direitos de Estados soberanos na política internacional, de que foram privados pelos colonizadores. Finalmente, este processo amplia as condições para uma participação activa dos povos destes países no progresso social mundial, na luta pela paz, pela coexistência pacífica e pelo desanuviamento, por transformações democráticas das relações internacionais, reduz a influência do imperialismo neste domínio.

Os países socialistas têm presente que o processo de elevação do papel dos países em vias de desenvolvimento na política mundial não é fácil.

[1] L. I. Bréjnev. *PCUS e o Estado Soviético. Discursos e Artigos*, Moscovo, 1978, pp. 538-539. Ed. em russo.

Que nele surgem dificuldades e alterações, elementos contraditórios. E não só, como já se disse, devido à acção directa do imperialismo, apesar das suas declarações pomposas endereçadas aos países em vias de desenvolvimento, é precisamente por essa razão que os neocolonizadores tentam ultrapassar este processo, passando-lhe ao largo, estimulando tendências que, na prática, se orientam contra a União Soviética e os países socialistas.

Paralelamente, o processo de elevação do papel dos países libertados no cenário internacional pode desenvolver-se, com êxito, só se se mantiver a sua base natural anti-imperialista e antineocolonialista, que é determinada pela situação objectiva destes países no mundo actual, pelas relações do socialismo e do capitalismo para com eles, pelas tarefas que se colocam na etapa histórica actual da luta pela libertação completa das consequências da exploração colonial e semicolonial. Todos os desvios a esta linha mestra de desenvolvimento contradizem o conteúdo deste processo e só dificultam a sua concretização. Claro que, assim como é necessário esperar que o papel dos países em vias de desenvolvimento continue a crescer na política internacional nos anos mais próximos, também é preciso levar em consideração que este processo é alvo de luta cerrada entre as forças do progresso e da reacção e constitui um dos problemas mais importantes da vida internacional.

II

Transformações Sócio-económicas nos Países que se Libertaram

O fortalecimento das posições dos países libertados na luta contra o imperialismo está estreitamente ligado às transformações progressistas que se verificam na sua vida interna e constituem um dos elos do longo processo de transformações que traduzem o rompimento com o passado colonial e a herança política, económica, social e cultural. O referido processo não se desenvolve de forma linear e não só de forma crescente. Ao contrário, está ligado a numerosas dificuldades e não avança sem ziguezagues e passos em falso. Mas, tudo isso é perfeitamente normal num processo de tal envergadura e não contradiz, de forma alguma, a sua importância histórica mundial.

Nos últimos anos foi dado um significativo passo em frente no desenvolvimento económico de muitos países libertados, o que alterou visivelmente o seu perfil económico. Embora, por vezes, a inércia dos estereotipos impeça uma avaliação correcta, é evidente que são bastantes os países libertados que se transformaram em países de indústria extractiva, em que se baseia a sua economia, e mesmo em países industriais-agrários. Além disso, em alguns países em vias de desenvolvimento foram criados complexos industriais de grande escala e mesmo certos sectores industriais modernos.

Do ponto de vista burguês, a Índia continua associada às vacas sagradas, aos «riquechós» e ao chá da Darjilingue, no entanto, graças aos esforços do povo indiano com a ajuda dos países socialistas, foi criada uma indústria importante, cuja produção, desde aparelhos eléctricos e tubos de aço a carruagens de caminhos de ferro e máquinas fresadoras, é exportada para os países desenvolvidos, nomeadamente para os grandes países capitalistas. Sem intenções de elogiar os êxitos da Índia independente, o jornal «New York Times» publicou, em Março de 1976, um artigo com o interessante título: «A Índia desenvolve-se como uma potência industrial». «Ranchi[1]— escrevia o jornal—, com as suas fábricas, secções e linhas de fundição, que se encontram espalhadas pelas colinas a oeste de Calcutta, são uma Índia diferente. São a alma e os músculos do potencial industrial do país... Paralelamente ao atraso em que vivem ainda milhões de habitantes deste país, esta outra Índia, cujo símbolo são as chaminés das fábricas desta linda cidade, é já uma sociedade moderna que se desenvolve, com êxito, segundo a opinião dalguns economistas, no sentido de se tornar uma autêntica potência industrial»[2].

Podem, também, ser considerados um símbolo da Índia dos nossos dias os potentes transformadores eléctricos, os aparelhos de precisão, e, finalmente, o satélite artificial «Ariabata», construído e projectado por engenheiros e técnicos indianos e colocado em órbita por um foguetão soviético. «Apesar das dificuldades,— escreveu o Secretário-geral do Conselho Nacional do Partido Comunista da Índia, Radjeswar Rao — levantadas pelo

[1] Em Ranchi, com o apoio da URSS e da RS da Checoslováquia foram construídas grandes empresas metalomecânicas.

[2] *The New York Times*, 2.III.1976.

imperialismo, a Índia, com o apoio da União Soviética e dos outros países socialistas, alcançou êxitos significativos na direcção do seu autoabastecimento económico. E, actualmente, encontra-se em condições de ajudar outros países a desenvolver-se industrialmente. O povo da Índia pode orgulhar-se dos seus cientistas, engenheiros e técnicos. Tudo isto conduziu ao aumento do prestígio do nosso país entre os jovens Estados»[1].

Em relação ao número considerável de países em vias de desenvolvimento, é actualmente necessário falar de um atraso não absoluto, mas relativo do ponto de vista económico.

A parcela correspondente à indústria no PNB dos países em vias de desenvolvimento aumentou de 21,1%, em 1960, para 29,4% em 1978, nomeadamente: a indústria transformadora de 16,2% para 18% e a extractiva de 4,9% para 11,4%. Note-se, no entanto, que se o incremento médio anual da produção desta última foi entre 1955 e 1979 igual a 6,3%, nomeadamente de 1960 a 1970, 8,3% e de 1970 a 1979 2,4%, o crescimento da produção da indústria transformadora no seu todo entre 1955 e 1979 foi igual a 6,6%, dos quais de 1960 a 1970, 6,4% e de 1970 a 1979, 6,5% [2].

Apesar da tremenda necessidade de quadros sentida pelos jovens países independentes, numa

[1] *Problemas da Paz e do Socialismo*, 1978, N 7, p. 21.

[2] *Documento da UNCTAD TD/B/863*, 31 July 1981, p. 76-78. Destaque-se que grande parte do crescimento da produção da indústria transformadora cabe aos chamados "países com elevada taxa de incremento da exportação de produto acabado", cujo número é bastante reduzido (Brasil, Argentina, Coreia do Sul, Singapura, Uruguai e outros). Em 1978, correspondia-lhes 48% da produção da indústria transformadora dos países em vias de desenvolvimento.

série deles já existem bastantes especialistas industriais, agrícolas e de planeamento, que foram preparados, antes de tudo, com a ajuda dos países socialistas.

Claro que isso não alterou as posições dos países em vias de desenvolvimento na economia capitalista mundial. Continua a aumentar a distância entre estes países e os Estados imperialistas em muitos índices importantes.

Assim, se, em 1960, o produto nacional bruto «per capita» dos países em vias de desenvolvimento era cerca de 10,7 vezes inferior, já, em 1977, diferia em 11,47 vezes, e nos países em vias de desenvolvimento não-exportadores de petróleo em 13,88 vezes[1]. Se nos países capitalistas desenvolvidos ele atingia, em média, em 1977, 6471 dólares, e nos EUA 8665 dólares, nos países em vias de desenvolvimento não-exportadores de petróleo era de 466 dólares e em 29 países menos desenvolvidos de apenas 165 dólares[2].

Não se pode também, de modo nenhum, ligar o aumento desta diferença ao facto da taxa de crescimento da população ser bastante elevada.

Muitos dos problemas que impedem estes países de seguir uma política económica independente agravaram-se. Segundo um estudo levado a cabo pelo secretariado da UNCTAD, a dívida dos países em vias de desenvolvimento (excluindo os mais importantes países exportadores de petróleo), só relativamente a empréstimos a longo e médio prazo e a créditos, atingiu, no fim de 1980,

[1] Calculado segundo os dados: *United Nations. Statistical Yearbook, 1973*, New York, 1974, p. 596; *UNCTAD Handbook of International Trade and Development Statistics, Supplement 1977*, New York, 1980, p. 333, 340.

[2] Calculado segundo os dados: *United Nations. Statistical Yearbook, 1973*, New York, 1974, p. 596; *UNCTAD Handbook of International Trade and Development Statistics. Supplement 1977*, p. 233.

326,6 biliões de dólares (no fim de 1979 era igual a 280 biliões de dólares). Previa-se que esta dívida atingiria 389 biliões de dólares no fim de 1981. Os pagamentos das dívidas destes países e as transferências de lucros por investimentos das companhias estrangeiras subiram, segundo o mesmo documento, de 59 biliões de dólares, em 1979, para 74,6 biliões de dólares, em 1980, nomeadamente o pagamento de juros, de 19,5 para 28,2 e as transferências de lucros, de 6,5 para 7,5 biliões de dólares. Estes pagamentos constituíram, em 1980, 24,5% do volume da sua exportação[1].

Voltaram a agravar-se para uma série de países em vias de desenvolvimento as condições de comércio, devido a alterações a nível da correspondência entre os preços das matérias-primas e dos produtos industriais. Eis qual era a dinâmica destes preços nos anos 70 (excluindo o petróleo):

Tabela 3

Índices de preços de exportação
(em dólares norte-americanos à cotação corrente)
(1970 = 100)

	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Produção da indústria transformadora exportada por países capitalistas desenvolvidos[1]	116	166	236	209	225	271
Matérias-primas (excepto o petróleo bruto) exportadas pelos países em vias de desenvolvimento[2]	113	133	162	182	183	200

[1] *UNCTAD, Doc. TD/B/712/Add. 1/Supp. 1*, 25 August 1978, p. 28.

[2] *Monthly Bulletin of Statistics*, [United Nations, October 1978, p. 162.

[1] *UNCTAD. Doc. TD/B/863*. 31 July 1981, p. 33.

Embora os países em vias de desenvolvimento tenham alcançado êxitos indiscutíveis na esfera da instrução (o número de estudantes, de diversos níveis, cresceu aproximadamente de 140 milhões, em 1960, para 260 milhões, em 1971[1]) e da saúde pública (o número de médicos aumentou entre 1971 e 1974, em 14% na Ásia e na América Latina, em 9%), a situação nestes domínios continua a ser difícil. Se na Europa havia, em 1970, 14,9 médicos para 10 mil habitantes; na América Latina havia somente 6,54; na Ásia, 2,83 e, em África, 1,36[2]. A taxa média de mortalidade nos países em vias de desenvolvimento constituía 16,1 por mil habitantes, enquanto nos países desenvolvidos era de 9,1. É especialmente elevada nos países de África, Ásia e América Latina a mortalidade infantil: se, na Europa, o número de mortes entre as crianças até um ano de idade em relação a 1000 recém-nascidos é, em geral, inferior a vinte, já na maioria dos países em vias de desenvolvimento esta taxa ultrapassa os 100 e chega, em alguns casos, a 200[3].

Ao avaliar a situação no antigo mundo colonial e semicolonial e assinalar o progresso económico e cultural significativo que se observou aqui nos últimos vinte e cinco anos, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento revelou no seu relatório anual (1978) sobre o desenvolvimento mundial, que «cerca de 800 milhões de pessoas vivem ainda na mais

[1] Ver S. A. Tanguian. *A Instrução e o Progresso Social nos Países em Vias de Desenvolvimento*, Moscovo, 1975, p. 32.

[2] Ver: *WHO Chronicle*, Geneva, 1975, n. 6, pp. 280-281.

[3] Ver: *WHO Chronicle*, 1975, n. 4, pp. 187, 189.

completa miséria», isto é, sem possuir meios que garantam uma alimentação adequada e sem ter acesso a serviços sociais como instrução e saúde pública. No ano 2000, o seu número (tendo em conta o crescimento da população — *N. do A.*) será ainda igual a 600 milhões de pessoas[1].

Nos antigos países explorados decorrem processos de consolidação dos Estados nacionais, formam-se nações e a economia dos jovens países, estabelecem-se estruturas e instituições nacionais de vários tipos. Paralelamente, em quase 100 países transformam-se as relações pré-capitalistas e cria-se uma nova formação social. Resolvem-se problemas sociais importantes: *que* relações de produção se encontram na sua base, *que* classes dirigem este processo e vencem nele.

Definir claramente estas duas linhas, direcções ou processos só é possível através da análise, pois fundem-se na vida, existem e são heterogéneos. E, o que é mais importante, a correlação de forças de classe em cada linha destas não é igual.

Pode-se afirmar que precisamente nesta conjugação e intersecção de processos, na sua diferente situação social num mesmo contexto de forças de classes, consiste uma das fontes fundamentais das contradições e complexidade do desenvolvimento social dos jovens Estados.

Nos anos 70, as transformações a nível da correlação dos aspectos sociais e nacionais na luta de libertação já não decorreram só numa série de Estados, mas por todo o lado e apareceu no primeiro plano o factor social, aprofundaram-se contradições de classe e elevou-se o seu

[1] *Le Monde*, 17.VIII.1978.

campo de acção aos níveis nacionais, embora em formas específicas que reflectem, de modo insuficiente, a polarização da sociedade.

Não queremos dizer que o factor nacional tenha perdido o seu significado anti-imperialista e anticolonial (já para não falar no facto do processo de criação das nações ainda não estar completado). A realidade não é assim: apesar de toda a estratificação social existente nos países libertados (abrange não só a vida interna como a externa), eles actuam frequentemente em conjunto contra o imperialismo.

A força do factor nacional, e não apenas a atenuação das barreiras sociais e o nível de consciência das massas, também explica que nem sempre se estabeleça o delineamento preciso — no sentido de classes — da correlação de forças, que no seio da própria burguesia destes países se desenvolva uma luta em torno da questão da atitude a tomar face ao imperialismo. Parte desta, inspirada por anseios nacionalistas (é frequente existirem também estímulos económicos suficientes para isso), está disposta, como aconteceu na Índia, por exemplo, a apoiar verdadeiras iniciativas progressistas que atentam mesmo contra os interesses do grande capital, que segue a linha da cooperação com os monopólios imperialistas e com as multinacionais a qual cria uma ameaça real de implantação do «capitalismo dependente».

Isso significa que a luta de classes na conjuntura da evolução progressiva da sociedade se torna um factor cada vez mais importante, mesmo no que respeita à resolução dos restantes problemas da libertação nacional. E a luta em torno destes objectivos adquire um carácter de conflito social.

Sob a influência da delimitação social e da

experiência de luta no cenário internacional, o anti-imperialismo das massas dos países em vias de desenvolvimento adquire características de classe cada vez mais acentuadas ao mesmo tempo que se agudizam as contradições entre as forças que defendem os interesses das massas e os círculos prontos a tomar uma posição de compromisso em relação ao imperialismo, ou que chegam mesmo a aliar-se a este.

Outra característica da vida social nos jovens Estados é a linha de orientação que estes seguem no seu desenvolvimento. As transformações e modificações que se dão permitem, além disso, utilizar novos critérios de análise dos processos que se desenrolam nestes Estados. Até há pouco, por exemplo, no que respeita ao desenvolvimento social, diferenciavam-se países de desenvolvimento capitalista, países de orientação socialista e países, por assim dizer, de tipo intermédio, com uma linha de orientação do desenvolvimento mal definida.

Hoje, já quase não restam países do último tipo. Entre eles encontram-se os Estados da África tropical economicamente mais atrasados. Acontece que os dirigentes destes Estados ainda não se definiram completamente no que respeita à orientação sócio-política. O capitalismo nestes países tem um desenvolvimento caótico ao nível do sector agrícola, do pequeno e médio comércio, da produção manufactureira etc.[1] Na prática,

[1] Na literatura política e científica quando se fala nas orientações seguidas pelos países libertados utiliza-se amplamente o termo "opção pela orientação". Na prática isto equivale à orientação da supraestrutura política. Entretanto, também existe outra tendência que tem por base o desenvolvimento espontâneo das relações sócio-económicas que, de uma forma ou outra, conduz ao capitalismo e à criação de formas capitalistas.

o desenvolvimento capitalista é a continuação natural das bases que foram erguidas na época colonial. Para outro tipo de orientação é necessário que haja transformações, são necessárias medidas que contradigam esta espontaneidade. Os países de que falamos estão tão atrasados e evoluem tão lentamente que as suas forças políticas não estão, por enquanto, em condições de fazer uma escolha.

Paralelamente, a vida criou uma base para classificar a orientação capitalista de desenvolvimento tanto por *níveis* como pelo seu *carácter*.

Existem países libertados onde, no fundamental, já foi atingido um nível médio de desenvolvimento do capitalismo, embora possuam particularidades «pós-coloniais» que os distinguem dos outros países com o mesmo nível de desenvolvimento.

Quanto ao carácter do desenvolvimento capitalista, a linha divisória passa pelo desenvolvimento capitalista dependente e pelas tentativas, por enquanto ainda não muito claras, de opor ao neocolonialismo uma linha de desenvolvimento capitalista independente.

Que critérios podem ser usados na classificação do carácter do desenvolvimento capitalista dos antigos países escravizados? Eis alguns deles:

A atitude para com o capital estrangeiro. Aqui leva-se em consideração não só as posições que este ocupa num país dado, mas, fundamentalmente as amplas possibilidades que são concedidas, sobretudo, às multinacionais, o estabelecimento de uma cooperação estreita com estas, ou, pelo contrário, o estabelecimento de um controlo eficaz à actividade dos monopólios estrangeiros com vista a proteger os interesses nacionais.

A estratégia de utilização do sector estatal[1] como alavanca da conquista de uma independência económica e da criação de uma economia nacional, de um capitalista nacional «colectivo», ou, pelo contrário, como um instrumento para criar condições (infraestruturas, etc.) para a ampla atracção do capital estrangeiro, como base da cooperação e mesmo para, juntamente com ele, fundar um compadrio local da burguesia.

O carácter do desenvolvimento industrial: se enfraquece a independência económica, ou fortalece os princípios de desenvolvimento independente, se constitui a base industrial da economia nacional, ou cria condições suplementares para o fortalecimento e aprofundamento da dependência económica e da exploração do país pelo capital imperialista e para a progressiva infiltração deste no mercado interno.

O modo como é encarada a pequena e média burguesia nacional: se os seus interesses são tomados em conta, se existe uma linha que permita o fortalecimento das suas posições económicas ou reina indiferença e menosprezo em relação aos interesses desta parte da burguesia, se não

[1] Antigamente, um dos critérios mais importantes era a própria posição em relação à existência do sector estatal. Mas, a partir da segunda metade dos anos 60 e mesmo um pouco antes quando se determinou que devido à sua pouca força a iniciativa privada local não servia de base à formação de relações capitalistas nos países em vias de desenvolvimento e, paralelamente, se verificou que o sector estatal pode ser utilizado dentro da estratégia neocolonialista, e contribuir para o enriquecimento das camadas privilegiadas, parasitárias e burocráticas, a atitude dos países ocidentais e dos círculos que os apoiam nos jovens Estados em relação a este sector alterou-se. Assim, hoje é necessário analisar o problema do sector estatal não só do ponto de vista da base de orientação em que ele surge — capitalista ou socialista —, mas tendo em conta que tipo de desenvolvimento capitalista serve.

se tomam medidas a fim de a defender da concorrência do capital estrangeiro e da grande burguesia local a este ligada.

A atmosfera espiritual: se existe um processo de determinação de uma ideologia nacional em todas as esferas da vida cultural no sentido de ultrapassar a influência imperialista a nível ideológico, cultural, ou se se dão amplas possibilidades de manobra à influência ideológica do neocolonialismo, ao «modo de vida ocidental», à actividade dos meios de informação imperialistas com os quais trabalham todos os órgãos de propaganda locais seguindo a linha de orientação que os primeiros estabelecem.

Finalmente, *a política externa*: se existe um curso independente e de cooperação com os países socialistas com o objectivo de garantir apoio ao desenvolvimento independente e uma espécie de «contrapeso» à pressão do imperialismo, ou se há uma política de apoio global à linha do imperialismo, se se segue a política dos Estados capitalistas mais avançados.

Tudo o que foi dito, sem dúvida, não abrange todas as características e pontos que determinam se o desenvolvimento capitalista dos países libertados é dependente ou nacional. Poder-se-ia ainda assinalar que do desenvolvimento dependente é característico um maior contraste, a existência de um grande abismo entre a minoria que enriquece vergonhosamente e a grande massa da população, os trabalhadores e pequena burguesia[1].

[1] Referindo-se à experiência de desenvolvimento do Brasil, do Irão, da Indonésia, bem como de alguns outros países, o conhecido jornal francês *Le Monde* disse: "Apesar do elevado nível de rendimentos em alguns sectores-chave, a polarização da sociedade intensifica-se". "A diferença entre os rendimentos (até ao pagamento dos impostos) entre as categorias extremas — 10% com menor nível de rendimentos e 10% com maior nível de rendimentos — é enorme. No Brasil, uns recebem 43 vezes mais do que os outros, enquanto que em França, esse índice constitui 20,7, na RFA, 12,4, vezes" (*Le Monde*, 24, 27, 28.II.1977). "O incremento económico do Grande S. Paulo está directamente ligado ao agravamento das condições de vida das grandes camadas da população,— assinalou esse mesmo jornal, referindo-se a uma investigação realizada pela universidade de S. Paulo com base em documentos do governo estadual.— A taxa de mortalidade infantil que constituiu 30 por mil, de 1940 a 1950, atingiu no Grande S. Paulo 45, nos últimos 13 anos... O crescimento económico criou uma sociedade de consumo refinada onde é extremamente difícil entrar. Apenas as camadas com elevados rendimentos ganharam com este crescimento económico. As classes baixas não só são excluídas dessa sociedade, como são obrigadas a pagar caro este aumento (*Le Monde*, 23.II.1977).

Impõe-se também frisar que só o conjunto destas características pode servir de orientação para determinar a metodologia da análise do carácter do desenvolvimento capitalista das antigas colónias e semicolónias.

É pouco provável que haja necessidade de demonstrar que o desenvolvimento dependente, embora por vezes seja acompanhado de um significativo crescimento económico, não resolve os problemas radicais dos países libertados, não corresponde aos ideais patrióticos de todos os grupos básicos da população, incluindo a burguesia, e às aspirações das massas trabalhadoras, nomeadamente das amplas camadas pequeno-burguesas.

Não é por acaso, que nos países que seguem a via de desenvolvimento capitalista dependente é cada vez mais notória, nos últimos anos, a agudização de fenómenos de crise. Esse é o resultado da «soma» de contradições de dois tipos: contradições derivadas da dependência que conduzem

a uma forte resistência por parte de todas as forças patrióticas e à confrontação com o imperialismo, e os «habituais» antagonismos «clássicos» das relações capitalistas que se encontram na base da luta de classes, da luta do proletariado, dos actos sociais de todos os trabalhadores.

Uma consequência disso é a crescente tensão social, de que os círculos dirigentes se tentam livrar a todo o custo através de medidas antidemocráticas, de perseguições policiais e, mesmo, com a ajuda do terror. Mas, ao fazê-lo, não fazem mais do que comprimir a mola do protesto social que precede abalos políticos susceptíveis de conduzir a mudanças, por vezes mais radicais que noutros países de orientação capitalista.

É amplamente conhecida a tese de que, no geral, nos antigos países escravizados, o capitalismo não se encontra à altura de servir de base a um desenvolvimento independente. Esta tese tem em vista antes de mais o desenvolvimento capitalista dependente. Parte do princípio de que na maior parte dos casos outro tipo de capitalismo nas antigas colónias e semicolónias é inimaginável, à excepção de países com características específicas (territórios de extensão significativa e população numerosa que garantem vantagens especiais a nível de recursos, de mercado interno, de criação de todos os sectores-chave da indústria; situação geográfica favorável, existência de grandes reservas de matérias-primas raras; importância especial para o imperialismo e consequente tendência de transformar os países em «cartaz de propaganda» do capitalismo, etc. Essa possibilidade necessita de ser demonstrada mesmo nestes países.

Os acontecimentos mostraram bem o que se encontra na base desta forma de colocar a questão. Mostraram que as tentativas de seguir a linha do capitalismo nacional deparam com enormes dificuldades, nomeadamente ligadas à agudização geral das contradições do capitalismo mundial e à crise económica.

Os países de desenvolvimento capitalista nacional, regra geral, alcançaram resultados positivos no que respeita à linha de desenvolvimento industrial que visa garantir as bases da independência e da política económica próprias, reduzir a sua dependência da importação de produtos dos países imperialistas. Esta linha debate-se, todavia, com sérias dificuldades, enquadra-se em limites bastante restritos derivados do carácter capitalista da industrialização. Isso tem a ver, antes de mais, com o carácter limitado do mercado interno tanto para os meios de produção, como para os artigos de consumo. Esta limitação deriva da situação miserável das massas, situação esta que tem tendência a agravar-se constantemente da estrutura agrícola tradicional que ainda se mantém e, também, da orientação da economia no sentido de servir às necessidades de camadas e grupos sociais privilegiados que têm um modo de vida e um consumo burgueses.

Para encontrar uma saída para a situação existente, bem como em consequência do desenvolvimento capitalista que foi atingido numa série de países, tenta-se reorientar a economia para uma industrialização virada para a «exportação», conquistar importantes mercados estrangeiros, intensificar a exploração dos «seus próprios» trabalhadores com massas populares de outros países. Podemos apresentar como exemplo as tentativas dos capitalistas da Índia para criar uma esfera de sua influência económica nos países do Sudeste Asiático, dos capitalistas

brasileiros em África[1], dos capitalistas egípcios no mundo árabe. Mas, estas tentativas não têm tido até hoje grandes êxitos, levando em consideração as condições gerais dos países em vias de desenvolvimento. As suas insistentes exigências quanto à «abertura» dos mercados dos Estados imperialistas para estes países não têm encontrado resposta. Devido a isso, o desenvolvimento do capitalismo nacional, e da burguesia local nos jovens Estados debate-se actualmente com sérios problemas não só no que respeita à acumulação de capital, como também aos mercados.

Apesar do indiscutível crescimento da burguesia local nestes países, no seu desenvolvimento não se deu qualquer verdadeira transformação nem no plano quantitativo nem no qualitativo, sobretudo se considerarmos a camada normalmente conhecida por empresários. Continua a ter por base a pequena e média produção, utiliza equipamento velho. Tanto pelo seu capital como pela sua experiência técnica e de gestão, não está em condições de competir com os monopólios estrangeiros. Isto claro que influencia a conduta da burguesia, acentua as particularidades ligadas ao seu atraso e as tendências para a realização de operações especulativas e utilização de formas de actividade medievais ou semimedievais.

---

[1] O jornal *New York Times* referindo-se a esta linha escreveu: "O Brasil gostaria de gozar de uma influência predominante, em comparação com outros países não africanos, em países de expressão portuguesa, como Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. Os indivíduos que planeiam a política do Brasil decidiram que a língua e herança cultural comum contribuiriam, antes de tudo, para os interesses económicos do Brasil.

O Brasil deseja receber petróleo angolano e cooperar com as firmas comerciais da cintura tropical; deseja obter grande parte do mercado de consumo da África de expressão portuguesa" (*The New York Times*, 6.III.1976).

A linha do capitalismo nacional, na prática, acaba por não ser muito mais eficaz que o desenvolvimento capitalista dependente no que diz respeito ao desmantelamento e reorganização das estruturas caducas das relações agrárias, à liquidação das formas tradicionais pré-capitalistas e ao reequipamento técnico da agricultura nesta base. Demonstra, por exemplo, a sua incapacidade de garantir condições modernas de desenvolvimento e de consumo à grande massa da população, de liquidar ou, pelo menos, reduzir significativamente, o exército de desempregados, colocando esta enorme força produtiva ao serviço do progresso económico e social da nação. E, embora os países referidos, como já dissemos, numa série de casos, tenham alcançado êxitos assinaláveis a nível de desenvolvimento industrial, esses êxitos beneficiam apenas uma ínfima minoria (segundo os cálculos dos cientistas, em média até 5% da população). No que respeita ao resto da população, esta não vê de forma alguma a sua vida facilitada. Referindo-se a isto, o professor C. Furtado da Universidade de Cambridge escreveu: para a crescente população dos países em vias de desenvolvimento continua a existir uma ameaça real de continuar a sua existência miserável, embora desta feita camuflada por uma fachada industrial. As vantagens da industrialização continuam a ser privilégio de uma minoria.

Claro que o empobrecimento dos trabalhadores e o aprofundamento dos contrastes sociais não contradizem em nada a linha de desenvolvimento capitalista, ao contrário, são próprios dela e não preocupam, por si só, os inspiradores da transformação burguesa. Já a agudização das contradições de classe, bem como o problema dos mercados é um factor que conduz a compro-

missos com os círculos imperialistas do capital internacional, o que é acompanhado de perigos de recuo e de passos em direcção ao desenvolvimento dependente.

A crise económica que atingiu o mundo capitalista e agudizou todas as suas contradições criou novas dificuldades ao desenvolvimento capitalista nacional. Prejudicou profundamente os países em vias de desenvolvimento. Isto teve como reflexo a diminuição da «ajuda» imperialista e uma inflação galopante que conduziu à subida dos preços dos equipamentos de que estes países necessitam e à redução dos mercados de exportação, ou seja, teve reflexo em acções de diversos tipos por parte dos Estados imperialistas e dos monopólios com o objectivo de passar para os ombros dos países em vias de desenvolvimento pelo menos parte das consequências negativas da crise.

O sector estatal tem um papel contraditório no desenvolvimento do capitalismo nacional. A linha de ampliação do sector estatal (na Venezuela, por exemplo, 80% da economia encontra-se nas mãos do Estado)[1], da sua utilização como alavanca para a resolução das tarefas do desenvolvimento das relações capitalistas nacionais é uma forma de confessar a fraqueza da iniciativa privada e a sua incapacidade de levar a cabo esta tarefa.

Esta linha abre, sem dúvida, certas perspectivas suplementares ao desenvolvimento capitalista. Mas, mesmo ela depara com limitações fixas, impostas pelo próprio objectivo e pelas formas capitalistas de utilização do sector estatal. Estas limitações são condicionadas, sobretudo, pelas tendências espontâneas, pelas desproporções e outras particularidades do capitalismo que são uma barreira à actividade verdadeiramente reguladora e programada. Estas barreiras são mais evidentes nos países em vias de desenvolvimento, devido a toda uma série de questões, nomeadamente, à falta de quadros em condições de responder às exigências de hoje.

No sector estatal capitalista, como mostra a prática, reina a burocracia e a corrupção que minam a eficácia da sua actividade e reduzem a rentabilidade das respectivas empresas. Esta burocracia e, antes de mais, a corrupção tornam-se um sério obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo nacional.

O sector estatal é arena de profundos conflitos entre as mais diversas tendências políticas e sociais.

As forças que lutam para que o sector estatal assuma o papel de «capitalista colectivo nacional» opõem-se àqueles que continuam a sabotar o papel activo do Estado na actividade económica.

Na luta participam, do mesmo modo, diversas fracções da burguesia que tencionam pôr o sector estatal ao serviço de interesses particulares ou de grupos e as camadas burocráticas que tentam utilizar este sector não só para o seu próprio enriquecimento, mas também como base da afirmação da sua influência política e, por vezes, mesmo do seu poder.

Também o capital estrangeiro estende as suas mãos para o sector estatal, fomentando activamente o processo de corrupção. O desmascaramento das maquinações das companhias americanas «Lockheed», «Gulf», «Grumman» e da prática de suborno de individualidades responsáveis que, em parte, dizia respeito aos países em vias

[1] Ver: *Problemas da Paz e do Socialismo*, 1976, n. 3, p. 39.

de desenvolvimento, é um exemplo disso. Referindo-se ao escândalo que rebentou em relação a isto o jornal nigeriano «Business Times» afirmou que o suborno de funcionários governamentais é prática comum das multinacionais dos EUA e os agentes destas companhias não têm dificuldades em convencer as pessoas não muito ricas mas ambiciosas da Nigéria a aceitar certas «doações».

Finalmente, as correntes de esquerda e as forças progressistas procuram democratizar o sector estatal e transformar o seu carácter social.

Também as consequências sociais da política do capitalismo de Estado como força do desenvolvimento capitalista nacional são contraditórias. O sector estatal torna-se um meio incitador do rápido crescimento da camada burocrata e tecnocrata, o que, considerando a influência disso na formação da burguesia nacional, é, por vezes, considerado na literatura científica como um factor fomentador do desequilíbrio da linha capitalista de desenvolvimento. Esta ideia, embora não esteja totalmente privada de razão, é um pouco unilateral.

Na realidade, a existência de um sector estatal forte e o aparecimento com base nele de uma burocracia que não se limita a reter nas suas mãos os instrumentos do poder económico entravam, de certa maneira, a formação e o desenvolvimento da grande burguesia e, numa série de sectores, até a iniciativa privada das camadas médias da burguesia como agente social básico e factor das relações de produção capitalistas. E as contradições existentes entre estas e os grupos burocráticos podem ser utilizadas pelas forças progressistas que se lhes opõem.

Ao mesmo tempo, o aparecimento de uma camada bastante forte, cujos interesses estão estreitamente ligados à perspectiva capitalista, só por si de modo algum enfraquece os regimes de orientação capitalista. Isso pode apenas acentuar a limitação do potencial do capitalismo de Estado, sobretudo, do ponto de vista económico. Além disso, mantêm-se praticamente inalteráveis as possibilidades de desenvolvimento da pequena e, fundamentalmente, da média burguesia.

A revolução técnico-científica exerce uma influência ambígua no desenvolvimento económico dos países libertados, principalmente, daqueles países que seguem a via capitalista de desenvolvimento. A revolução técnico-científica permite, em princípio, resolver os problemas económicos fundamentais, avançar «economizando» dezenas de anos (se não centenas) que, de outro modo, seriam necessários para atingir estes objectivos. Também a cooperação com os países socialistas, bem como alguns aspectos das relações com o mundo capitalista contribuem para a realização desta possibilidade.

Mas, a sua realização debate-se com falta de meios, sobretudo, se tivermos em conta os grandes investimentos necessários nos projectos modernos, a aguda insuficiência de quadros e de mão-de-obra qualificada que estes países experimentam e, o que não é menos importante, as relações sócio-económicas atrasadas, a ausência dum nível adequado de formação científica e geral e o modo de vida tradicional do país. A orientação capitalista de desenvolvimento não conduz a nenhuma transformação profunda e a nenhum avanço nesse sentido.

A revolução técnico-científica na etapa actual conduziu, como já se disse, a um súbito aumento do significado das reservas de matérias-primas dos países em vias de desenvolvimento e à acumulação, nomeadamente nos países ex-

portadores de petróleo, de grandes reservas de divisas. Estas e outras consequências da revolução técnico-científica estiveram por sua vez, na base de uma nova infiltração do capital imperialista, nomeadamente das multinacionais, nos referidos países tornando estes potencialmente dependentes do neocolonialismo.

Em geral, quanto à esmagadora maioria dos países libertados, há todas as razões para concluir que a influência da revolução técnico-científica, tanto devido ao desequilíbrio existente na economia capitalista mundial, como em consequência da política das multinacionais e a acção de factores internos, aprofunda, até hoje, o atraso e a dependência destes países em relação aos países imperialistas e dificulta as condições de estabelecimento neles de um «capitalismo independente».

O capitalismo nacional debate-se com problemas que complicam ainda mais o seu desenvolvimento a nível de relações sócio-políticas. Tal como antes, os regimes dos países de orientação capitalista são, regra geral, constituídos por uma coligação de forças que reflectem as aspirações da burguesia (incluindo a pequena). Confirmou-se, nos últimos anos, mais uma vez, que nos países que seguem a via capitalista de desenvolvimento nem sempre é a burguesia nacional que detém o poder e que esta não o pode utilizar somente nos seus interesses. A burguesia tem de «partilhá-lo» com camadas pre-capitalistas e grupos pequeno-burgueses. Noutros casos, não menos frequentes, o poder encontra-se totalmente nas mãos destes grupos, que, mesmo seguindo uma política de fomento das relações capitalistas e, com isso, actuando *historicamente* nos interesses da burguesia, têm frequentemente uma atitude pouco amigável para com esta.

Devido tanto a isso, como à importância dos elementos pequeno-burgueses na vida dos países em vias de desenvolvimento, os respectivos governos não podem deixar de levar em consideração os interesses das camadas pequeno-burguesas, tentando evitar a privação «demasiada» da terra e a ruína dos pequenos proprietários urbanos. Tudo isto limita, como é claro, o desenvolvimento capitalista e a iniciativa privada.

O reforço das tendências nacionalistas, e mesmo chauvinistas, desta vez já na base do alargamento cada vez maior das relações burguesas, e o seu reflexo na política dos círculos dirigentes e na política estatal conduzem em muitos países em vias de desenvolvimento à agudização da questão nacional[1], à aglutinação às crescentes contradições sociais dos antagonismos nacionais. Este aspecto teve, numa série de casos, influência negativa nas relações entre os antigos países escravizados.

Dois dos obstáculos mais importantes ao desenvolvimento capitalista independente continuam a ser o sistema capitalista mundial e a divisão capitalista internacional do trabalho. As leis de desenvolvimento próprias deste sistema e a actividade dos monopólios colocam, na prática, os países libertados em situação de dependência.

Os marxistas sempre afirmaram que o desenvolvimento capitalista dos países em vias de desenvolvimento deve ser encarado não em abstracto, mas tendo em conta a dinâmica do sistema capitalista mundial como um todo, com enorme, e frequentemente decisiva, influência

[1] Claro que, no sentido lato da questão, incluindo, igualmente, em correspondência com as relações reais dentro dos países em vias de desenvolvimento os factores étnicos.

no seu desenvolvimento. Partindo deste ponto de vista, o atraso e a dependência dos antigos países escravizados constituem não só uma fase da evolução política, económica e cultural de certos países ou sociedades, como também resultado natural do desenvolvimento do sistema capitalista e uma das particularidades do seu funcionamento. Assim, o apoio a determinado nível de atraso relativo, a manutenção da dependência e o fomento da orientação dependente do desenvolvimento capitalista são particularidades do capitalismo moderno no seu todo. Esta situação repete-se. Aqui, surgem possibilidades de mudar as formas de dependência, o carácter da industrialização e alterar o carácter do atraso, paralelamente ao desenvolvimento de *todo* o capitalismo.

O papel específico das multinacionais revelou-se, nos últimos anos, como factor antagónico do capitalismo nacional e do desenvolvimento dependente das antigas colónias e semicolónias que se reveste de formas relativamente novas e profundas e assenta nas particularidades estruturais das multinacionais, nas suas enormes potencialidades técnicas, económicas e políticas, bem como na política que estas seguem. A entrada das multinacionais na luta torna a independência económica um objectivo difícil de alcançar pelos países libertados que seguem a via de desenvolvimento capitalista e introduz factores que complicam o seu desenvolvimento no palco internacional.

A actividade das multinacionais desenvolve-se, habitualmente, na seguinte ordem: exportação de produtos manufacturados; criação de organizações comerciais noutros países, neste caso, nos países em vias de desenvolvimento; concessão de licenças e patentes de produção de mer-

cadorias à burguesia local; compra de empresas locais e criação de filiais próprias e, cada vez mais frequentemente, de capital misto. Além disso, estas filiais trabalham, mais ou menos abertamente, dentro dos princípios de chamada integração vertical, no âmbito da posição geral e segundo as decisões básicas da empresa-mãe.

A produção local torna-se, em resultado disso, cada vez mais parte integrante da actividade e dos planos de toda a corporação que trabalha a uma escala internacional e, cada vez menos, parte da política económica nacional.

Para uma série de países em vias de desenvolvimento isto significa que o controlo externo, que antes abrangia somente o sector de exportação, estende-se às importações. Como escreveu na conhecida revista americana de relações internacionais «*Foreign Affairs*», o professor Osvaldo Sunkel, «os fluxos de mercadorias, de tecnologia, etc., decorrem, regra geral, dentro do quadro de firmas que preferem as suas secções e filiais como parceiros comerciais, mesmo quando essa escolha vai diametralmente contra os interesses dos países em causa. Não tentam unir-se aos fornecedores locais ou utilizar a sua tecnologia... Além disso, existem, de modo geral, acordos no que respeita à divisão dos mercados de escoamento de mercadorias, o que implica frequentemente que destas empresas não possam exportar»[1]. A revista inglesa «*British Jornal*» referiu-se também às possibilidades das multinacionais de se recusarem a cumprir as decisões dos governos dos países em que trabalham, quanto ao emprego, ao comércio, aos lucros e ao fisco.

---

[1] *Foreign Affairs*, 1972, April, n. 3, p. 525-526.

Como se isso não bastasse, as suas fortes posições e mesmo a direcção da economia dos países em vias de desenvolvimento permitem-lhes influenciar a distribuição dos recursos no sector estatal de forma lucrativa para elas, como, por exemplo, no que respeita às questões do desenvolvimento das infra-estruturas. Paralelamente, isso possibilita-lhes mobilizar recursos financeiros significativos a nível local, nomeadamente, estatais, para ampliar a sua produção e obter lucros suplementares sem necessidade de novos investimentos. Deste modo, os lucros obtidos, em 1960-69, pelas filiais dos monopólios dos EUA na América Latina ultrapassaram em 6,7 biliões de dólares os seus investimentos nestes países[1].

Se de início, escreve Sunkel, as empresas estrangeiras fazem investimentos consideráveis sob a forma de capitais, pessoal qualificado, equipamento, quadros administrativos, etc, com o tempo, a saída começa a ser superior à entrada de fundos e a influência destas firmas na formação de quadros passa a ser mínima (negativa se tomarmos em conta a tendência de conservar o monopólio de quadros qualificados e tecnologia). «Finalmente— sublinha Sunkel—, o investimento puro no desenvolvimento económico dos países por parte das corporações torna-se insignificante ou mesmo negativo»[2].

Quanto a algumas consequências sócio-políticas do facto de as multinacionais conquistarem uma posição dominante em muitos sectores da iniciativa privada dos países em vias de desenvolvimento, poderíamos uma vez mais citar o professor C. Furtado, conhecido economista, que

[1] Ver *Problemas da Paz e do Socialismo*, 1976, n. 3, p. 38.

[2] *Foreign Affairs*, 1972, April, n. 3, p. 527.

assinalou: «O processo de formação de uma classe local de empresários enfraquece. Os melhores quadros da indústria local são absorvidos por uma nova classe de administradores... A iniciativa privada nacional independente... limita-se a uma actividade secundária ou a explorar novos campos, acabando ao fim e ao cabo, por abrir caminho à futura expanção das multinacionais»[1]. Por outras palavras, parte considerável da burguesia nacional transforma-se em tecnocracia multinacional com psicologia e concepção cosmopolitas.

Claro que todos estes aspectos e consequências da actividade das multinacionais aparecem, nesta forma extrema, onde estas têm completa liberdade de acção, nos países de desenvolvimento capitalista dependende e, mesmo nestes, não em todos. Mas, duma forma ou de outra, influenciam todos os países em vias de desenvolvimento, sobretudo, no que respeita ao perigo que encerram as actividades das multinacionais. Este perigo é tanto maior, quanto a sua actividade é uma das formas, embora incompleta e inadequada, do processo objectivo de internacionalização das ligações económicas mundiais. As multinacionais utilizam este processo no seu próprio interesse, aprofundando a divisão do trabalho nas relações económicas mundiais, tendência que corresponde às necessidades do desenvolvimento da economia mundial. Entretanto, não têm minimamente em conta os interesses políticos e económicos dos países em vias de desenvolvimento.

É precisamente devido à existência das multinacionais que surge a questão: significará o desenvolvimento industrial, no contexto do

[1] *Foreign Affairs*, 1972, April, n. 3, p. 527.

desenvolvimento capitalista dependente, um passo para a independência?

Vejamos algumas transformações sociais levadas a cabo nos países libertados, em primeiro lugar, nos países de desenvolvimento capitalista. Uma das mais importantes transformações foi a formação de uma *nova* classe exploradora — a *burguesia*. Esta compõe-se, no fundamental, de três componentes.

A burguesia nacional, que apesar dos muitos obstáculos, fortaleceu-se sensivelmente em quase todos os países em vias de desenvolvimento. Embora, como já assinalámos, no seu desenvolvimento não tenham ocorrido transformações de princípio nem do ponto de vista quantitativo, nem do qualitativo, cresceu consideravelmente. Esse facto ocorreu tanto na cidade, como no campo, onde, nomeadamente, a «revolução verde», em conjunto com outras medidas e reformas, deu um considerável empurrão ao desenvolvimento das formas agrícolas capitalistas, à estratificação social e à perda de terras por parte dos camponeses pobres. As contradições entre a burguesia nacional e o imperialismo, e, mais concretamente, o neocolonialismo, não desapareceram.

A nova burguesia vendida ao capital estrangeiro que se desenvolveu de forma bastante rápida, antes de mais, nos países de desenvolvimento capitalista dependente e intervém nesse processo como agente principal e empreiteiro, por um lado, e parceiro secundário do capital internacional por outro.

A burguesia burocrática que fortaleceu as suas posições quase em todos os países libertados. As suas tendências reaccionárias levam os elementos burocráticos a hesitar em relação ao imperialismo e empurram-nos para a colaboração com este mesmo quando defendem posições nacionalistas.

Assinale-se que todos estes grupos estão mais próximos (embora não estejam muito próximos uns dos outros) da sua transformação em classe no plano social de que no plano político. Nesse plano opõem-se frequentemente uns aos outros.

Estas componentes não contribuem igualmente para formação da nova classe exploradora. Do mesmo modo, não é igual o grau alcançado neste processo por diversos países. O nível do aburguesamento das «classes» é também diferente. É frequente o aburguesamento estar consideravelmente mais próximo da psicologia política e da vivência, das determinações políticas, do que dos princípios da actividade económica.

Os anos 70 caracterizaram-se por um aumento numérico generalizado dos assalariados nos países libertados (com muito maior rapidez nos países exportadores de petróleo), continuando nele a formação da classe mais explorada, o proletariado. Entre 1950 e 1971, o número de trabalhadores da indústria dos países em vias de desenvolvimento subiu de 31,9 milhões para 62,4 milhões[1], isto é, em 95,6%. E, em 1976, o seu número aumentou 38% em relação a 1970[2].

Este processo foi muito desiquilibrado. Há países, não são assim tão poucos, onde não se deram transformações significativas neste sector, onde os acontecimentos nacionais mais importantes continuam, como antes, a decorrer sem a participação activa do proletariado. No entanto, já existe um grupo de países em vias de desenvolvimento onde as fileiras da classe operária se

[1] Ver *A Economia Mundial e as Relações Internacionais*, 1973, n. 4, p. 148.

[2] *UNCTAD. Handbook of International Trade and Development Statistics, Supplement 1980*, p. 356.

ampliam a passos largos tanto na cidade como no campo, onde se formam destacamentos modernos desta classe nas fábricas. Estes, apesar da diferença considerável das condições de trabalho e da sua posição para com outras camadas proletárias, e não obstante os esforços da burguesia e do Estado para criar contradições entre eles e essas camadas, são capazes de intervir como força da unidade e consolidação social de classe no seu todo, transmitindo-lhe uma forma moderna. Em alguns países, a classe operária ou, para ser mais amplo, os trabalhadores assalariados, tornaram-se elemento importante da produção social, da criação de valores materiais e do rendimento nacional.

Além disso, o crescimento do exército de trabalhadores assalariados na base das formas modernas de actividade económica e da atmosfera política que surge tanto nos próprios países libertados, decorrendo da situação material dos trabalhadores, como na consequência da situação internacional, é acompanhado, regra geral, do aumento da consciência de classe, e do enraizamento da ideologia proletária. Este aspecto da questão teve um papel importantíssimo no facto de, por exemplo, o Partido Comunista da Índia ter aumentado para mais do dobro o número dos seus militantes em dez anos. Entre 1976 e 1977 entraram nas suas fileiras cerca de 200 mil pessoas e no início de 1978 havia nas suas fileiras mais de 544 mil militantes, segundo os dados do jornal «New Age»[1].

As transformações que ocorreram nos anos 70, na esmagadora maioria dos países em vias de desenvolvimento, não conduziram a alterações significativas no papel do campesinato. Ele

[1] *New Age*, 8.I.1978.

continua a ser a base da pirâmide social e o alicerce do Estado nacional. A maior parte da população, salvo raras excepções, é camponesa.

Paralelamente, o desenvolvimento das relações capitalistas e da economia mercantil deu um novo impulso à estratificação do campesinato, à sua diferenciação segundo a quantidade de terras, à separação dos camponeses ricos e grupos abastados e ao empobrecimento dos camponeses pobres. Tornou-se cada vez mais clara a diferença entre os interesses políticos do campesinato, desde os matizes mais imperceptíveis aos matizes claramente contraditórios. E reduziu-se, consequentemente, o número de países (e problemas) onde este pode intervir como um todo, como uma força política baseada num programa comum.

Em muitos países em vias de desenvolvimento criam-se, devido a isto, condições para o fortalecimento dos laços políticos entre os camponeses e a classe operária para a formação duma aliança entre estas classes e para a luta comum pela defesa dos interesses da população. A actividade relativamente reduzida dos camponeses e o facto de, na maioria dos países em vias de desenvolvimento, estes não realizarem intervenções de massas, sobretudo, a nível nacional (o que contrasta profundamente com a sua situação crítica e a insatisfação crescente que atravessam e com o seu potencial revolucionário), sublinham a actualidade de luta pelo desenvolvimento destes laços. Isso é igualmente testemunhado pelas provas da intensificação das acções camponeses em países onde, como se passa na Índia, estas coincidem com as acções da classe operária.

Entre as transformações sociais características dos últimos anos, é necessário igualmente assi-

nalar o aumento numérico da pequena burguesia urbana e das camadas médias. A «africanização», a «asiatização» e outras medidas tomadas contra a propriedade e a influência estrangeiras trouxeram também grandes lucros a alguns grupos da pequena burguesia urbana, nomeadamente no que respeita ao número considerável de «tachos». O aumento destes grupos é igualmente uma consequência da urbanização que continua.

Com base no progresso da economia, da instrução pública e da cultura, na ampliação do sector estatal, os intelectuais cresceram numericamente. Ao mesmo tempo, nas suas fileiras houve uma certa redistribuição. As camadas que se formaram no período colonial perderam a sua influência. Em contrapartida, fortaleceram-se as posições da intelectualidade de perfil técnico e administrativo. Nos anos 70, o papel sócio-político específico da intelectualidade nos países libertados não decresceu de forma alguma. Continua, mais do que isso, a crescer numa série de países e em determinados casos. As suas ligações ampliaram-se com os grupos burocráticos, assim como, embora num grau menor, com os trabalhadores tanto da cidade como do campo.

No seu todo, a pequena burguesia e as camadas médias urbanas mantêm-se no primeiro plano da vida política dos países libertados. Além disso, são frequentemente fonte sócio-política e importantíssimo factor em que se apoia a orientação de esquerda, anti-imperialista, ou, por vezes, a orientação de direita pró-imperialista destes países, fonte e factor das sinuosidades do seu desenvolvimento. Mas, nos últimos anos observou-se um avanço considerável do processo de delimitação política entre estas forças sociais e revelaram-se as correntes progressista e reaccionária, como correntes de orientações sociais

opostas. O referido processo revelou-se ideologicamente também através da evolução do nacionalismo, cujo desenvolvimento adquire quase sempre formas semelhantes à de uma «tesoura», mantém-se como arma de ambas as tendências, sendo, no entanto, interpretado politicamente de formas cada vez mais diversas e mesmo contraditórias.

Se, nos anos 70, se confirmaram tendências progressistas consideráveis no seio da intelectualidade e das camadas médias dos países em vias de desenvolvimento, ao mesmo tempo, não foram menos claras a forma como se determinaram os limites destas tendências na conjuntura da ausência de uma ligação política e ideológica com a classe operária, e a forma como se revelou a necessidade premente de estabelecer estes laços.

Estes processos sócio-políticos atingem cada vez mais os exércitos dos países em vias de desenvolvimento. O número de golpes militares, vitoriosos ou não, que tiveram lugar nos anos 70 nos países em vias de desenvolvimento ascendeu a 40. Esta experiência veio de novo contradizer a famigerada ideia de que as forças armadas nos países libertados estariam acima das classes e dos partidos. Foi igualmente derrubada esta noção errónea e exagerada relativa à independência política dos círculos militares. Os factos, pelo contrário, confirmaram que as forças armadas nos países em vias de desenvolvimento são uma excelente caixa de repercussão dos conflitos sociais e políticos que têm lugar nestes países e se «politizam» cada vez mais.

Claro que tudo o que se disse das transformações sociais nos países em vias de desenvolvimento está sujeito a uma série de condicionalismos. Estes condicionalismos são necessários,

porque as avaliações têm apenas uma precisão relativa sendo, por vezes imprecisas quando considerados determinados países. Em alguns deles, as transformações foram insignificantes e imperceptíveis. Além disso, embora nas antigas colónias e semicolónias se tenha acelerado a formação de classes, há que contar que as transformações sociais na maioria dos casos não alteraram, por enquanto, o carácter básico da estrutura social: as barreiras de classe mantêm-se intactas.

«Em muitos países que se libertaram — afirmou na sua intervenção no XXV Congresso do PCUS o camarada L.I. Bréjnev—, decorre um complexo processo de diferenciação das forças de classe e cresce a luta de classes»[1]. Ela gira em torno dos problemas fundamentais da política interna e externa destes países. Paralelamente ao progresso das relações capitalistas e à diferenciação social, a par dos acontecimentos em muitos países libertados que colocam na ordem do dia as questões mais vitais e radicais do desenvolvimento social, a consciencialização gradual das massas trabalhadoras e da população destes países, que resulta de factores nacionais e internacionais, do facto de na base da política dos círculos dirigentes se encontrarem interesses egoístas de classe, conduz à agudização das contradições de classe.

A miséria em que vive o povo impulsiona a luta de classes. A inflação e o aumento da exploração anulam as conquistas alcançadas com a independência. Além disso, nos países de orientação capitalista não se conseguem resolver problemas como a miséria, o desemprego e o analfabetismo. Um impulso igualmente potente é

[1] L. I. Bréjnev. *Relatório do CC do PCUS ao XXV Congresso*, p. 27.

dado pelo verdadeiro abismo entre a situação difícil dos trabalhadores e o luxo das élites privilegiadas e das camadas burguesas abastadas, que frequentemente se entregam a uma verdadeira orgia de enriquecimento especulativo e ávido. Segundo os dados da revista «*Problemas da Paz e do Socialismo*», na Ásia (estes dados dizem respeito a oito países em vias de desenvolvimento) cerca de 5% da população (o grupo social mais elevado) retêm nas suas mãos 25,5% do rendimento nacional, ou seja praticamente tanto, quanto corresponde às camadas mais baixas que constituem cerca de 60% da população. Os números relativos a África (dados relativos a 15 países) são ainda mais contrastantes: respectivamente 34,8% e 22,1% do rendimento nacional ou, uma vez e meia mais em relação ao grupo superior[1].

Uma fonte de tensão social e uma das expressões dos desmedidos gastos sociais no desenvolvimento capitalista é a crescente diferença entre as condições de vida da pequena parte da população que trabalha nos sectores modernos da produção e a maioria que se encontra fora deles.

Os recontros dentro dos círculos dirigentes e das camadas exploradoras devido à distribuição do poder político e económico e à definição da linha política acabam por desenrolar conflitos de classe. Nos países exportadores de petróleo e nalguns outros países em vias de desenvolvimento é cada vez mais aguda a luta em torno da forma como utilizar os fundos recebidos em resultado do aumento dos preços das matérias-primas: devem ser canalizados para o desenvolvimento

[1] Ver: *Problemas da Paz e do Socialismo*, 1975, n. 12, p. 77.

da economia nacional ou irão parar às mãos das cúpulas político-sociais e, através delas aos bolsos dos monopólios internacionais.

A tensão social crescente nesta conjuntura, que é uma espécie de reflexo da incapacidade do capitalismo em resolver os problemas sócio-económicos mais prementes dos países em vias de desenvolvimento transformou, nos últimos anos, as formas parlamentares democrático-burguesas, levando a passagem à utilização de métodos autoritários. Isto aconteceu tanto em países isolados como em todo o antigo mundo colonial e semicolonial.

Para concluir a análise de alguns acontecimentos e transformações que ocorreram, nos últimos anos, nos países libertados que seguem a via capitalista de desenvolvimento gostaríamos de chamar a atenção para mais três questões.

Primeiro. Se menosprezar o nível de desenvolvimento das relações capitalistas nos países libertados em diversas formas, sobretudo, se nos referirmos ao todo, será igualmente incorrecto dar demasiado valor às escalas do referido processo. Mesmo em países como a Índia, que se destaca neste plano, 28% da produção industrial, segundo dados avançados por S. Mitra, membro do Conselho Nacional do PC da Índia, correspondem à pequena indústria, onde se empregam ainda amplamente métodos pré-capitalistas. E esta parte cresce mais depressa que a da grande indústria. As formas capitalistas de produção na agricultura abrangem somente de um quarto a um terço de toda a terra arável[1]. Nos outros países em vias de desenvolvimento,

[1] Ver: *Problemas da Paz e do Socialismo*, 1975, n. 12, p. 72.

as relações capitalistas encontram, regra geral, uma expansão muito inferior na estrutura económica e social estando estes ainda longe de superar as sequelas pré-capitalistas e pequeno-capitalistas.

Segundo. Não se pode negar a possibilidade da passagem do desenvolvimento capitalista dependente para o desenvolvimento capitalista nacional. A ideia, de certa maneira fatalista, bastante divulgada na literatura, de que a dependência se tornará cada vez mais profunda, em todos os casos, não é completamente correcta. Quase não existem camadas sociais influentes ou grupos políticos que fiquem sempre ligados à perspectiva de desenvolvimento capitalista dependente. Ao contrário, pensamos que, ao fortalecer-se, com certeza colocarão a questão de outra forma e criarão outro tipo de relações.

Terceiro. É importante que o desenvolvimento do capitalismo nos antigos países escravizados, e ainda mais nas suas formas nacionais, não retire nem sequer enfraqueça, mas simplesmente altere, o aspecto do antagonismo entre estes países e o imperialismo, introduzindo elementos contraditórios inter-capitalistas (expressos, por exemplo, nos recontros entre alguns países exportadores de petróleo e potências capitalistas sobre a questão dos preços do petróleo). Lénine sublinhou que o imperialismo, ao acelerar o desenvolvimento do capitalismo nos países mais atrasados «amplia e agudiza com isso a luta contra a opressão nacional»[1].

Como o demonstra a experiência dos jovens Estados que seguem a via de desenvolvimento capitalista, esta tendência ainda hoje existe,

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas em 3 tomos.* Edições Progresso — Moscovo, Edições "Avante!"— Lisboa, 1980, t. 1, p. 680. Ed. em português.

contrapondo-se activamente à tendência de cooperação, ou mesmo de associação com os monopólios capitalistas, que revelam certos grupos da burguesia local.

Os acontecimentos dos anos 70 conduziram no seu todo, ao aumento da falta de correspondência entre o fortalecimento da independência política dos países em vias de desenvolvimento, a consolidação das suas posições numa série de ramos face ao imperialismo e o nível de consciência nacional e política dos seus povos por um lado e a dependência económica e o atraso destes países por outro.

Tudo o que acima foi dito levou igualmente à subida da «tensão» social nos países em vias de desenvolvimento, ao aumento da pressão sobre os governos destes países por parte das massas populares que exigem o melhoramento das suas condições de vida, à passagem gradual destas para posições de classe na luta anti-imperialista, à agudização das suas contradições para com os grupos que estão dispostos a tomar uma posição de compromisso, ou mesmo de aliança, em relação ao imperialismo.

Não se pode deixar de ver nisto tudo um fortalecimento das condições para a intensificação da contraposição entre os países em vias de desenvolvimento e o imperialismo.

III

Os Países de Orientação Socialista

Os resultados do desenvolvimento dos países de orientação socialista, nos anos setenta, não são iguais em todo o lado. A principal conclusão que se pode tirar da experiência adquirida é a vitalidade da orientação socialista. Confirmou-se que esta orientação não é algo superficial nem fruto do acaso, mas surge no seio da luta de libertação nacional dos povos, baseia-se na lógica do seu desenvolvimento e reproduz-se constantemente, apesar de todas as dificuldades e, por vezes, das derrotas temporárias que sofre.

Testemunha-o o aumento do número de países de orientação socialista na sequência da vitória dos povos da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de Moçambique e Angola sobre o colonialismo, do nascimento da Etiópia revolucionária e da passagem a uma linha política progressista que teve lugar no Benim e em Madagáscar. A revolução no Afeganistão foi mais uma prova das profundas tendências anticapitalistas existentes no movimento de libertação dos povos das antigas colónias e semicolónias.

Também o confirma o fortalecimento das posições das forças democráticas revolucionárias noutros países africanos, asiáticos e centroamericanos.

Finalmente, expressa também isso o desenvolvimento dos próprios Estados de orientação

socialista, muitos dos quais já se encontram no terceiro e no quarto quinquénio da sua existência. Este facto mostra o equilíbrio *político* que estes países demonstram em situações internas e internacionais frequentemente complexas.

No exemplo da Argélia, do Egipto dos tempos de Nasser e de outros países pode-se observar a eficácia da política *económica* dos Estados de orientação socialista. Estes países deram um exemplo de como podem ser empregues os petrodólares de outra maneira, diferente do de uma série de países exportadores de petróleo, utilizando-os para alcançar objectivos sociais e económicos prementes e não em nome do enriquecimento das cúpulas privilegiadas e dos «magnatas do petróleo».

Confirmou-se o papel progressista do Estado nos países de orientação socialista, como factor activo da consolidação nacional, e da formação da consciência nacional, como força eficaz da causa do desenvolvimento da instrução pública e educação das massas populares num espírito anti-imperialista (embora na maior parte dos casos isso aconteça numa base nacionalista).

O curso dos acontecimentos tem uma influência específica na vitalidade das tendências revolucionárias democráticas mesmo nos países onde os regimes revolucionários democráticos foram vítimas de golpes. Verificou-se que algumas iniciativas progressistas da democracia revolucionária adquiriram, apesar de todos os esforços da reacção, um carácter irreversível, deixaram uma marca bastante profunda na base sócio-política por eles lançada. Por mais que os círculos imperialistas e os seus aliados se esforçassem por arrastar o Mali para o campo dos regimes africanos pró-ocidentais, os seus esforços não foram coroados de êxito.

Igualmente, como o demonstrou a experiência do Ghana, por exemplo, que, apesar da campanha repressiva e de propaganda que se prolongou durante anos, a tendência revolucionária democrática continuou a ser um factor de peso na vida política dos países. O regime reaccionário pró-burguês, estabelecido pelos organizadores do golpe anti-Nkrumah de 1966 acabou por não ser viável. O regime que o substituiu em 1972, apresentou palavras de ordem próximas daquelas que o próprio Nkrumah e os democratas revolucionários do Ghana propunham. Chegou-se à conclusão que as violentas maldições pronunciadas em relação à pessoa de Nkrumah e dos seus partidários que constituíam a base ideológica do regime derrubado não conseguiram minar o prestígio deste corajoso lutador pela independência e pelo progresso social de África aos olhos do povo. Numa das intervenções do governo instaurado em 1972 afirmava-se que o falecido presidente do Ghana ficaria para sempre na memória dos povos como firme e consequente lutador pela libertação política do continente africano. O seu nome foi dado ao Palácio dos Congressos e ao Palácio dos Povos, em Akkra, assim como ao porto Tema. Na sua aldeia, Ncroful, construiu-se um mausoléu em sua memória.

Nos anos 70 tornam-se mais claras determinadas características da orientação socialista na etapa actual, características estas que não têm um carácter estático, mas, ao contrário, se encontram em constante desenvolvimento. De que se trata?

É o facto do poder ter constituído coligações sociais que tomaram consciência, através dos seus representantes, da orientação anti-imperialista e nacionalista de esquerda das camadas pequeno-burguesas, semiproletárias urbanas, intelectuais e possuem o apoio das massas traba-

lhadoras da cidade e do campo; a proclamação do socialismo como objectivo do desenvolvimento social do seu país; a linha consequente para uma soberania nacional real tanto no campo político, nacional e internacional como no económico, o papel regulador do Estado na economia, a criação de um sector estatal que ocupe uma posição dominante na indústria, finanças e comércio externo e tenha um papel dirigente a nível do desenvolvimento económico; a nacionalização da propriedade dos monopólios estrangeiros, a liquidação total do domínio do capital imperialista em todas as esferas da economia, a regulamentação da sua actividade em nome dos declarados objectivos de desenvolvimento; a reforma agrária a fim de acabar com as relações feudais no campo; a entrega de terras aos camponeses sem terra, aos pequenos e médios camponeses, o estímulo do cooperativismo.

É a liquidação das posições económicas e políticas da grande burguesia local, o controlo ou a limitação da actividade da média burguesia, o controlo do sector privado de acordo com os objectivos colocados pelo progresso nacional e social.

É também a introdução de leis sociais progressistas que correspondam aos interesses dos trabalhadores, que elevem o seu papel na produção e melhorem as suas condições de vida; o fortalecimento do papel das massas populares na vida política e social tanto na base da orientação geral de desenvolvimento do país e das transformações sócio-políticas em curso, como na realização de algumas iniciativas visando alcançar directamente esse objectivo; a criação de um sistema de ensino nacional de massas, o desenvolvimento da cultura nacional e a sua democratização; a luta contra as ideologias pró-imperialistas e pró-coloniais no espírito da ideologia

nacionalista, anti-imperialista e revolucionário-democrática, e da fidelidade às palavras de ordem do socialismo dentro da sua definição oficial.

É a linha anti-imperialista da política externa, a solidariedade com os movimentos de libertação nacional e anti-imperialista, com os países libertados de orientação progressista; a cooperação multilateral e relações de amizade estreitas com os Estados socialistas, como base fundamental do apoio aos países de orientação socialista, etc.

Desenvolvendo a experiência dos países de orientação socialista, L.I.Bréjnev assinalou as linhas fundamentais da sua realização. «O desenvolvimento destes países na via progressista faz-se, naturalmente, de maneira desigual e em condições difíceis. Mas as orientações fundamentais são *similares*. É a destruição progressiva das posições dos monopólios imperialistas, da grande burguesia local e dos senhores feudais e a limitação da actividade do capital estrangeiro. É a garantia ao Estado popular de posições dominantes na economia e a passagem ao desenvolvimento planificado das forças produtivas, o encorajamento do movimento cooperativo no campo. É o aumento do papel das massas trabalhadoras na vida social e o fortalecimento gradual do aparelho de Estado com especialistas nacionais devotados ao povo. É o carácter anti-imperialista da política externa destes países. Os partidos revolucionários, que exprimem os interesses das amplas massas de trabalhadores, consolidam-se»[1].

[1] L. I. Bréjnev. *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as Tarefas Imediatas do Partido no Campo da Política Interna e Externa*, Moscovo, Politizdat, 1981, p. 12. Ed. em russo.

Claro que a pedra angular da orientação socialista é o rumo do desenvolvimento interno de cada país. No entanto, a experiência confirma que a política externa progressista e anti-imperialista também é um importante factor desta linha de orientação. Estas partes encontram-se organicamente ligadas entre si, embora o seu conteúdo progressista se possa desenvolver e revelar de modo assíncrono. É impossível manter-se fiel à orientação socialista sem seguir um curso de estreita amizade e cooperação com o mundo socialista e, menos ainda, se se adoptar uma política de inimizade em relação a ele. A experiência do Egipto demonstrou mais uma vez a incompatibilidade desta orientação com a política de aproximação do imperialismo. É de assinalar que foram dados passos visando a destruição das conquistas sócio-políticas da revolução egípcia paralelamente a esforços que tinham por objectivos o agravamento das relações do Egipto com os países socialistas, a recusa a cooperar com eles e uma viragem em direcção ao imperialismo.

«Verificaram-se novas mudanças progressistas na economia e na vida política dos países árabes, africanos e asiáticos, de orientação socialista»[1] — afirma-se no relatório do CC do PCUS ao XXV Congresso do Partido. Eis alguns exemplos.

Na Argélia foi ampliado o sector estatal na indústria, nacionalizaram-se as companhias petrolíferas estrangeiras, a produção de energia eléctrica, a indústria de extracção de minérios, de gás e de petróleo e toda uma série de outros ramos industriais. O Estado passou a controlar

[1] L. I. Bréjnev. *Relatório do Comité Central do PCUS ao XXV Congresso*, p. 27.

o comércio externo e parte considerável do comércio grossista interno. Cerca de 90% da produção do país corresponde, hoje, ao sector estatal que se desenvolve a ritmos intensos.

Durante a reforma agrária, que se realizou por etapas, (a sua Carta foi aprovada no dia 8 de Novembro de 1971) foram distribuídas, no início de 1978, por 110 mil camponeses, 1 milhão e 200 mil hectares de terras e criadas cinco mil cooperativas de produção e especializadas. Organizou-se a União Nacional dos Camponeses da Argélia que contava, em 1978, com um milhão de membros. De acordo com a Carta da Organização Socialista das Empresas, nas empresas do país com 250 mil trabalhadores, foram criadas «assembleias de trabalhadores». A Constituição de 1976 definiu a «gestão socialista» como um factor de libertação dos trabalhadores (art. 23). Os camponeses pobres e as categorias de trabalhadores mal pagas foram isentadas de impostos, a partir de 1 de Janeiro de 1978, aumentaram-se os salários dos operários e empregados, assim como as pensões de reforma dos moudjahid (veteranos da luta de libertação nacional) e das suas viúvas. Em 1974 foi criado um sistema de assistência médica gratuita.

No Iraque, aliás como na Síria, foi nacionalizada a «Iraq Petroleum Company», propriedade de um dos maiores monopólios petrolíferos do mundo. Criou-se a «Companhia Iraquiana de Operações Petrolíferas», pertencente ao Estado. Com base na lei aprovada em Maio de 1970 que limitava a propriedade feudal e abalava o fundamento das formas pré-capitalistas de exploração agrícola, foi realizada a reforma agrária, durante a qual se deram profundas mudanças no campo. Se até 1970 tinham sido entregues aos camponeses, em 12 anos, cerca de 3 milhões de

6—0943

donumes (1 donum = 0,25 ha), até à segunda metade de 1975 a superfície de terras distribuídas se elevava a 6 165 mil donumes e, em Julho de 1978, a superfície total das terras expropriadas pela reforma agrária era igual a 11,8 milhões de donumes.

Nos fins de 1975, foram nacionalizadas, no Iraque as duas últimas companhias de petróleo estrangeiras: a «British Petroleum Co.» e a «Compagnie Française des Petróles». Em consequência, todo o produto da extração e transformação do petróleo e da sua venda passaram para as mãos do Estado iraquiano.

Na República Popular do Congo em 1974-75 tornaram-se propriedade estatal as companhias de seguros, a rede de distribuição de derivados do petróleo e mais de 50% das acções dos dois maiores bancos do país. Aumentou a participação do Estado no capital das companhias de petróleo, foram criadas algumas companhias estatais de importação e exportação que monopolizaram o direito de exportar e importar mercadorias de consumo corrente. Ao sector estatal cabia cerca de 30% da produção industrial, 10-15% da produção agrícola, 70-80% dos transportes de passageiros e de cargas, 10% do comércio. Intensificaram-se as buscas de novas vias e métodos de cooperação entre as economias agrícolas.

Na Tanzânia, a maioria da população camponesa foi transferida das aldeias tradicionais para as chamadas «aldeias socialistas», onde se fazem esforços com vista à criação de cooperativas agrícolas. No país organizam-se igualmente empresas piloto. Até ao início de 1977, na Tanzânia tinham sido criadas 7684 aldeias abranjendo um total de 13,1 milhões de pessoas.

Foram tomadas medidas visando ampliar o sector estatal, não deixando de atribuir determinada importância ao sector privado. Hoje, o Estado estabeleceu o controlo sobre as indústrias extractiva e transformadora, os transportes, as comunicações, a energia, a saúde pública, a maior parte do comércio grossista, a importação e exportação; nacionalizaram-se os bancos. Uma das maiores conquistas no domínio social foi a introdução, em 1977, do ensino primário obrigatório.

Na República Popular de Moçambique nacionalizou-se a terra e os imóveis. Os bancos, as fábricas de cimento, as companhias de seguros e actividade de muitas firmas estrangeiras passaram a ser controladas pelo Estado. A instrução pública e os serviços de saúde passaram para as mãos do Estado.

Iniciaram-se importantes transformações na agricultura. Foram nacionalizadas as maiores fábricas de açucar, algodão, chá e amêndoa de caju. Dão-se os primeiros passos para a criação de cooperativas de produção, sob a forma de «comunas camponesas», onde 10 a 30 famílias trabalham a terra, vendendo, depois, os produtos agrícolas a organizações estatais de distribuição, e «aldeias comunais», onde o grau de socialização da terra ainda é maior. Existem actualmente no país cerca de 1,5 mil «aldeias comunais», num total de 3 milhões de pessoas.

O III Congresso da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que se realizou em 1977, tomou a decisão de transformar esta Frente num Partido de vanguarda da aliança da classe operária com os camponeses, assente nos ideais do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo foi apontado como a única teoria científica da transformação socialista da sociedade. O novo programa da FRELIMO coloca como o objectivo

levar a cabo a revolução democrática nacional e criar condições para a construção do socialismo.

Na Etiópia foi aprovado, em Abril de 1976, o programa da Revolução Democrática Nacional que proclama como principal objectivo do novo poder «a abolição total do feudalismo no país, do imperialismo e do capitalismo burocrático, a união de todas as forças antifeudais e anti-imperialistas em torno da luta pela construção duma Etiópia nova e a criação de uma base segura para a passagem ao socialismo». Sob a direcção do Conselho Militar Administrativo Provisório (CMAP), o actual órgão máximo do poder no país, iniciaram-se profundas transformações sócio-económicas. Foram nacionalizados os bancos, as companhias de seguros, as grandes empresas industriais, introduziu-se o monopólio estatal a nível do comércio externo. Com base na nacionalização da terra realiza-se a reforma agrária, criam-se cooperativas e herdades do Estado. Foi aprovada uma nova legislação do trabalho que estipula a jornada de trabalho de 8 horas, salários garantidos e férias pagas. Para alcançar, o mais rapidamente possível, os objectivos sócio-políticos, o CMAP deu início, em Outubro de 1978, a uma campanha nacional de desenvolvimento e centralização do planeamento. Nos três anos decorridos desde que esta campanha foi lançada, a produção atingiu, em geral, o nível existente antes da revolução, o planeamento tornou-se um importante elemento do desenvolvimento da economia. Na agricultura, cresceu a produção de mercadorias, fortalece-se a cooperação a nível da produção, consumo e abastecimento dos camponeses. Nos anos da revolução, o número de analfabetos, que em 1974 constituíam 93% da população,

foi reduzido para 65%. A quantidade de hospitais e clínicas aumentou para mais do dobro.

Paralelamente, trabalha-se no sentido de organizar o partido no país. Foi criada, em Dezembro de 1979, a Comissão para a Organização do Partido dos Trabalhadores da Etiópia (COPTE), a qual ficou encarregada de reunir os marxistas da Etiópia num partido, propagandear as ideias do socialismo científico entre as massas populares e da formação político-ideológica destas. Hoje, há comités da COPTE em todas as províncias e regiões do país. Trabalham, sob a sua orientação organizações juvenis, femininas, sindicais, camponeses e outras organizações sociais. Com base nas decisões dos Plenários do CC da COPTE, luta-se pela elevação da disciplina e da produtividade do trabalho, a nível nacional pela liquidação da corrupção e do caos económico. Foi criado, nesse sentido, um sistema de comités de controlo dos trabalhadores. Em Junho de 1981, realizaram-se eleições para as autarquias urbanas, o que conduziu a uma maior integração das massas na gestão do Estado.

Em Angola, no curto espaço de tempo que decorreu após a proclamação da independência (Novembro de 1975), criou-se uma forte base para o desenvolvimento do sector estatal. Foram nacionalizados, ou passaram a ser controlados pelo Estado, (através de comissões de trabalhadores) empresas da indústria extractiva, têxtil, metalúrgica e alimentar, nomeadamente todas as grandes companhias que antes eram propriedade de estrangeiros. Passaram para as mãos do Estado as centrais eléctricas, os estaleiros navais, uma refinaria com uma capacidade produtiva de 1 milhão de toneladas de derivados de petróleo por ano, 61% das acções (parte correspondente ao capital português) da companhia de extracção

de diamantes «Diamang» (este ramo da indústria tem grande importância para a economia do país). O Estado recebe mais de metade dos rendimentos provenientes da extracção do petróleo de Cabinda, que é realizada pela companhia americana «Gulf Oil».

Foram criadas uniões estatais na indústria piscatória e no sistema de transportes, encontra-se em funcionamento uma companhia aérea nacional. Foi estabelecido o monopólio estatal na esfera do comércio externo. A nível do comércio interno foi criada uma rede de «lojas do povo», fomentam-se diversas formas de cooperativas de consumo.

Nacionalizaram-se os bancos em 1976 e introduziu-se um sistema monetário único nacional em 1977.

Na agricultura, as grandes empresas abandonadas pelos colonizadores foram entregues a comissões de trabalhadores. O Estado passou a controlar as grandes empresas de café. Dão-se os primeiros passos para fomentar as formas embrionárias de cooperação. Foi decidido desenvolver três tipos de cooperação — associações de camponeses e cooperativas de primeiro e segundo grau.

A linha de construção de uma Angola nova foi ratificada no I Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) (Dezembro de 1977), organização que dirigiu a luta armada do povo angolano e, posteriormente, encabeçou a República Popular de Angola. No Relatório ao Congresso, o CC do MPLA sublinhava: «Baseando-nos na experiência da longa luta de libertação nacional e em completa correspondência com as leis gerais do desenvolvimento social, escolhemos a via para o socialismo. Escolhemos a construção de uma ordem social em

que não exista exploração do homem pelo homem. A escolha que fizemos determina a nossa posição e a nossa atitude para com os países socialistas; eles são nossos aliados naturais na luta pela construção da sociedade socialista, na luta contra o imperialismo... Consciente do nosso grande objectivo, a criação de uma Angola livre, independente e socialista, o nosso partido, inspirado pelos ensinamentos do socialismo científico, armado com a concepção do mundo da classe operária, utiliza de forma criadora o marxismo-leninismo nas condições concretas existentes na África Austral»[1]. O Congresso aprovou a linha de transformação do MPLA em Partido de vanguarda dos trabalhadores: MPLA — Partido do Trabalho, que na sua actividade se apoia na teoria do socialismo científico e na política de fortalecimento da orientação socialista seguida no país.

As directivas sancionadas pelo Congresso — «Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social da República Popular de Angola no Período de 1978-1980» — previam o posterior desenvolvimento multilateral do sector estatal na indústria com o emprego de capital estrangeiro em princípios concessionários. A actividade do capital privado foi limitada e colocada sob o controlo do Estado.

A criação dum novo sistema de distribuição ocupou um lugar de destaque no plano trienal. Foi decidido ampliar gradualmente o monopólio do Estado a nível da distribuição dos produtos de primeira necessidade e reforçar o controlo do Estado sobre o comércio retalhista.

---

[1] *I Congresso do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Luanda, 4-10 de Dezembro de 1977*, M., 1978, pp. 54, 57-58.

Depois do Congresso, no início de 1978, foram nacionalizadas várias grandes empresas comerciais.

Noutros países de orientação socialista deram-se igualmente transformações sócio-económicas.

De um modo geral, em muitos países de orientação socialista fortaleceram-se as bases da política externa e interna democrática revolucionária, ampliou-se a esfera das transformações sociais e cresceu o papel do Estado na vida económica.

Deram-se importantes passos em alguns países de orientação socialista, com vista à união anti-imperialista e progressista dos comunistas e democratas revolucionários e de todas as forças patrióticas. Na República Popular do Iémen este processo desenrolou-se de forma bastante interessante. Em Outubro de 1975, no Congresso da unificação, fundiram-se a União Democrática Popular, o Partido da Vanguarda Popular e a Organização Política da Frente Nacional, tendo sido criada uma Organização Política Unificada — a Frente Nacional (OPUFN). O programa homologado pelo Congresso testemunhou bem o elevado nível ideológico desta organização combativa do povo do Iémen do Sul e do Partido de vanguarda num país de orientação socialista.

O Partido Socialista do Iémen, criado na base da OPUFN proclamou guiar-se pelos princípios do socialismo científico. O seu Congresso constituinte teve lugar em Outubro de 1978.

Na saudação do CC do PCUS ao I Congresso do PSI sublinhava-se que este «Congresso entraria na história do Iémen Democrático como um dos acontecimentos mais importantes que personifica a decisão do povo do Iémen do Sul e da sua vanguarda revolucionária em construir, de acordo com a via socialista escolhida, uma sociedade nova, livre da exploração do homem pelo homem»[1].

Na Síria foi criada, em 1972, com a participação do Partido Comunista, a Frente Nacional Progressista. O camarada L. I. Bréjnev, na saudação que enviou por essa ocasião ao Comité Central do Partido Comunista Sírio e ao presidente H. Assad, destacava o papel do Partido Comunista e do Partido Baath, encabeçado por H. Assad, nesta grande vitória das forças progressistas anti-imperialistas do povo sírio. Os comunistas sírios fazem parte do governo formado pelo partido Baath há mais de dez anos.

No Iraque, o Partido Comunista e o Partido Baath assinaram, em 1973, uma declaração de cooperação conjunta na Frente Patriótica Nacional Progressista (um ano antes os representantes do partido comunista tinham passado a fazer parte do governo do Iraque). Alguns anos depois, a sua aliança enfrentou, todavia, sérias dificuldades, acabando por dissolver-se. Os comunistas foram perseguidos. Um grupo de militantes do Partido Comunista Iraquiano foi executado por actividades ilegais no seio das forças armadas, embora tanto a direcção do partido, como os comunistas condenados tenham negado a referida acusação. O Partido Comunista do Iraque, que se encontrava na clandestinidade, declarou abandonar a Frente em Maio de 1979.

Na sua análise da actividade das «frentes» e dos seus pontos fortes e fracos, a conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Árabes (Abril de 1978) declarou: «A necessidade da existência das frentes progressistas e patrióticas que foram criadas numa

[1] *Pravda*, 12 de Outubro de 1978.

série de países árabes já foi confirmada na prática. Fazem parte da sua composição partidos nacionais e progressistas, entre os quais os comunistas, o que é um reflexo da realidade. A cooperação no âmbito destas frentes permitiu alcançar determinados êxitos nos domínios económico, político e social. Além disso, elas tiveram um papel significativo na mobilização das massas para a luta contra o imperialismo e os seus lacaios. Os importantes objectivos da etapa actual do movimento de libertação nacional árabe impõem continuar a desenvolver essas frentes, melhorar as relações entre as forças que nelas participam no espírito de uma cooperação democrática mais profunda e intensificar a sua actividade com base no movimento de massas»[1].

A unidade de acção dos comunistas e dos democratas revolucionários, de todos os patriotas que ocupam posições anti-imperialistas e a sua coesão adquirem um significado especial no contexto da agudização das contradições sociais. O processo de transformações sociais à medida que avança ameaça não só os privilégios dos grupos tradicionais, como também de novos grupos burgueses burocráticos e exploradores e a resistência destes aumenta graças ao apoio do imperialismo. Activam-se as suas tentativas de travar o desenvolvimento dos países de orientação socialista e provocar uma transformação reaccionária do poder revolucionário democrático. Quando as forças progressistas se encontram desunidas, esta acção da reacção é mais fácil e adquire formas de perigo real para a linha sócio-política progressista dos países respectivos.

A análise dos acontecimentos dos anos 70 chama a atenção para a agudização das contradições, para o fortalecimento e aprofundamento

[1] *Al-Nida* (Beirute), 16 de Abril de 1978.

do processo de estratificação nas fileiras da democracia revolucionária, sobretudo nos países de orientação socialista. Claro que a desunião política, a falta de unidade suficientemente forte e os reagrupamentos políticos constantes também existiam nas etapas precedentes. Pode-se mesmo dizer que este aspecto é característico da democracia revolucionária[1] e se deve, acima de tudo, à sua heterogeneidade social, ou melhor, ao facto de as forças que a constituem serem heterogéneas, bem como às particularidades de classe destas forças. Não se pode esquecer que a linha da democracia revolucionária é frequentemente determinada pelos círculos pequeno-burgueses ou, em última análise, por círculos de mentalidade pequeno-burguesa. Isto significa que são politicamente instáveis e especialmente influenciáveis por outras classes, inclusive, por classes antagónicas.

No início da etapa presente da luta de libertação, que começou com a conquista da independência, a estratificação não era, contudo, tão grande e visível. Hoje, destaca-se de forma mais precisa a ala direita. Esta manifesta-se em quase todos os países de orientação socialista e, em alguns, tem alcançado vitórias sensíveis.

Estas forças não só não desejam que a revolução avance, como fazem tudo o que está ao seu alcance para que o movimento faça concessões em várias questões de princípio. Ora se sentem satisfeitas com as suas vitórias (e mesmo em relação a alguns aspectos parece-lhes que foram «demasiado longe»), ora têm medo da activação

[1] "A democracia revolucionária, como unidade de elementos heterogéneos — (pela sua *posição* de classe e *interesses*, o que não de forma alguma é o mesmo!)" (V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 31, p. 246). A sua dissolução, dizia V. I. Lénine, é inevitável.

política das massas, à medida que a revolução avança, ou uma coisa e outra ao mesmo tempo. Os processos de corrupção têm, sem dúvida, um papel extremamente funesto. São acompanhados da traição aos ideais do passado revolucionário e da passagem às posições das forças da burguesia. No que respeita à base ideológica destes processos, parte deles constitui tendências reaccionárias nacionalistas que, como se sabe, ocupam um lugar significativo na concepção do mundo da democracia revolucionária. Estas tendências tornam-se mais fortes, sob a influência de diversos factores.

Claro que tudo isto decorre na conjuntura da ligação directa à crescente estratificação social, à formação da «nova» burguesia, às suas crescentes exigências para com a influência política adequada às suas possibilidades económicas e mesmo às suas pretensões ao poder.

Existe igualmente, embora de forma não tão generalizada, a ala esquerda, aquela parte da democracia revolucionária que declara o socialismo científico como base da sua filosofia política e da sua actividade. Ela ou fortalece-se nestas posições ou dá importantes passos rumo ao socialismo científico. É de assinalar que precisamente esta ala da democracia revolucionária governa os Estados de orientação socialista surgidos nos anos 70: Angola, Moçambique, Etiópia, Iémen do Sul e outros.

O aspecto mais importante é que a diferenciação no seio da democracia revolucionária raramente se revelava antes através de uma verdadeira delimitação, sobretudo em formas tão agudas (claro que não se trata de casos sem justificação social e que se encontram ligados à divergência de interesses de grupos e de ambições pessoais, ou seja, à luta pelo poder e influência).

Hoje, (e esta é uma das particularidades da época actual) há uma luta aguda entre a ala direita e a ala esquerda da democracia revolucionária, além disso, muitas destas questões assentam em demarcações políticas e mesmo ideológicas. Foi isso que aconteceu na República do Iémen do Sul (tentativa de golpe organizada pelo ex-presidente da república S. Rubayyi), na Birmânia (liquidação de um agrupamento de direita no BSPP — Birma Socialist Programme Party), no Egipto (conflito entre os seguidores de Nasser e de Sadat, a prisão dos partidários mais próximos de Nasser), no Congo (tentativa de golpe e condenação do ex-presidente do país, Mossamba-Débat), etc.

Entretanto, embora a diferenciação no seio da democracia revolucionária atraia cada vez mais atenções, as bases encontram-se ainda fora deste processo. Na situação que se criou ocupam por assim dizer uma posição centrista e ainda buscam uma «terceira» via fora do âmbito dos «extremos» das alas direita e esquerda. Nas suas posições reflectem-se claramente as hesitações políticas da democracia revolucionária e o seu carácter «intermédio».

As particularidades da limitação pequeno-burguesa impedem o «grosso» dos democratas revolucionários de tirar as conclusões sócio-políticas e as lições que impõe o evoluir da situação e dos acontecimentos, impedem-nos de avançar rumo ao socialismo científico, rumo a posições mais consequentes na luta de classes. A ligação a forças da democracia revolucionária que actualmente se encontram na ala direita é outro factor negativo. Esta corrente «básica» a que nos referimos continua frequentemente agarrada a uma unidade fantasma, embora assente no medo de enfraquecer a influência da democracia revolu-

cionária no seu todo e conduzir ao fortalecimento das posições dos círculos burgueses. Além disso, o nacionalismo actua frequentemente como um travão, aliás, como a cautela com que encaram a ideologia marxista-leninista, o anticomunismo passivo e, por vezes, activo, de que se serve, com algum êxito, o imperialismo.

Isto não significa que as potencialidades progressistas da referida corrente da democracia revolucionária estejam completamente perdidas ou mesmo minadas. Ao contrário, conservam a sua importância. Este «centro» vê as suas fileiras constantemente alargadas, fenómeno este que decorre nos países em vias de desenvolvimento e pelos vistos continuará a decorrer nos tempos mais próximos.

Pergunta-se: porquê esta diferenciação entre os democratas revolucionários? Em primeiro lugar ela é um resultado da lógica e da dinâmica do desenvolvimento social nos países libertados. A diferenciação é provocada por factores de classe tanto nacionais como internacionais.

Entre os factores nacionais destacam-se os processos de delimitação de classe que decorrem nestes países e que levam os membros das coligações de classes a ter cada vez maior consciência dos seus interesses sociais.

A diferenciação assenta igualmente na experiência do desenvolvimento que demonstra e ilustra o comportamento de diversas forças sociais, e aclara as divergências de classe e sociais. Esta diferenciação é tanto mais evidente quanto mais «velha» é a orientação socialista do país, quanto mais longo é o período de desenvolvimento independente do jovem Estado.

Em alguns países de orientação socialista a chamada nova burguesia cresce e procura por todos os meios definir-se politicamente, inclusive,

ligando-se a determinados elos do aparelho de Estado e partidário, influenciando-os e fomentando a corrupção. A insatisfação das massas é levada ao rubro pelas suas condições de vida, pelo aumento do número dos elementos parasitas e burgueses e pelo facto de algumas das iniciativas terem pouca aplicação prática.

Agudiza-se cada vez mais a luta em torno da orientação social escolhida, adquirindo um carácter social mais definido, carácter de classe e menos democrático geral. Agudizam-se as contradições de desenvolvimento, cuja superação exige transformações sócio-económicas mais profundas.

E, finalmente, enfraquecem, embora ainda continuem a ter certa força, os laços estabelecidos na etapa anterior da luta pela independência. As relações entre forças de diversos tons políticos dentro da democracia revolucionária se não se quebram, tornam-se mais débeis.

Assim, a delimitação é uma consequência da revelação do conteúdo social da nova etapa de luta, das suas dificuldades e contradições.

A nível da luta de classes internacional, o seu aprofundamento, as experiências que revelam o conteúdo da política do imperialismo e as mudanças na correlação de forças de classe no cenário mundial e nos quadros regionais, também contribuem para a estratificação da democracia revolucionária. Há que ter em conta os esforços empreendidos pelo imperialismo para influenciar certas camadas da democracia revolucionária. Em suma, actualmente, tudo isto se revela na política do neocolonialismo que visa impedir o amadurecimento da consciência social e a intensificação da luta anti-imperialista nos países do antigo mundo colonial e semicolonial.

A atmosfera de protesto social existente nos países em vias de desenvolvimento e a perspectiva de agudização das contradições sociais tornam inevitável a «reprodução» e o fortalecimento constante da oposição de esquerda[1], nomeadamente, das forças revolucionárias. Pelo menos parte dessa oposição no período histórico mais próximo (tendo em conta o nível de desenvolvimento dos países libertados e a consciência política e social das suas massas trabalhadoras e camadas pequeno-burguesas) provavelmente se revelaria no quadro da democracia revolucionária que só por isso durante o referido período tem garantido para si um efectivo constante.

Como já se assinalou, a orientação socialista, que se desenvolveu nos últimos anos de forma não generalizada, sofreu a influência de factores externos e internos, recuos parciais e, mesmo, derrotas. Um dos exemplos mais elucidativos é o Egipto, onde o regime a que estiveram ligadas, nos anos 50-60, todas as grandes conquistas da revolução egípcia, encabeçada por Nasser, que nos anos 70 seguiu a via da transformação reaccionária.

Em vida de Nasser, o Egipto seguiu, como se sabe, uma linha claramente anti-imperialista e progressista. Mas, já nesses anos havia forças no país que tendo lucrado com a revolução egípcia, não desejavam o aprofundamento desta. Queriam anular o desenvolvimento da revolução e muitas das conquistas alcançadas sob a direcção de Nasser e opunham-se abertamente à sua política.

---

[1] A propósito, é precisamente daqui que provém a Internacional Socialista e determinados partidos social-democráticos que nos últimos tempos têm intensificado a sua actividade nos países em vias de desenvolvimento.

Proferimo-nos fundamentalmente aos camponeses ricos e à nova burguesia urbana que fez a sua fortuna não no sector produtivo que, praticamente se encontrava nas mãos do Estado, mas fundamentalmente, na esfera dos serviços. São donos de hotéis, restaurantes e outras empresas deste sector, empreiteiros de construção civil, especuladores de lotes de terreno e intermediários, resumindo, toda uma camada (e não muito pequena) de novos ricos[1].

A esta camada há que acrescentar círculos influentes da chamada burguesia burocrática, muitos funcionários de Estado e ex-oficiais, membros da União Socialista Árabe e outras personalidades que ocupavam cargos administrativos e haviam enriquecido através de desfalques e outros meios ilícitos.

---

[1] Na Declaração da Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países Árabes (Abril de 1978) chama-se a atenção para este fenómeno. No mundo árabe, assinala-se nesse documento "é cada vez mais visível o papel que começou a desempenhar a burguesia parasitária, conseguindo alcançar uma capitulação perante o imperialismo, o regresso às velhas órdens e a "liberalização da economia". Esta camada social nasce e cresce no sector empresarial e do comércio em unidade com a burocracia do aparelho de Estado e do sector estatal, transformando-se, sem o controlo do povo, numa força influente. Encontrando-se fora da esfera da produção social, estas camadas não só se tornam alheias aos interesses de libertação nacional e aos interesses nacionais do seu povo e do seu país, como se colocam ao serviço do imperialismo, da reacção e do sionismo. No Egipto, isto adquiriu considerável amplitude. Estas forças, juntamente com as sequelas feudais e da grande burguesia, cujos interesses tinham sido minados, bem como com a direita, constituíram a base social que levou o Egipto a afastar-se de uma política nacional. Quanto a alguns países progressistas, estes processos começaram a revelar-se numa ou noutra forma. É necessário estar vigilante e lutar decididamente contra tais tendências (*Al-Nida*, 16.IV.1978).

Todos estes grupos ficaram descontentes com as leis e outras limitações que lhes foram impostas em vida de Nasser para impedir a utilização livre das riquezas acumuladas tanto para enriquecer, como para viver uma «vida doce». Também as classes exploradoras «tradicionais»— os latifundiários e os capitalistas que actuavam nos diversos sectores da economia nos tempos anteriores à revolução — resistiram à política progressista dos dirigentes egípcios. Apesar da súbita limitação da sua influência, estas camadas conservaram determinadas posições na economia egípcia e ligações a diversos elos do. aparelho de Estado.

A sua autoridade e influência permitiu a Nasser suster todas estas forças. Quando faleceu, em Setembro de 1970, a situação alterou-se radicalmente. O seu sucessor não tinha tanta influência. E, o que é mais importante, ele próprio partilhava e expressava à sua maneira as tendências destas camadas de inspiração contra-revolucionária.

Como a linha progressista se apoiava, antes de mais, na autoridade de Nasser e não havia uma força suficientemente influente, capaz de garantir a continuação desta política, a subida de Sadat e dos que o rodeavam ao poder teve consequências desastrosas para a orientação progressista do Egipto. Como se vê, para o êxito do processo revolucionário nos países libertados é importante que exista uma forte organização política de vanguarda capaz de encabeçá-lo. É de assinalar que Nasser, embora reconhecesse a importância da criação de uma organização desse tipo, não concretizou essa ideia.

A base do regime progressista foi reduzida igualmente pelo facto de muitas das suas iniciativas, que iam ao encontro dos interesses

nacionais do país, serem levados à prática á partir «de cima», sem o apoio das massas.

Sadat ao subir ao poder transformou profundamente a situação no Egipto e as suas orientações políticas pessoais revelaram-se dentro de pouco tempo. Logo em Maio de 1971, cerca de 7 ou 8 meses depois da sua tomada de posse como presidente foram presos os seguidores mais próximos de Nasser, Ali Sabri, Sharawy Mohamed Gommaa e outros. Seguiu-se a revisão das transformações revolucionárias. Voltaram a ser dados direitos políticos àqueles que deles tinham sido privados, aos grandes capitalistas e latifundiários que tinham sido atingidos pela reforma agrária. Foram revistas as próprias transformações agrárias e a nova atitude para com o sector privado revelou-se na política de liberalização e de «portas abertas» no chamado «infittah», que consistia, no essencial, na «abertura das portas» ao capital estrangeiro. Tudo isto foi acompanhado de uma campanha de crítica aos presumíveis erros de Nasser, de início em surdina e depois cada vez mais activamente, etc.

Ao mesmo tempo, iniciou-se a viragem da política externa. Enquanto Egipto seguiu uma linha anti-imperialista progressista, os países socialistas eram considerados seus aliados naturais. Já as forças sociais, cujos interesses Sadat defendia, não sentiam necessidade de tais aliados. Desenvolveram e fortaleceram relações com o Ocidente imperialista, tendo em vista, nomeadamente, lucros económicos e novas possibilidades de enriquecer. Além disso, desejavam apoiar-se no Ocidente e, sobretudo, nos EUA, no intuito de estabelecer um acordo com Israel. Os círculos mais influentes da burguesia egípcia há muito que desprezavam os interesses dos outros países árabes e do povo árabe da Palestina.

Aspiravam que o Egipto, como Estado árabe mais desenvolvido, seguisse uma linha de exploração, juntamente com Israel, dos outros países árabes e da sua transformação destes numa zona de influência própria.

Finalmente, a pressão do imperialismo e as manobras da reacção árabe, que se ingeriram abertamente nos assuntos internos do Egipto e utilizaram todos os meios para minar as conquistas da revolução egípcia, tiveram um enorme papel no afastamento do Egipto da linha progressista e nas mudanças da orientação de desenvolvimento sócio-político.

Estas são algumas das razões sociais e políticas do afastamento do Egipto da orientação socialista, do verdadeiro drama que atingiu o povo egípcio. O Egipto, que no tempo de Nasser era a vanguarda do movimento de libertação árabe, passou a ser utilizado como «cavalo de Troia» do imperialismo no mundo árabe. Os dirigentes egípcios passaram a seguir a via de «Camp David», a via da traição aos interesses dos povos árabes e da capitulação. Os dirigentes egípcios tornaram-se, juntamente com outros aliados árabes de Washington, intermediários da política americana no mundo árabe. Além disso, Sadat tentou, tanto nas palavras como nos actos demonstrar que o seu regime é capaz e está disposto a ser um executor dessa política em África, na zona do Mar Vermelho, etc. Era precisamente isso que tinha em vista J. Carter quando, numa conferência de imprensa, afirmou que o facto dos egípcios terem ligado o seu destino ao nosso é um acontecimento bastante positivo para o Médio Oriente, um dos acontecimentos de maior significado.

A política de Sadat e as enormes dificuldades económicas a ela inerentes agudizaram ao máximo

as contradições internas. Entre as massas populares apareceu rapidamente um ambiente de desilusão e de insatisfação ampla, e intensificou-se a actividade das forças nacionais e patrióticas do Egipto. Os anos de desenvolvimento progressista não tinham passado em vão para o país e para a sua opinião pública. O governo de Sadat tentou controlar a situação, liquidando todas as liberdades democráticas no país e criando um regime policial arbitrário. Essas medidas, assim como alguns passos empreendidos pelos EUA no sentido de fortalecer o regime de Sadat aprofundaram, todavia, a impopularidade da política do governo do Egipto. A insatisfação profunda com esta linha encontrou ampla expressão entre a opinião pública egípcia e as massas populares e conduziu aos acontecimentos conhecidos durante a parada militar de Outubro e à morte de Sadat.

Em alguns países de orientação socialista, em que se mantém invariável a linha geral de desenvolvimento e continua o avanço numa série de direcções, houve, contudo, passos em falso em determinados domínios. Na evolução ideológica dos democratas revolucionários observa-se não só alterações progressistas, mas também recuos sem, no entanto, serem ambos de princípio. A vida confirmou, em geral, que essa evolução é um processo longo e complexo, tendo derrubado as concepções incorrectas de que a democracia revolucionária se aproxima a passos largos do marxismo-leninismo. É de salientar que numa série de países a reacção aumentou sensivelmente a sua pressão no intuito de levar à confrontação os comunistas e os democratas revolucionários. Estas intrigas políticas obtiveram certo êxito em alguns casos. Os próprios democratas revolucionários tentam, infelizmente, com frequência,

atribuir à cooperação com os comunistas um carácter formal. Mais do que isso, é frequente a sua política visar, duma ou de outra forma, o enfraquecimento dos partidos comunistas.

A agudização da luta de classes, característica da maioria dos países libertados, é ainda mais intensa nos países de orientação socialista. Uma das particularidades desta luta é o facto de, no seu centro, se encontrar a própria política de orientação socialista, a linha anti-imperialista e anticapitalista do regime. Neste contexto, a questão da garantia da orientação socialista, da possibilidade do seu desenvolvimento voltar atrás não é agora menos actual. Os últimos acontecimentos confirmam, além disso, as tentativas dos grupos de direita, que actuam no seio da democracia revolucionária e têm raízes na pequena burguesia e nos meios burgueses e no desenvolvimento contínuo das relações capitalistas de conseguir transformação dos regimes progressistas e modificar o seu conteúdo de forma «pacífica»[1].

Impõe-se referir ainda outros factores que dificultam o desenvolvimento dos países de orientação socialista.

Sabe-se que as tendências progressistas e anticapitalistas das ex-colónias e países dependentes são antes de mais, as premissas da passagem para a via de desenvolvimento anticapitalista e da amplitude específica da base social do aprofundamento da luta de libertação nacional. Mas, elas levantam também consideráveis dificuldades à sua realização, pois, em consequência

[1] Estas tentativas merecem atenção especial porque, antigamente, tanto a literatura científica, como os observadores políticos se dedicaram, sobretudo, aos métodos "violentos" de luta contra os regimes progressistas.

da expressão própria do factor nacional, enfraquecem as bases sociais da luta anticapitalista e dificultam a compreensão das camadas politicamente activas, para já não falar das amplas massas e do seu verdadeiro carácter de classe.

Claro que a base mais importante e segura das tendências anticapitalistas é o proletariado. Na presente etapa, o proletariado vê o seu papel nos países libertados aumentar em resultado da elevação do seu número e das mudanças na sua consciência de classe, assim como graças ao crescente prestígio da comunidade socialista e da classe operária internacional. Paralelamente, a debilidade das camadas burguesa e pró-burguesa explica, de certa maneira, porque a classe operária é ainda fraca na maioria dos países libertados e a pequena burguesia, com todos os seus preconceitos e hesitações, ocupa uma posição dominante. E isto tem, numa série de casos, como consequência a falta de peso das tendências anticapitalistas.

As enormes dificuldades e barreiras que as tendências anticapitalistas encontram no seu caminho têm origem no atraso geral dos países que se libertaram do jugo colonial e semicolonial e, sobretudo, na fraqueza da sua economia.

Na conjuntura do desenvolvimento não-capitalista, o poder revolucionário e as forças progressistas são forçadas não só a modificar radicalmente as relações de propriedade e a ideologia existente. Têm que realizar igualmente um enorme trabalho de criação e incremento de novas forças produtivas, melhorando ao mesmo tempo a situação dos trabalhadores. Devem transformar as relações sócio-económicas que, na maior parte dos casos, são uma mistura de elementos de várias épocas e, neste sentido, acabar com as contradições, utilizando métodos que não estimú-

lem a formação duma frente única das forças exploradoras e proprietárias.

A atmosfera ideológica dominante também tem um efeito contraditório: as simpatias «socialistas» nem sempre conduzem à elevação generalizada da consciência política das massas trabalhadoras e superam a influência negativa das ideias reaccionárias, nacionalistas, religiosas e patriarcais.

O poder revolucionário e as forças progressistas debatem-se com a dependência económica do imperialismo e da economia capitalista mundial, que eles não podem liquidar rapidamente e tem graves consequências para a orientação progressista, não só económicas, como políticas. Além disso, toda uma série de países de orientação socialista mantêm relações económicas activas com o mundo capitalista. Estas ligações são mais amplas e intensas do que se podia prever há alguns anos atrás. Embora tenham bases objectivas, são em muito fomentadas por forças sociais e políticas interessadas.

É também de referir que a orientação socialista, apesar de todo o significado das transformações sociais levadas a cabo, é, na etapa actual acima de tudo, a expressão duma «vontade política». A base económica, sobretudo a agricultura (o seu papel nos países em vias de desenvolvimento é enorme) continua a desenvolver-se espontaneamente, o que fomenta as relações capitalistas e de propriedade privada e em muitos aspectos é semelhante à base existente nos países de orientação capitalista.

Entretanto, numa série de casos, a «vontade política» acaba devido a determinadas particularidades da superestrutura, à inexistência de partidos de vanguarda e à fraqueza das organizações políticas existentes, por não ser suficientemente forte.

Não se esqueça, além disso, a pressão da reacção não enfraquece. Sem abdicar da violência contra-revolucionária, a reacção interna serve-se, paralelamente, cada vez mais do método de envolvimento dos regimes progressistas numa teia de reformas. A sua táctica aproxima-se assim da táctica do imperialismo.

Um fenómeno histórico extremamente perigoso e de certa maneira novo é o crescimento numérico da burguesia burocrática, camada que surge no seguimento do processo da corrupção financeira e política. O aparecimento e o fortalecimento desta camada é característico, embora de formas diferentes, de quase todos os países em vias de desenvolvimento. Nos países de orientação capitalista, a burguesia burocrática agrava os sofrimentos trazidos pelo capitalismo e dificulta o processo de desenvolvimento. Entretanto, nos países de orientação socialista, pode ser fonte de desvios, tanto de curta, como de longa duração. A burguesia burocrática, uma das camadas sociais mais parasitárias, agrega em si vícios oriundos das relações feudais, capitalistas e coloniais: cobiça, sede de enriquecer sem bases empresariais, paixão do consumo de tipo pseudo-actual, tendência para o luxo, servilismo, amor ao poder, demagogia social incontível e tendência para a violência política, jogo com palavras de ordem nacionalistas e prontidão para o compromisso com o imperialismo, autoritarismo, antidemocratismo, etc.

Os Estados de orientação socialista são cada vez mais pressionados pelo imperialismo. Continuam a ser um dos «alvos» da política neocolonialista. Isso acontece, antes de mais, porque os países de orientação socialista são, de entre todos os países libertados, as forças mais consequentes que se opõem à linha do imperialismo.

O imperialismo tenta, derrotando a orientação destes países, reduzir o prestígio do socialismo nas antigas colónias e países dependentes. Finalmente, ele desejaria minar ou destruir a união e cooperação dos países em vias de desenvolvimento, com os países socialistas.

Os esforços do imperialismo com vista à integração dos antigos países escravizados no sistema económico e político do imperialismo, ao aproveitamento com este fim das transformações nas relações económicas que se começaram a estabelecer entre os referidos países e os países capitalistas industrialmente desenvolvidos, têm igualmente como alvo os Estados de orientação capitalista, embora neste caso utilizem métodos específicos.

A pressão imperialista adopta várias formas que nem sempre se baseiam na força. Assinale-se no entanto, que as tentativas de afastar os regimes progressistas pela força do poder não foram retiradas do arsenal do imperialismo. Hoje, o imperialismo continua a praticar acções de sabotagem e mesmo argumentos do ditame contra esses regimes. Todas essas acções de destabilização dos regimes progressistas, levadas a cabo dentre do quadro geral de uma linha mais flexível que começou a ser seguido já nos anos 60, não deixam, todavia, de ser parte integrante da sua política. Paralelamente, o neocolonialista segue, com frequência, uma linha de adaptação e lealdade exterior, de expectativa e concessões, tentando por todos os meios evitar o agravamento das relações com os países progressistas, orientando-se para uma transformação gradual da sua política interna e externa.

Precisamente esta questão tinha em vista o correspondente da agência «Associated Press» ao escrever, citando diplomatas ocidentais, que

os Estados Unidos aprenderam a conviver com os Estados de orientação socialista. O imperialismo tem bem presente que a resolução final do problema da direcção do desenvolvimento social nas antigas colónias e países dependentes pode ser prolongada e atingida em resultado de uma luta tensa e específica na qual é possível e provável a existência de desvios, que a orientação socialista por si só não garante a vitória do socialismo e não exclui que todo processo volte de novo em direcção ao capitalismo. A sua política visa a oposição ao prosseguimento da «radicalização» dos regimes democráticos revolucionários, o apoio aos agrupamentos de direita nacionalistas e burocrático-burgueses que tentam levar o regime para a via da reacção e se os esforços destes grupos não derem o efeito desejado, o imperialismo está pronto a dar-lhe o apoio necessário para desestabilizar, derrubar o poder progressista.

Nos países onde a democracia revolucionária se encontra no poder, é premente a questão da criação de um partido de vanguarda que faça o papel de estratega, de força motriz e sirva de garantia à linha de orientação socialista escolhida. Isso explica-se pelas dificuldades objectivas do desenvolvimento desses países e pela resistência crescente da reacção nacional e internacional. Isso explica-se pelo nível de desenvolvimento de muitos deles quando a realização das tarefas democráticas gerais que ainda não foram resolvidas, deve ser conjugada, de forma mais precisa, com os interesses e necessidades da perspectiva socialista. Esta tarefa adquire uma importância especial quando a crise, que se aprofunda no mundo capitalista, se torna mais evidente e mais impressionantes as vantagens do socialismo, quando a confrontação cada vez

mais aguda entre os países imperialistas e os países em vias de desenvolvimento em torno das matérias-primas podem dar um novo impulso aos ânimos anticapitalistas nas antigas colónias e semicolónias.

Não é menos actual para os países de orientação socialista a tarefa do fortalecimento da cooperação entre os comunistas e os democratas revolucionários. Os acontecimentos em alguns destes países confirmam de novo que as confrontações provocadas entre a democracia revolucionária e os comunistas continua a ser um dos meios básicos de que se serve o imperialismo e a reacção interna contra a linha de orientação socialista.

Seria um erro se os acontecimentos no Egipto, bem como as conhecidas tendências negativas em outros países de regimes progressistas nos levassem a tirar conclusões unilaterais, se começássemos a analisar a situação nos países de orientação socialista, bem como a situação geral nessas regiões somente segundo esses factos. Mesmo na zona árabe, na qual não há dúvida que decorre uma intensificação das forças da reacção e do imperialismo, na base de uma análise realista, não se pode deixar de ver a enorme escala de transformações *irreversíveis*. Elas transformaram o mundo árabe de forma irreconhecível nas últimas dezenas de anos, conduziram à expansão das ideias anti-imperialistas no seio das massas populares, ao aparecimento de grandes destacamentos da classe operária, à formação de forças progressistas influentes que não é possível nem destruir, nem colocar fora do cenário político, a uma expansão nunca vista das ideias do socialismo e ao fortalecimento do prestígio da União Soviética e dos outros países socialistas irmãos. Não se pode deixar de ver o facto de nesta região do globo terrestre contribuirem para o progresso social tendências de longa duração e de acção constante, factores objectivos e subjectivos consideráveis.

As mudanças registadas nos antigos países escravizados têm carácter democrático generalizado. Mas a lógica da luta anti-imperialista e de classes, que se agudiza, incentiva a opinião pública patriótica e democrática dos países em vias de desenvolvimento a voltar de novo ao problema das vias de desenvolvimento dos seus países e a ver o futuro destes fora do quadro do capitalismo, dentro de um plano de perspectivas socialistas.

IV

O Movimento Operário nos Países de Ásia e de África que Lutam pela Independência Nacional e pelo Progresso Social

Nos anos 70 na vida social dos países afro-asiáticos em geral fortaleceram-se as posições do socialismo científico e das forças políticas que as representam. Uma das bases objectivas deste processo foi a elevação do papel social da classe operária e de todos os trabalhadores desta região.

Na sua intervenção na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1969, L. I. Bréjnev assinalou: «Pode não se duvidar de que o futuro trará consigo o mais amplo desenvolvimento da luta da classe operária dos jovens Estados nacionais contra o imperialismo e os seus aliados. Por fim, precisamente o movimento operário tem uma palavra a dizer nesta região do mundo».

Os anos 70 confirmaram as suas palavras. Nos últimos dez anos, o movimento operário tornou-se nos jovens Estados da Ásia e África, uma das componentes mais importantes do desenvolvimento sócio-político. Nos anos 50 e mesmo nos anos 60, devido ao atraso das antigas colónias e semicolónias, sobretudo, no que respeita ao desenvolvimento industrial, a classe operária e o seu movimento na maior parte destes países encontravam-se em estado embrionário. Nos anos 70, no continente africano e asiático, salvo alguns países da África Tropical, a classe operária fortaleceu-se, deu um grande passo em frente no

seu desenvolvimento, no processo da sua transformação numa força independente e as suas acções incorporam-se cada vez mais estreitamente no movimento operário internacional. Torna-se cada vez mais claro, por isso, que o movimento operário nesta zona se desenvolve segundo as leis gerais da luta de classes.

Foram anos nos quais aumentou o exército do trabalho assalariado nos países libertados de África e da Ásia. Segundo as estimativas da ONU e as estatísticas destes países, o seu efectivo, nos países em vias de desenvolvimento do continente asiático aumentou mais ou menos de 135 milhões, em 1970, para 175 milhões, em 1977, e a percentagem de trabalhadores e empregados entre a população activa, durante o período de 1970-1975, de 34% para 37%. Esta tendência geral de crescimento numérico dos trabalhadores mantém-se nos últimos anos.

O exército do trabalho assalariado no continente africano contava no fim da década com 30 milhões de pessoas, dos quais cerca de 15 milhões operários. No entanto, os níveis de proletarização da população são bastante heterogéneos, o que está ligado ao nível de desenvolvimento sócio-económico nas diversas regiões e países. Assim, na República da Costa do Marfim 19% da população activa são trabalhadores assalariados e no Alto Volta apenas 1,5-2%.

Apenas cerca de 25% dos trabalhadores assalariados dos países da Ásia e de África estão ligados ao sector moderno da economia. Trabalham nas fábricas e na indústria extractiva, em empresas de transportes e de comunicações modernas, em grandes obras de construção, em plantações, latifúndios capitalistas e em empresas agrárias estatais. Estes destacamentos de operários são uma classe operária moderna,

um proletariado no verdadeiro sentido da palavra.

No fim dos anos 70, a classe operária dos países libertados da Ásia e de África tinha 45-50 milhões de pessoas, nomeadamente 35 a 38 milhões de proletários industriais, e 10 a 12 milhões de trabalhadores agrícolas. Na Ásia e em África quase não há países onde não tenham sido criados destacamentos consideráveis do proletariado industrial. Apesar disso, no fim da década de 70, o peso específico do proletariado industrial em África e na Ásia não ultrapassava 6-7% da população activa.

Uma importante mudança sócio-política é o crescimento constante do proletariado que se encontra ligado ao sector estatal dos países afro-asiáticos, o que, ao fim e ao cabo é uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas, da transformação das relações produtivas, do aumento do número dos países de orientação socialista. No sector estatal estão concentradas grandes unidades fabris com processos tecnológicos bastante complexos.

Mais de metade dos assalariados nos países em vias de desenvolvimento são operários e assalariados rurais que trabalham nos latifúndios, nas herdades dos camponeses ricos, e, em parte, nas dos outros camponeses, e operários que trabalham na produção manufacturial, no comércio e nos serviços. Todos eles executam trabalhos fundamentalmente físicos não mecanizados, encontram-se espalhados por milhares de pequenas empresas, trabalham frequentemente ao lado do seu patrão e da família deste. A exploração capitalista adquire aqui formas que se conjugam com as formas feudais e patriarcais de exploração, encontrando-se ligada a elementos de dependência pessoal e obrigações supraeconómicas. Dezenas

de milhões de operários e assalariados rurais, jornaleiros, operários manufacturais, etc., constituem uma longa escada de tipos intermédios complexos e contraditórios desde semiproletários aos proletários propriamente ditos.

Finalmente, cerca de 20-25% dos assalariados são empregados, funcionários públicos e intelectuais. Alguns grupos de empregados dos serviços nos países em vias de desenvolvimento, de uma forma semelhante ao que acontece nos países capitalistas, vão-se transformando, a pouco e pouco, em proletariado do comércio e administração. A maioria dos engenheiros técnicos e quadros administrativos, professores primários, médicos, advogados, etc., constituem um grupo político muito específico e influente das camadas médias.

A complexa estrutura do exército do trabalho assalariado nos países libertados, no qual se reúne, de maneira específica e contraditória, o proletariado e os grupos dos camponeses que lhe são próximos, as classes baixas urbanas e as camadas médias, determina, em grande parte, as particularidades do movimento operário e a correlação de forças de classe nestes países. Embora dezenas de milhões de trabalhadores e assalariados rurais, operários da pequena e da muito pequena indústria, da esfera do comércio e dos serviços, os empregados dos escalões mais baixos dos serviços etc., não se tornassem ainda parte integrante da classe operária moderna, mas possuem já muitos traços característicos do proletariado. Isso cria uma base objectiva para a formação de amplas coligações de classe e, finalmente, de alianças entre o proletariado, o campesinato e as camadas acima referidas.

Os anos 70 foram anos de sérias mudanças tanto quantitativas, como qualitativas a nível

da estrutura sectorial da classe operária. A tendência geral foi, no período referido, a aceleração da taxa de crescimento do proletariado industrial, sobretudo nos sectores de exportação, relativamente ao proletariado rural, o que conduz a uma redução gradual do peso específico dos assalariados rurais em toda a massa de trabalhadores e a uma ampliação correspondente do exército do trabalho assalariado na indústria e na esfera de serviços. No entanto, até hoje, por exemplo, no continente asiático, quase metade dos assalariados ainda trabalha em sectores ligados à agricultura e os restantes, divididos em partes mais ou menos iguais, na esfera de serviços, na indústria e no aparelho de Estado.

Alterações mais consideráveis na estrutura sectorial e profissional do trabalho assalariado, sobretudo no sentido do crescimento numérico do proletariado industrial e da redução dos que trabalham na agricultura, observaram-se nos países do Médio e Próximo Oriente, em Singapura, na Malásia, etc. Cresceu o número de operários da indústria petrolífera que atingiu o seu auge nos anos 70 na Nigéria, Argélia e na Líbia. Foram especialmente elevadas as taxas de crescimento nos sectores modernos da indústria transformadora, o que, claro, se encontra em grande parte ligado ao facto do seu nível inicial ser bastante baixo.

A maioria dos operários industriais, sobretudo das fábricas nos países da Ásia e de África trabalham em grandes empresas. Contudo o crescimento do proletariado industrial não conduz à redução sensível da pequena produção debilmente equipada. Mais ainda, devido ao facto de numa série de países afro-asiáticos se seguir uma política de esquemas tecnológicos mais trabalhosos (para garantir um maior número de postos de trabalho), pode-se supor que de futuro

uma parte considerável do proletariado local continuará a trabalhar na pequena produção, com todas as consequências sociais que daqui decorrem.

O aumento do nível de mecanização e a ampliação do ensino profissional numa série de países afro-asiáticos elevou um pouco o número de operários qualificados. Ao todo, aumenta o nível de instrução dos trabalhadores, começam a surgir os primeiros frutos de programas de fomento da formação das amplas massas da população que foram aprovados nos anos 60 na maioria dos Estados independentes.

O aspecto social do trabalhador africano transforma-se consideravelmente; de operário-migrante por excelência, este transforma-se gradualmente em quadro operário engrossando, deste modo, as fileiras da classe operária moderna no continente. A formação intensiva de quadros proletários decorre igualmente nos países da Ásia, onde, em muitas empresas, já trabalham duas e três gerações de trabalhadores. Não se pode negar, no entanto, que a massa fundamental da classe operária nos países afro-asiáticos, sobretudo na África Tropical, é constituída ainda por pessoas saídas há pouco da aldeia. Mais do que isso, os novos trabalhadores, regra geral, não são qualificados ou possuem uma qualificação baixa e, na sua grande maioria, arranjam trabalho não em grandes e modernas empresas, mas em pequenas manufacturas com organização fraca que lhes é característica e com uma flutuação de mão-de-obra considerável, conservando as delimitações étnicas nacionais e religiosas e outras divergências tradicionais. E nos poucos países onde se formou antes um núcleo de operários qualificados (Índia, Singapura, Turquia, Sri Lanka, Tailândia, etc.) observam-se as maiores taxas de crescimento numérico do proletariado

industrial (em Singapura, por exemplo, em 15 anos, de 1961 até 1975, aumentou mais de 12 vezes), o que também conduz a uma considerável renovação real do mesmo.

Entrando para o colectivo de produção, os novos operários trazem inevitavelmente consigo uma psicologia pequeno-burguesa, tradições tribais, religiosas e de castas, ilusões e preconceitos que são instigados ainda pelos empresários que tentam encobrir a exploração dos trabalhadores atrás de uma fachada de relações patriarcais e paternalistas. O processo de «separação total» do proletariado moderno do meio social de onde saiu e que o rodeia torna-se, por isso, consideravelmente mais lento.

Paralelamente, o exército de assalariados dos países afro-asiáticos sofre a influência de factores contrários, positivos. As alterações a nível da composição profissional e da qualificação da classe operária reveste-se de especial importância. O domínio de dezenas de novas profissões exige não só conhecimentos especiais, como também um nível mais elevado de cultura da produção e geral. Além disso, aumenta gradualmente o peso específico dos operários por descendência e dos que saem de outras camadas sociais urbanas e, consequentemente, diminui o papel do campesinato no engrossamento das fileiras da classe operária. A juventude que recebe instrução geral e especializada é quem determina cada vez mais o perfil social, profissional e cultural do proletariado industrial dos países da Ásia e de África. O facto das fileiras da classe operária se tornarem mais jovens é especialmente claro nos novos sectores da economia e nas empresas modernamente equipadas, com maiores exigências em relação ao nível de instrução geral e de preparação profissional da mão-de-obra.

A modernização da vida urbana, o desenvolvimento da grande indústria, a expansão da instrução e outros factores contribuem para a dissolução gradual da consciência tribal, embora esta seja frequentemente lenta, e para a formação de uma consciência social de classe entre os operários industriais. O processo de desaparecimento dos laços étnicos e religiosos difere de país para país.

À medida que se formam destacamentos modernos da classe operária industrial que actuam como uma força coesa e consolidada em relação à classe no seu todo, à medida que o proletariado se concentra num número reduzido de empresas grandes e tecnicamente bem equipadas do sector estatal, que se fortalece a actividade dos partidos operários e dos sindicatos que defendem as posições de classe bem como o desenvolvimento do movimento internacional de solidariedade proletária nos anos 70, numa série de países da Ásia e de África foi sendo alcançado um aumento considerável da consciência de classe dos trabalhadores, das suas forças e organização.

As alterações quantitativas e qualitativas que decorrem no seio do proletariado são apenas um, embora o mais importante, dos factores que determinam o papel social da classe operária nos países afro-asiáticos, as formas concretas do movimento operário e a sua influência na política dos governos. Os outros factores são o nível de desenvolvimento sócio-económico do referido país, as potencialidades económicas e a influência política da burguesia local, a existência e a liberdade de acção dos sindicatos e dos partidos marxistas-leninistas, o carácter e a orientação do regime político existente, a situação política geral nessa ou noutra região.

A elevação do papel social da classe operária

dos países afro-asiáticos, que se observou nos anos 70, deve-se, em grande parte, ao desanuviamento internacional, às mudanças gerais favoráveis ao progresso e ao socialismo que se deram no mundo. Este processo não pode ser encarado separadamente de acontecimentos como a derrota do imperialismo americano na Indochina, a unificação do Vietname do Sul e do Norte numa república socialista, a criação de um Laus novo e socialista, a derrota do regime dictatorial no Kampuchea, as profundas transformações revolucionárias que se deram no Iémen do Sul, no Irão e no Afeganistão e as vitórias dos patriotas de Angola, Moçambique e do Zimbabwé, no Sul de África. Apesar dos elementos de «provincionalismo» que por vezes se conservam numa série de destacamentos do movimento operário dos países afro-asiáticos, os acontecimentos tanto no cenário mundial, como a nível regional, sobretudo os acontecimentos de carácter anti-imperialista, os que derivam da vida e da actividade da comunidade socialista, aproximam-se deles e encontram respostas adequadas.

O elo fundamental da luta de classes do proletariado na etapa actual é o movimento grevista. As estatísticas testemunham que este se intensificou consideravelmente, nos países da Ásia e de África, sobretudo, nos últimos anos. E isso acontece apesar dos esforços dos governos de muitos países em vias de desenvolvimento de estabelecer uma «paz industrial» sob a palavra de ordem da necessidade de desenvolver a economia nacional e fortalecer a estabilidade dos Estados. Ê sabido que numa série de países, por exemplo o Egipto, o Bangladesh, a Indonésia, a Arábia Saudita, foram proibidas as greves através de leis e que a participação numa greve é punida como crime.

Se até aos últimos tempos, foram as exigências puramente materiais que ocupavam o centro do movimento grevista nos países afro-asiáticos, exigências como a elevação dos salários, o melhoramento das condições de trabalho e de habitação, a redução do horário de trabalho; actualmente, os trabalhadores apresentam cada vez mais exigências de caracter social e político. O fortalecimento das condições políticas no movimento grevista encontra-se ainda no início, mas já é bastante significativo para a etapa actual dos países da Ásia e de África. Tornou-se igualmente considerável a passagem de acções isoladas, frequentemente espontâneas, dos trabalhadores das empresas e de pequenos grupos de operários para acções de massas mais significativas e mesmo para greves gerais tanto a nível de sectores, como a nível nacional. As greves gerais tiveram significado político de monta na Etiópia (1974) e no Irão (1978-79) e tornaram-se um elemento natural e mesmo decisivo (no Irão) das revoluções antimonárquicas e anti-imperialistas.

Durante o desenvolvimento da luta de classes do proletariado dos países da Ásia e de África ampliou-se o diapasão das suas formas e métodos. Paralelamente aos meios de defesa dos seus interesses antigos e comprovados (greves, manifestações, comícios), os operários servem-se cada vez mais de métodos que antigamente só eram utilizados nos países capitalistas desenvolvidos (ocupação de empresas, greves «entrecruzadas», «greves de zelo», etc.).

Nos países de orientação socialista, a politização da classe operária exprime-se, numa série de casos, através do facto desta passar a ocupar as primeiras linhas na vida sócio-política, pelo fortalecimento da sua participação na gestão da produção. Assistiu-se a isso, de maneira espe-

cialmente clara, nos meados dos anos 70, quando se deu um aprofundamento progressivo dos processos revolucionários no continente africano, o que, antes do mais, conduziu, como já foi assinalado, ao aparecimento de países de orientação socialista como a República Popular de Angola, a República Popular de Moçambique, a República da Guiné-Bissau e a Etiópia Socialista. Entre as formas de participação dos trabalhadores na gestão da produção nestes países pode-se nomear os comités operários que controlam a produção nas empresas do sector estatal.

O rápido crescimento do movimento sindical nos países afro-asiáticos tem grande importância para o fortalecimento das posições da classe operária. Deste modo, se, na segunda metade dos anos 60, os sindicatos dos países da Ásia contavam com cerca de 12 milhões de pessoas, no fim dos anos 70, o seu número elevava-se já a 25 milhões de pessoas. Em África estes números eram iguais a 5 milhões e 14 milhões de pessoas, respectivamente.

Além disso, é necessário ter presente que o movimento sindical nos países afro-asiáticos tem que ultrapassar inúmeros obstáculos que encontram no seu caminho. O movimento sindical é composto sobretudo pelos operários das grandes empresas industriais e instituições urbanas. Na maioria dos países, o proletariado agrícola ainda se encontra organizado de maneira bastante débil. Os migrantes e os trabalhadores temporários continuam fora dos sindicatos, o que cria uma base para que sejam vítimas de ainda maior exploração e os torna indefesos perante as arbitrariedades dos empresários. Isto, pelo seu lado, conduz ao aparecimento de contradições entre determinadas camadas da classe operária.

A situação e o papel dos sindicatos no sistema político dos jovens Estados são muito variáveis. Isto está ligado a profundas diferenças dos níveis de desenvolvimento sócio-económico, dos regimes políticos, do grau de consciência dos trabalhadores, da existência ou não de partidos comunistas, da combatividade das organizações operárias, etc. Apenas em 19 dos 29 países em vias de desenvolvimento da Ásia os sindicatos têm uma actividade legal, nos restantes, tanto a sua criação como actividade são proibidas. As classes dirigentes numa série de países de orientação capitalista recusam-se a reconhecer os direitos legais das organizações dos trabalhadores. Tentam privá-las de independência e integrá-las no sistema de Estado.

Um dos pontos fracos do movimento operário nos países da Ásia e de África continua a ser o facto de este se encontrar isolado. Em muitos destes países existe mais que uma central sindical. A falta de unidade no movimento sindical explica-se, de certo modo, pelas intrigas dos agentes do imperialismo e dos líderes de centrais sindicais internacionais que a ele se encontram ligadas, como por exemplo, a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL).

A variedade das condições sociais e do perfil social dos regimes existentes nos países libertados, a diferença das correntes ideológicas e políticas que dominam os sindicatos destes países, além das artimanhas da CISL e de outras forcas reformistas, levaram a que os sindicatos dos antigos países coloniais e dependentes façam parte das mais diversas centrais sindicais internacionais. Assim, os sindicatos assentes nas posições de luta de classes, bem como a maioria das organizações sindicais nos países de orientação socialista fazem parte da Federação Sindical

Mundial (FSM). Da FSM fazem parte 14 centrais sindicais africanas, (sem incluir a RAS), 8 árabes e 6 asiáticas. Em 1978, a FSM criou uma sua representação para a Ásia com a sede em Hanói.

A CISL tem três centros regionais — a Organização Regional da Ásia (ORA). a Organização Regional Africana (ORAF) e a Organização Regional Inter-Americana (ORIA).

É de assinalar as tentativas persistentes de introduzir no movimento sindical dos países em vias de desenvolvimento a influência ideológica e prática do reformismo. Os esforços da social-democracia internacional neste sentido são consideráveis. A direcção de direita da CISL é um fomentador activo do reformismo, assim como as centrais sindicais reformistas dos EUA, de Inglaterra, da França, da Bélgica e da RFA.

A introdução forçada da ideologia reformista no movimento sindical faz-se, frequentemente, com o apoio das autoridades, e das forças reaccionárias. Paralelamente, as autoridades esforçam-se por isolar e enfraquecer os sindicatos de esquerda. Os governos de muitos países afro-asiáticos fomentam a conservação de «sindicatos domesticados», atribuindo-lhes um papel de organizações culturais. Um dos meios que os círculos dirigentes utilizam para incutir aos sindicatos uma ideologia reformista é o estímulo da actividade empresarial das organizações sindicais e dos seus líderes.

No geral, o desenvolvimento do movimento sindical nos países libertados caracteriza-se pelo fortalecimento das posições das forças de vanguarda e pelo aprofundamento do carácter de classe da sua actividade. É assente em factores objectivos dos quais se destacam a intensificação da exploração das amplas massas populares e a elevação da consciência de classe dos trabalhadores à medida que se incorporam na luta de classes. As contradições que surgem nas relações entre os sindicatos e os círculos dirigentes adquirem um carácter cada vez mais antagónico e de classe.

A experiência de luta torna as massas coesas. Destaque-se, neste sentido, a crescente tendência para a unidade de acções entre sindicatos de orientações político-ideológicas diferentes. Surgiu, nos anos 70, a Organização da Unidade Sindical Africana que uniu as centrais sindicais dos Estados africanos independentes.

O recrutamento do maior número possível de trabalhadores para as fileiras dos sindicatos e o incitamento da sua participação na luta de classes, a unidade, numa base de classe, continuam, no entanto, a ser um dos problemas centrais do movimento sindical dos países libertados.

O papel e a situação dos sindicatos nos países de orientação socialista é consideravelmente diferente. Aqui são criadas, via de regra, centrais sindicais nacionais. Os sindicatos, ao cumprir as suas funções específicas, colaboram com o governo, e apoiam as suas iniciativas progressistas. Reconhecem, normalmente, o papel dirigente dos partidos revolucionários democráticos e baseiam-se nos seus programas.

A actividade dos sindicatos desenrola-se nestes países de forma complexa, com frequência, numa conjuntura de grave contradição entre a necessidade de elevar, rápida e significativamente, o bem-estar das massas e a inexistência de condições indispensáveis para alcançar este objectivo. Baseia-se, em grande parte, na firmeza das posições da democracia revolucionária entre as massas e na capacidade desta de se opôr à pressão do imperialismo e da reacção interna.

Os sindicatos deste grupo de países mantêm relações estreitas com os dos países socialistas, e procuram fortalecer a unidade de todas as forças revolucionárias da actualidade.

Os sindicatos são as maiores organizacões de massas nos países árabes de orientação socialista, pois estes países são economicamente mais desenvolvidos e o proletariado é numericamente maior do que nos países da África Tropical.

Tendo em vista o crescimento dos sindicatos, os dirigentes de alguns países de orientação socialista declaram a obrigatoriedade de estar sindicalizado para obter trabalho.

A responsabilidade histórica dos partidos comunistas pelos destinos e pelo futuro dos seus países aumenta na presente fase de desenvolvimento dos países da Ásia e de África, devido ao crescimento numérico do proletariado e pelo levantamento do movimento operário. Este processo assenta na derrocada cada vez mais clara dos «esquemas», «programas» e «estratégias» de desenvolvimento propostas pelas forças burguesas e pequeno-burguesas como via de resolução dos principais problemas sócio-económicos dos países afro-asiáticos, de fortalecimento da sua independência e de oposição eficaz às manobras neocolonialistas do imperialismo.

Existem, actualmente, partidos comunistas e operários em 28 países libertados da Ásia e de África. Aderiram, nos anos 70, ao movimento comunista o Partido Africano para a Independência do Senegal (1971), o Partido Comunista do Egipto reorganizado em 1975, e o Partido Comunista da Arábia Saudita, que participou na Conferência dos Partidos Comunistas dos Países Árabes de 1978. Nos países afro-asiáticos em vias de desenvolvimento havia, em 1970, 350 mil comunistas. No início de 1980, este número subiu para mais de 900 mil. Ao analisar estas cifras é preciso ter presente que a maioria destes partidos estão na clandestinidade: dos 18 partidos comunistas dos países da Ásia trabalham legalmente apenas 8 e três encontram-se numa situação semilegal. Dos dez partidos comunistas existentes no continente africano apenas dois são legais e três semilegais.

O movimento comunista nos países afro-asiáticos (em vias de desenvolvimento) não se desenvolve homogeneamente. Em países como a Índia, a Síria, o Iraque, etc. ele já se tornou uma força de importância nacional, noutros, trabalha-se para alcançar essa posição, noutros ainda, e o seu número é considerável, nem existem partidos comunistas. Os partidos comunsitas dos países em vias de desenvolvimento da Ásia e de África não resolveram, regra geral, por enquanto, a questão da sua transformação em partidos de massas.

É bastante complexo o processo de desenvolvimento e fortalecimento do movimento comunista nos países da Ásia e de África. Muitas das dificuldades que se colocaram e continuam a colocar aos respectivos partidos comunistas têm carácter objectivo, derivando, antes de mais, do atraso sócio-económico e cultural e da atmosfera moral, propícia à forte revelação de fanatismo religioso e nacionalismo militante. É, sobretudo, devido a este atraso e à herança do passado colonial que a maioria dos partidos comunistas desta região são ainda pouco numerosos, não possuindo, por vezes, suficientemente elevado número de operários e sendo parte considerável dos seus militantes de origem pequeno-burguesa.

A política dos círculos dirigentes, que frequentemente se encontra contaminada por pre-

conceitos anticomunistas e segue uma linha de repressões violentas e perseguição aos comunistas, levanta dificuldades objectivas ao fortalecimento do movimento comunista numa série de países afro-asiáticos, embora, como o demonstra a prática, esta política possa servir somente os interesses dos inimigos da luta de libertação nacional.

Há que levar em consideração os erros de carácter subjectivo, cometidos pelos dirigentes de alguns partidos comunistas e que tiveram graves consequências, como aconteceu com o partido Comunista da Indonésia em 1965.

V. I. Lénine assinalou as enormes dificuldades que levanta a criação de um movimento comunista nos países atrasados do Oriente. Referiu-se a isso, ao debater com o comunista indiano M. Roy, em 1920, o problema da criação do Partido Comunista da Índia (ver *Informação do II Congresso da Internacional Comunista*, 27 de Julho de 1920, nº 1).

V. I. Lénine propunha aos comunistas do Oriente que fizessem uma análise não estandardizada e criativa da teoria e da experiência comunista em relação às condições específicas dos seus países. «Coloca-se-vos aqui uma tarefa que não se tinha colocado antes aos comunistas de todo o mundo, disse ele, apoiando-vos na teoria e na prática gerais do comunismo, precisais, adaptando-vos às condições específicas inexistentes nos países europeus, de saber aplicar essa teoria e essa prática a condições nas quais a massa principal é o campesinato, em que é necessário lutar não contra o capital, mas contra os vestígios medievais»[1].

Perante os partidos comunistas dos países afro-asiáticos coloca-se, desde o início, a tarefa

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. III, p. 217.

de unir, de forma correcta, o marxismo-leninismo ao movimento de libertação nacional. Esta tarefa resolve-se com dificuldade e, por vezes, não sem dor. Começou-se por propor, frequentemente, resolver os problemas da libertação nacional só através da revolução socialista, o que, naturalmente, não encontrou o apoio da população desses países onde ainda não tinham amadurecido as condições para realizar a revolução.

Na actividade dos partidos comunistas foi, posteriormente, encontrada a correlação correcta, em geral, entre os elementos nacionais e de classe. Ao declarar como sua meta a luta pelos objectivos de classe do proletariado, o socialismo, os partidos comunistas da Ásia e de África, sublinham que este objectivo será alcançado, gradualmente, através da realização das tarefas da revolução democrática nacional. Como forças motrizes desta revolução aparecem não só os operários e os camponeses, mas também camadas médias da população e todas as forças nacionais e patrióticas unidas na base de exigências políticas e sócio-económicas comuns. Os partidos comunistas dos países da Ásia e da África orientaram-se e orientam-se, na etapa da revolução democrática nacional, pelos ensinamentos de V. I. Lénine que dizia que «a Internacional Comunista deve concluir uma aliança temporária com a democracia burguesa das colónias e dos países atrasados, mas não fundir-se com ela, mantendo incondicionalmente a independência do movimento proletário, mesmo sobre as suas formas mais rudimentares»[1].

Não é igual o volume de tarefas nacionais democráticas e de classe que se colocam a cada partido comunista. No entanto, na conjuntura

[1] V. I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. III, p. 355.

actual, quando em muitos países que se libertaram decorre um processo complexo de demarcação das forças de classe, a luta de classe aumenta, a tendência geral consiste no aumento das tarefas de classe dos partidos comunistas. Aumenta também, como já dissemos, a importância da própria actividade dos partidos comunistas e operários dos países da Ásia e de África. Graças à sua natureza de classe e à sua arma ideológica — o socialismo científico —, os partidos comunistas são a única força capaz de elaborar e levar à prática actualmente uma política que garante a solução das tarefas actuais do movimento de libertação nacional e prepara, ao mesmo tempo, a passagem deste processo social a uma fase superior.

Vários partidos comunistas dos países afro-asiáticos indicam, actualmente, como tarefa primordial o fortalecimento da sua composição e base social. Assim, nas resoluções do XI Congresso do Partido Comunista da Índia realizado em 1978, apontou-se a necessidade de ampliar e fortalecer a base política do partido e, sobretudo, o nível de organização da classe operária.

O Partido Comunista da Índia é, actualmente, o maior partido comunista dos países de África e da Ásia. Os partidos comunistas desta região são, via de regra, relativamente pouco numerosos.

Seria, no entanto, errôneo determinar o peso específico, o papel e a influência dos comunistas na vida sócio-económica da sociedade apenas com base no seu número. «O partido — escreveu V. I. Lénine, — é a camada consciente da classe, a sua vanguarda. A força desta vanguarda é dez, cem vezes mais forte que o seu número»[1]. Muitos

[1] V. I. Lénine. *Obras Completas*, t. 24, p. 34. Ed. em russo.

partidos comunistas dos países da Ásia e de África têm influência considerável na actividade das organizações sociais, sobretudo nos sindicatos, através dos seus militantes. Assim, por exemplo, o Partido Comunista de Sri Lanka não conta, actualmente, com muitos militantes. Mas orienta a actividade dos sindicatos, das organizações femininas e juvenis que reunem nas suas fileiras mais de 200 mil pessoas.

Um dos factores importantes do crescimento do prestígio do partido comunista no país é a conjugação hábil e flexível das tarefas da luta de classe do proletariado com as expectativas de todo o povo.

O Partido Comunista da Índia dedica grande atenção tanto à luta de classes como à luta anti-imperialista. Depois do seu XI Congresso em 1978, intensificou consideravelmente a sua luta pelos interesses vitais dos trabalhadores. Das maiores iniciativas, realizadas sob a sua direcção, cite-se a campanha de não-submissão civil em Setembro de 1978, que teve por objectivo protestar contra a subida dos preços (participaram mais de 300 mil pessoas), as acções dos operários, em Novembro de 1978, contra a legislação anti-operária que fora proposta pelo Partido Janata (participaram cerca de 60 mil pessoas), a marcha até ao parlamento dos assalariados rurais e dos camponeses mais pobres, que se realizou em Março de 1979, em defesa dos seus direitos (cerca de 300 mil pessoas). Em 1979, sob a direcção do partido comunista, decorreram greves em Delhi, Bombey, Ahmedabad, Campura e noutras cidades com a participação de dezenas de milhares de pessoas. As iniciativas do PC da Índia a que referimos foram levadas a cabo em conjunto com outros partidos de esquerda e democráticos.

9—0943

O governo do estado de Keral, encabeçado pelos comunistas da Frente Democrática da Esquerda, tomou uma série de medidas visando o melhoramento das condições de vida dos assalariados rurais e outras camadas mais pobres dos trabalhadores. Não há muito, foi anunciado que graças à reforma agrária mais de dois milhões e meio de camponeses que antes não possuíam terra, receberam-na. Keral tornou-se o primeiro estado indiano onde a reforma agrária foi praticamente concluída (*Pravda*, 3 de Maio de 1980).

Ao mesmo tempo que dedica grande atenção aos problemas internos do país, nomeadamente a problemas como a revelação do comunalismo, e luta incansavelmente contra as separações religiosas, em defesa dos direitos legítimos dos representantes das castas e tribos mais baixas e pelo fortalecimento da unidade nacional, o Partido Comunista da Índia esforça-se para que a Índia continue a seguir a sua linha anti-imperialista no domínio da política externa. Organizou uma série de manifestações junto à embaixada americana em Delhi em apoio da revolução afegã. Essa é uma particularidade do movimento comunista nos países em vias de desenvolvimento da Ásia e de África que dedicam enorme atenção aos problemas internacionais, à luta contra o imperialismo e pelo fortalecimento da paz, tendo em conta as necessidades vitais dos seus povos, bem como as necessidades da situação internacional.

O Partido Comunista Sírio (PCS), que actua num país onde se encontra no poder o Partido da Renascença Socialista Árabe, PRSA, (Baath) que ocupa posições anti-imperialistas, proclamou como seu objectivo a criação da sociedade socialista na Síria e, depois do chamado movimento de depuração, em Novembro de 1970, prosseguiu a linha de transformações progressistas sócio-

-económicas. O Secretário-Geral do CC do PCS, Khalid Bagdash, na sua intervenção de abertura da VII Conferência Regional do PRSA em Dezembro de 1979, afirmou que «o partido Comunista Sírio, que luta no nosso país há 55 anos, tem grande consideração pelo elevado papel que desempenhou o PRSA, durante a sua história, na luta do nosso povo contra o imperialismo, o sionismo e o feudalismo»[1].

Tendo em conta os interesses da manutenção e desenvolvimento da linha anti-imperialista do país e o aprofundamento das transformações sócio-económicas progressistas na Síria o PC da Síria começou a colaborar com o partido dirigente PRSA a nível parlamentar, governamental e da Frente Nacional Progressista (FNP). Há vários anos que segue uma política de princípios, conjugando habilmente na sua actividade o carácter de classe e as posições nacionais patrióticas dum modo claro para as massas populares. Isso é especialmente importante na Síria que hoje se encontra praticamente na vanguarda da luta contra a política de conquista de Israel e a linha de capitulação de «Camp David», contra os planos neocolonialistas do imperialismo americano.

Os comunistas sírios apoiam activamente a política externa do partido Baath e da sua direcção, encabeçada pelo presidente Assad, as suas acções anti-imperialistas, a sua linha de defesa da justa causa dos povos árabes que têm como objectivo pôr fim às agressões de Israel, a saída das tropas deste de todos os territórios ocupados, a satisfação dos direitos legítimos do povo palestiniano e a criação de um Estado nacional próprio. Eles apoiam as iniciativas dos dirigentes

---

[1] *As-Saura*, 23 de Dezembro de 1979.

sírios quanto às relações com a União Soviética e com os outros Estados socialistas, à união das forças progressistas e patrióticas a nível dos países árabes para minar as acções subversivas do imperialismo e da reacção.

O Partido Comunista Sírio defende o desenvolvimento multilateral da amizade e cooperação com a União Soviética e a comunidade socialista, aliados fiéis dos povos árabes, sublinhando que esta amizade e cooperação são condições necessárias para alcançar êxito na defesa dos interesses vitais destes povos perante o imperialismo.

O partido segue uma linha consequente orientada para a defesa dos interesses dos trabalhadores. Ao apoiar as declarações progressistas e as acções do governo a nível da política interna, insiste em transformações profundas, na resolução rápida de questões tão fundamentais como a luta contra a inflação e a carestia da vida pela elevação do nível de vida, contra a corrupção, pela limitação da actividade dos elementos exploradores com vista à estabilização da situação política interna e ao êxito da continuação da linha anti-imperialista. O partido intervém activamente pela democratização da vida sócio-política na Síria.

É interessante, neste sentido, a intervenção, já citada, do camarada Khalid Bagdash na VII Conferência Regional do PRSA. «Todos nós compreendemos — afirmou —, como o disse agora mesmo o presidente Assad, que as massas operárias, os assalariados agrícolas e a intelectualidade revolucionária se tornaram, na nossa época, a base da luta nacional progressista, a base de apoio de qualquer partido revolucionário. Temos que trabalhar para ir ao encontro dos interesses e aspirações destas massas não só no plano patriótico, como também a nível sócio-económico...

Daqui decorre a importância das decisões da FNP e da própria Frente[1] em cuja direcção central se encontram em maioria militantes do Partido Baath. O povo da nossa amada e heróica Síria aspira à verdadeira viragem ampla e radical em toda a vida interna do país».

O Partido Comunista do Bangladesh considera, a partir da análise da situação existente no país, como tarefa primordial o lançamento de um amplo movimento de massas em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores sob a palavra de ordem «alimentos, roupa e terra para o povo». Concretizando esta palavra de ordem, o PC do Bangladesh exige a garantia de um mínimo de condições de vida aos trabalhadores e às suas famílias, o estabelecimento de salários reais, a redução e estabilização dos preços dos produtos alimentares e dos produtos de primeira necessidade, a introdução de um limite justo de posse de terras no campo e a distribuição de terras aos camponeses que não as possuem ou possuem poucas, a elaboração de um verdadeiro plano de garantia de trabalho à população, a luta decisiva contra a corrupção e a desorganização, etc. O PCB apelou, no seu III Congresso, em Fevereiro de 1980, a todas as forças patrióticas nacionais, a todo o povo do Bangladesh para apoiar as exigências que acima transcrevemos.

Um importante passo na via de organização de um movimento de massas no país foi o movimento grevista sindical que se desenvolveu em meados de Março de 1980, tendo abrangido os funcionários públicos mal pagos, os operários e os empregados dos transportes fluviais, automóvel, os trabalhadores das fábricas de juta

[1] Tem-se em vista as decisões da Direcção Central da FNP de Setembro de 1979, nas quais se continha uma análise crítica da política do governo sírio.

e têxteis, os empregados bancários, os professores universitários. Os grevistas exigiam a melhoria das condições de trabalho, aumentos salariais, a contenção da inflação, o impedimento da continuação da subida dos preços dos produtos de primeira necessidade, dos serviços públicos e dos transportes. Segundo alguns dados, nas greves tomaram parte mais de 500 mil funcionários públicos.

Paralelamente, o PC do Bangladesh, em conjunto com os partidos de esquerda da oposição, realiza uma luta política contra o desvio de direita da política externa do Bangladesh, que se explica de forma considerável pela crescente dependência do país, que continua a enfrentar sérias dificuldades económicas, das fontes externas de apoio, sobretudo dos EUA e dos regimes reaccionários árabes (73% do orçamento de Estado para o ano financeiro de 1979-80 formou-se à custa de empréstimos e da ajuda dos países ocidentais e Estados árabes, bem como de organizações internacionais que estes controlam).

O Partido Comunista da Reunião que tem nas suas fileiras seis mil militantes, goza de grande prestígio (em 1970 tinha 4 mil). Este partido é a força política mais influente e mais organizada entre as massas desta ilha. 34-36% dos eleitores votam os representantes do Partido Comunista da Reunião para os órgãos de poder local. Os comunistas encabeçam três municípios, cinco comunistas foram eleitos para o Conselho Geral da ilha. Sob a direcção do PC da Reunião actuam as organizações de massas mais numerosas da ilha, sobretudo a Confederação Geral do Trabalho da Reunião.

O prestígio de que goza o partido comunista deve-se, em grande parte, ao facto de na sua actividade, conjugar habilmente as tarefas nacionais

e de classe. O PCR é, actualmente, não só uma organização política da classe operária como a força política que dirige o movimento em defesa dos interesses nacionais dos habitantes da ilha.

A ilha da Reunião, que durante muitos anos foi uma colónia francesa, obteve, em 1946, o estatuto de departamento ultramarino. No entanto, na prática, tanto na economia como na administração, bem como no mecanismo de exploração dos trabalhadores da Reunião, continua a haver profundas marcas do seu passado colonial. O PCR luta pela concessão à ilha do estatuto de autonomia popular democrática. O pedido de independência é considerado pelo partido como irreal e esquerdista, lança-se a palavra de ordem: «Não ao colonialismo! Não ao corte das relações com a França!».

Ao defender as teses sobre a existência de uma nação una, o PCR esforça-se por desenvolver a consciência nacional da população da ilha. Contudo, os dirigentes do partido comunista têm em conta que a consciência de classe e social das massas surgiu antes e desenvolve-se mais depressa que a consciência nacional. Por isso, ao definir o conteúdo da autonomia, o PCR sublinha que uma verdadeira autonomia popular democrática não é possível sem que se realize uma profunda reforma agrária, sem a nacionalização da indústria açucareira (ramo básico da indústria), sem a liquidação da monocultura da cana-de-açúcar, sem um melhoramento radical das condições de vida dos trabalhadores, etc.

O trabalho do PCR em defesa das reinvidicações diárias dos trabalhadores baseia-se nos «Planos de Salvação Económica», que são elaborados periodicamente e nos quais se transcrevem as exigências económicas dos trabalhadores e se expõem as alternativas para a solução dos pro-

blemas sociais, económicos, demográficos e outros ligados ao desenvolvimento da ilha.

Um dos partidos comunistas mais antigos no continente africano é o Partido Comunista da África do Sul, que surgiu em 1921 e esteve sempre estreitamente ligado ao movimento de libertação nacional do país. Trabalhando nas duras condições da mais profunda clandestinidade (foi proibido em 1950), o PC da África do Sul conseguiu manter a sua influência nos sindicatos, ligações estreitas com as organizações democráticas de massas e em primeiro lugar com o Congresso Nacional Africano. A base de apoio da actividade do PCAS continuam a ser os grandes centros industriais do país, o proletariado africano.

O Programa do PCAS «A Via para a Liberdade da África do Sul» (1962) aponta como princípio a necessidade da realização da revolução democrática nacional, cujo conteúdo fundamental deve ser a libertação nacional da maioria africana e a tarefa fundamental é a construção de um Estado de democracia nacional como etapa provisória para a viragem ao socialismo.

A tarefa da libertação nacional continua por resolver até hoje. É isso que distingue este partido de todos os outros partidos comunistas dos países asiáticos e africanos, que já conquistaram a independência das suas pátrias. O carácter específico da situação da África do Sul reside em que, aqui, a luta desenvolve-se contra um «colonialismo peculiar», em que tanto a nação dominante, como a subjugada vivem dentro dos limites de um só país. Por isso, a luta é especialmente encarniçada.

O PCAS declarou apoiar completamente o programa do Congresso Nacional Africano da África do Sul e a «Carta da Liberdade», que prevê a liquidação do regime do «apartheid», a criação

de órgãos do poder democráticos, a nacionalização do subsolo, dos bancos e monopólios industriais, a distribuição da terra a quem a trabalha. Considera-se que é nisto que consistirá a revolução democrática nacional.

Até ao fim dos anos 50, o partido comunista manteve a táctica de acções de massas não-violentas. No início dos anos 60 foi aprovada a linha da luta armada contra o regime do «apartheid». Esta linha mantém-se até hoje. Paralelamente, o partido comunista compreende que para o levantamento armado contra a ditadura racista devem ser criadas condições e que essas condições ainda não estão criadas. Isto, claro, não exclui a organização da resistência armada nas cidades e no campo já na etapa actual.

O partido hoje dedica especial atenção à ligação com as massas. O levantamento do movimento de massas na RAS depois dos acontecimentos de Soweto (Junho de 1976) levou os poderes racistas do país a ocupar posições mais flexíveis em relação às organizações moderadas políticas, sindicais, de ensino, culturais, desportivas, etc. dos africanos. A linha de apoio activo à luta de massas pelas suas reinvidicações diárias, das campanhas com o fim de integrá-las através desta luta numa ampla frente de todas as forças patrióticas e anti-racistas tem a grande importância para as perspectivas da luta contra o regime racista da RAS.

A classe operária, que se encontra na vanguarda do movimento de libertação nacional, tem um papel primordial em todo este processo. Um elemento novo, aqui, é o reconhecimento por parte dos poderes (embora de forma limitada) dos sindicatos africanos. A reunião plenária alargada do CC do PCAS de Outubro de 1979 declarou o ano de 1980 «ano do operário».

O leque de meios tácticos utilizados pelos partidos comunistas dos países da Ásia e de África é amplo. Conforme as condições de determinado país e o carácter das tarefas que têm em mãos, eles servem-se da política de diversas uniões políticas e de classe que utilizam para concretizar os seus objectivos programáticos.

O Partido Comunista da Reunião envida esforços para a criação de uma frente autónoma unificada. O partido comunista colaborou durante algum tempo com o partido socialista da Reunião. Actualmente, actua em colaboração com as organizações católicas de esquerda, com as organizações profissionais dos pequenos plantadores e com algumas outras.

Os comunistas da Reunião participaram activamente na organização de acções conjuntas com as forças que lutam pela autonomia de outros departamentos ultramarinos da França (Guadalupe, Martinica, Guianas Francesa). Quinze organizações destes territórios, incluindo os Partidos Comunistas da Reunião, de Guadalupe e de Martinica, assinaram em 1971 uma declaração conjunta sobre a luta pela autonomia.

O Partido Comunista do Bangladesh segue uma política bastante flexível. Em determinada etapa, limitava-se a exigir ao governo de Z. Rakhmam que pusesse de lado certos aspectos da sua política que vão directamente contra os interesses das massas trabalhadoras.

O Partido Popular do Irão, criado em 1941 (legal desde Março de 1979), depois da vitória da revolução iraniana declarou que apoiava Ayatolla Khomeini, devido às suas posições antimonárquicas, anti-imperialistas e, sobretudo, anti-americanas. Porque este se opunha ao grande capital e aos latifundiários e compreendia a necessidade de defender os interesses das amplas massas dos

trabalhadores iranianos. O PPI parte do princípio de que Khomeini é a figura da direcção religioso-política do país em torno da qual se podem unir todas as forças patrióticas capazes de se opor às tentativas da contra-revolução e impedir que os representantes do grande capital subam ao poder e as potências imperialistas coloquem de novo o Irão em situação de dependência.

O PPI intensificou a sua actividade e desenvolveu um amplo trabalho de propaganda e organização, transformando-se numa força política de influência no desenvolvimento da situação no país. Reorganizou a edição do órgão central do CC do PPI, o jornal «Mardom», que fora encerrado em Agosto de 1979 pelas autoridades juntamente com 25 outros jornais no âmbito da lei da imprensa aprovada por iniciativa do clero.

A questão da unidade do movimento operário e da coesão das forças de esquerda ocupa um lugar de destaque na actividade do Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos. O II Congresso do PPSM, realizado em Fevereiro de 1979, apoiou a maior central sindical do país, a União do Trabalho de Marrocos, condenou as acções divisionistas no seio do movimento operário levadas a cabo por vários partidos que tentam criar centrais sindicais próprias. O PPSM apela à criação de uma Frente Nacional Democrática, na base da aliança da classe operária, do campesinato pobre e da pequena burguesia cuja expressão política seria uma coligação das forças de esquerda.

Esta coligação, que personifica a aliança das forças revolucionárias e progressistas do país, deve, como se refere nos documentos do PPSM, concentrar todos os partidos políticos de esquerda de Marrocos: o PPSM, a União Socialista das Forças Populares (o maior partido da

oposição democrática revolucionária que conta com 100 mil militantes), a União Nacional das Forças Populares e a União Marroquina do Trabalho. Os comunistas consideram que podem fazer parte da Frente Nacional Democrática outros partidos patrióticos e anti-imperialistas do país, sobretudo, o antigo Partido nacional burguês «Istiqlal». A criação da Frente Nacional Democrática levará, segundo o PPSM, à formação de um governo de coligação nacional assente num programa conjunto que tome medidas com vista a fortalecer a independência nacional, superar a crise económica e consolidar o processo democrático.

O Partido Comunista da Índia, no seu programa aprovado no VII Congresso em 1964, apontou como seu objectivo principal a construção do socialismo no país. Colocou, nesse sentido, o objectivo de lutar pela criação de uma ampla frente democrática nacional e de um governo nacional democrático constituído por representantes das forças anti-imperialistas, antifeudais e antimonopolistas, a fim de realizar profundas transformações sócio-económicas no país no interesse dos trabalhadores.

O PCI expõe as vias de realização destas tarefas na situação política existente actualmente no país nos documentos do XI Congresso (1978) e das reuniões plenárias do Conselho Nacional que se lhe seguiram, sublinhando que, nenhum partido burguês da Índia, nem o partido Janata, nem o Congresso Nacional, se encontra em condições de resolver os complexos problemas sócio-económicos enfrentados pelo país e aparece na ordem a questão da criação duma alternativa democrática de esquerda para o governo burguês da Índia. Para levar a cabo esta tarefa, o PCI apela ao reforço da unidade de acção dos partidos

democráticos e forças de esquerda que lutam contra o imperialismo e os monopólios. Paralelamente, o PCI aponta como tarefa ampliar e fortalecer a base política independente do partido e, como já se disse, a organização da classe operária.

Ao lutar pela criação de uma alternativa democrática de esquerda, o PCI não exclui a possibilidade da cooperação limitada com partidos democráticos burgueses e pequeno-burgueses (durante as eleições, na organização de iniciativas políticas diversas, etc.). Porém é contra qualquer cooperação com partidos e grupos que representem as forças religiosas e a direita reaccionária ou defendam posições pró-imperialistas.

Quanto ao governo de I. Gandhi, o PCI declarou que desempenhará o papel de oposição democrática de esquerda, e apoiará as iniciativas positivas deste governo, sobretudo a nível das relações internacionais, condenando, no entanto, as medidas que lesem os interesses dos trabalhadores.

Como se sabe, a cisão do PCI, em 1964, levou ao surgimento do Partido Comunista da Índia (marxista) PCI(m). Em 1967, separou-se do PCI(m) um grupo de activistas que criaram o chamado Partido Comunista da Índia (marxista-leninista) PCI(ml) que, por sua vez veio posteriormente a dividir-se em diversos grupos adversários.

As relações entre o PCI e o PCI(m) começaram a alterar-se desde o início de 1978 e as direcções de ambos os partidos declararam necessária a realização de acções conjuntas em defesa dos interesses dos trabalhadores. Também se observou uma aproximação destes dois partidos nas questões internacionais. A direcção do PCI(m) adoptou uma posição de princípio quanto a problemas

tão importantes como a condenação da agressão chinesa ao Vietname, o apoio à revolução afegã e a ajuda da União Soviética ao Afeganistão.

O Partido Comunista da Índia considera que a unidade de acção dos dois partidos comunistas contribui para a formação de uma alternativa democrática de esquerda.

O Partido Comunista de Sri Lanka, no período de 1968 a 1977, fez, como se sabe, parte da Frente Unificada (juntamente com o Partido Socialista e o Partido da Liberdade) e participou no governo. Saiu da Frente Unificada em Fevereiro de 1977 e, em Maio do mesmo ano, criou, juntamente com o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático, (fundado por um grupo de esquerda que saíra do Partido da Liberdade) a Frente de Esquerda Unida. A reunião plenária do CC do PCSL, que se realizou em Junho de 1979, reconheceu que a participação do partido na Frente Unificada de 1968-77 não se justificara.

No relatório político aprovado por unanimidade pelo XI Congresso do PCSL em Março de 1980 aponta-se como tarefa primordial a criação de uma poderosa alternativa democrática de esquerda ao Partido Unificado Nacional da burguesia e dos latifundiários que se encontra no poder, e, a longo prazo, a criação de uma frente unida com vista à participação no governo.

O congresso determinou que para resolver estas tarefas é necessário:

a) mostrar à classe operária, ao campesinato e a todas as forças de esquerda os objectivos e as tarefas da luta conjunta contra a política de exploração do partido dirigente, PUN, e da burguesia nacional que goza do apoio das multinacionais ocidentais;

b) lutar pela unidade da clase operária e das outras forças de esquerda;

c) fortalecer o partido, aumentar o número dos seus militantes, aprofundar as ligações do partido com as massas, como uma das condições mais importantes para o cumprimento das tarefas acima referidas.

O partido deve ópor-se persistentemente, afirma-se nos documentos do congresso, às tentativas de minar os seus esforços de desenvolvimento e fortalecimento das forças de esquerda e democráticas e às tentativas da burguesia local de utilizar alguns dos destacamentos do movimento de esquerda a fim de resolver as suas próprias contradições de classe.

No Congresso destacou-se que, uma vez conhecida a essência e a importância da união de todas as forças de esquerda, seria um erro esperar resultados rápidos. Para unir as forças de esquerda, assinala-se nos documentos do Congresso, o partido comunista deve realizar um trabalho de propaganda diário, transformar-se num partido forte com raízes sólidas na classe operária e nas massas trabalhadoras do país.

A análise da correlação de forças no mundo e das tendências do desenvolvimento capitalista do país, sublinhou-se no congresso do PCSL, testemunha indubitavelmente que só uma coligação política dirigida pela classe operária pode verdadeiramente opor aos interesses de classe de todos os partidos burgueses (apesar de todas as divergências existentes entre eles), ao fortalecimento do aparelho de Estado burguês e disposição que a burguesia tem de passar da democracia parlamentar a formas de governo autoritárias.

Isto não significa que qualquer partido não-proletário só possa participar na Frente Unida de Esquerda depois de reconhecidas as exigências do proletariado quanto ao papel dirigente do seu partido nesta frente. Uma coligação deste tipo

deve assentar no acordo de trabalhar com base num programa de passagem à via de desenvolvimento socialista.

«Nós temos agora mais que nunca, consciência — assinala-se no relatório político do XI Congresso do PCSL, — de que a nossa tarefa fundamental é a organização e o fortalecimento do partido, pois sem um trabalho eficaz do partido, tarefas que se encontram ligadas entre si, como a intensificação da luta das massas populares, a unidade das forças de esquerda, unidade do proletariado, e o problema da preparação da classe operária para a passagem à via de desenvolvimento socialista não têm solução.

O partido é responsável pela definição precisa da etapa actual da revolução em Sri Lanka e pela garantia do seu papel dirigente no que respeita à passagem para a via socialista de desenvolvimento através de uma aliança anti-imperialista encabeçada pela classe operária».

O problema de relação dos comunistas com os democratas revolucionários tem extraordinária importância para a actividade daqueles, sobretudo, nos países de orientação socialista. Apoiando-se nos ensinamentos de Lénine, seguindo a linha consequente do movimento comunista e operário internacional, os comunistas partem, praticamente em todo o lado, do princípio de que devem contactar com os democratas revolucionários no âmbito de uma aliança estratégica.

A cooperação dos partidos comunistas com os partidos revolucionários democráticos que se encontram no poder numa série de países da Ásia e de África é a base da consolidação dos regimes patrióticos e da sua orientação socialista.

Esta orientação é seguida, por exemplo, pelo Partido da Vanguarda Socialista da Argélia (PVSA) na sua política em relação ao Partido

da Frente de Libertação Nacional (FLN). Os comunistas argelinos estiveram, durante vários anos, sujeitos a repressões por parte das autoridades.

Embora as condições em que actua tenham mudado, o PVSA continua a apoiar a linha anti-imperialista de Boumedienne e as transformações sócio-económicas progressistas realizadas no país, contra as intrigas da reacção externa e interna. A posição dos dirigentes políticos argelinos em relação aos militantes da PVSA, é determinada, por um lado, pela linha de reforço do partido da FLN como único partido dirigente no país, e, por outro, pela vontade de utilizar a experiência e a influência dos comunistas na luta contra a ameaça da direita ao regime, pelo fortalecimento das transformações progressitas.

Os comunistas argelinos seguem, por sua vez, uma linha persistente de ampliação da base de diálogo e de cooperação com as forças patrióticas que governam o país e da FLN. O aumento do prestígio e da influência do PVSA assentou no apoio activo dos comunistas às posições progressistas da Carta Nacional, documento programático da revolução argelina, e à nova constituição da RPD da Argélia, aprovada nos referendos de 1976, além dos apelos ao voto em H. Boumedienne nas eleições para a Presidência (de Dezembro de 1976) e em B. Chadli (em Fevereiro de 1979). Teve igualmente grande importância o facto de na situação complexa que a Argélia atravessou (a doença e o falecimento de Boumedienne, a preparação e realização do IV Congresso da FLN), o PVSA ter intervido pela unidade de todos os partidários da orientação socialista e da linha seguida por Boumedienne em torno da Carta Nacional, das decisões do IV Congresso da FLN (Janeiro de 1979). Nos boletins

mensais *Saut-al-Sha'b* («Voz do Povo») e noutras edições, o partido apoiou a política anti-imperialista e as iniciativas progressistas dos novos dirigentes da RPDA, nomeadamente as decisões da 2ª (Dezembro de 1979) e 3ª (Maio de 1980) reuniões plenárias do CC do Partido da FLN, bem como do Congresso Extraordinário do Partido da FLN (15-19 de Junho de 1980), orientadas para o fortalecimento da independência económica do país, a redução da sua dependência para com o Ocidente e a ampliação da cooperação da Argélia com os países em vias de desenvolvimento e os Estados socialistas.

Embora coopere com a ala progressista da direcção argelina e do Partido da FLN, o PVSA mantém a sua independência organizativa. Lançou a palavra de ordem da criação de uma ampla frente popular anti-imperialista composta pelos verdadeiros partidários da orientação socialista tanto militantes do partido FLN e das suas organizações de massas como aqueles que a ela não pertencem.

O diálogo construtivo entre os comunistas e o partido Baath na Síria e no Iraque vem ainda do fim dos anos 60. Conduziu à criação, em Março de 1972, da Frente Nacional Progressista (FNP) da República Arabe Síria e, em Julho de 1973, à assinatura de um acordo entre o Partido Baath e o Partido Comunista do Iraque visando a criação de uma Frente Patriótica Nacional Progressista (FPNP) no Iraque.

A política de cooperação com o Partido Baath seguida pelos dirigentes do Partido Comunista Sírio, mantendo a independência organizativa e ideológica do partido comunista passou a prova do tempo. Para o PCS, as relações com o Partido Baath servem de base do apoio à política do regime que defende os interesses da luta anti-imperialista e das massas populares, apoio de que depende, em grande parte, a capacidade de rechaçar os ataques da reacção contra o regime.

Paralelamente, a cooperação com o partido dirigente amplia as possibilidades da actividade do partido comunista, que na prática passou a poder realizar um trabalho legal de organização e propaganda. A participação na FNP, no parlamento e no governo permite-lhe expor oficialmente a sua opinião sobre problemas importantes da Síria e contribuir para o fortalecimento das actuais posições progressistas anti-imperialistas do regime vigente. Assim, por iniciativa dos representantes do partido comunista na FNP foi discutido, em Setembro de 1979, numa assembleia da Frente, um amplo leque de questões relativas à política externa e interna da Síria e aprovado um documento programático de carácter progressista. Os trabalhos da VII Conferência Regional do Partido Baath (1979/80) decorreram com base neste documento.

Durante a agressão chinesa ao Vietname, um deputado ao Conselho Nacional (parlamento) por parte do PCS dirigiu-se, por duas vezes, ao governo com apelo e isto teve a sua influência na definição da posição oficial da Síria para com este problema.

O Partido Comunista Sírio não menospreza os pontos fracos da actividade da Frente, os aspectos negativos da cooperação do Partido Baath com os comunistas. Mas, considera válido, politicamente justificado e necessário o prosseguimento dessa cooperação.

Actuando no âmbito da Frente Nacional Progressista, o partido luta pelo aumento da sua eficácia, pela elevação do seu papel na vida sócio-económica e política do país, pelo aprofundamento da acção das forças que constituem esta

Frente. «Nós, comunistas — afirmou o camarada Khalid Bagdash na VII Conferência Regional do Partido Baath —, não vemos a Frente como um símbolo ou uma montra. Para nós, ela é toda uma estratégia. Por isso, queremos que ela seja uma força real na vida do país... O PCS, como uma das forças que participam na FNP, exige tanto para si, como para as outras forças irmãs que participam na frente, possibilidades para a ampla e livre expressão da sua opinião.

Nós podemos e devemos unir-nos e lutar decididamente pela via do progresso social, estimular o seu desenvolvimento[1].

O Partido Comunista do Iraque trabalhou activamente, desde o momento da sua criação (1934), no sentido de organizar a luta das massas populares contra o colonialismo e a reacção, pela independência nacional do Iraque e em defesa dos direitos dos trabalhadores. Tornou-se uma força nacional por todos reconhecida de grande influência no desenvolvimento político do seu país, conquistou um grande prestígio pela sua fidelidade às aspirações do povo e coragem dos seus militantes. O partido teve um papel importante no derrube do regime reaccionário pró-imperialista de Nuri Said-Faisal e nas transformações progressistas realizadas no país.

O Partido Comunista do Iraque avaliou correctamente a via de desenvolvimento do país, proclamada pelo Partido Baath no poder e declarou estar aberto à cooperação com aquele partido. O programa do PCI, aprovado em 1976, apela ao reforço e aprofundamento do processo revolucionário no Iraque, à consolidação da unidade das forças nacionais patrióticas. Uma das tarefas

[1] *As-Sure*, 26 de Dezembro de 1979.

primordiais é, segundo este programa, o fortalecimento do regime progressista no país e a defesa das conquistas do povo.

O Partido Comunista do Iraque teve grande papel na criação, em Julho de 1973, da Frente Nacional Patriótica Progressista da qual fazem parte, além do PCI, o Partido Baath e outras organizações curdas. Para conservar e consolidar esta Frente, o partido comunista actuou com grande flexibilidade táctica, entrou em compromissos com o Partido Baath. Esteve, por exemplo, de acordo com a exigência de não trabalhar nas forças armadas e cessar a actividade das suas organizações juvenis e femininas. O PCI manteve, entretanto, a sua independência organizativa e ideológica e seguiu a linha da conjugação dos interesses patrióticos e nacionais com os interesses da solidariedade internacional, com a luta levada a cabo pelo movimento revolucionário internacional.

Em determinada fase do seu desenvolvimento, quando achou que o seu regime se tinha tornado suficientemente forte tanto política, como economicamente, a direcção do Partido Baath tomou uma série de medidas repressivas em relação ao partido comunista, obrigando-o a passar à clandestinidade e a sair da FNPP e do governo.

Ao avaliar o significado da criação da Frente Nacional Patriótica Progressista como uma aliança das forças anti-imperialistas do país em nome da garantia do seu desenvolvimento progressista, o partido comunista assinalou que ela fora uma das maiores conquistas do movimento revolucionário iraquiano. Graças a esta frente, o PCI pode actuar legalmente e desenvolver um amplo trabalho de propaganda do marxismo-leninismo entre as massas populares e ampliar a sua influ-

ência no desenvolvimento sócio-económico do Iraque.

Mas, a frente não aproveitou, devido às posições do Partido Baath, as potencialidades que estavam ao seu alcance. O Partido Baath seguiu persistentemente uma linha de sabotagem da Frente, tornando-a numa organização «formal», tentando transformá-la numa «coligação de cúpulas» sem influência real e finalmente, utilizá-la para submeter as outras forças políticas que dela faziam parte à sua linha.

É, por fim, necessário destacar o carácter específico das relações dos partidos comunistas com os partidos revolucionários democráticos que evoluem para a esquerda e mesmo já colocaram o marxismo-leninismo na base da sua plataforma política. Estas relações estabelecem-se, regra geral, entre partidos de diferentes países, devido ao facto de nos respectivos países não existirem partidos comunistas.

A proclamação de uma plataforma ideológica comum permite, claro está, que se estabeleça uma unidade mais estreita, forte e com grandes perspectivas. «O facto dos comunistas e dos revolucionários democratas terem uma plataforma comum, cria condições para a unidade de todas as forças democráticas dos países africanos numa ampla frente anti-imperialista e nacional-democrática» — sublinha-se no documento da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários de África.

A maioria dos partidos comunistas dos países da Ásia e de África mantêm-se fiéis às decisões aprovadas nas Conferências Internacionais dos Partidos Comunistas e Operários. Envidam esforços contra o imperialismo e os seus aliados. Ao mesmo tempo presta-se atenção ao fortalecimento da unidade política e ideológica dos partidos,

à luta contra o revisionismo e o oportunismo de «esquerda», contra o aventureirismo e o golpismo.

Nos congressos de uma série de partidos comunistas, realizados nos últimos anos, foi assinalada a sua fidelidade aos princípios do socialismo científico e do internacionalismo proletário. Assim, no XI Congresso do Partido Comunista de Sri Lanka, que teve lugar em Março de 1980, apontou-se como uma das tarefas a longo prazo a propaganda das ideias do socialismo científico entre a classe operária e outras camadas dos trabalhadores do país. O socialismo científico — sublinhou na sua intervenção no II Congresso do Partido do Progresso e do Socialismo de Marrocos (Fevereiro de 1979) o seu Secretário-geral, Ali Yata — é a força do partido e a base da confiança de que ele goza entre os trabalhadores. Ele desmascarou calúnias dos inimigos do PPSM que afirmam que o socialismo científico seria uma «ideologia importada», estranha à sociedade muçulmana de Marrocos com as suas tradições nacionais peculiares formadas ao longo de muitos anos de história. Ali Yata destacou que o socialismo pelo qual luta o seu partido terá em conta a experiência do socialismo real, as particularidades nacionais e tradições do povo marroquino.

Os partidos comunistas condenam decididamente as campanhas de propaganda orientadas contra o socialismo real que se desenvolvem no Ocidente. Dirigentes de muitos partidos apoiaram totalmente a entrada do contingente limitado de tropas soviéticas no Afeganistão a pedido do seu governo, considerando isso a máxima expressão de internacionalismo.

Nos últimos tempos, tornaram-se mais fortes as tentativas do imperialismo e da reacção muçulmana de utilizar o Islão contra o «comunismo ateísta». Os comunistas, sobretudo os dos países

muçulmanos, exprimem, nesse sentido, a sua posição para com este problema na conjuntura actual. Por exemplo, no novo programa do Partido Comunista do Bangladesh diz-se: «O povo do nosso país é religioso. A maioria da nossa população (85%) professa o Islão. A sagrada religião islâmica assenta nos princípios da paz, do humanismo, da igualdade e da fraternidade. O partido comunista não se opõe à religião. O PCB luta, por outro lado, pelos princípios de bem-estar do povo que a religião proclama, bem como pela paz, humanismo, igualdade e pela fraternidade. Os grupos reaccionários utilizam a religião sagrada para travar o desenvolvimento progressista. O partido ajudará as pessoas a ver como a religião está a ser utilizada».

Os partidos comunistas desmascaram as forças reaccionárias que procuram utilizar nos seus próprios interesses a bandeira do Islão. Nomeadamente, os camaradas sírios criticam os «Irmãos Muçulmanos», afirmando que não são religiosos, de facto, mas que, apenas, utilizam a religião como cobertura para as suas actividades antipopulares. Os comunistas demonstram o seu respeito pela religião islâmica e os seus hábitos, mostram que lutam pela concretização dos ideais da justiça social, que exprimem interesses sociais e materiais e as aspirações do povo que encontram reflexo nos cânones religiosos.

Os partidos comunistas africanos e asiáticos conjugam as suas acções políticas em conferências regionais. Assim, se tornaram tradicionais as conferências dos partidos comunistas dos países árabes. Estas conferências realizaram-se duas vezes em 1978. Em 1978 teve lugar igualmente a Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos Países da África Tropical e Austral. No documento, aprovado na Conferência, sublinhava-se: «Os comunistas africanos declaram solenemente que são parte integrante do movimento operário internacional, do movimento de libertação nacional e comunista, amigos sinceros da União Soviética e dos outros países socialistas e de todos os países de orientação socialista, que lutaram sempre e continuarão a lutar activamente pela unidade forte e indissolúvel do movimento de libertação nacional de África com o mundo socialista, com a classe operária internacional e o movimento de libertação nacional de todos os continentes, que sempre foram e continuarão a ser internacionalistas e patriotas consequentes, fiéis aos seus povos e aos seus países»[1].

Deste modo, os partidos comunistas da Ásia e da África entraram nos anos 80 numa fase de reforço e consolidação das suas bases sociais, sobretudo da classe operária, de organização e ampliação da propaganda e do trabalho organizativo entre as massas populares, de conquista e fortalecimento das posições dos sindicatos e de outras organizações de trabalhadores. Os comunistas lutam pela vitória da revolução democrática nacional, encarando-a como a preparação para a passagem à fase de desenvolvimento socialista, pela cooperação, unidade de acção e união com todas as forças políticas e sociais dispostas a unir-se em torno da plataforma da revolução democrática nacional. A via que eles seguem é a via marxista-leninista e do internacionalismo proletário, do fortalecimento dos laços de fraternidade inquebrantáveis com outros elos do movimento comunista internacional.

[1] *The African Communist*, n 75, 1978, p. 33.

V

A Modernização do Neocolonialismo nos Anos 70 e o Papel dos EUA. A Política Neocolonialista da RFA

Os êxitos dos povos dos países em vias de desenvolvimento na luta anti-imperialista e o aumento do seu prestígio no cenário internacional, juntamente com o desenrolar da situação internacional em geral, conduziu ao aparecimento de fenómenos de crise no neocolonialismo, da forma como este se apresentava nos anos 50 e 60. Estes fenómenos atingem tanto a política do neocolonialismo como as formas de dependência que este impõe. Temos todas as bases para falar numa grande derrota da estratégia do imperialismo em relação aos países libertados, da perda cada vez maior das suas capacidades de ditar as condições de desenvolvimento político e económico destes países.

Primeiro, foram abertas profundas brechas na estrutura política do neocolonialismo. Como já dissemos, anularam-se uma série de acordos injustos que limitavam a soberania dos jovens Estados e davam às antigas metrópoles e a outras potências imperialistas determinados privilégios, desde a concessão de bases militares até ao direito exclusivo de extracção de matérias-primas estratégicas. Foram dissolvidos ou profundamente abalados blocos militares como a SEATO (South-East Asia Treaty Organization), CENTO (Central Treaty Organization), ANZUS e outras organizações neocoloniais.

Posteriormente, foram assestados sérios golpes na estrutura económica do neocolonialismo, nas relações entre as potências imperialistas e os países libertados, que se estabeleceram após a desagregação do sistema colonial e, de uma ou outra forma, pelo seu conteúdo económico, tinham sido herdadas do período de dependência colonial.

Os fenómenos de crise atingiram, por fim, a estratégia sócio-económica do neocolonialismo. São cada vez maiores as dificuldades com que se debate a linha de instauração de um capitalismo dependente dos centros do capitalismo mundial nos países em vias de desenvolvimento. Hoje em dia, os próprios ideólogos imperialistas escrevem e falam cada vez mais nisso. Estas dificuldades surgem com toda a clareza não só na América Latina, como nos países da Ásia e de África. São acompanhadas de fortalecimento da luta de classes nos países em vias de desenvolvimento e agudizam as contradições entre estes e o imperialismo.

A linha de acordos e de aliança com a burguesia nacional, que tinha em vista a transformação desta em base social da política não-colonial, assim como a política de desenvolvimento do capitalismo dependente, não foram suficientemente eficazes. Em alguns países, a burguesia é demasiado fraca e encontra-se demasiado subjugada a hábitos especulativos e usurários e semi-medievais para poder ocupar essa posição. Noutros, onde a burguesia já conquistou posições fortes, os seus círculos influentes não estão satisfeitos com a perspectiva de uma dependência clara e com a sua posição no sistema de relações com os monopólios estrangeiros. Além disso, as contradições da burguesia nacional com o imperialismo são acentuadas, actualmente, não só

pela concorrência no mercado interno, como pela política de preços das matérias-primas exportadas pelos países em vias de desenvolvimento que os monopólios apoiam, bem como pelas tentativas da burguesia dos países libertados penetrar nos mercados dos países capitalistas desenvolvidos.

Claro que também antes, os países em vias de desenvolvimento obrigaram o neocolonialismo a recuar e a fazer concessões, por vezes significativas.

Mas, em todos estes casos, os recuos enquadraram-se sempre na estrutura das relações neo coloniais existentes. Hoje as coisas passam-se de outra forma. Hoje é posto em causa todo o sistema de dependência neocolonial criado sobre as ruínas dos impérios coloniais.

Claro que os êxitos da luta de libertação nacional dos povos dos países em vias de desenvolvimento e a derrota do neocolonialismo não significam que este deixou de existir e que as suas bases foram destruídas. Pelo contrário, tanto o desenvolvimento das relações dos jovens Estados, como a linha da luta de classes nestes países mostram que o imperialismo não se resignou com a perspectiva de perder completamente o controlo sobre estes Estados, não desistiu das suas intenções exploradoras. «O fortalecimento da independência dos países libertados não convém aos imperialistas — afirmou L. I. Bréjnev no XXVI Congresso do PCUS. — Estes procuram ligar a si estes países através de milhares de meios e processos a fim de disporem mais livremente das suas riquezas naturais e de utilizarem os seus territórios para fins estratégicos[1].

---

[1] L. I. Bréjnev. *Relatório do Comité Central do PCUS ao XXVI Congresso e as Tarefas Imediatas do Partido no Campo da Política Interna e Externa*, p. 17.

Sabe-se que desde fins dos anos 50, inícios dos anos 60, o problema das relações com os países libertados é objecto de especial atenção por parte dos dirigentes dos países capitalistas e que esta questão tornou-se um dos problemas objectivos e tarefas mais importantes da política imperialista (basta recordar os chamados «novos objectivos» de J. Kennedy). Os acontecimentos desta década revelaram e chegaram mesmo a elevar aos olhos dos estrategos do imperialismo o significado económico, político e social dos países em vias de desenvolvimento para o capitalismo mundial. *No plano económico*, como objecto de exploração intensa, fonte de muitos biliões de lucros e de matérias-primas indispensáveis na etapa actual de progresso técnico, fonte cujo valor cresce com as dificuldades geradas pelas crises do capitalismo contemporâneo. *No plano político*, como factor significativo, sobretudo devido à elevação do papel dos países libertados no desenvolvimento mundial, para as perspectivas da influência do imperialismo nas relações internacionais, bem como nas organizações internacionais, nomeadamente na ONU. *No plano social*, como única região à escala global onde ainda é possível a expansão da formação mundial do capitalismo, o que se reveste de especial importância na conjuntura da luta contra o socialismo mundial.

O crescente significado, que se atribui actualmente no mundo imperialista aos países em vias de desenvolvimento é comprovado pelas inúmeras declarações de destacados políticos burgueses e dos órgãos de imprensa. «O diálogo entre os países industrializados (imperialistas — *N. do A.*) e os países em vias de desenvolvimento — declarou o então secretário de Estado dos EUA, H. Kissinger, na sua intervenção em Pittsburg

no dia 11 de Novembro de 1975, —, tem um significado decisivo para a criação de uma ordem mundial». O ex-acessor do presidente dos Estados Unidos para as questões da segurança nacional, Zbignev Brzezinski sublinhou, numa entrevista concedida à televisão alemã-ocidental, que a actual administração americana revela mais compreensão para com o mundo que se encontra em impetuosa transformação. E um dos resultados mais importantes desta viragem é o aparecimento de novos centros políticos e económicos, sobretudo na Ásia, em África e na América Latina.

O jornal *New York Times*, ao comentar a viagem do presidente dos EUA aos países da América Latina e de África na Primavera de 1978, escreveu por sua vez: «O objectivo principal desta terceira viagem de Carter ao estrangeiro é demonstrar a aprovação do seu governo em relação à crescente importância política e económica dos países em vias de desenvolvimento... Resumindo as esperanças do presidente nesta viagem, o secretário da Casa Branca para a imprensa, Powell, afirmou aos jornalistas que Carter espera «assinalar mais uma vez as novas e mais produtivas relações com os países em vias de desenvolvimento».

Os imperialistas tentam, por todas as formas, abafar o carácter anti-imperialista da luta dos povos destes países, procuram febrilmente novas vias e métodos para conservar o seu controlo e fortalecer os laços dos países libertados com o sistema económico capitalista mundial. Iniciaram a transformação da política neocolonial com o objectivo de a adaptar à realidade do fim dos anos 70, às actuais particularidades da luta de libertação dos povos dos países em vias de desenvolvimento. Somos testemunhas de mais uma «modernização» dos métodos do neocolonialismo,

mantendo a sua estratégia básica, estratégia de estabelecimento de um capitalismo dependente nos países em vias de desenvolvimento.

Uma reorganização deste tipo é, em princípio, um processo habitual para o neocolonialismo. O neocolonialismo é, como se sabe, a política do imperialismo em relação aos países em vias de desenvolvimento no contexto da luta entre os dois sistemas mundiais e da desagregação dos impérios coloniais e visa mantér estes países numa situação de submissão, orientando o seu desenvolvimento para via capitalista. As suas formas evoluíram constantemente (por vezes de modo significativo) sob a influência das transformações registadas na situação internacional, na correlação de forças de classe no mundo, sob a pressão do movimento de libertação nacional e do progresso técnico-científico. E não é por acaso que, quando falamos nos fenómenos da crise do neocolonialismo, acentuamos que se trata da sua política e relações nos anos 50 e 60.

Antes de falar da direcção para que foi orientada a «modernização» da política neocolonial dos EUA e de outros países imperialistas, é necessário assinalar os esforços intensos que estes envidam para liquidar a «atmosfera de conflito» nas relações entre os países imperialistas e os países em vias de desenvolvimento, para criar nestes últimos um «clima político» favorável à nova linha do imperialismo.

Com esse objectivo, os imperialistas tentam, como já se disse, «liquidar» ou, pelo menos, abafar com base em compromissos (compromissos que permitem conservar as suas posições) os problemas «irritantes» relativos aos focos do jugo racista e colonial que restam e prejudicam significativamente as relações entre os países imperialistas e os países em vias de desenvolvimento.

Foi também esse o objectivo da campanha «de sedução» dos países libertados, de demonstração da «boa vontade» e das «boas intenções» dos Estados imperialistas. Actualmente, chovem declarações de abertura a um «diálogo justo e frutuoso» com os países em vias de desenvolvimento da parte dos Estados ocidentais. Esta linha foi incluída na política do governo de Ford-Kissinger. Assim, a intervenção de H. Kissinger na VII Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU (Setembro de 1975) foi, segundo a imprensa americana, apresentada num tom «apaziguador»: «...Os nossos objectivos gerais de desenvolvimento podem ser alcançados somente na base da cooperação e não através de métodos políticos de luta». A intervenção terminava da seguinte maneira: «Podemos afirmar de novo aos jovens países que ouvimos as suas vozes. Compartilhamos as suas esperanças. Juntamos-nos aos seus esforços. Prometemos dedicar as nossas forças para alcançar êxitos comuns».

Estas declarações eram, então, ainda misturadas com ameaças claras ou mal encobertas endereçadas aos países libertados. Podemos citar declarações de personalidades oficiais americanas e do departamento de Estado, nas quais se sublinha a necessidade de garantir a «compreensão» «de cada país em vias de desenvolvimento» de que as relações dos EUA com ele pressupõem determinada conduta da sua parte para com os EUA nas conferências internacionais e, nomeadamente, determinada votação em conferências em que sejam analisadas questões de grande importância para os Estados Unidos.

Estas declarações e as explicações posteriores no sentido de que as sanções a que estariam sujeitos os «irredutíveis» abrangeriam, nomeadamente, a «ajuda», serviram de base a numerosos protestos

de políticos americanos, em particular, do senador E. Kennedy. O senador, que antes já sublinhara que não se devia iniciar uma nova «guerra fria» com os países em vias de desenvolvimento mostrava-se, na declaração publicada no dia 1 de Março de 1976, profundamente inquieto com o facto do departamento de Estado ter começado a seguir uma política que coloca a prestação de assistência aos Estados estrangeiros dependente das acções destes países e das suas posições nas votações na Organização das Nações Unidas e outras organizações internacionais.

Estas declarações diferentes reflectiam em primeiro lugar a dualidade da tradicional política do «chicote com bolinhos». Mas nelas revelava-se igualmente determinada perturbação das potências ocidentais, cuja política não previa as mudanças que tinham tido lugar e continuava a adaptar-se experimentando todos os meios ao seu alcance. Teve, pelos vistos, também a sua influência o facto da discussão nos círculos influentes da via mais racional a tomar relativamente à alteração da situação não ter dado resultados concretos. Não se definiram os meios que seria preferível usar.

A administração americana de Carter lançou uma campanha em grande escala e de objectivos claros «de amizade e cooperação» com os países em vias de desenvolvimento. Esta sua linha foi reforçada com a indigitação para o cargo de representante permanente dos EUA na ONU, do membro do gabinete E. Young, negro, que era conhecido pelas suas posições anticoloniais e anti-racistas.

Claro que nas «declarações de amizade» dos representantes da administração de Carter também surgem, embora mais raramente, notas ameaçadoras. Testemunha-o a intervenção do ex-mi-

nistro da energética, J. Schlesinger, na Associação do Exército dos EUA, onde falou da possibilidade de acções decididas dos Estados Unidos contra os países exportadores de petróleo[1]. Testemunham-no igualmente uma série de declarações do ex-ministro da defesa, H. Brown, que o jornal *Washington Post* comentou no dia 24 de Fevereiro de 1978: «Há umas semanas que H. Brown nos dá a entender de forma bastante clara que os Estados Unidos têm necessidade de se preparar para algo que ultrapassaria o quadro da diplomacia em relação ao Golfo Pérsico...

Brown afirmava, no seu pedido de orçamento, que os conflitos locais na região do Golfo Pérsico «poderiam exigir o envio de forças americanas para essa zona para apoiar os aliados».

Na sua intervenção, Brown recordou de novo as ligações entre a NATO e a região do Golfo Pérsico e afirmou que «nós estamos dispostos a defender a extracção de petróleo e o seu fornecimento aos países consumidores sem impedimentos da parte de potências inimigas».

O que está por trás desta «campanha de amizade», qual o objectivo da «reorganização e modernização» da política neocolonial? Esta reorganização visa, antes de mais, forçar, com a ajuda de várias medidas, o desenvolvimento do capitalismo dependente nos países que se libertaram, a sua integração no mundo capitalista, no sistema capitalista mundial controlado pelos monopólios mundiais, o estabelecimento de relações de «dependência mútua» com as potências imperialistas, com base numa integração mais estreita e profunda dos países em vias de desenvolvimento na divisão do trabalho capitalista mundial. Trata-se de uma operação em grande escala com o fim de

[1] Ver jornal *Pravda* de 22 de Outubro de 1977.

ligar mais solidamente os jovens Estados aos sistemas comercial, económico e financeiro do mundo capitalista, à sua técnica e tecnologia. No quadro desta linha, os imperialistas não põem de parte a possibilidade de determinados recuos, a procura de soluções mais ou menos aceitáveis para os círculos dirigentes dos países em vias de desenvolvimento.

Os princípios da «dependência mútua» e da «comunhão de interesses» entre os países capitalistas e os países em vias de desenvolvimento foram amplamente expostos nas intervenções dos políticos mais destacados do Ocidente e de representantes do mundo dos negócios e encontraram amplo reflexo na imprensa burguesa. Deste modo, H. Kissinger, em Setembro de 1975, falou desta «dependência mútua» na XXX Sessão da Assembleia Geral da ONU, apelando a «pôr fim às confrontações inúteis», a «passar da confrontação à cooperação», e a renunciar à «chantagem», às «estéris palavras de ordem do passado» e à «acentuação das velhas ofensas». Foi igualmente este o tema do seu discurso no Conselho de Relações Internacionais em Los Angeles em Janeiro de 1975. As teses da «dependência mútua» foram amplamente propagandeadas pelos representantes das potências imperialistas na VII Sessão extraordinária, XXX, XXXII, XXXIII e XXXIV Sessões da Assembleia Geral da ONU e noutras reuniões internacionais.

Eis como o jornal *Washington Post* caracterizou a interpretação americana desta «dependência mútua», citando a intervenção de J. Carter no Congresso Nacional da Venezuela em Março de 1978. «Na sua intervenção — escrevia o jornal —, sublinhou com prudência os interesses dos Estados Unidos na continuação do «diálogo» em relação ao estabelecimento de «uma ordem

internacional mais justa» e exprimiu a ideia de que cada um dos três grupos básicos de Estados deve ter o seu papel específico. Os países industriais devem investir capitais (sobretudo privados), fornecer tecnologia e abrir mercados; os membros das associações petrolíferas devem pôr ao dispor o «excedente das suas riquezas» e os países pobres uma «participação responsável na evolução económica mundial». Em suma, aceitar, com calma, sem transformações bruscas, sem grandes gritarias, a táctica e os métodos da lógica americana da «dependência mútua».

A tese da «dependência mútua» não é nova na política do imperialismo em relação aos países em vias de desenvolvimento. Já tinha sido tomada como arma política e ideológica do neocolonialismo nos anos 50, pois ajudava a encobrir a verdadeira essência de classe das relações dos Estados imperialistas com a sua antiga periferia colonial e semicolonial. Mas nunca tinha sido apresentada, tão ampla e persistentemente, como «credo» oficial da política do Estado e guia de acção.

Como prevêem os neocolonialistas impor a famigerada «dependência mútua»? Como se propõem «estimular uma verdadeira comunhão de interesses» entre os países capitalistas e libertados?

Os seus esforços concentram-se fundamentalmente na economia. Afirmam que isso se deve ao próprio carácter da «transposição» para os países em vias de desenvolvimento do modo de produção capitalista e ao facto da referida esfera tocar profundamente os interesses destes países, revestir-se de especial importância para a luta que se trava e do imperialismo dispor de posições fortes neste domínio e os países libertados se encontrarem, por enquanto, numa situação vulnerável.

Desde fins dos anos 50, inícios dos anos 60, os círculos imperialistas começaram a compreender a inevitabilidade do progresso económico e mesmo do desenvolvimento industrial dos países libertados. Na base disto surgiu a tendência de ir «ao encontro» deste processo inevitável, para controlá-lo. Por outras palavras, dar ao progresso económico e ao desenvolvimento industrial dos jovens Estados uma forma que seja aceitável para o imperialismo mundial e mantenha o maior grau possível de dependência deste.

Esta linha, ao adaptar-se às condições políticas e técnico-económicas actuais, torna-se mais intensa e ampla. Prevê-se não só a criação de sectores secundários da indústria nos países em vias de desenvolvimento, como também o fomento de sectores básicos, nomeadamente da indústria pesada, orientados para a exportação para os países capitalistas. Este processo tem em conta a passagem dos países libertados de países agrários e fornecedores de matérias-primas para base ágro-industrial e fornecedora de matérias-primas do capitalismo mundial. H. Kissinger, no seu discurso na VII Sessão especial da Assembleia Geral da ONU, referiu-se à «necessidade de aumentar as possibilidades dos sectores da indústria transformadora nos países em vias de desenvolvimento». O jornal *Le Monde* assinalou que as companhias da Europa ocidental «começam a exportar» fábricas para Marrocos, em vez de «importarem» mão-de-obra»[1].

Na América Latina esta linha inclui o desenvolvimento de sectores da produção que acarretam maiores encargos materiais e laborais e estão orientados para a exportação de parte considerável da sua produção, nomeadamente de metais,

---

[1] *Le Monde*, 7 de Março de 1975.

automóveis e de diversos tipos de aparelhos eléctricos, para os mercados dos países capitalistas desenvolvidos. Uma série de sectores da indústria transformadora da América Latina pode vir a tornar-se, num futuro próximo, numa base de abastecimento bastante significativa para alguns países capitalistas desenvolvidos.

Assinale-se que nesta política a par do capital privado, começam a participar directamente os Estados capitalistas, o que acontece frequentemente numa base colectiva. Basta lembrar as numerosas reuniões dos Estados capitalistas sobre as relações económicas com os países em vias de desenvolvimento, tanto exclusivas, como com a presença de representantes destes países.

A linha de manutenção e fortalecimento da dependência realiza-se, deste modo, não na base da conservação da estrutura agrária, do fornecimento de matérias-primas e da estagnação de toda a economia, mas de um certo aumento das taxas de crescimento, acompanhado de uma modernização da estrutura económica dos países em vias de desenvolvimento.

Claro que o desenvolvimento industrial que se prevê não visa a libertação económica dos jovens Estados. É o seu carácter específico, limitado e controlado que no-lo indica. Os monopólios estão dispostos a criar (e mesmo transferir) nos países em vias de desenvolvimento, utilizando a mão de obra local, apenas determinados sectores da indústria, sobretudo extracção de minérios e sua transformação, apenas processos que exigem mais mão-de-obra, acarretam enormes encargos energéticos e poluem imenso o meio ambiente, e apenas empresas com expecialização limitada e filiais de uniões industriais de grande envergadura. Os seus elos mais importantes continuarão nos centros industriais do capitalismo, o que se

destina a garantir a dependência dos países libertados em relação a estes centros. Alguns ideólogos burgueses colocam já a questão da transferência de toda a esfera «secundária» da produção para os países em vias de desenvolvimento ou seja, não só a extracção de matérias-primas e a produção primária como também a sua transformação.

Os jovens Estados têm consciência do perigo que os ameaça. Na declaração da Conferência dos ministros dos países do «grupo dos 77», realizada em Fevereiro de 1975 na Argélia, sublinhou-se a «necessidade» de criar «sectores básicos da indústria» nos países em vias de desenvolvimento.

A imprensa burguesa dos países ocidentais ameaça os países em vias de desenvolvimento com a «repetição dos erros dos países ricos» e a criação de sectores que já se encontram desenvolvidos ao máximo no resto do mundo». O jornal inglês *Financial Times* afirmava ser do interesse dos Estados da CEE (Comunidade Económica Europeia) «ter direito de voto no respeitante ao planeamento da industrialização dos países árabes» para ajudar a evitar o aparecimento de potencialidades excedentes em sectores industriais tão importantes como a petroquímica e a metalurgia»[1].

O carácter dependente do desenvolvimento industrial propagandeado pelo neocolonialismo assenta igualmente no facto de no quadro da «dependência mútua», os países imperialistas quererem conservar o direito ao monopólio do mundo capitalista nos sectores mais avançados da economia, na tecnologia mais moderna e nas direcções do progresso técnico-científico (o desen-

[1] *Financial Times*, 28 de Novembro de 1975.

volvimento da ciência, dos conhecimentos técnico-científicos) sendo isto o elemento mais importante de toda a estratégia actual do neocolonialismo. Esta linha visa aumentar, quantitativa e qualitativamente, a dependência técnico-económica dos países em vias de desenvolvimento em relação aos Estados imperialistas e ao capital monopolista estrangeiro e criar um *sistema* de dependência.

Hoje, em relação aos países libertados economicamente mais desenvolvidos, já se pode falar na tendência de transformar a dependência técnico-científica em força de submissão. Os monopólios retiram grandes fortunas dos países em vias de desenvolvimento através dos canais das relações técnico-científicas. Basta dizer que a Venezuela gastou, na segunda metade dos anos 60 e na primeira metade dos anos 70, 3 mil milhões de francos anuais com a importação de tecnologia estrangeira[1].

O desenvolvimento industrial dependente proposto pelo imperialismo aos jovens Estados baseia-se também no papel que nele se reserva ao capital estrangeiro e às multinacionais, o que é igualmente uma particularidade da linha que se segue actualmente. Os princípios básicos da actividade destas companhias transformam-nas, como já se disse, num poderoso instrumento de submissão e exploração dos países em vias de desenvolvimento. Não é por acaso que nas relações bilaterais com os países em vias de desenvolvimento, bem como nos fóruns internacionais (na ONU, na Conferência «Norte — Sul» de Paris que terminou em Junho de 1977, sem resultados visíveis, etc.) os Estados imperialistas propagandeiam a «missão» do capital estrangeiro privado, exigem que lhes sejam concedidos privilégios, sublinham que é o capital privado e não os

[1] *Le Monde*, 11-12 de Maio de 1975.

programas governamentais que deve ter um papel de destaque no desenvolvimento das antigas colónias e semicolónias. «As multinacionais, afirmou H. Kissinger em Janeiro de 1976, tornaram-se um importante instrumento de apoio ao crescimento tanto nos países industrialmente desenvolvidos, como nos países em vias de desenvolvimento. Elas não apenas completam os capitais insuficientes, como fornecem a tecnologia necessária e garantem a direcção e a capacidade do comércio.

Analisemos qual é a contribuição das multinacionais para o desenvolvimento, uma das questões que preocupam os países em vias de desenvolvimento. Não devemos esquecer que qualquer resolução da ONU neste sentido deve incluir tanto os deveres das empresas, como dos governos quanto à criação de condições justas e correspondentes ao direito internacional para estas empresas. Deve ter tanto a ver com as empresas nacionais, como com as internacionais...»

J. Carter pronunciou-se a favor dos investimentos privados num discurso que proferiu em Lagos (Nigéria) no dia 1 de Abril de 1978.

Finalmente, os dirigentes dos governos dos EUA, Inglaterra, RFA, França, Japão, Itália e Canadá afirmaram a sua vontade de ampliar a cooperação com os países em vias de desenvolvimento a fim de estimular a entrada de investimentos privados estrangeiros no seu encontro em Bona, em Julho de 1978.

Ao avaliar as afirmações desse género é necessário ter presente que elas são feitas no contexto de cautela declarada e mesmo de certa inimizade para com as companhias estrangeiras da parte da opinião pública dos países em vias de desenvolvimento consciente dos métodos de saque utilizados por estas companhias. A vida confir-

ma-o todos os dias. Os investimentos dos monopólios imperialistas continuam a ser um meio de extracção de superlucros dos países que se libertaram (ver a tabela 4).

O capital estrangeiro infiltra-se persistentemente nos países subdesenvolvidos (ver tabela 5).

Dos números apresentados pode-se deduzir que os investimentos directos privados nos países em vias de desenvolvimento aumentaram, de 1971 a 1978, em 44,3 biliões de dólares, ou seja em mais do dobro.

A tabela 6 reveste-se de grande interesse.

T a b e l a 4

Taxas de lucro dos investimentos directos privados dos EUA no estrangeiro (%)

	1975	1976	1979	1980
Total de todos investimentos directos privados no estrangeiro	14,2	14,4	21,9	18,4
Nomeadamente:				
indústria petrolífera . . .	20,1	18,1	38,7	30,4
indústria transformadora	11,2	12,3	17,6	13,4
outros	14,6	14,9	18,0	17,1
Nos países capitalistas desenvolvidos	10,9	11,9	19,2	16,6
Nomeadamente:				
indústria petrolífera . . .	8,5	8,5	25,1	26,6
indústria transformadora	10,6	12,5	18,4	12,7
outros	13,5	13,4	16,5	15,5
Nos países em vias de desenvolvimento	29,1	25,2	32,0	24,1
Nomeadamente:				
indústria petrolífera . . .	288,5	109,9	144,9	50,3
indústria transformadora	13,9	11,3	14,3	16,5
outros	18,7	19,7	21,2	20,4

Fonte: *Survey of Current Business*, August 1977, p. 39, August 1981, p. 27.

T a b e l a 5

Investimentos directos privados dos países membros do Comité de Assistência ao Desenvolvimento OCDE nos países em vias de desenvolvimento
(em biliões de dólares) *

	1967		1971		1972		1975		1978	
	soma	%	soma	%	soma	%	soma	%	soma	%
Total	33,2	100	44,0	100	48,4	100	69,3	100	88,3	100
Nomeadamente:										
América Latina e Caraíbas	18,4	55,4	23,9	54,3	25,8	53,3	37,6	54,2	50,6	57,3
África	6,6	19,8	8,4	19,1	9,4	19,4	11,1	16,1	11,1	12,6
Ásia e Oceânia	8,1	24,4	11,5	26,1	12,7	26,2	18,3	26,4	26,6	30,1
Nomeadamente:										
Médio Oriente	3,1		3,5		3,9		3,7		3,4	

* Os números são arredondados e referem-se ao final dos anos.

Fonte: *Development Assistance Directorate, OCDE*, Paris, 1974 (referentes a 1967, 1971 e 1972); *Documento UNCTAD. TD/B/685/Add. 1; TD/AC.2/10/Add. 1*, 29. XII. 1977 (relativos a 1975) e *OCDE Development Cooperation, 1980*, Review, p. 165.

A partir dos EUA ela dá-nos uma ideia tanto das fontes de aumento dos investimentos directos dos monopólios (demonstrando que este é constituído em grande parte por fundos retirados dos próprios países em vias de desenvolvimento), como da correlação, existente nos anos 60 e 70, entre o capital privado e o capital imperialista de Estado (a «ajuda»)[1] investido nos países em vias de desenvolvimento. Esta tabela mostra também que a «ajuda» estatal imperialista dos EUA, tão propagandeada é quase igual ao montante dos lucros obtidos pelo capital privado americano nos países em vias de desenvolvimento a partir dos seus investimentos directos nesses países.

A distribuição do capital estrangeiro pelos sectores da economia nacional dos países em vias de desenvolvimento é especialmente interessante, pois reflecte com nitidez a estratégia económica do neocolonialismo e as mudanças importantes nela operadas.

Os dados que apresentamos mostram que os monopólios imperialistas, ao mesmo tempo que continuam a prestar grande atenção às empresas de produção de matérias-primas, investem cada vez mais na indústria transformadora. Antes, o capital monopolista internacional criava empresas (petrolíferas, de extracção de minérios, plantações) que na prática eram uma espécie de enclaves, não alteravam o carácter geral da economia, não tinham muita influência nem estimulavam o desenvolvimento do país. Agora, tenta frequentemente «criar» um mercado interno e, sobretudo, dominá-lo, transformar-se num factor de industrialização e de desenvolvimento capitalista dependente.

[1] É de ter em conta que em relação a alguns países imperialistas esta correlação ainda é mais favorável ao capital privado.

Tabela 6

Investimentos directos dos EUA nos países em vias de desenvolvimento: incremento dos investimentos e rendimentos dos investimentos
(em milhões de dólares)

	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Total dos rendimentos derivados dos investimentos directos (exceptuando os impostos nos países em vias de desenvolvimento)	2352	2452	2889	3044	2926	3264	3888	5882
Rendimentos reinvestidos	427	297	480	420	601	557	795	1568
Total dos rendimentos transferidos dos países em vias de desenvolvimento	1946	2171	2430	2652	2340	2712	3079	4272
Total dos investimentos directos . .	13866	14905	16497	17627	19192	20719	22274	22904
"Apoio estatal ao desenvolvimento" prestado pelos EUA com base em acordos bilaterais e através de organizações internacionais . . .	3349	3472	3242	3092	3050	3324	3349	2968

Continuação

	1974	1975	1976	Total relativo a 1966—76	1977	1978	1979	Total relativo a 1966—79
Total dos rendimentos derivados dos investimentos directos (exceptuando os impostos nos países em vias de desenvolvimento)	7998	6623	7112	48430	7685	8262	13127	77507
Rendimentos reinvestidos . .	1841	3083	1204	11273	1928	2731	4149	20081
Total dos rendimentos transferidos dos países em vias de desenvolvimento	6086	3619	5763	37070	5757	5531	8978	57336
Total dos investimentos directos	19812	26222	29050	incremento 15184	31800	37584	44525	incremento 30569
"Apoio estatal ao desenvolvimento" prestado pelos EUA com base em acordos bilaterais e através de organizações internacionais	3439	4007	4358	37650	4682	5664	4684	52680

Fonte: compilado segundo os dados de *Survey of Current Business*, August 1977, pp. 42-43; tune 1981, pp. 64-65; August 1981, pp. 21, 25, 27. *Development Cooperation. Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee, OECD*. Review for 1973, 1976, 1980.

Tabela 7

Investimentos directos privados dos EUA nos países em vias de desenvolvimento

(no fim do ano respectivo, em biliões de dólares)

por sectores

	ANOS	TOTAL	América Latina	Ásia e Oceânia	África
Total	1950	5,73	4,57	1,01	0,147
	1960	12,03	9,25	2,15	0,639
	1970	21,42	14,68	4,12	2,61
	1980	52,68	38,27	10,68	3,73
Indústria extractiva e de fundição	1950	—	—	—	—
	1960	1,56	1,33	0,024	0,2
	1970	2,48	2,04	0,94	0,35
	1980	3,66	2,78	—	0,61
Indústria petrolífera	1950	—	—	—	—
	1960	5,70	3,26	2,02	0,4
	1970	8,38	3,93	2,53	1,92
	1980	6,09 ***	3,95	2,48 **	1,73
Indústria transformadora	1950	1,00 *	0,78	0,16 *	0,055 *
	1960	1,84	1,63	0,195	0,01
	1970	5,48	4,60	0,778	0,1
	1980	16,01	13,11	2,61	0,285
Outras indústrias	1950				
	1960	3,57	3,02	0,40	0,143
	1970	5,08	3,33	0,72	0,24
	1980	19,17	18,04	2,77	0,580

* No fim de 1979.
** Sem contar os países do Médio Oriente.
*** Incluindo a Austrália, o Japão, a Nova Zelândia e a **RAS.**

Fontes: compilado segundo os dados de *Survey of Current Business*, August, 1961, October 1971, August 1977, August 1981.

Assim, os donos do mundo capitalista e as multinacionais, estão dispostos, embora contra vontade,a cooperar no sentido do desenvolvimento industrial dos países libertados, mas segundo formas específicas.

O principal esquema estratégico do neocolonialismo não se altera no fundo, somente, se transforma em consequência das possibilidades

que lhe abre a revolução técnico-científica. Este esquema hoje pressupõe um nível de desenvolvimento económico (na prática *capitalista*) mais elevado dos países libertados e formas de dependência mais complexas e mais requintadas. Além disso, torna-se possível introduzir correcções secundárias na divisão capitalista internacional do trabalho na forma como esta se estruturara nos tempos coloniais e que em muitos aspectos permanece até aos nossos dias. Na prática tenta-se mais uma vez resolver o problema com que se tem debatido o imperialismo durante todo o pós-guerra: abafar a agudez da luta anti-imperialista dos países libertados e alcançar a vitória do modo de produção capitalista nestes países na forma de capitalismo dependente e atrasado.

Volte-se a frisar[1] que o atraso é uma noção histórica concreta e, por isso mesmo, dinâmica. Por definição, transforma-se à medida que se desenvolve o movimento histórico e de acordo com os critérios que a definem, o maior nível de desenvolvimento atingido em determinado momento. Isto sempre foi correcto, mas é ainda mais válido agora, na época da revolução técnico-científica. Precisamente por isso um nível de desenvolvimento que há 50 anos era considerado avançado, hoje, nos parece um atraso indubitável. E se o país ou países deram um grande passo em frente, se o seu nível de desenvolvimento económico aumentou[2], isso ainda não significa que

[1] K. Brútens. *Las revoluciones de liberacion nacional contemporáneas*. Moscú, 1974, p. 167-168.

[2] Em relação às antigas colónias e países dependentes, tendo em conta a situação concreta actual, seria de fazer notar o facto geral que o nível de desenvolvimento económico depende não só da existência de enclaves industriais ou mesmo da estrutura industrial criada, mas também de condições e formas de actividade produtiva e da vida da grande massa da população.

tenha ultrapassado (no novo nível) o seu atraso e, consequentemente, desaparecido a base objectiva de relações injustas.

É importante ter presente que as correcções na linha seguida até agora e a orientação dos círculos imperialistas no sentido de um incremento, de relativa intensidade da indústria dos países em vias de desenvolvimento não assentaram apenas na vontade da política neocolonial de resolver a tarefa da sua dependência definitiva em relação ao sistema capitalista mundial e afirmar o modo de produção capitalista nestes países. Houve igualmente motivos económicos mais amplos, o desejo de utilizar e explorar mais intensamente os referidos países como parte integrante de territórios de importância económica para o capitalismo mundial. É uma necessidade da economia capitalista mundial na fase actual da revolução técnico-científica, quando o atraso excessivo da «periferia» (os países libertados) impede o desenvolvimento global da economia do capitalismo. O catedrático americano R. Sterling, assinala no seu livro *A Macropolítica. As Relações Internacionais na Sociedade Global*» que a ajuda prestada aos países em vias de desenvolvimento é igualmente um meio de promover o progresso dos países industrialmente desenvolvidos[1].

O imperialismo necessita do desenvolvimento económico e industrial dos países libertados para anular a pressão política destes e por que as formas não-económicas de exploração se tornam impossíveis, porque o sistema de estabelecimento de preços monopolistas das matérias-primas foi abalado, etc. A pressão do movimento operário

[1] Ver: R. Sterling. *Macropolitics. International Relations in a Global Society*. New York, 1974, p. 490.

nos Estados imperialistas também obriga os monopólios e as multinacionais a transferir as suas empresas para os países em vias de desenvolvimento, onde procuram mão-de-obra barata, tendo em conta que a organização sindical e política do proletariado é mais fraca nesses países e outros factores que impedem os trabalhadores de defender os seus direitos.

Para criar condições para realizar a sua política, as potências imperialistas fazem certas concessões comerciais e financeiras aos países em vias de desenvolvimento. Podemos constatá-lo na Convenção sobre as relações económicas, financeiras e comerciais entre a Comunidade Económica Europeia e 46 países em vias de desenvolvimento de África, das Caraíbas e do Oceano Pacífico, assinada em Fevereiro de 1975 em Lome, capital do Togo.

Paralelamente às determinações tarifárias que facilitam a entrada das mercadorias dos correspondentes países em vias de desenvolvimento nos países membros da CEE e ao aumento do Fundo Europeu de Desenvolvimento que concede empréstimos e subsídios aos Estados subscritores, a Conveção prevê a criação de um sistema de garantia da entrada estável de 12 géneros de produtos: amendoím, cacau, café, algodão, coco, banana, sisal, chá, etc.

Claro que este sistema, na prática, não protege os jovens Estados das manipulações dos monopólios e da queda súbita dos preços dessas mercadorias. A Convenção conduz, em geral, ao fortalecimento da especialização em monocultura da economia dos Estados subscritores. Assinale-se, entretanto, que apesar de tudo, as suas condições são mais favoráveis para estes Estados que as condições da primeira e da segunda convenções de Yaounde. É uma característica da época.

Mesmo os Estados Unidos, que antes se opunham energicamente às medidas orientadas contra as variações dos preços das matérias-primas dos países em vias de desenvolvimento, alteraram consideravelmente a sua posição. Na VII Sessão especial da Assembleia Geral da ONU, os EUA afirmaram pela primeira vez estar prontos a passar por cima do mecanismo do mercado livre e a fazer acordos na esfera do estabelecimento de preços com países produtores de matérias-primas. Os EUA mostraram-se igualmente dispostos a fortalecer a estabilidade dos mercados de matérias-primas através da realização de encontros de produtores e consumidores de matérias-primas para cada tipo de produto[1]. No decorrer da chamada Conferência de Cooperação Económica Internacional (CCEI)[2] os Estados capita-

[1] Segundo dados do *New York Times*, os EUA apresentaram nessa Sessão 41 propostas relativas aos países em vias de desenvolvimento e a imprensa americana baptizou a intervenção do chefe da delegação dos EUA de "Plano Marshall" para estes países.

[2] Na CCEI, ou, como a chamaram nas conversações, Conferência "Norte-Sul" participou um grupo de países capitalistas industrializados (os EUA, uma delegação unificada da CEE, a Austrália, a Espanha, o Canadá, a Suécia, a Suíça e o Japão) e um grupo de países do qual faziam parte a Jugoslávia e 18 países em vias de desenvolvimento (a Argélia, a Argentina, o Brasil, a Venezuela, o Egipto, o Zaire, a Zâmbia, a Índia, a Indonésia, o Iraque, o Irão, os Camarões, o México, a Nigéria, o Paquistão, o Perú, a Arábia Saudita e a Jamaica). Apesar da sua duração (a CCEI prolongou-se, contando as interrupções, cerca de ano e meio) terminou em Junho de 1977 sem resultados visíveis, não satisfez as exigências dos países em vias de desenvolvimento que se encontraram perante uma muralha de objecções e incompreenções da parte das potências imperialistas que se encobriram por uma corrente de frases e declarações no sentido de que se encontravam dispostas a "dialogar" e a "cooperar". Essas mesmas potências imperialistas não conseguiram, apesar de todas as tentativas, dividir o "grupo dos 19". A Confe-

listas, nomeadamente os EUA, concordaram em analisar o problema da criação de um fundo comum de estabilização dos preços das matérias-primas.

Um elemento consideravelmente novo é a posição adoptada pelos países imperialistas no que respeita à adopção de medidas especiais destinadas a facilitar a entrada de artigos industriais dos países em vias de desenvolvimento nos seus mercados. Na VII Sessão especial da Assembleia Geral da ONU os representantes dos EUA falaram na necessidade de aumentar as capacidades de exportação dos sectores da indústria transformadora desses países. O jornal alemão-ocidental *General Anzeiger* assinalou, referindo-se às posições do governo da RFA em relação a este problema, que estas conduzem ao crescimento das entradas das mercadorias de exportação do terceiro mundo no mercado nacional.

Este facto é digno de referência porque há já uma série de países libertados que segue uma linha de desenvolvimento industrial orientada para a exportação (claro que aqui se tem em vista

---

rência "Norte-Sul" foi baptizada pelos observadores de "diálogo de surdos". Mesmo um jornal tão de direita como o *L'Aurore* francês chegou à conclusão que no documento final da CCEI se prestou mais atenção à ordem existente que ao problema da criação de uma nova. O jornal inglês *Financial Times* referiu-se ao encerramento da Conferência "Norte-Sul" considerando-a pouco gloriosa. Ao fim e ao cabo, a apreciação oficial feita pelo presidente da França, Giscard d'Estaing, à CCEI, ao usar da palavra, em Junho de 1977, não se afasta muito dessas afirmações. Declarando que a Conferência "Norte-Sul" teve pelo menos dois resultados positivos (permitiu trocar a confrontação pelo diálogo e analizar os maiores problemas da economia mundial, pela primeira vez, com realismo e profundidade), Giscard d'Estaing, confessou que esta não foi tão longe como seria de desejar no que respeita à solidariedade internacional.

fundamentalmente a exportação de artigos industriais não muito complexos).

Registam-se algumas alterações, embora não muito significativas, na esfera da «assistência» imperialista, tanto quanto ao seu volume, como quanto às condições em que é prestada (aumento, numa série de casos, dos prazos de pagamento dos empréstimos, redução dos juros, etc.). A tabela 8 mostra a dinâmica quantitativa geral da «assistência» nos anos 70, tendo igualmente em vista os países capitalistas mais desenvolvidos.

Como se pode concluir da tabela, entre 1970 e 1979, a «ajuda estatal ao desenvolvimento», prestada pelo imperialismo passou de 6790 milhões de dólares para 22 375 milhões de dólares. Mas este aumento foi praticamente anulado pela inflação. Além disso, a «ajuda» «per capita» em cálculos reais, reduziu-se.

Há que recordar que o montante da «ajuda» é inferior aos lucros que os monopólios imperialistas extraem dos países em vias de desenvolvimento. A «ajuda» que é prestada actualmente destina-se em grande parte a pagar os empréstimos que o imperialismo concedera anteriormente e os juros sobre estes. Assim, a Índia gastou, em 1976, quase metade dos créditos que contraiu em pagamentos deste tipo[1].

Foi precisamente deste modo que se desenvolveu o «apoio» financeiro concedido pela CEE às antigas colónias e semicolónias associadas a estes países, embora com concessões mais significativas aos países em vias de desenvolvimento. O seu montante cresceu consideravelmente em relação às condições da convenção de Yaounde que a precedeu (ver a tabela 9).

A CEE concedeu 3,7 vezes mais fundos aos países associados do que a II Convenção de Yaounde.

---

[1] *Le Monde*, 25 de Fevereiro de 1977.

Tabela 8

Fundos financeiros estatais concedidos pelos países de Assistência ao Desenvolvimento OCDE aos países em vias de desenvolvimento (em milhões de dólares)

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Países do CAD	7929	9030	10195	11814	13500	16609	17261	19038	25036	25032
Apoio estatal ao desenvolvimento	6790	7759	8654	9351	11317	13585	13947	15772	19986	22375
EUA	3218	3504	3545	3445	4262	4927	5182	5434	6952	5637
Apoio estatal ao desenvolvimento	3050	3324	3349	2968	3439	4007	4360	4882	5664	4684
França	999	1125	1337	1538	1806	2425	2403	2425	3168	3608
Apoio estatal ao desenvolvimento	971	1075	1321	1461	1616	2091	2146	2267	2705	3370
RFA	731	898	956	1331	1529	1698	1636	1778	2569	3462
Apoio estatal ao desenvolvimento	599	734	808	1102	1433	1689	1593	1717	2341	3350
Inglaterra	453	574	625	664	810	894	911	1130	1548	2202
Apoio estatal ao desenvolvimento	447	562	609	603	730	863	879	1103	1460	2067
Itália	177	305	247	536	244	331	590	414	610	750
Apoio estatal ao desenvolvimento	147	183	98	192	216	182	226	198	375	273
Japão	1152	1162	1465	2190	1915	2517	2438	3047	4368	2848
Apoio estatal ao desenvolvimento	458	511	611	1011	1126	1148	1105	1424	2215	2637

Fonte: Dados da *OECD. Development Cooperation Efforts and Policies of the Members of the Development Assistence Committee*, 1973 Review, 1976 Review, 1980 Review.

Estas concessões visam uma série de objectivos. O imperialismo queria antes de mais, com a sua ajuda, demonstrar «boa vontade» e alterar de forma que lhe fosse favorável as relações com os países em vias de desenvolvimento, «comprar» esses países para contribuir para o êxito da actual linha neocolonial. Em segundo lugar o aumento da «ajuda» destina-se a ampliar e aprofundar os laços económicos, comerciais e financeiros dos países em vias de desenvolvimento com o mundo capitalista, a estreitar as suas relações com este mundo. Tem, finalmente, o objectivo de melhorar as condições do desenvolvimento capitalista dos países libertados, em particular, o seu financiamento. Estas e outras concessões das potências imperialistas orientam-se, no seu conjunto, para a integração económica completa dos países libertados no sistema capitalista.

Quanto às exigências relativas ao estabelecimento de uma «nova ordem económica», os imperialistas escolheram uma táctica de subterfúgios que utilizaram de forma já bastante clara durante a conferência sobre problemas da cooperação económica internacional. Com essa política contam ganhar tempo (para continuar a exploração dos países libertados dentro do quadro do actual sistema mais ou menos permanente de relações injustas entre eles e os países imperialistas) e fugir às confrontações com os países em vias de desenvolvimento, levando-os a «dialogar». Esperam obter a ruptura das fileiras dos países libertados e obrigá-los a retirar as suas exigências aproveitando-se para isso da difícil situação económica de muitos deles e da crescente estratificação sócio-política que se observa nessa região do mundo e pode, como esperam os políticos imperialistas, levar os círculos dirigentes de vários jovens Estados perante a crescente insatisfação das massas, a procurar uma aliança de classe com o imperialismo à custa de importantes concessões.

Os Estados imperialistas não definiram a sua posição ou encontram-se ainda numa fase de elaboração da linha de actuação política em relação a esta questão devido a contradições agudas como as que existem entre os EUA, os países da CEE e o Japão. É evidente, em todo o caso que tentam anular o carácter anti-imperialista das exigências dos países em vias de desenvolvimento no que res-

Tabela 9

Apoio financeiro da CEE aos países membros[1]
(em milhões de unidades de crédito de divisas)

Distribuição dos fundos	Convenção CEE — ACP	II Convenção de Yaounde
Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)	3000	828 *
Nomeadamente:		
subsídios	2100	748
empréstimos especiais e outros	525	80
"Staybacks"	375	—
Empréstimos normais concedidos pelo Banco Europeu de Investimentos (BEI)	390	90
Total	3390	918

* Depois da adesão das Ilhas Maurícias, em 1973, este montante aumentou 5 milhões de unidades de crédito de divisas.

Fonte: *Documento informativo R-13 do grupo de informação do CEE*. Bruxelas, Fevereiro de 1975.

[1] A Convenção CEE-ACP foi assinada entre a Comunidade Económica Europeia (CEE) e 46 países em vias de desenvolvimento de África, das Caraíbas e do Oceano Pacífico (ACP) em Fevereiro de 1975 com validade por cinco anos. A II Convenção de Yaounde esteve em vigor entre 1969 e 1975. "Staybacks" foi o fundo de seguro que garantiu aos países da ACP entradas constantes relativas à exportação de determinados tipos de matérias-primas e de produtos alimentares criado na conferência CEE-ACP.

peita à «nova ordem económica» e trocá-la pela concepção da «dependência mútua» por eles proposta.

Os neocolonialistas instigam os conflitos entre os países em vias de desenvolvimento no intuito de os dividir e opõem-se de todas as formas possíveis às acções conjuntas destes países contra as potências imperialistas. Z. Brzezinski declarou à revista *Foreign Policy* que uma das tarefas mais importantes da política externa americana deve ser atrair o maior número possível de jovens Estados à cooperação entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, separando com isto os jovens Estados mais moderados daqueles que se deixam levar pelo «radicalismo» e pela «demagogia». Ao referir-se a esta afirmação de Brzezinski, o jornal *Le Monde* considerou-a «no fundo, um apelo claro à divisão do terceiro mundo»[1].

Os imperialistas tentam encobrir o fundo negativo desta posição com declarações riudosas sobre a sua «boa vontade» e a propaganda de acções do tipo do acordo de criação de um fundo de apoio aos países em vias de desenvolvimento num valor de um bilião de dólares e conversações sobre a estabilização dos preços das matérias-primas. Utilizam igualmente outras manobras políticas.

O imperialismo estimula as tendências de divisão artificial do mundo em Estados «ricos» e «pobres», tenta opor os países em vias de desenvolvimento aos países socialistas e repete cada vez mais a tese da suposta «responsabilidade comum» de todos os países desenvolvidos pela situação sócio-económica das antigas colónias e semicolónias e pelo seu atraso. Este método amplamente utilizado pela propaganda e pela diplomacia imperialista é, hoje, colocado em oposição à cooperação dos países socialistas e em vias de desenvolvimento.

[1] *Le Monde*, 11 de Fevereiro de 1977.

«Com isso tenta-se reduzir e enegrecer, de todas as formas, o importante papel da cooperação económica da URSS e dos outros países da comunidade socialista com os países em vias de desenvolvimento na criação e desenvolvimento da economia nacional independente dos últimos. Os representantes das potências ocidentais seguem essa linha em todas as discussões sobre a «nova ordem económica internacional», travadas na ONU e fora dela. A declaração sobre a «responsabilidade comum», os apelos aos países socialistas para que participem na campanha de «apoio geral» aos países em vias de desenvolvimento, as declarações que deturpam a realidade e a verdadeira política dos países socialistas foram apresentados no comunicado conjunto dos chamados «encontros de alto nível» entre os EUA, a Inglaterra, a RFA, o Japão, a França, a Itália e o Canadá (Bona, Julho de 1978, Veneza, Julho de 1980 e Ottawa, Julho de 1981).

Assinale-se que as acções de sabotagem da cooperação entre os países socialistas e os países em vias de desenvolvimento, incluindo as medidas para os assustar com a «ameaça comunista» continuam a ser uma das orientações fundamentais da política do neocolonialismo.

Há determinadas alterações nos métodos políticos de estratégia sócio-económica do neocolonialismo. Sente-se, em geral, nela muito mais flexibilidade do que antes.

A derrota da intervenção militar americana na Indochina e a vitória heróica do povo do Vietname puseram termo à primeira etapa de desenvolvimento do neocolonialismo, em que preferiam as armas a quaisquer outros meios de luta contra o movimento de libertação nacional. Os acontecimentos no Vietname foram a última e a mais convincente demonstração de

que elas já não trazem benefícios ao imperialismo.

Como assinalou L.I. Bréjnev, «não é fácil para os imperialistas agora decidirem-se a uma ingerência militar nos assuntos dos países libertados. A última grande acção deste tipo, a guerra dos EUA contra o povo do Vietname, terminou numa derrota demasiado arrasadora e vergonhosa para que tenham vontade de repetir tais aventuras»[1].

Esta tendência, que de certa maneira já se manifestava anteriormente, surgiu mais claramente, e a flexibilidade da política do imperialismo tornou-se mais relevante depois do fracasso da agressão imperialista na Indochina. Não se trata da proclamação amplamente divulgada da recusa dos EUA a ingerências militares directas no antigo mundo colonial e semicolonial («Não haverá outro Vietname»— gritam os políticos americanos). Simplesmente, os neocolonizadores tentam como que livrar-se duma espécie de reflexo, é quase uma reacção histérica às alterações nos países em vias de desenvolvimento que lhes são desfavoráveis. Orientam-se cada vez mais para uma mudança gradual da situação, para a força dos factores económicos e para as tendências a longo prazo. Utilizam cada vez mais o princípio da abordagem diferenciada dos países em vias de desenvolvimento, tendo em conta toda a sua diversidade tanto em condições económicas, como em orientação sócio-política.

Isto revela-se de forma precisa, como já tivemos oportunidade de constatar, nos países de orientação socialista, em relação aos quais seguem uma linha orientada para o desenvolvimento multilateral das relações políticas, económicas e culturais, linha de espera paciente da «sua hora».

[1] L. I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos*, M., 1978, t. 6, p. 591.

Quanto aos métodos políticos que o neocolonialismo utiliza em relação aos países que seguem a via capitalista de desenvolvimento é necessário relembrar que no período de desagregação do sistema colonial, e sobretudo desde o início dos anos 60, o neocolonialismo tinha no seu arsenal duas linhas e hesitava em escolher uma delas. Uma era a implantação de regimes ditatoriais declaradamente pró-imperialistas que, de uma ou de outra forma, se opunham às transformações. A outra era uma linha de apoio ao reformismo moderado, a regimes com fachada democrática burguesa, com o objectivo de atrair o maior número possível de forças sociais à via de uma política aceitável à estratégia do capitalismo dependente.

A escolha de uma dessas variantes, que embora visem objectivos neocoloniais se distinguem substancialmente pela forma, dependia de vários factores: a conjuntura internacional; os recontros de interesses dos diversos grupos do capital financeiro, sobretudo nos EUA; as condições nos próprios países em vias de desenvolvimento, onde o aumento da luta de libertação ameaça sufocar os esquemas reformistas e enfraquece e isola os regimes ditatoriais.

Durante a administração de Carter deram-se, pelo menos em algumas regiões, alterações no sentido da variante reformista[1], sem, no entanto,

[1] "...As ditaduras repressivas e mesmo terroristas — escreveu o jornal francês *France Nouvel* —, não só já não são parceiros decentes perante a actual opinião pública mundial, mas, sobretudo, demonstraram a sua incapacidade de garantir certo crescimento económico... e paz social que garanta aos investidores estrangeiros a "estabilidade" com que sonham.

se pôr de parte à linha de apoio às ditaduras. Não se abdica desse apoio tanto por razões práticas (a única «alternativa segura» à vitória das forças de esquerda), como por simpatias políticas, mas começa-se a camuflá-lo, tentando dar aos regimes repressivos um aspecto mais respeitável. Inserem-se perfeitamente neste quadro medidas de pressão, como a limitação da venda de armas e da cooperação militar, adoptadas pelos EUA em relação aos governos de uma série de países da América Latina (Uruguai, Chile, Paraguai, etc.) e declarações de satisfação pelos «avanços» no que respeita aos direitos do homem desses regimes.

Estas novas tendências também apareceram na estratégia social do neocolonialismo. Embora o seu eixo, a aposta no acordo e mesmo na aliança com a burguesia nacional, não fosse revisto, apesar da clara falta de êxito desta linha nos últimos anos e mesmo décadas, o imperialismo parte do princípio que o estímulo do desenvolvimento industrial, a ampliação da entrada dos produtos industriais dos países libertados nos mercados dos países capitalistas desenvolvidos e outras concessões comerciais e financeiras[1] são

---

As multinacionais têm necessidade de continuar a explorar o mundo em vias de desenvolvimento adaptando-se às novas condições e, ao mesmo tempo, preocupando-se em travar ao máximo o avanço da classe operária e das forças populares tanto nos países da América Latina, como nos outros. Por isso, para realizar a estratégia económica em vista, é necessário desviar de forma inteligente e "moderna" as classes médias e, se possível, grande parte da classe operária e de os orientar para um sistema que lhes possa parecer ao mesmo tempo democrático, favorável ao desenvolvimento e "nacionalista".

[1] As ligações com a burguesia dos países africanos e asiáticos fortalecem-se, como antes, através da criação nos países em vias de desenvolvimento de sociedades mistas na base da participação conjunta da burguesia

uma base mais tentadora e mais aceitável para compromissos com a burguesia nacional do que a base que se tinha apresentado antes.

Também se aposta no aumento da diferenciação social no antigo mundo colonial e semicolonial. As posições políticas das classes e das camadas exploradoras e exploradas distinguem-se cada vez mais. Ao mesmo tempo, a «reserva» do protesto social, que é composta pelo proletariado cada vez mais explorado, o campesinato que vegeta em condições miseráveis, a juventude cujos sonhos não se realizam, a pequena burguesia e outras camadas sociais que foram destituídas de tudo durante as transformações económicas, é consideravelmente maior do que 10 ou 15 anos atrás.

Nestas condições, a especulação em torno do anticomunismo primário do passado, que já se

---

local e do capital monopolista ocidental. Só que agora se intensifica esta política e transfere a prática de criação de sociedades mistas em cooperação com os fortes grupos da burguesia que se formaram numa série de jovens Estados, para terceiros países. Criam-se empresas conjuntas anglo-americano-indianas em países em vias de desenvolvimento africanos ou outros. O objectivo é duplo: não só se fortalecem os laços com a referida burguesia, como, utilizando a «cobertura» indiana, ou qualquer outra «cobertura» asiática ou africana, se facilita a entrada do capital imperialista nos países em vias de desenvolvimento.» «...Outra manobra — assinalou o Secretário-Geral do Conselho Nacional do Partido Comunista da Índia, Radjeshwara Rao —, com a ajuda da qual os imperialistas querem levar o país (a Índia — *N. do A.*) a realizar os seus planos globais consiste em atrair os monopólios indianos com propostas para participarem em corporações multinacionais com o fito da exploração (claro como parceiro secundário) dos países em vias de desenvolvimento. Os monopolistas indianos já antegozam a possibilidade de enriquecer, explorando, juntamente com as multinacionais, os povos do «terceiro mundo» (*Problemas da Paz e do Socialismo*, 1978, nº 7, p. 21.).

encontra consideravelmente «gasto», já não dá os resultados necessários, desmascarando-se em muitos países, mesmo aos olhos das camadas privilegiadas. Adopta como método básico do neocolonialismo a aposta nas contradições sociais e no medo do desafio que as massas podem fazer à burguesia dirigente. É nele que o imperialismo se baseia para levar a burguesia local a uma aliança de classe.

O neocolonialismo espera que na etapa actual do desenvolvimento social dos países libertados, no contexto de agudização dos recontros de classe, se torne mais eficaz a «cartada anticomunista», que a burguesia nacional procure o apoio do imperialismo na luta contra o movimento progressita e revele a sua solidariedade social com a burguesia imperialista.

O imperialismo vira-se, paralelamente, para os grupos burocráticos e tecnocratas nos países em vias de desenvolvimento. É cada vez mais clara a orientação neocolonial de transformar esses grupos numa base social de apoio constante. Isso explica-se tanto pelas dificuldades de concretizar a política de aliança com a burguesia nacional, como pelo aumento da importância dos próprios grupos burocráticos e tecnocratas entre as camadas privilegiadas nos países libertados. As tendências reaccionárias, cosmopolitas e de aproximação do modo de vida burguês, a corrupção da burguesia burocrática e tecnocrata levam os imperialistas a esperar que os seus planos tenham êxito. Claro que também aqui se utiliza o anticomunismo como instrumento de influência política. O interesse do neocolonialismo pelos grupos burocráticos e tecnocratas tem razões restritamente económicas: através deles os imperialistas têm acesso ao sector estatal. A propósito, é na base deste sector e em torno dele que frequentemente

se estabelecem acordos económicos com forças tecnocratas e burocráticas. Todas as «novidades» da estratégia económica do neocolonialismo de que falámos antes podem servir de isca para estes grupos.

O imperialismo presta especial atenção à juventude estudantil dos países em vias de desenvolvimento. Os jovens destes países que estudam nos países imperialistas são submetidos a uma intensa «lavagem ao cérebro». O seu número eleva-se a 105 mil nos Estados Unidos (entre os quais, 7200 da Nigéria, mais de 18 mil dos países africanos, cerca de 10 mil da Índia, etc.), em França (só nas universidades) cerca de 40 mil[1]. No que respeita à intelectualidade em geral, servem-se da sua predisposição para alguns aspectos do «modo de vida» ocidental. A propaganda desse «modo de vida» é uma das principais direcções mais importantes da actividade do imperialismo nos jovens Estados. Acentua-se o problema da defesa dos direitos do homem com que simpatizam determinadas camadas da intelectualidade dos países libertados.

Salta-nos igualmente à vista o facto de numa série de países em vias de desenvolvimento o neocolonialismo tentar estabelecer relações com a burocracia sindical e, através dela, com determinadas camadas da classe operária.

O neocolonialismo estabeleceu novos laços com a cúpula social de uma série de países em vias de desenvolvimento que se serve do agravamento do problema energético e de matérias-primas para enriquecer. Isso exemplifica como o imperialismo se adapta às alterações nas relações com

---

[1] *UNESCO Statistical Yearbook*, UNESCO, Paris, 1976, pp. 505-530.

os países libertados, tentando tirar todas as vantagens possíveis.

Nos últimos anos, tenta-se, com a ajuda da cooperação financeira, aliar os interesses dos círculos dirigentes e da grande burguesia nascente nos países em vias de desenvolvimento aos interesses do capital privado e de Estado das potências imperialistas. Assim se coordenam as acções políticas orientadas contra as forças progressistas numa série de regiões do antigo mundo colonial o que nos permite concluir que surgiu uma nova coligação social internacional de carácter específico.

Isso revela-se, em primeiro lugar, no chamado refluxo dos «petrodólares». Por outras palavras, no seu regresso aos países capitalistas desenvolvidos onde são investidos em acções de Estado, no capital de grandes companhias industriais, comerciais e de seguros.

Nos primeiros meses após deflagração da crise energética e do aumento dos preços do petróleo surgiu no Ocidente uma avalancha de boatos sobre a entrada dos «biliões árabes». As informações sensacionais relativas às múltiplas manifestações da crescente actividade comercial de alguns países exportadores de petróleo desde a compra de 15% das acções da firma alemã ocidental «Daimler-Benz» pelo Kuweit até às tentativas de controlar as fábricas de açúcar da Austrália, criaram, segundo a expressão do jornal «Kölner Stadt-Anzeiger», o fantasma da venda da indústria ocidental aos «sheikes do petróleo». Alguns Estados imperialistas, nomeadamente a Grã-Bretanha, chegaram mesmo a apressar-se a, apesar dos princípios «sagrados» do seu sistema económico «aberto», aprovar projectos de lei para neutralizar esta «ameaça». Os boatos não passavam, entretanto, de boatos. A crise no mundo capitalista, a inflação, o aumento dos preços da produção dos países capitalistas desenvolvidos, os gastos com o armamento e os programas de desenvolvimento, bem como diversas outras questões também desempenharam o seu papel. Apesar disso, nos EUA entraram, sob a forma de refluxo, em meados de 1977, 39,4 biliões de dólares e na Inglaterra 6,7 biliões de dólares.[1]

Claro que investimentos tão elevados foram extremamente lucrativos para os Estados imperialistas tanto no campo económico, como financeiro.

A existência da referida coligação social internacional revela-se, em segundo lugar, na utilização dos «petrodólares» para fomentar processos de desenvolvimento capitalista e assegurar os laços comerciais e económicos com o mundo imperialista não só dos Estados exportadores de petróleo, como também, com a ajuda de empréstimos concedidos por estes Estados, de uma série de países em vias de desenvolvimento. É cada vez mais vulgar a combinação: «petrodólares» mais assistência técnica e gestão dos países capitalistas mais mão-de-obra local[2].

Em terceiro lugar, isso revela-se no facto dos «petrodólares» serem postos em circulação para pressionar a política dos países em vias de desenvolvimento, sobretudo, dos progressistas. Alguns países exportadores de petróleo cujos regimes são reaccionários (por exemplo o Irão antes dos acontecimentos revolucionários) e têm muitos biliões

---

[1] *Bank of England. Quarterly Bulletin*, September 1977.

[2] Ao referir-se a estas «cooperações», o jornal francês *Matin de Paris* escreveu que elas permitem aos países ocidentais manter as suas zonas de influência sob a forma de cooperação trilateral (finanças árabes, tecnologia e quadros ocidentais, mão-de-obra africana).

de divisas em reservas, tornaram-se um importante factor da luta contra a orientação socialista e anti-imperialista não só na zona do Próximo Oriente e do Golfo Pérsico, como também nas regiões que com estas confinam. O regime do Xa conjugava as pretenções hegemónicas com as pretenções ao papel de padrinho da reacção árabe e africana.

A coligação social internacional de que falamos encontra também expressão no desenvolvimento da cooperação militar. A amplitude desta cooperação, nomeadamente com o Irão, durante o regime do Xá, e outros países, e o fornecimento do equipamento militar mais complexo e moderno, há muito que saíu do quadro das necessidades destes países e permite-nos falar na existência de outros objectivos.

O Irão gastou, de 1971 a 1976, na compra de material bélico aos EUA, a soma astronómica de 11,8 biliões de dólares. O regime do Xá fez, posteriormente, mais encomendas que se elevaram a biliões. Em 1978, previa-se, segundo os dados do Pentágono, a compra por parte do Irão de armas no valor de 2,6 biliões de dólares. Isto sem falar na compra de armas a outros países ocidentais.

Impõe-se dizer que o comércio de armas ocupa, de um modo geral, um lugar de crescente importância nos planos actuais dos neocolonizadores[1].

[1] Paralelamente chama cada vez mais a atenção a prontidão dos países imperialistas, sobretudo dos EUA, de utilizar como forma de pressão sobre os países em vias de desenvolvimento o problema alimentar. Não se pode, claro, dizer que isto seja um fenómeno absolutamente novo. Basta recordar o famigerado programa de «ajuda» que decorreu sob a palavra de ordem «Produtos alimentares para a causa da paz». Mas, actualmente, os países imperialistas dão ainda mais importância a este factor, tendo em conta a actual situação dos países em vias de desenvolvimento e as manobras da política neocolonialista. Gostaríamos de apresentar os seguintes dados sobre a produção de produtos agrícolas e alimentares nos países em vias de desenvolvimento:

Taxas de producão agrícola nos países em vias de desenvolvimento (1969-1971=100%)

	1967	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Total da produção agrícola	91	103	107	110	115	118	121	126	127
«per capita»	97	98	100	101	103	103	103	105	104
Produção alimentar	90	103	107	110	116	119	122	127	129
«per capita»	97	98	100	101	104	104	104	106	105
na América Latina	100	97	98	101	102	105	105	106	106
em África *	98	97	92	96	94	94	89	91	90
Na Ásia Ocidental *	101	103	96	102	106	109	104	106	103
na Ásia do Sul e Sudeste	94	95	100	96	102	100	104	105	101

* O Afeganistão, Egipto, Líbia e Sudão incluem-se na Ásia Ocidental.

Fonte: *UNCTAD. Handbook of International Trade and Development Statistics. Supplement 1980*, pp. 347-348.

Taxas médias anuais de crescimento (%)

	1961 — 1970	1970 — 1976
Total da produção agrícola	2,8	2,8
«per capita»	0,3	0,6
produção alimentar	3,0	3,0
«per capita»	0,3	0,7

Fonte: *UNCTAD. Handbook of International Trade and Development Statistics. Supplement 1977* pp. 241-243. Supplement 1980, pp. 347-348.

Em ligação directa com a corrida aos armamentos estimulada pelos países imperialistas em algumas regiões do antigo mundo colonial encontra-se

o facto dos gastos dos países em vias de desenvolvimento em armamento terem triplicado entre 1960 e 1974, ultrapassando em 1974 39 bilhões de dólares em preços fixos. J. Callaghan declarou, num discurso pronunciado no dia 21 de Abril de 1978, que os países em vias de desenvolvimento gastam na defesa três vezes mais do que recebem de «ajuda».

Enquanto a taxa média anual de crescimento destes gastos no mundo se calcula, segundo dados da ONU, em 2,6%, nos países em vias de desenvolvimento esta é de 10,3%. E o fornecedor mais importante de armas, como confessa o jornal *New York Times*, são os Estados Unidos que exportam mais armas do que todos os outros países juntos. Segundo dados oficiais, os EUA em 1977 venderam ao estrangeiro armamento no valor de 11,3 biliões de dólares, e, em 1978, tinha sido planeado elevar a sua venda para 13,2 biliões de dólares[1].

O consumo «per capita» anual de produtos alimentares nos países em vias de desenvolvimento cresceu, segundo os preços de 1974-76, de 113 dólares americanos em 1961-65, para 119 dólares, em 1976-80. Este índice era igual a 373 e 414 dólares nos EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, e RAS e a 280 e 330 dólares noutros países capitalistas desenvolvidos. (Avaliação do secretariado da UNCTAD. Documento da UNCTAD TD/B/863, 31 de Julho de 1981. Anexo, p. 21).

Recordemos que segundo a Estratégia Internacional de Desenvolvimento, promulgada pela ONU no início dos anos 70, a produção agrícola e alimentar nesses países devia crescer 4% por ano. Ao avaliar a presente situação, a CIA, no relatório sobre as questões da produção alimentar preparado para a Conferência Mundial sobre os Alimentos (1974) de Roma (apareceram dados relativos a este relatório na imprensa americana), assinalava que a falta de cereais no mundo coloca nas mãos dos EUA uma arma que estes jamais possuíram.

[1] *Pravda*, 17 de Junho de 1978. «...Haverá coisa mais triste — escreve o autor de um dos artigos do «Le Monde», A. Fontaine —, do que ver como os pobres contribuem para o enriquecimento dos ricos, comprando-lhes em troca de ouro material para a guerra com pobres como eles?» (*Le Monde*, 22.II.1977).

A linha dos imperialistas revelou-se claramente na deflagração febril da corrida aos armamentos para qual foram arrastados nos últimos anos os países exportadores de petróleo. Segundo jornal *Washington Post* só em 1974, os EUA venderam aos países do Golfo Pérsico armamento no valor de 4,3 biliões de dólares, ou seja, duas vezes mais que um ano antes[1]. No relatório do presidente dos EUA «Sobre a Situação Económica Internacional» enviado ao Congresso no dia 17 de Março de 1976, afirmava-se que nos últimos três anos, começando de Janeiro de 1973, tinham sido firmados contratos de fornecimentos de materiais de guerra aos países membros da OPEP no valor de 18,5 biliões de dólares.

Instigando e mesmo impondo a corrida aos armamentos aos jovens Estados, a militarização, e impingindo-lhes contratos militares, o capital monopolista de Estado das potências imperialistas recolhe enormes dividendos, grande parte das verbas que perde em consequência das concessões forçadas que faz aos fornecedores de matérias-primas, sobretudo, aos países exportadores de petróleo. A corrida aos armamentos é, por isso, um canal por onde regressam os fundos arrancados ao imperialismo, por onde extraem-se lucros em favor dos complexos industriais militares dos Estados imperialistas.

Ao mesmo tempo (o que não é menos importante para a estratégia neocolonial) cria-se um sistema de dependência técnico-militar dos países em vias de desenvolvimento em relação aos países imperialistas a longo prazo, garantem-se amplas

---

[1] *Washington Post*, 30 de Janeiro de 1975.

possibilidades de influência sobre os quadros das forças armadas destes países, etc.

Ao referir-se às compras de armamento destes países aos EUA nos anos 70, nomeadamente do Irão durante o regime do Xá, bem como à actividade de companhias industriais estrangeiras nesses países, a revista americana *Foreign Affairs* assinalava que isso «está ligado a um processo que aumenta, na realidade, a dependência do Ocidente e, sobretudo, dos Estados Unidos. Isso acontece porque o equipamento e a tecnologia tanto de novas armas, como para os novos sectores da indústria têm que vir de fora, dependem das decisões de estrangeiros e são de tal maneira complexos que exigem centenas e mesmo milhares de especialistas ocidentais para ajudar a ensinar a população local a trabalhar com eles.»[1]

O mesmo acontece no sistema de dependência técnico-militar. Testemunha-o as compras de equipamento militar extraordinariamente complexo que não é utilizável pelas forças armadas dos referidos países, bem como os exemplos de apoio directo que estes prestam às companhias de armamento das potências imperialistas. O Irão no tempo do Xá concedeu um empréstimo à firma americana «Grumman» no valor de cem milhões de libras esterlinas para apoiar a criação do caça «F-14». Foi o capital iraniano que, em grande parte, financiou a criação do helicóptero «Bell-214» e do míssil inglês «Rapier».

Mas ainda não é tudo. A coligação social internacional abrange grandes esferas de acção. Orienta-se igualmente contra as forças de esquerda e o movimento democrático dos próprios países capitalistas. Os debates na OPEP sobre o preço do petróleo devido à influência que este

[1] *Foreign Affairs*, October 1977, p. 102.

tem na economia e na situação política dos países imperialistas, a posição de alguns países membros desta organização em relação a este problema e os argumentos que apresentaram demonstraram-no.

É cada vez mais claro que o neocolonialismo segue, actualmente, uma linha de criação de focos «sub-imperialistas» e de pontos de apoio próprios nas diversas regiões do antigo mundo colonial e semicolonial. Isto tem a ver com os países cuja política se deve, no geral, encontrar no quadro da política do imperialismo ou de quem o seguir. Nestas condições o neocolonialismo tenta-os transformar numa força dominante nas referidas regiões.

O imperialismo gostaria que, na América Latina, o Brasil ocupasse esse lugar, no Sudeste Asiático, a Indonésia, na África Oriental, o Quénia. O papel de foco «sub-imperialista» na região do Próximo Oriente e do Golfo Pérsico foi entregue à monarquia iraniana.

Referindo-se ao acordo assinado no início de 1976 entre os EUA e o Brasil sobre a realização de consultas sobre todos os acontecimentos internacionais importantes, a imprensa americana escrevia que este acordo reflecte a «política dos EUA, tendo em conta a importância regional deste ou daquele país». Este acordo parte do princípio de que o «Brasil é a potência de maior importância da América do Sul e que terá cada vez mais influência nessa região do Atlântico Sul».[1]

Claro que a táctica de utilização de determinados Estados como «empreiteiros» do imperialis-

[1] *The New York Times*, 6.III.1976, a propósito, este jornal exprimiu a opinião que os EUA podiam através do Brasil reduzir ao «mínimo as consequências desfavoráveis do facto de terem apostado na facção que perdeu a guerra civil em Angola».

mo já era conhecida antes. No entanto, hoje ela reveste-se de importância extrema para a estratégia do neocolonialismo no plano político. Precisamente por isso actualmente se segue, de forma bastante consequente, uma linha que garante a estes Estados uma posição dominante no quadro regional tanto no plano político, como a nível das relações económicas destes países (isto também é a marca da época). Presta-se especial atenção ao desenvolvimeno industrial destes países e ao estabelecimento de laços económicos e militares profundos.

A linha preferencial das relações com alguns países em vias de desenvolvimento, de «favoritos», seguida pelo imperialismo é igualmente utilizada como arma para dividir e fomentar discórdias entre os países libertados. Nos comentários feitos ao acordo americano-brasileiro que acima referimos, o jornal *New York Times* assinalou que este acordo é uma espécie de contrapeso à «tentativa de seguir a linha independente que surgiu no Brasil nos últimos tempos, ou de uma actuação paralela com os Estados do «terceiro mundo»[1].

Claro que as tentativas do imperialismo de transformar determinados países em vias de desenvolvimento em pontos de apoio ainda não significam que esses países estão de acordo. Constata-se isso pelas múltiplas querelas que tiveram lugar nos últimos anos a nível das relações americano-brasileiras, originadas pela oposição do Brasil às tentativas dos EUA de lhe ditarem uma linha de conduta.

Destaque-se que a linha de divisão e fomento de discórdias entre os países em vias de desenvolvimento ocupa um lugar cada vez mais importante entre os meios e métodos utilizados por neocolonialistas. O imperialismo fomenta as contradições e as divergências entre os países libertados. Envida esforços para atiçar confrontações entre estes países, confrontações essas que, por vezes, terminam em conflitos sangrentos. Ilustra-o bem o conflito irano-iraquiano que contradiz completamente os interesses dos respectivos países e povos, mas é aproveitado pelo imperialismo para realizar os seus planos neocoloniais no Próximo e Médio Oriente, para fortalecer a influência da sua rede de agentes reaccionários no Iraque e no Irão. Provocando conflitos de carácter étnico, religioso e nacionalista e instigando os países libertados uns contra os outros, o imperialismo não só desvia as atenções dos povos da luta anti-imperialista pelos seus interesses vitais, como se serve desses conflitos para consolidar ou restabelecer as suas posições nos referidos países e regiões, para fomentar o militarismo e impor a corrida aos armamentos aos jovens Estados, o que aprofunda a sua dependência técnico-militar e financeira.

A provocação de divergências e mesmo da cisão entre os países em vias de desenvolvimento é uma arma igualmente importante do imperialismo contra o movimento dos não-alinhados. Além disso, o imperialismo tenta estimular neste movimento uma espécie de «economismo». Aproveitando a preocupação natural dos países em vias de desenvolvimento com os problemas económicos e o aumento do interesse, também natural, por esses problemas da parte do movimento dos não-alinhados, os neocolonialistas tentam desviar as atenções das principais tarefas políticas gerais da luta anti-imperialista.

Nos últimos tempos, utilizaram-se e continuam a utilizar-se com este mesmo objectivo os

---

[1] *The New York Times*. 6.III.1976.

acontecimentos no Afeganistão. O imperialismo especula sobre estes para levar o movimento dos não-alinhados para a via anti-soviética, e afastá-lo da orientação anti-imperialista na base da qual foi criado e se desenvolveu; isolar os países progressistas que dele fazem parte.

Os acontecimentos em Angola e a invasão da RAS a este país, a luta, nomeadamente através de agressão armada, contra as forças do socialismo e da democracia no sueste asiático, a criação de bases militares imperialistas no Oceano Índico, o aumento da tensão na península do Indostão, as acções de reacção no Egipto e noutros países árabes, o conflito armado no «Corno de África» e os planos de criação de «pactos de segurança» nessa região, a atitude para com a junta fascista do Chile e as ditaduras antipopulares numa série de outros países de América Latina: eis a lista, que está longe de ser completa, de crimes do neocolonialismo.

O que aqui foi dito até agora é válido também para a estratégia neocolonial em geral. Paralelamente, tudo isto tem a ver sobretudo com a política americana e com os seus métodos, pois precisamente os EUA dão o tom a esta estratégia. Nos últimos anos, no entanto, cresceu rapidamente a expansão neocolonial do capital monopolista da RFA e as suas características merecem ser analisadas mais pormenorizadamente.

A análise da política internacional da Alemanha Ocidental demonstra que os seus monopólios, à medida que se restabelecem e fortalecem as suas potencialidades, se incluem de forma cada vez mais activa na luta das potências imperialistas pela conquista e divisão das esferas de influência. Os esforços visando a infiltração nas regiões do antigo mundo colonial e semicolonial, bem como nos países da América Latina têm um lugar de destaque nessa luta.

A expanção dos monopólios alemães ocidentais realiza-se, regra geral, sob a máscara do «apoio ao desenvolvimento». Baseia-se no amplo apoio do Estado que fornece fundos consideráveis para investimentos nos países libertados e lhes concede empréstimos tanto na base de acordos bilaterais, como através de toda uma série de organizações internacionais, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, o fundo de desenvolvimento da CEE e diversas outras organizações especializadas da ONU.

A princípio, abrindo o caminho para se aproximar dos países em vias de desenvolvimento, os monopólios da RFA actuavam sem grande apoio financeiro e político do Estado. Até ao início de 1956, os monopólios da RFA tinham investido nestes países 163,7 milhões de marcos[1]. Mas, à medida que se agudizava a luta interna imperialista pelas esferas de investimentos de capital e pela influência política nos países libertados, o governo de Bona começou a participar cada vez mais no cumprimento das tarefas de expansão neocolonial. Em 1956, foram pela primeira vez incluídos no orçamento de Estado da RFA fundos para o «apoio ao desenvolvimento».

Desde então o governo da RFA tem apoiado a exportação de capitais privados, estabeleceu com os países em vias de desenvolvimento acordos sobre créditos e empréstimos, sobre a defesa dos investimentos, a recusa do duplo pagamento de impostos, etc. Essas medidas conduziram a um aumento considerável do comércio da RFA com os jovens Estados e levaram ao crescimento dos

[1] Ver: Matthias Schmitt. *Entwicklungshilfe als unternehmerische Aufgabe*, Frankfurt/Main, 1965, S. 168.

investimentos alemães ocidentais nos países de África, Ásia e da América Latina.

Até ao início de 1967, Bona tinha acordos de concessão de créditos e empréstimos a 68 países em vias de desenvolvimento. E, se acrescentarmos a isto os acordos de «assistência técnica», pode-se considerar que a RFA mantinha relações económicas com 94 países. Além disso, em muitos casos, a RFA ultrapassou a Inglaterra, os EUA e a França.

A política alemã ocidental do «apoio ao desenvolvimento», tinha, como é claro, os mesmos objectivos gerais imperialistas, o que é característico dos monopólios em geral: não permitir que os países em vias de desenvolvimento sigam uma via de desenvolvimento não-capitalista, conservá-los no sistema económico capitalista, fomentar o desenvolvimento das tendências capitalistas privadas nesses países. Paralelamente, o governo da RFA contava incluir-se na exploração dos recursos dos jovens Estados, receber o seu apoio para a realização dos seus planos políticos.

Durante uma série de anos, os círculos dirigentes da RFA, nomeadamente, o ministério da cooperação económica, afirmaram mais que uma vez que a política de «apoio» aos países em vias de desenvolvimento levada a cabo pela Alemanha Ocidental não dependia de interesses políticos e que era nisso que consistia a diferença da sua política da dos outros países capitalistas.

Na realidade, o apoio financeiro que a RFA presta aos países em vias de desenvolvimento foi frequentemente usado com fins políticos. Basta recordar a famigerada «doutrina de Hallstein» que previa pôr fim ao apoio se o referido país em vias de desenvolvimento estabelecesse relações diplomáticas com a RDA. É também sabido que, se a política de qualquer país em vias de desenvolvimento adquirisse carácter anti-imperialista rígido, ou se este se passasse a orientar para o fortalecimento das relações com os países socialistas, na RFA começaria imediatamente uma campanha visando cortar-lhe qualquer tipo de apoio. No período em que S. Allende foi presidente do Chile, o volume da «ajuda» alemã ocidental ao Chile foi reduzido para valores quase simbólicos. Depois da tomada do poder da junta, o interesse da RFA por este país aumentou[1].

Segundo os dados da estatística oficial, o total dos gastos da RFA atribuídos ao «apoio ao desenvolvimento», em 1968, constituiu 6663 milhões de marcos, dos quais 2188 foram concedidos pelo Estado (33%), e pelo sector privado 4475 milhões de marcos (67%).

Por outras palavras, tanto globalmente, como por diversos artigos, o «apoio ao desenvolvimento» do capital privado no final dos anos 60 foi quase duas vezes superior ao do Estado. Além disso o capital privado obteve dos investimentos de capitais nos países em vias de desenvolvimento superlucros. A taxa média de lucro dos créditos e empréstimos alemães ocidentais foi de 6-7% ao ano, ao passo que os dividendos dos investimentos directos privados, mais de dez[2].

Mas também o Estado alemão ocidental extraiu e continua a extrair dos países em vias de desenvolvimento lucros consideráveis. Segundo os dados da imprensa da RFA, os países afro-asiáticos e da América Latina pagaram a Bona só em juros sobre os créditos estatais da RFA, em 1966, 266 milhões de marcos e em 1967, 297 milhões. Além disso, os jovens Estados pagaram créditos alemães ocidentais, em 1966, no valor de

[1] Ver: *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. 2.XI.1974, S. 18; 30.I.1974, S. 17.

[2] Ver *DWI Berichte*, November 1969, S. 25.

419 milhões de marcos e, em 1967, de 526 milhões. O governo da Alemanha Ocidental concedeu aos países em vias de desenvolvimento, em 1968, créditos e empréstimos numa base bilateral no valor de 1,1 bilião de marcos e extraiu desses países pouco menos de um bilião em lucros.

Além disso, o «apoio ao desenvolvimento» da parte do Estado serve, na realidade, também os interesses dos monopólios. Este apoio desempenha, antes de mais, o papel de «ponta de lança» que abre o caminho aos monopólios e protege o capital privado investido nos países em vias de desenvolvimento, é uma barreira aos referidos acordos. Depois, através dos créditos, empréstimos, etc., a ajuda torna-se um elemento eficaz de influência nos orçamentos dos países devedores (claro que num sentido favorável para os monopólios da RFA), e isto é muito importante para eles, pois os orçamentos de Estado dos países em vias de desenvolvimento são, regra geral, as fontes mais importantes do financiamento dos programas económicos.

O governo da RFA considerava e continua a considerar a concessão de créditos e empréstimos aos países em vias de desenvolvimento, um meio importante de apoio à actividade financeira na Alemanha Ocidental. Segundo o ex-ministro da cooperação económica, Wischnewski, o «apoio aos países em vias de desenvolvimento pode dar à economia alemã (ocidental) em períodos em que a conjuntura não seja favorável, novos impulsos graças ao volume de encomendas... O desenvolvimento económico da República Federal obriga-nos a seguir em relação aos países em vias de desenvolvimento uma política no âmbito da qual a ajuda alemã (ocidental) se baseia com antecedência em encomendas feitas à indústria alemã

(ocidental)»[1]. Explicou melhor. «O nosso apoio ao desenvolvimento — afirmou —, garante-nos actualmente a exportação e cria-nos um enorme mercado de venda para o futuro».

Eis alguns exemplos da prática dos anos 60. A concessão de créditos ao Irão no valor de 40 milhões de marcos para a construção de uma linha de transmissão de alta voltagem teve como base a recepção de encomendas a firmas alemãs ocidentais num valor de cerca de 80 milhões de marcos[2]. Ao assinar com Marrocos, nesse mesmo ano, um acordo de concessão de créditos no valor de 100 milhões de marcos, Bona comprometia os marroquinos a darem a preferência à produção de Berlin Ocidental[3].

Um crédito concedido à Índia em 1967 no valor de 250 milhões de marcos foi distribuído da seguinte forma: 90 milhões para o pagamento das dívidas indianas anteriores, 100 milhões para o pagamento dos juros destas mesmas dívidas e 60 milhões de marcos para a compra de mercadorias e de peças sobressalentes à RFA[4]. Deste modo, 190 milhões de marcos do montante deste crédito que tão amplamente propagandearam, na prática nem entraram na Índia. Ficaram nos cofres dos bancos alemães ocidentais.

É segundo os mesmos princípios que Bona «apoia o desenvolvimento» de muitos países. Este apoio visa na realidade garantir aos monopólios alemães ocidentais condições conjunturais estáveis e favoráveis não só num momento determinado, mas também em perspectiva, protegendo-as do significativo incremento da concorrência.

A estratégia neocolonial da RFA para os anos

---

[1] *Nürnberger Nachrichten*, 12. Dezember 1966.
[2] Ver: *Industriekurrier*, 14. Dezember 1967.
[3] Ver: *Orient*, nº 6. 1968, S. 212.
[4] *Handelsblatt*, 20. Oktober 1967.

70 foi formulada num documento governamental: «Concepção da política de desenvolvimento»[1]. Nesse documento aparecia como tarefa fundamental a assistência ao progresso económico e social dos países em vias de desenvolvimento de acordo com o princípio da «parceria mundial». Prevê-se a assistência para acabar com as sequelas pré-capitalistas na agricultura, reorganizar a indústria (estimulando o aumento das pequenas e médias unidades fabris), a assistência para realizar reformas no domínio científico e do ensino, assim como iniciativas orientadas para melhorar o sistema de saúde pública. Ao mascarar deste modo os seus objectivos neocolonialistas, os círculos dirigentes da RFA esperam impedir transformações revolucionárias anticapitalistas nos países em vias de desenvolvimento e proteger os interesses económicos e políticos da burguesia alemã ocidental.

A política da RFA é, devido ao seu «passado colonial» menos visível do que o dos outros países capitalistas e à sua reputação[2] que está ligada ao

[1] *Entwicklungspolitische Konzeption der Bundesregierung Deutschlands für die Zweite Entwicklungsdekade.* Bulletin der Press — und Informationsamtes der Bundesregierung, Bonn, 1971, Nr. 2., S. 263.

[2] Esta reputação, assim como o crescente interesse da Internacional Socialista pelos países em vias de desenvolvimento, e, claro, o prestígio pessoal de W. Brandt, tiveram um papel importante na escolha do presidente do PSDA e da Internacional Socialista para presidente da «Comissão Internacional Independente para os Problemas do Desenvolvimento Internacional», ou como a chamam ainda Comissão «Norte-Sul». O relatório desta comissão publicado há pouco, justifica a necessidade de diálogo e cooperação entre os países capitalistas e em vias de desenvolvimento pela sua crescente dependência mútua. Ele apela a uma «nova compreensão da noção de dependência mútua dos Estados e dos povos... O desenvolvimento é interdependência e ambos constituem a primeira condição para que a humanidade sobreviva» (*North-South: International Development Issues under the Chairmanship of Willy Brandt.* London. 1980, pp. 22-23).

facto de no poder se encontrar uma coligação social-liberal PSDA-POL, encarada pelos países em vias de desenvolvimento com menos reservas que a política dos outros países imperialistas. Isso é aproveitado na divisão de funções entre os países imperialistas.

As receitas que os ideólogos e políticos social-democratas propõem para África, Ásia e América Latina destinam-se a criar um capitalismo «reformado», «de orientação democrática e social».[1] As medidas práticas que apresentam não saem do quadro do sistema capitalista. As concepções social-democratas de apoio aos países em vias de desenvolvimento vão ao encontro de uma série de exigências comerciais e financeiras apresentadas por estes países (o alargamento dos prazos de pagamento dos créditos, a redução dos juros, a liquidação das barreiras comerciais[2] etc.), mas visam, ao mesmo tempo, arranjar novas esferas de exportação de capital para os «seus» países.

Ao fazer o balanço da política externa da RFA em 10 anos (1966-76), Willy Brandt assinalou que a política social-democrata de contactos intensivos com os partidos e governos dos países libertados e a renovação geral da política do PSDA em relação aos países em vias de desenvolvimento tem em conta uma «ideia racional dos interesses alemães»[3]. Na realidade, isso significa, acima de tudo, a defesa dos interesses do capital alemão ocidental. O jornal *Frankfurter*

[1] *JPW — Forschungshefte.* B., 1979, Nr. 2, S. 70.

[2] Ao intervir no dia 16 de Setembro de 1980 no Parlamento Europeu, em Strasburgo, Willy Brandt exortou a CEE a buscar um «lugar correspondente» para a importação de produtos dos países em vias de desenvolvimento. Isto, pelas suas palavras, corresponde não só aos interesses do «terceiro mundo», como também aos próprios interesses dos países industrializados da Europa.

[3] *JPW — Forchungshefte.* B., 1979, Nr. 2, S. 69.

Allgemeine, que reflecte a posição da grande burguesia da RFA, afirmou que as concepções políticas do UDC, PDL e do PSDA consideram que a «política de desenvolvimento» deve servir os seus próprios interesses[1]. Além disso, o jornal é de opinião de que a diferença entre os representantes da social-democracia e os partidos do capital monopolista residem não no conteúdo mas apenas nas vias políticas e organizativas que utilizam para alcançar os objectivos.

Também os dirigentes da oposição alemã ocidental, representantes do capital monopolista, tentam dar uma certa decência à sua concepção de relações com os países em vias de desenvolvimento, embora seja só exterior. O livro publicado no fim de 1979 pelo presidente do USC, Franz Josef Strauss, *A Situação de Hoje*, mostra-nos até que ponto esta ideia é correcta. Nele, Strauss apela à RFA e à CEE para realizarem uma política mais activa no «terceiro mundo», sobretudo nas regiões que abastecem a Europa Ocidental em energia e matérias-primas. Afirma estar em princípio de acordo com o «apoio a estes povos»[2]. Segundo Strauss, esta ajuda deve revelar-se, antes de mais, em formas que permitam aos países em vias de desenvolvimento conquistar certa independência, criar certo potencial técnico-industrial, organizar uma camada de médios empresários e desenvolver capacidades de aparecimento de grandes empresários. Strauss é completamente contra a nova ordem económica internacional que qualifica de exigência da criação «duma economia planeada mundial para todos os tipos de matérias-primas com consequências horríveis, gastos e um aparelho burocrático monstruosos»[3].

[1] *JPW — Forschungshefte*. B., 1979, Nr. 2, S. 70.
[2] Strauss F. J. *Zur Lage*, Stuttgart, 1979, S. 179.
[3] Strauss F.J. *Zur Lage*, Stuttgart, 1979, S. 178.

Assim, como no caso dos outros Estados imperialistas, o crescente interesse dos círculos dirigentes da RFA pelos países em vias de desenvolvimento deve-se não só a razões políticas, que contradizem à cooperação desses países com a comunidade socialista e isolam as forças progressistas, mas também ao enorme significado deles, como fontes de matérias-primas e energia e mercados de escoamento dos artigos da indústria alemã ocidental. O potencial económico da RFA cresceu consideravelmente nos últimos anos, assim como as suas possibilidades de exportação. Em 1978 a RFA alcançou os EUA quanto ao volume de exportação (1971 biliões de dólares), enquanto em 1950, a sua exportação constituía apenas 20% da americana. A Alemanha Ocidental tornou-se o primeiro exportador de maquinaria: exporta 42% da maquinaria industrial que se encontra no mercado mundial, contra 20,2% dos EUA, 8,4% da Suíça, 5,3% da França, 4,9% do Japão. Vinte por cento das exportações alemãs ocidentais destinam-se aos países em vias de desenvolvimento e os investimentos da Alemanha Ocidental nestes países são 30% de todos os investimentos estrangeiros.

Ao mesmo tempo, a RFA recebe dos países em vias de desenvolvimento cerca de 45% das matérias-primas, nomeadamente quase dois terços do petróleo, que consome[1].

A crise do capitalismo mundial, que deflagrou em 1974-75, agudizou as contradições entre os países imperialistas e a luta por fontes de matérias-primas e mercados de venda. No contexto da crescente concorrência com o capital de outras potências imperialistas, os monopólios alemães ocidentais foram obrigados a aceitar o papel de

[1] *Dt. Aussenpolitik*, B., 1980, Nr. 3, S. 48.

defensores da «liberalização» do comércio com os países em vias de desenvolvimento e a fazer-lhes certas concessões numa tentativa de conquistar posições fortes. O potencial económico da RFA possibilita realização de experiências desse tipo.

Os investimentos alemães ocidentais nos países em vias de desenvolvimento aumentaram sensivelmente nos anos de crise e esse incremento do papel da RFA como exportador de capitais para estes países testemunha a crescente expansão económica externa dos monopólios alemães ocidentais. Em 1978, cerca de 46% de todos os investimentos externos da Alemanha Federal destinaram-se aos países em vias de desenvolvimento.

O crescimento dos investimentos alemães ocidentais é acompanhado de modificações na sua distribuição pelos diversos sectores. A maioria, 80%, é canalizada para a indústria transformadora e a esfera dos serviços e apenas 7% para o sector extractivo da indústria. No entanto, como já se assinalou, essas alterações na estrutura dos investimentos do capital monopolista das potências imperialistas não conduzem à verdadeira industrialização dos países em vias de desenvolvimento, pelo contrário, aprofunda ainda mais a sua dependência, nomeadamente, no domínio tecnológico. E, entretanto, os monopólios alemães ocidentais são defensores da «política do neocolonialismo tecnológico».

A estrutura do capital privado alemão ocidental exportado para os países em vias de desenvolvimento tem algumas particularidades que a distinguem dos investimentos privados de outros países imperialistas.

Quanto à parte de investimentos directos privados em relação ao fluxo total de capital privado investido nos países em vias de desenvolvimento (1973—95,3%), a RFA ultrapassa tanto

a França (1973—32,98%), como os EUA (1973—77,7%).[1] Entre 1974 e 1976, a percentagem dos investimentos privados directos nos países em vias de desenvolvimento continuou a aumentar tanto em volume (de 29,4 até 30,2%), como em refluxo anual de capital (de 25,4 até 38,3%)[2].

Uma das particularidades mais significativas dos investimentos directos privados alemães ocidentais consiste em que o capital privado na RFA se orienta menos para a repatriação dos lucros e se preocupa mais em reinvesti-los. Ficando atrás quanto ao volume de investimentos directos privados dos EUA e da Inglaterra, pela percentagem de capital reinvestido, ultrapassa-os consideravelmente. A taxa de reinvestimento dos lucros dos investimentos directos particulares alemães ocidentais era, no fim dos anos 60, segundo determinadas estimativas, igual a 70% (a Inglaterra e os EUA respectivamente 34% e 18%[3]).

Os capitalistas alemães ocidentais tentam, na base disso, apresentar os seus investimentos como mais vantajosos para os países em vias de desenvolvimento. Na realidade, a RFA fez tão elevados reinvestimentos no pós-guerra porque tencionava alcançar o volume dos investimentos dos outros países capitalistas nos Estados em vias de desenvolvimento. Depois de o conseguir, a sua taxa de reinvestimento foi diminuindo pouco a pouco. No início dos anos 70, a RFA encontrava-se atrás da Inglaterra, neste aspecto, embora ainda ultra-

---

[1] Calculado pelo *Development Cooperation. Efforts and Policies of the Members of the Development Assistance Committee.* Review 1974, *OECD.* P. 1974, p. 221-232.

[2] *Marxistische Blätter*, Frankfurt am Main, 1978, Nr. 3, S. 84.

[3] G. Grosche, R. Lehmann-Richter. *Die Gewinne aus deutschen Direcktinvestitionen in Entwicklungsländern.* Düsseldorf, 1970, S. 55-56.

passasse os EUA: em 1970-73 a taxa de reinvestimento dos lucros dos investimentos privados directos da RFA rondava os 31,4— 44%, contra 22,3 — 42% dos EUA.

A política da RFA de exportação de capital privado para os países em vias de desenvolvimento caracteriza-se pela tendência de fortalecer o papel do Estado na resolução de problemas como a colocação de investimentos. Embora o governo federal tenha mais de uma vez afirmado que não considera possível dar directivas aos investidores privados, as coisas passam-se de modo diferente. O governo da RFA tenta controlar o fluxo de capitais tanto através dos instrumentos de assistência (medidas para reduzir o risco, financiar investimentos privados através da chamada Sociedade Alemã de Desenvolvimento e, também, certos privilégios fiscais), como de recomendações, avisos, etc. O governo alertou para o risco dos investimentos na energética, nos transportes, e na extracção de minérios nos países em vias de desenvolvimento e recomendou certo cuidado nos investimentos na siderurgia e na indústria metalomecânica.

O Estado fez grandes gastos na assistência aos investimentos privados directos nos países em vias de desenvolvimento. Até 1970, gastava-se, com esse fim, aproximadamente 100 milhões de marcos por ano. Entre 1970 e 1971, esse índice passou para 650 milhões de marcos[1]. No final de 1973, foi revista a chamada lei sobre os impostos sobre o «apoio com fins de desenvolvimento» no intuito de conceder mais privilégios aos particulares que investem nos países menos desenvolvidos.

[1] *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 5.IX.1970, S. 17.

O activo papel do Estado na gestão do processo de investimento de capitais alemães ocidentais levou a que esses capitais começassem a ser orientados para a indústria transformadora dos países em vias de desenvolvimento antes dos capitais dos outros países imperialistas, partindo do princípio de que a probabilidade de nacionalização nesse sector é menor do que, digamos, na indústria de extracção do petróleo.

Claro que os investimentos na indústria transformadora e a redução das escalas de repatriação dos lucros dos investimentos privados directos têm certas vantagens para os países em vias de desenvolvimento. Mas, também permitem uma infiltração mais profunda e perigosa do capital alemão ocidental na economia destes países.

As «17 teses de cooperação entre a RFA e os países em vias de desenvolvimento»[1] aprovadas em Abril de 1979 (nas vésperas da Conferência da UNCTAD em Manila) são uma importante linha estratégica da RFA em relação aos países em vias de desenvolvimento, prevista para os anos mais próximos.

A «política de desenvolvimento» adquiriu um novo significado. Já não é apenas um componente da política externa. Tornou-se parte integrante da política geral da Alemanha Ocidental que abrange todas as esferas da política externa e interna da RFA e exerce influência na estabilidade de todo o sistema monopolista de Estado. Uma das tarefas mais prementes é a criação de um «sistema internacional de dependência mútua global». Trata-se, na realidade, de uma tentativa de integrar os países em vias de desenvolvimento no sistema capitalista mundial e liquidar as posi-

[1] *Politik der Zusammenarbeit mit den Entwicklungsländern.*— Bull. des Presse — und Informationsamtes der Bundesregierung, Bonn, 1979, Nr. 73, S. 677-679.

ções coloniais de certas potências imperialistas, sobretudo da França e da Inglaterra.

Um outro aspecto da política neocolonial da RFA é a sua orientação anticomunista. Utiliza-se a tese sobre o «desanuviamento indivisível» para acusar a URSS de, ao apoiar o movimento de libertação nacional dos povos da Ásia, África e América Latina, fomentar o aparecimento de conflitos e desequilibrar o eixo «Ocidente-Oriente». Os políticos da RFA exigem, paralelamente, que os Estados socialistas canalizem fundos financeiros para os países em vias de desenvolvimento a par dos países capitalistas[1].

A política neocolonial «de desenvolvimento» da RFA também se caracteriza pelas tentativas de orientar a «política de desenvolvimento» da CEE de modo a estimular a exportação de mercadorias e capitais dos monopólios alemães ocidentais.

A política neocolonial «de desenvolvimento», seguida pela RFA, prevê as seguintes medidas: apoio de reformas agrárias limitadas conducentes à transformação capitalista da agricultura;

[1] No dia 18.I.80, nos debates no parlamento alemão sobre África, o ministro dos negócios estrangeiro da RFA, G.D. Genscher, assinalou que deve-se demonstrar aos Estados deste continente que a União Soviética e os seus aliados, incluindo a RDA, não são parceiros naturais dos países libertados e que as democracias ocidentais é que lhes propõem uma cooperação justa baseada no respeito mútuo. Gensher afirmou que a «Alemanha Federal prestou, em 1978, um apoio ao desenvolvimento em números absolutos quase quatro vezes superior ao dos países do Pacto de Varsóvia juntos». Assinalava-se, ao mesmo tempo, que a RFA, ao contrário de outros Estados industriais, (tem-se em vista em primeiro lugar a URSS e os outros países socialistas), revelou sempre muita cautela na exportação de armamento para os países em vias de desenvolvimento. Só 1,2% do material bélico que os países libertados adquiriram foi fornecido pela RFA.

realização de uma política social-reformista de «equilíbrio de interesses» entre os empresários e os trabalhadores assalariados; liquidação dos bairros de lata nas cidades; desenvolvimento do ensino profissional; influência nas organizações sociais.

A RFA procura aproveitar os fundos de «apoio ao desenvolvimento» para ultrapassar os problemas dos países economicamente atrasados e satisfazer as necessidades do seu desenvolvimento em correspondência com os esquemas e projectos neocoloniais. Além disso, desempenha importante papel a concepção da «satisfação das necessidades básicas» que visa reduzir as crescentes contradições sociais nos países em vias de desenvolvimento, que seguem a via capitalista, e garantir um mínimo económico para a reprodução da mão-de-obra como mercadoria nos países em vias de desenvolvimento[1].

Quanto à atitude da RFA para com a «nova ordem económica internacional», esta tornou-se mais flexível do que em 1974-78. Fê-lo porque tenciona ocupar uma posição dominante na CEE, utilizando esta questão como argumento. Foi tomada, por exemplo, a decisão de anular as dívidas, a partir de 1 de Janeiro de 1979 a até ao início do século XXI (80 milhões de marcos por ano), a 30 países que devem à RFA 4,3 biliões de marcos.

Isso não significa, claro, que os círculos dirigentes da RFA se abstiveram de uma posição negativa no que respeita à «nova ordem económica internacional». Apenas adaptaram uma táctica mais flexível, tendo em vista afastar este problema gradualmente, à medida que se vão alcançando êxitos na integração dos países em vias de desenvolvimento no sistema capitalista mundial.

[1] *Dt. Aussenpolitik*, B., 1980, Nr. 3, S. 56.

O «apoio» financeiro da RFA aos países em vias de desenvolvimento é prestado tanto na base de acordos bilaterais, como através de organizações internacionais. O neocolonialismo alemão ocidental prefere a primeira forma. Como já se disse, os círculos dirigentes da RFA utilizam esta via para criar no mundo em vias de desenvolvimento países que necessitem da ajuda do capital privado alemão ocidental. Só uma pequena parte desta ajuda é destinada à realização de projectos produtivos concretos. Aqui actua o princípio: não fazer pela via estatal nada que se possa fazer através de firmas particulares alemãs ocidentais. O governo da RFA tenta, além disso, fomentar o crescimento do sector privado nos próprios países em vias de desenvolvimento. O apoio na base de acordos bilaterais permite controlar operativamente a forma como são aplicadas as verbas concedidas. É também necessário ter em conta que pelo menos 80% dos lucros comerciais que daqui derivam regressam à RFA.

A «ajuda» financeira da RFA aos países em vias de desenvolvimento na base de acordos bilaterais manteve, durante mais de duas dezenas de anos, no essencial, a forma de concessão de créditos (de 1950 a 1971 aos créditos correspondia 76,09% da ajuda prestada). Nos últimos anos, no entanto, surgiu uma tendência para aumentar a percentagem dos subsídios que no final dos anos 70 constituíram já metade do «apoio» financeiro prestado.

O governo da RFA tenta manter determinada correlação entre os volumes de investimentos privados directos e as diversas modalidades de ajuda estatal aos países em vias de desenvolvimento. Em 1979, em comparação com o ano anterior, os créditos e os investimentos da RFA nestes países reduziram-se, segundo dados do ministério

federal de cooperação económica, de 9,455 biliões de marcos para 6,301. Um representante da Sociedade Alemã de Desenvolvimento afirmou que este fenómeno se devia ao aumento dos investimentos nos países industrialmente desenvolvidos e ao certo desenvolvimento político verificado nos países em vias de desenvolvimento. Isso levou os investidores alemães a adoptar uma «posição de expectativa». Entretanto, subia consideravelmente o «apoio estatal às necessidades do desenvolvimento»: este apoio atingiu, em 1979, 6,141 biliões de marcos, 30% mais do que no ano anterior.

Se a RFA prestava, no início de 1968, apoio financeiro, por linha estatal, a 90 países, em 1973, já o fazia a 115 países e 14 territórios. Nos anos que se seguiram começou-se a concentrar o apoio num número limitado de países, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento da Ásia: dez países asiáticos receberam, em 1974, da RFA 7,1 biliões de marcos, o que constituia 93,6% de todo o apoio prestado a nível governamental.

Os projectos realizados nos países em vias de desenvolvimento na base dos fundos recebidos da RFA são, na maioria dos casos, executados por firmas alemãs ocidentais. Devido a sua fraca capacidade de concorrência, as organizações dos países em vias de desenvolvimento quase não participam nestes projectos. Grande parte do «apoio» bilateral da RFA tem, além disso, carácter dependente: os países em vias de desenvolvimento que o recebem devem adquirir produtos à RFA, e ainda a preços mais elevados que os do mercado internacional.

Assinale-se, no entanto, que a parte do «apoio dependente» reduz-se e é actualmente mais baixa que na «ajuda» prestada pelos EUA e a Inglaterra

nas mesmas condições (quase todo o «apoio» financeiro dos EUA através de acordos bilatérais é «dependente»).

Devido à organização da estratégia da ONU para a segunda década de desenvolvimento, o governo da RFA assumiu em 1969 o compromisso de canalizar 0,7% do seu produto nacional bruto para o apoio aos países em vias de desenvolvimento. O «apoio» alemão ocidental «às necessidades do desenvolvimento» constituía, no entanto, segundo os dados do ministério federal de cooperação económica, em 1978, 0,37% do PNB e, em 1979, 0,44%.

O volume do apoio governamental da RFA prestado na base de acordos bilaterais, foi durante muito tempo 80%, os restantes 20% passavam por organizações internacionais. Nos últimos anos, a sua percentagem tem diminuído em favor do «apoio» na base multilateral. Isso deve-se à pressão dos países em vias de desenvolvimento que se mostram insatisfeitos com o carácter «dependente» dos acordos bilaterais e com a sua utilização como meio de pressão política. A reorganização do sistema de «apoio» no sentido do aumento do volume dos fundos concedidos através de organizações internacionais visa evitar acusações desse tipo. Todavia, o «apoio» em bases multilaterais proporciona não menos lucros aos países que o concedem.

A RFA mostra-se muito interessada no apoio técnico aos países em vias de desenvolvimento. Também nesta esfera o seu objectivo é fomentar a infiltração do capital alemão ocidental nos países em vias de desenvolvimento. A formação de engenheiros e técnicos nesses países é, segundo as inúmeras declarações de personalidades oficiais, considerada pela RFA uma importante tarefa política e económica. 28,8% dos subsídos

que a Alemanha Ocidental concedeu aos países em vias de desenvolvimento no fim de 1973 destinaram-se ao apoio técnico[1].

Quando presta apoio técnico, a RFA dedica especial atenção ao envio para os países em vias de desenvolvimento de conselheiros, técnicos de planeamento e consultantes em organização de chamados serviços de investigação. Estes «serviços» estão ligados não só ao planeamento de determinados projectos, mas também ao desenvolvimento de sectores inteiros da indústria. Os monopólios alemães ocidentais obtêm deste modo a possibilidade de exercer considerável influência no desenvolvimento económico do país que recebe apoio técnico.

Algumas palavras sobre a actividade neocolonial da RFA em África e no Próximo Oriente. O neocolonialismo alemão ocidental em África baseia-se, sobretudo, em relações comerciais e financeiras. A percentagem dos países africanos no comércio com a RFA em 1977 constitui, em números absolutos, 7,6% das importações alemães ocidentais e 5,8% das exportações. Porém já não se passa o mesmo, se partirmos da estrutura mercantil do comércio alemão federal com os países africanos. Nesse mesmo ano, a África correspondeu 34,4% de todas as matérias-primas que a RFA importou. Dois terços do petróleo importado pela Alemanha Federal provém da Líbia, da Argélia e da Nigéria. Ao desenvolver a sua expansão comercial, a RFA tornou-se, em meados dos anos 70, o terceiro parceiro comercial de África, substituindo a Inglaterra (depois da França e do Japão).

A África é actualmente a segunda região do antigo mundo colonial e semicolonial quanto ao vo-

[1] Calculado segundo os dados: 1974 Review. *Development Cooperation*, pp. 221-232, 289.

lume de investimentos privados directos da RFA (24,8%), ultrapassando a Ásia (15,7%) e ficando atrás da América Latina (59,4%). A RAS racista tornou-se um dos pontos mais importantes de investimento de capitais alemães ocidentais na última dezena de anos. Isso reflete a primacia que neste momento se concede à RAS na expansão dos monopólios alemães ocidentais no continente africano. Isso desmascara o seu carácter imperialista, apesar de todas as declarações sobre a respeitabilidade da política da RFA em África. Segundo dados de 1978, as multinacionais da RFA investiram na RAS seis biliões de marcos, tendo alcançado os EUA.

As relações da RFA com a RAS basearam-se, durante algum tempo, na doutrina defendida pelos políticos alemães ocidentais: o comércio e a política não se devem misturar; pode-se manter relações comerciais com países com que se tenham sérias divergências políticas. Esta doutrina não passava, contudo, de uma «camuflagem ideológica»[1] para fortalecer as relações económicas com o regime do «apartheid» a coberto da crítica verbal à discriminação racista, foi recusada pelo facto desta ser vulnerável. Substituiu-a a concepção das «alterações pacíficas», segundo a qual as relações económicas devem servir a causa da transformação sócio-política do sistema do «apartheid». Bona prepara-se deste modo, «lenta e não sem hesitações, para o momento em que o regime da minoria branca da RAS se torne incompatível, mesmo para os seus aliados mais proximos»[2].

Além disso, segundo a versão democrático-cristã, das «alterações pacíficas», a consecução dos objectivos políticos do Ocidente não permite

[1] *Afrique Aujourd'hui*, P., 1979, N. 16, p. 54.
[2] *Afrique Aujourd'hui*, P., 1979, N. 16, p. 54.

qualquer participação dos movimentos de libertação nacional[1]. Oficialmente, Bona proclama um ponto de vista ligeiramente diferente: nos movimentos de libertação nacional — afirmou o presidente do Comité do Bundestag para a cooperação económica, Uwe Holtz —, existem diversas correntes e pontos de vista; os participantes no movimento de libertação nacional são antes de tudo nacionalistas que lutam por uma independência em relação a quem quer que seja. O julgamento erróneo de alguns países como «pró-soviéticos»... só pode prejudicar os interesses do Ocidente[2].

O activo desenvolvimento das relações da RFA com a RAS prejudica as posições do neocolonialismo alemão ocidental nos países da África negra. Ao tentar neutralizar essa tendência, Bona envidou esforços com vista à «bilateralização» das suas relações económicas com os países africanos. Passou a seguir uma linha de acordos preferencialmente bilaterais e não uma cooperação multilateral.

A Tanzânia ocupa um lugar especial na política de Bona. Os ideólogos alemães ocidentais afirmam que a concepção do «socialismo africano» dos dirigentes da Tanzânia é numa série de aspectos, próxima da concepção do «socialismo democrático» dos social-democratas alemães ocidentais.

Cresceu o significado atribuído pela Alemanha Ocidental à Zâmbia e ao Botswana, dois Estados da «linha da frente» da África Austral. O elevado interesse que se experimenta em relação a estes Estados, considerados «moderados», faz parte da estratégia do neocolonialismo alemão ocidental orientada para «alterações pacíficas».

[1] *Afrique Aujourd'hui*, P., 1979, N. 16, p. 55.
[2] *Afrique Aujourd'hui*, P., 1979, N. 16, p. 57.

15—0943

O acordo assinado em Dezembro de 1975 entre o governo do Zaire e a firma alemã ocidental «OTRAG» (Orbital Transport und Raketen Gesellschaft) tornou-se escandalosamente conhecido. O Zaire arrendou aos alemães ocidentais um território com uma superfície igual à da RFA que seria utilizada como polígono de ensaios de mísseis. A imprensa informou que atrás das costas da OTRAG se encontrava o governo alemão ocidental que adquiriu esta base em «cooperação» com os EUA e a França. O jornal *Humanité*, a 3 de Março de 1980, escreveu: «Muito antes dos acontecimentos no Afeganistão iniciou-se a criação de um ponto de apoio americano-franco-alemão ocidental para a repressão do movimento de libertação nacional dos povos africanos e o estabelecimento do controlo sobre os países produtores de petróleo que exportam o seu ouro negro através do Cabo da Boa Esperança».

As perspectivas dos objectivos em África são conjugadas por Bona com o êxito global da política das potências imperialistas em África. Por isso, apesar das divergências e da concorrência dos monopólios ocidentais nos mercados africanos de matérias-primas e de combustível, a RFA continua a ser partidária de acções colectivas, sobretudo dos membros da NATO, em relação aos países africanos. Não é menos importante um outro facto. Em troca da solidariedade com a política dos seus parceiros ocidentais em África, Bona recebe deles apoio em importantes questões da política europeia. Por isso, o governo de RFA apoiou completamente a intervenção militar da França no Zaire e aprovou quase sem reservas os planos anglo-americanos de «estabilização» no Zimbabwé e na Namíbia.

Nos últimos anos, a RFA não avançou nenhumas iniciativas para a resolução dos problemas

actuais da África, no entanto, a sua política no continente é intensa e flexível. Bona utiliza actualmente métodos de «aproximação» com países africanos não só de orientação pró-ocidental, mas também de orientação socialista. Além de estabelecer fortes relações económicas com eles, que lhe garantem fornecimentos estáveis de matérias-primas, a linha de aproximação seguida pela RFA, tem igualmente o objectivo de garantir a cooperação política.

Os diplomatas alemães ocidentais tentam convencer os líderes dos países africanos das vantagens e da inevitabilidade da integração com o Ocidente. Para levar os africanos à conciliação, prometem-lhes aumentar a ajuda económico-financeira e abdicar das medidas proteccionistas que impedem a venda das suas mercadorias nos mercados da CEE. A decisão de anular a dívida dos juros sobre os créditos concedidos a uma série dos países mais pobres, tomada por Bona no início de 1979, visava a obtenção de um certo efeito nesse sentido. Ainda na primeira metade de 1979, foi anulada a dívida do Mali (159 milhões), do Niger (186 milhões), do Sudão (327 milhões), do Botswana (62 milhões). As dívidas da Somália, mais de 340 milhões de xelins somalenses, foram anuladas no fim de 1979.

Nos últimos anos, a RFA fortaleceu activamente as suas posições no Próximo Oriente. Em 1979, a circulação de mercadorias da Alemanha Ocidental com 26 países desta região aumentou 24% em relação ao ano anterior, tendo em conta que a importação de petróleo do Próximo Oriente elevou-se em quase 40%. Os investimentos directos da RFA nos países do Próximo Oriente constituiram segundo dados do fim de 1978, 2 753 milhões de marcos, dos quais cerca de 46% se destinaram a países não-árabes (nomea-

damente, 19,2% ao Irão e 21,2% a Israel), 17,5% à Jordânia, 13% à Líbia, 7,9% à Argélia, 6,2% ao Egipto.

Até ao derrube da monarquia do Xá, o Irão foi um dos maiores clientes da RFA na região, no entanto, actualmente esse lugar está ocupado pela Arábia Saudita. Duas firmas alemãs ocidentais assinaram, no início de 1980, novos contratos de fornecimento de petróleo da Arábia Saudita a longo prazo: a «Mineralöl A.G.» de 5 milhões de toneladas e a «Feba Oil A.G.» de 3,3 milhões de toneladas por ano. Ao que tudo indica, a Arábia Saudita tornar-se-á nos tempos mais próximos o maior fornecedor do gás natural da RFA[1]. O volume do comércio saudito-alemão ocidental aumentou 60% nos últimos cinco anos (1975-79), atingindo, em 1980, 8,7 biliões de marcos[2]. Em Janeiro de 1980, foi prolongado um acordo de cooperação técnica assinado, em 1975, entre a Arábia Saudita e a RFA, no qual se acordava a permanência de especialistas alemães ocidentais no país.

As leis aprovadas no início de 1979, na Arábia Saudita, sobre a concessão de privilégios suplementares ao capital estrangeiro e o acordo estabelecido entre Bona e Er-Riad sobre as garantias mútuas aos investimentos de capitais privados, abrem sem dúvida, as portas a uma infiltração mais profunda dos monopólios alemães ocidentais neste país. «Hoje, devido à criação de uma atmosfera de negócios favorável — escreveu o jornal saudito *Er-Riad* —, . . . espera-se um aumento dos investimentos de capitais alemães ocidentais na económica da Arábia Saudita e um incremento da circulação de mercadorias»[3].

[1] *Er-Riad*, 15.6.80, p. 13.
[2] *Er-Riad*, 15.6.80, p. 13.
[3] *Er-Riad*, 15.6.80, p. 14.

Surgiram as «primeiras andorinhas» do fluxo inverso de capitais. Os investimentos sauditos na RFA constituiram, segundo dados do final de 1979, 7,2 milhões de marcos e foram aplicados preferencialmente em empresas de construção e de comércio externo. A Arábia Saudita concedeu à RFA uma série de créditos num montante de 2,5 biliões de marcos (1,4 biliões de dólares). Falava-se igualmente na concessão à RFA de um empréstimo de 6 biliões de marcos (3,2 biliões de dólares) para o financiamento do défice do orçamento de Estado e do balanço das operações correntes.

O governo da RFA segue uma via de desenvolvimento da cooperação militar com a Arábia Saudita. Foi acordado o fornecimento de armamento no valor de biliões de marcos, nomeadamente de tanques «Leopard». O significado desta acção sai do quadro das simples relações entre a Arábia Saudita e a Alemanha Ocidental. Marca um novo passo na escalada do comércio de armamento da RFA e do seu fornecimento aos países em vias de desenvolvimento.

Ampliam-se as relações económicas e políticas entre a RFA e o Egipto. Na sua declaração, o ministro federal da economia, Lambsdorf, afirmou que «a estabilidade e a segurança que existem há já muitos anos no Egipto levam a Alemanha Ocidental a orientar novos investimentos para a economia egípcia»[1]. O capital privado alemão ocidental participa em mais de 700 dos projectos que se realizam na RAE.[2]

Tudo mostra que a política da RFA em relação aos países em vias de desenvolvimento em geral inclui aspectos típicos do neocolonialismo actual; não se diferenciando muito da política de outras

[1] *Al-Ahram*, Caire, 9.3.80.
[2] Ibidem.

potências imperialistas, a RFA, porém, tem algumas particularidades no que respeita à de vantagens para o imperialismo alemão ocidental, ao fortalecimento das suas posições a nível de concorrência imperialista em relação aos países em vias de desenvolvimento.

Frise-se que a presente fase da política neocolonial e as transformações que nela se registam são um meio favorável ao aprofundamento das contradições imperialistas.

Esse aprofundamento é mais notório entre os EUA e a França, a RFA e os demais países da CEE. Paralelamente aos factores permanentes (como a luta pela influência em África, nos países árabes e numa série de regiões da América Latina) que, na realidade, adoptam formas diferentes à medida que a situação se vai alterando, são importantes a diferença no nível de dependência da importação de petróleo e de outras matérias-primas e o facto da economia da Europa Ocidental estar profundamente ligada à economia dos países em vias de desenvolvimento e das potencialidades do capitalismo europeu-ocidental serem relativamente inferiores às do capitalismo americano.

Os países da Comunidade Económica Europeia tentam seguir uma linha política mais flexível em relação às exigências dos países em vias de desenvolvimento. Assumiram, em particular, uma posição «intermédia» entre os EUA e aqueles países na VII sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU. Procuram persistentemente estabelecer «relações especiais» com diversos grupos de países em vias de desenvolvimento sob a bandeira de uma «comunidade euro-árabe», «euro-africana», etc.

Finalmente, os Estados Unidos tentam, sob o pretexto de garantir a «unidade» dos países ca-

pitalistas desenvolvidos e dar uma «resposta colectiva» aos países em vias de desenvolvimento, consolidar a sua hegemonia no mundo imperialista, que se encontra bastante abalada. Isso também conduz à agudização das contradições e da concorrência.

A par da agudização das contradições atrai a atenção — nisso consiste toda a complexidade das relações imperialistas e a sua dialéctica — também a intensificação clara da tendência de criar um «neocolonialismo colectivo» face ao «perigo» proveniente dos países em vias de desenvolvimento. Apesar das contradições e da diferente abordagem para com uma série de problemas das relações com esses países, o imperialismo, quando se trata dos seus interesses gerais e da luta contra o movimento de libertação nacional, procura reduzir essas divergências, melhorar a coordenação das acções e fomentar uma espécie de «divisão do trabalho» (recordemos a ingerência da França nos países africanos).

Estas duas tendências coexistem e entrelaçam-se, contrariando-se. É, contudo, necessário ter presente que o «ultra-imperialismo» continua nesta questão, por alcançar. V.I. Lénine, ao referir-se ao reaccionarismo da «famigerada teoria do «ultra-imperialismo»», elaborada por Káutski, escreveu: «Será «concebível», perguntamos, pressupor, com a manutenção do capitalismo (é precisamente esta condição que Káutski apresenta), que as referidas alianças (entre os Estados imperialistas — *N. do A.*) não são efémeras, que excluem as fricções, conflitos e a luta em todas as formas imagináveis?

Se formularmos com clareza a pergunta veremos que é impossível dar-lhe uma resposta que não seja negativa, pois no capitalismo não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de

influência, dos interesses, das colónias, etc, além da força dos interessados na partilha, a força económica geral, financeira, militar, etc»[1]. Esse princípio leninista ajuda-nos ainda hoje a compreender as relações inter-imperialistas quanto aos problemas relativos nos países em vias de desenvolvimento.

Claro que ao mudar e actualizar as formas da política colonial, ao procurar métodos mais sofisticados de concretizá-la, o imperialismo não põe de lado, antes pelo contrário, os seus métodos tradicionais — chantagem, pressão económica, política e militar e acções provocatórias. Os acontecimentos em Angola, na Etiópia, no Zaire e na África Austral são exemplos elucidativos. O neocolonialismo utiliza o nacionalismo reaccionário, sobretudo nos países de orientação socialista, para separar as forças patrióticas e democráticas e atiçar a confrontação entre os comunistas e os democratas revolucionários. Uma das principais orientações da política e da ideologia do neocolonialismo continuam a ser o fomento da desconfiança em relação à União Soviética e aos outros países socialistas e as tentativas de minar os seus laços e a sua cooperação com os países em vias de desenvolvimento.

Na política do neocolonialismo e nas relações que este impõe sob formas de dependência, deram-se transformações importantes. No entanto, o conteúdo dessa política e dessas relações mantém-se invariável. Isso tem a ver, como já se assinalou, com a nova tentativa de suavizar o carácter anti-imperialista da luta dos países libertados, integrá-los no sistema capitalista, ligá-los mais estreitamente à sua estratégia política e social e implantar neles o modo de produção capitalista sob

[1] V.I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. I, p. 664.

a forma do capitalismo dependente e atrasado.

Referindo-se à linha do imperialismo no Sueste Asiático face à dissolução da SEATO[1] o jornal *Le Monde* escreveu em Setembro de 1975, num artigo intitulado «A Morte e a Transformação da SEATO»: «Seria errado pensar que o desaparecimento da SEATO reflecte uma transformação radical da estratégia ocidental no Sueste Asiático. A estratégia ocidental apenas se adapta às novas condições. O objectivo de Washington, de Tóquio e das capitais de Europa Ocidental é incluir esta região na esfera do desenvolvimento capitalista. Os investimentos estrangeiros visam estimular o imperialismo cultural»[2]. Isso acontece tanto em relação ao Sueste Asiático, como em relação a todo o mundo em vias de desenvolvimento.

Os planos do neocolonialismo não são, como se vê, bastante sofisticados. Encerram grandes

[1] Apesar da dissolução e perda do significado de uma série de blocos militares neocoloniais, o imperialismo continua a fazer tentativas do género. Não abandonou os esforços orientados para a transformação da ASEAN num agrupamento político-militar capaz de substituir em parte a SEATO. O jornal inglês *Times*, referindo-se à liquidação do bloco militar SEATO, disse, no Verão de 1977, que muita gente na Ásia se interroga sobre quem irá substituí-lo. Pode ser que o sucessor da SEATO adquira certa forma, mesmo que pouco precisa, no encontro dos líderes da ASEAN, em Agosto do corrente ano, em Quala-Lumpur.

Deram-se, além disso, passos para salvar a CENTO da total destruição e mesmo para galvanizá-la. É precisamente desse prisma que se deve analisar a última sessão do Conselho da CENTO em Abril de 1978. A linha das potências ocidentais membros deste bloco encontrou expressão inequívoca na declaração do ex-ministro dos negócios estrangeiros da Grã-Bretanha, D. Owen, numa conferência de imprensa realizada no fim da sessão que afirmou que a organização da CENTO é extraordinariamente valiosa e não perdeu a sua importância.

[2] *Le Monde*, 26 de Setembro de 1975.

perigos para os países que se libertaram, tendo em conta que o imperialismo ainda tem forças suficientes para atacá-los.

Os países libertados continuam economicamente dependentes das potências imperialistas, no domínio da linha da produção, das finanças, técnica e tecnologia. Os neocolonizadores ocupam as posições-chave da economia capitalista mundial à volta da qual gira a esmagadora maioria dos países do antigo mundo colonial e semicolonial. Os países em vias de desenvolvimento, onde vive 72% da população dos Estados não-socialistas, produziram, em 1977, apenas 19% do PNB destes últimos[1]. Correspondeu-lhes nesse mesmo ano 15,3% da produção industrial do mundo não-socialista (em 1979, 15,4%)[2].

Os países que se libertaram continuam a pagar muitos biliões de dólores por ano ao capital imperialista. O imperialismo tenta, além disso, aproveitar-se, sobretudo através das multinacionais, do crescente e cada vez mais profundo processo de aproximação económica de vários países e do desenvolvimento de relações económicas, cada vez mais intensas e entrelaçadas, entre eles.

O imperialismo dispõe de meios importantes como a pressão política, militar e ideológica. Nos países em vias de desenvolvimento há também forças bastante influentes, em que este se pode apoiar. Certos objectivos da política dessas forças são próximos dos do imperialismo e delas pode-se esperar uma coordenação de acções com

[1] Calculado segundo os dados: *UNCTAD. Handbook of International Trade and Development Statistics. Supplement 1980*, p. 333.

[2] *A Situação Económica dos Países Capitalistas e em Vias de Desenvolvimento. Resumo relativo a 1979 e início de 1980*. Suplemento da revista *A Economia Internacional e as Relações Internacionais*. N 8, Agosto 1980, p. 20.

ele numa base de compromissos mútuos. Não se esqueça ainda que a linha actual dos neocolonizadores, com vista a um certo desenvolvimento industrial de muitos países libertados, e as suas poucas concessões dão possibilidades suplementares ao incremento e ao enriquecimento das forças da burguesia burocrática e empresarial nos referidos países e são um meio eficaz para o seu suborno. Mais do que isso, as concessões do imperialismo, por vezes exteriormente atraentes, podem ser utilizadas contra parte da população dos países em vias de desenvolvimento, para gerar ilusões de que é o «diálogo e não a confrontação», a «coordenação de esforços» e a «cooperação» entre as potências imperialistas e os países em vias de desenvolvimento que contribuem para resolver os problemas vitais do antigo mundo colonial e semicolonial.

Contudo, os actuais planos do neocolonialismo têm fraquezas que lhe são habituais. Menosprezam a importância das contradições entre os países em vias de desenvolvimento e o imperialismo, contradições essas que se aprofundam cada vez mais, embora apareçam sob várias formas (mais ou menos agudas). Menosprezam o poder da solidariedade e a disposição desses países de, apesar de todas as diferenças existentes entre eles, defender em conjunto os seus interesses económicos e políticos contra o imperialismo.

Os planos do neocolonialismo menosprezam os apetites económicos e as tendências nacionalistas da burguesia dos países em vias de desenvolvimento e a sua tendência de não partilhar com ninguém os frutos da exploração dos recursos e das massas populares. Os planos do neocolonialismo fecham os olhos à agudeza da rivalidade das potências imperialistas com base no neocolonialismo, assim como ao significado das contradições

entre os objectivos estratégicos dessa política e os interesses «diários», «correntes», dos monopólios e das multinacionais que, apesar de todas as admoestações dos governos imperialistas, actuam frequentemente contra esses mesmos objectivos obtendo superlucros em prazos muito curtos.

Os resultados da utilização de meios como a «ajuda» dos neocolonizadores não são sempre iguais. Quando se fala nesta «ajuda», destaca-se habitualmente o facto de ela visar a escravização dos países em vias de desenvolvimento. Mas, é também de ter em conta uma das suas propriedades «iniciais», que hoje tem um efeito extremamente contraditório para a realização dos planos imperialistas. A «ajuda» é uma arma de suborno. As somas consideráveis que a constituem vão parar às mãos dos que se mantêm no poder nos países em vias de desenvolvimento, devido ao que se escreve de forma frequentemente aduladora na imprensa burguesa. Não se trata de um desvio às normas, mas da própria natureza da «ajuda». Entretanto nos países de estrutura social arcáica, onde se impõem transformações sociais radicais, o suborno financeiro imperialista é uma espécie de «boia de salvação» para as classes privilegiadas, que lhes permite «evitar» temporariamente essas transformações. Ao fortalecer a base da dependência desses países essa «ajuda» entra em contradição com os planos mais recentes dos colonizadores e com a sua vontade de estimular variantes de desenvolvimento reformista-conciliador e ampliar a base social dos regimes que são do seu agrado.

Finalmente, os planos do neocolonialismo menosprezam as potencialidades históricas e a vontade dos povos dos antigos países escravizados que já tiveram tempo de conhecer o sabor da liberdade, desde que derrubaram o regime colonial.

Estimulados pelo exemplo do socialismo e pelo seu apoio, estão decididos a acabar completamente com a sua dependência do imperialismo e a seguir uma linha que lhes permita alcançar a independência total e o progresso social.

Os últimos acontecimentos no Irão são bastante elucidativos do ponto de vista das perspectivas da política neocolonial e da sua linha actual. O derrube do regime do Xá é uma grande vitória do movimento de libertação e mais um testemunho da invencibilidade do povo em luta pela independência e pela liberdade. Contudo, o que aconteceu no Irão não foi apenas a derrota de um regime antipopular. Foi também uma grande derrota do neocolonialismo. E não só porque as suas tentativas de escravizar o Irão fracassaram. Foi a derrota do modelo de desenvolvimento que o neocolonialismo tenta impor aos países em vias de desenvolvimento.

O Irão era, em muitos sentidos, uma espécie de «campo de experiências» da estratégia neocolonial. Aqui, seguia-se a política de afirmação do capitalismo dependente. Os monopólios estrangeiros tinham liberdade quase total. E o país era governado por uma ditadura o que também é uma particularidade desse tipo de desenvolvimento. Aqui concretizava-se a política de aliança estreita tanto militar como política com as potências imperialistas e o regime tornara-se um foco subimperialista e um gendarme no Próximo Oriente e no Golfo Pérsico.

Claro que há que analisar mais profundamente os acontecimentos no Irão no que respeita à concepção do desenvolvimento capitalista dependente. Mas hoje já se pode afirmar que eles são o prenúncio do fim da presente estratégia do neocolonialismo e mostram até que ponto a estrutura neocolonialista é vulnerável e ins-

tável perante a pressão do movimento de libertação.

Há certamente ainda que travar uma dura e tensa luta para desmoronar os últimos planos do imperialismo orientados contra os povos da Ásia, África e América Latina. Entretanto, é indiscutível que o neocolonialismo foi seriamente atingido. A luta contra ele entrou numa nova fase graças ao levantamento geral da luta anti-imperialista. O reforço da unidade das forças democráticas e patrióticas dos países em vias de desenvolvimento é uma via segura para alcançar novas vitórias sobre o neocolonialismo, para formar e fortalecer uma ampla coligação anti-imperialista a nível nacional e internacional e uma aliança com a União Soviética e com os outros países socialistas.

Tudo indica que nos anos mais próximos seremos testemunhas de novas transformações importantes, da redução cada vez maior das capacidades do imperialismo de ditar as suas condições de desenvolvimento aos países da Ásia, de África e da América Latina. O sistema de exploração neocolonial, criado sobre as ruínas dos impérios coloniais, está condenado a novos fracassos. A derrota final do neocolonialismo é inevitável.

VI

URSS e os Países Libertados. A Etapa Actual da Cooperação

As relações com os países que se libertaram da situação colonial ou de dependência em resultado da modificação da correlação de forças de classe no mundo e da dissolução do sistema colonial do imperialismo são agora importantes para cada Estado com ligações internacionais amplas e globais tendo em conta a crescente influência desses países na economia e na política mundial.

Para a União Soviética, estas relações mútuas têm um significado e um sentido especial. Trata-se, antes de mais, do papel histórico que elas tiveram e continuam a ter para a libertação desses países do jugo colonial e neocolonial, para o reforço da sua autonomia, para a conquista duma situação económica soberana. Esse significado encontra-se também ligado à comunidade ou semelhança dos interesses e das tarefas dos países socialistas e dos países libertados no domínio das relações internacionais.

O desenvolvimento das relações com os países libertados é uma das direcções fundamentais da política externa da União Soviética nas condições actuais.

O reforço das ligações, o alargamento da cooperação, o enriquecimento do seu conteúdo político são as características da tendência que define o desenvolvimento das relações entre a União Soviética e os países libertados. Essa tendência revelou-se claramente nos acontecimentos do pós-

-guerra incluindo os anos 70. Em 1979, a União Soviética mantinha relações diplomáticas com 76 países libertados da Ásia, África, Oceânia e das Caraíbas. Entretanto, em 1960 esse número foi apenas 29. Aumentou sensivelmente o número de países da Ásia, África e da América Latina com que foram assinados acordos de cooperação económica e técnica. Ao debruçar-se no XXVI Congresso do PCUS sobre a política externa do Partido, L.I. Bréjnev sublinhou o considerável alargamento da cooperação com os países que se libertaram do jugo colonial como «uma das consequências mais importantes da actividade internacional do Partido desde o último Congresso»[1].

Não se trata de um processo casual, baseado em situações conjunturais, mas de um processo com um profundo carácter regular. Ele é uma consequência e, ao mesmo tempo, uma importante expressão da libertação da dependência colonial e semicolonial, do reforço da independência dos jovens Estados e das suas crescentes capacidades de seguir uma política externa autónoma, que corresponda aos seus profundos interesses nacionais.

Ele baseia-se na comunhão objectiva de interesses na luta pela paz e segurança dos povos, pela democratização das relações internacionais contra a política imperialista de pressão e exploração. Esta comunhão dá às referidas relações um conteúdo político-social especial, que tem lugar, embora por razões diversas, não só nos países de orientação socialista, mas também nos de orientação capitalista.

Finalmente, este processo baseia-se nos princípios leninistas da política da União Soviética

[1] *Materiais do XXVI Congresso do PCUS*, M., 1981, p. 11.

que é levada a prática de forma criativa pelo Comité Central do PCUS e pelo Governo Soviético.

A conjugação da comunhão objectiva de interesses dos países libertados e da União Soviética com a sua linha leninista da política externa define as relações entre eles como relações de novo tipo. Elas estão intimamente ligadas aos princípios de independência e igualdade de direitos, de não ingerência nos assuntos internos, de respeito mútuo e de cooperação mutuamente vantajosa, de solidariedade anti-imperialista e anti-neocolonial, de apoio da União Soviética ao desenvolvimento progressivo e autónomo dos países libertados. Os antigos países escravizados nunca tinham tido relações deste tipo. Elas serviram e continuam a servir de ponto de partida e ao mesmo tempo de base à luta dos países libertados pelo lugar que merecem nas relações internacionais.

É lógico que a comunhão objectiva de interesses, assim como o seu reflexo na política dos países libertados ou, por outras palavras, a força de expressão dos aspectos anti-imperialistas e sociais progressistas nas relações entre estes países e a União Soviética não seja igual em relação a diferentes países ou a diferentes períodos da luta de libertação. Ela depende da autonomia deste ou daquele país em vias de desenvolvimento, do retrato político-social das forças que detêm o poder, da política que seguem. Depende também do nível que alcançou o movimento de libertação, da etapa em que se encontra a revolução de libertação nacional.

A experiência histórica confirma cada vez mais que a cooperação entre a União Soviética e os países libertados é uma força activa do desenvolvimento independente e progressista dos países libertados, um importante factor da luta geral contra o imperialismo. Nos últimos anos, ela actuou

de forma sensível nos avanços positivos da vida internacional e nos êxitos do movimento de libertação nacional.

Esta cooperação abrangeu os problemas mais importantes das actuais relações internacionais, questões como o desanuviamento, o reforço da paz e da segurança dos povos, a acção contra a agressão e ditame dos imperialistas, a luta contra o colonialismo e o neocolonialismo, pela cooperação económica e política em condições de igualdade, contra todas as formas de discriminação nas relações internacionais, etc.

O avanço para o desanuviamento internacional iniciou um processo que conduzirá à diminuição e, por fim, ao desaparecimento da ameaça de catástrofe nuclear. Claro que o êxito do desenvolvimento deste processo tem grande significado histórico para toda a humanidade.

A reestruturação das relações entre os Estados socialistas e capitalistas na base dos princípios de coexistência pacífica conduz a um melhoramento da situação internacional em geral. Porque as formas de confrontação dos dois sistemas, tendo em conta o lugar que ocupam no desenvolvimento actual e na vida internacional, definem em grande parte todo o clima internacional. Porque a União Soviética e a comunidade socialista, durante esta reestruturação de relações partem do princípio que a paz e a segurança não podem ser apenas privilégio de alguns povos ou de parte da humanidade; elas fazem tudo para que a coexistência pacífica de Estados com sistemas sociais diferentes, as suas relações de boa vizinhança sejam norma indiscutível nas relações internacionais.

O desenvolvimento das relações internacionais neste sentido e o afastamento da «guerra fria», corresponde inteiramente aos interesses dos países libertados. Os povos dos ditos países, tal como

cada um dos povos da terra, para além destes momentos comuns, têm também razões especiais, podia-se dizer adicionais, para apoiar o desanuviamento, razões estas que resultam das actuais tarefas nacionais de desenvolvimento social.

A «guerra fria» e a atmosfera que se cria à sua volta é um meio fértil para o fortalecimento de tendências antidemocráticas nas relações internacionais e para a supressão dos direitos dos países libertados, dos Estados pequenos e fracos. Sabe-se bem o mal que a «guerra fria» causou aos países libertados. Ela estimulou as tendências mais agressivas e mais reaccionárias na política colonial e neocolonial do imperialismo, teve influência negativa no desenvolvimento interno desses países. Os imperialistas transformaram os países libertados num campo de conflitos militares, exploraram largamente o mito da «ameaça comunista» e outros mitos ideológicos do mesmo tipo para manterem os seus privilégios e mascararem as suas intenções colonizadoras. Foi neste período que o imperialismo lançou com especial frequência a sua máquina de guerra contra os povos em luta contra a dependência colonial e neocolonial. Foi nos anos da «guerra fria» que se criaram, sob a bandeira da cruzada anticomunista, os blocos militares, que passaram a ser instrumentos do imperialismo na luta contra o movimento de libertação nacional nas respectivas regiões.

O desanuviamento modificou significativamente a situação. Claro que o imperialismo continua a ser o imperialismo, e as suas características, tendências colonizadoras e neocolonizadoras não desapareceram. Entretanto, a passagem da «guerra fria» ao desanuviamento e a falência de todas as doutrinas «de força» não deixam de ter graves consequências. Contribuem para a luta pela liquidação da desigualdade de direitos nas

relações entre os países libertados e as potências imperialistas e pela democratização das relações internacionais, complicam a situação daqueles que defendem o «direito do mais forte» e facilitam a resistência às tentativas do ditame do imperialismo.

O processo do desanuviamento internacional e a queda dos «cruzados» antisoviéticos e anticomunistas levaram ao desenvolvimento de fenómenos de crise nos grupos e blocos político-militares criados pelo imperialismo.

Deixou de existir o bloco SEATO. Abrem-se fendas no edifício de outro grupo pró-imperialista nesta região — o Conselho Asiático-Oceano Pacífico (ASPAC). Ultimamente deu-se a derrocada da SENTO, mesmo depois do esforço intenso dos círculos imperialistas de conservarem esta organização.

Uma crise profunda abala a Organização dos Estados Americanos, como arma de domínio dos monopólios americanos na América Latina. O vento das mudanças destrói-lhe a sua orientação pró-imperialista. Ouve-se cada vez mais alto e tem cada vez mais peso a voz daqueles que estão contra o mando do imperialismo, e lutam por transformações no carácter e na estrutura desta organização.

As mudanças no clima internacional criaram condições mais favoráveis para a defesa dos direitos dos povos da antiga «periferia» colonial e semicolonial, para a liquidação dos focos de tensão nesta zona do mundo. É sabido, por exemplo, que a vitória histórica do povo vietnamita foi uma consequência da sua luta heróica contra os agressores imperialistas, assente na ajuda multilateral da União Soviética e dos outros países socialistas. Entretanto, não há dúvidas de que a tendência geral do desenvolvimento das relações

internacionais no sentido de alcançar avanços positivos e o desanuviamento contribuiu consideravelmente para a assinatura dos acordos de Paris e para a liquidação dum enorme foco militar na Indochina.

A atmosfera internacional conduziu também às transformações positivas verificadas na península do Indostão, à diminuição da tensão aí existente e ao evoluir dos acontecimentos de modo a permitir a normalização das relações mútuas entre os Estados desta região.

Na esfera económica, as mudanças verificadas nas relações internacionais trouxeram aos países libertados importantes frutos. É, antes de mais, evidente que o desanuviamento, o fortalecimento da paz e da segurança dos povos, a aplicação mais ampla e mais eficaz dos princípios de coexistência pacífica na vida internacional, permitiram aos países em vias de desenvolvimento encetar, nos últimos anos, uma luta activa contra o imperialismo e pela libertação económica. Mais, o desenvolvimento da cooperação económica entre os países socialistas e capitalistas, livre de discriminação, é um factor que concorre para o estabelecimento de relações económicas mundiais normais, livres de manifestações de desigualdade de direitos.

O processo de desanuviamento estimula a luta pela contenção da corrida aos armamentos, o que trazia consequências muito positivas, inclusive para os países em vias de desenvolvimento. Uma ideia das possibilidades de descongelamento neste sector é dada pela proposta soviética de redução, em 10%, do orçamento militar dos países membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e a utilização de parte dos meios assim economizados para prestar ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

A posição da União Soviética e dos outros países socialistas a este respeito foi confirmada na reunião do Comité Político Consultivo dos países membros do Tratado de Varsóvia em 1978 e 1980 na 35° Sessão da Assembleia Geral da ONU. O ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, A.A. Gromiko, interviu na sessão de novo a favor da redução dos orçamentos militares dos Estados membros permanentes do Conselho de Segurança (em expressão absoluta ou parcial), assim como de outros países com altos potenciais económicos e militares e acrescentou : «Estamos prontos a estabelecer conversações acerca do montantel ser concedido por cada país, em consequência da redução do seu orçamento militar, para o aumento da ajuda económica aos países em vias de desenvolvimento»[1].

A passagem à práctica desta medida não só coloca determinados limites à corrida aos armamentos, como liberta grandes meios para o desenvolvimento da indústria e da agricultura, da ciência, da cultura e da educação, para o aumento da ajuda aos países em vias de desenvolvimento, no interesse do seu desenvolvimento económico e social, para a defesa e protecção do meio ambiente.

Deste modo, quer a linha comum pelo desanuviamento, quer os passos concretos dados pela União Soviética e pela comunidade socialista nesse sentido, correspondem aos profundos interesses dos países libertados e reforçam as bases de cooperação com eles. Não é por acaso que eles foram aceites com agrado e apoiados por estadistas, personalidades destacadas de organizações e partidos influentes e pela opinião pública dos países libertados.

---

[1] *Pravda*, 24 de Setembro de 1980.

A pedra angular da cooperação entre a União Soviética e os países em vias de desenvolvimento é constituída pelas posições anti-imperialistas comuns nas questões da luta de libertação nacional, o apoio da União Soviética aos esforços destes países com vista a reforçar a soberania conquistada, criar uma economia independente e realizar o direito de disporem dos seus recursos nacionais e de definirem os caminhos do seu desenvolvimento.

A propaganda imperialista descreve as coisas como se existisse uma contradição entre estas orientações da política externa soviética, entre a linha da União Soviética para o desanuviamento e coexistência pacífica e as suas relações com os Estados que se libertaram do jugo colonial e semicolonial. Tal contradição não existe na realidade. O desanuviamento e a coexistência pacífica dizem respeito às relações entre Estados. Entende-se por isso, antes de mais, que o uso da força e a ameaça com o seu uso devem ser excluídos das relações internacionais, que através da força não se resolverão os litígios e conflitos entre os países.

Mas o desanuviamento não anula, nem pode anular ou modificar as leis da luta de classes e da luta anti-imperialista.

O PCUS e a União Soviética seguiram e seguem uma política de solidariedade internacionalista com os povos da Ásia, África e América Latina.

Os dirigentes do movimento de libertação nacional das antigas colónias portuguesas, por exemplo, reiteraram mais de uma vez o papel relevante da União Soviética na vitória da sua luta. É sabido que a República Popular de Angola, logo após o seu nascimento, sofreu a intervenção dos imperialistas e dos racistas sul-africanos. A jovem

república conseguiu alcançar a vitória nesta luta, e nisto reflectiu-se claramente o significado da solidariedade da União Soviética, de Cuba e de outros Estados socialistas, solidariedade esta que foi demonstrada não obstante a campanha hostil dos círculos burgueses ocidentais. «A ajuda soviética — sublinhou A. Neto — teve um papel importantíssimo no nosso desenvolvimento histórico, na luta pela independência, e na reconstrução nacional. Não poderia ser de outra forma, porque a União Soviética, encontrando-se justamente na vanguarda do desenvolvimento histórico dos povos, constrói o comunismo, através de um caminho revolucionário admirável, que a levou da sociedade da exploração ao socialismo e ao nascimento do internacionalismo proletário.»[1] Um exemplo vivo das posições internacionalistas da União Soviética, de Cuba e dos países da comunidade socialista foi a ajuda prestada à Etiópia revolucionária, que em resultado da agressão apoiada pelas forças imperialistas, se encontrava sob a ameaça de desembramento. Estando na URSS, O Presidente do Conselho Militar Administrativo Provisório e do Conselho de Ministros da Etiópia Socialista, Mengistu Hailé Mariam, disse: «Esta vitória (a vitória da revolução etíope sobre as forças da agressão e intervenção — *N. do A.*) foi um resultado dos enormes sacrifícios do nosso povo e da pronta ajuda internacionalista dos nossos amigos verdadeiros, próximos e sinceros como a União Soviética. É com grande satisfação que transmito ao Partido Comunista da União Soviética, ao povo e governo soviético, a saudação fraternal, o agradecimento das massas popula-

[1] *Visita à União Soviética da delegação do Partido e do Estado da República Popular de Angola.* 7-13 de Outubro de 1976. Documentos e materiais. M., 1976, p. 13-14.

res da Etiópia, que agora se sobrepuseram, com toda a evidência, aos seus inimigos.»[1]

Estes problemas agudos — o angolano e o etíope — demonstram mais uma vez claramente a posição de princípio da União Soviética e mostram onde estão os amigos autênticos dos povos em luta contra o imperialismo e o colonialismo.

A União Soviética apoia os patriótas da Namíbia e da África do Sul, que põem em ruínas as paredes das últimas prisões colonial-racistas. «O nosso Partido — sublinhava-se no Relatório do CC do PCUS ao Congresso —, apoiou e apoiará os povos que lutam pela sua liberdade. Ao prestar esse apoio, a União Soviética não procura qualquer proveito para si, não ambiciona concessões, o domínio político e não solicita bases militares. Actuamos como nos dita a nossa consciência revolucionária, a nossa convicção comunista.»[2]

O Programa de continuação da luta pela paz e pela cooperação internacional, pela liberdade e independência dos povos, aprovado pelo Congresso, aponta como uma das tarefas internacionais mais importantes a liquidação total de todas as sequelas do sistema de exploração colonial, desigualdade de direitos e de dependência dos povos e de todos os focos de colonialismo e racismo.

A União Soviética apoiou, em todos estes anos, e apoia firmemente o direito dos povos árabes, que lutam pela liquidação das consequências da agressão israelita. A regularização justa da situação no Médio Oriente com a participação de todas as partes interessadas, incluindo a Organização de Libertação da Palestina, continua a ser um dos objectivos importantes da política ex-

[1] *Visita de Mengistu Hailé Mariam à União Soviética.* 27 de Outubro-10 de Novembro de 1980, M., Politizdat, 1980.

[2] *Materiais do XXV Congresso do PCUS*, p. 12.

terna soviética. Os seus princípios foram de novo confirmados pelo camarada L. I. Bréjnev nas respostas às perguntas do jornalista do *Pravda*, publicadas em 24 de Dezembro de 1977[1]. Entre estes princípios encontram-se a saída das tropas israelitas de todos os territórios árabes ocupados em 1967; a concretização dos direitos legítimos do povo árabe da Palestina, incluindo o direito à autodeterminação e à criação dum Estado próprio; a garantia do direito à existência independente e à segurança de todos os países que participam directamente no conflito: quer os Estados árabes, vizinhos de Israel, quer o Estado de Israel; o fim da guerra entre os respectivos Estados árabes e Israel. Só assim a paz no Médio Oriente será efectivamente estável e não apenas um armistício instável.

A União Soviética parte do princípio de que a regularização justa da situação no Médio Oriente desanuviaria um perigoso foco de tensão, não só local, mas também internacional. Libertaria os povos desta região do horror de 30 anos de interminável confrontação armada, permitir-lhes-ia debruçarem-se sobre os seus problemas económicos e sociais actuais, abriria caminho à transformação do Médio Oriente de barril de pólvora em zona de paz e de boa vizinhança, de cooperação mútua e de progresso para todos os povos que nele habitam. Impediria os imperialistas de aquecer as mãos no conflito do Médio Oriente e de utilizá-lo para intervir nos assuntos internos dos países desta região.

A União Soviética alarga as suas ligações políticas e a cooperação económica com os países libertados, apoiando a sua aspiração a reforçar a

[1] L.I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos*, t. 6, p. 645.

independência, a participar activamente nos assuntos mundiais, a ultrapassar as reminiscências de desigualdade nos seus contactos externos e a libertar-se da exploração imperialista. A União Soviética está contra todos os tipos de neocolonialismo.

A intensificação do movimento dos não alinhados na base dos seus princípios progressistas e a transformação deste movimento num factor de peso na actual vida internacional são encaradas de forma positiva pela União Soviética.

A orientação anti-imperialista e anticolonial, contra a guerra e a agressão foi claramente fixada nos documentos da I Conferência dos Países Não Alinhados, na qual participaram figuras poílticas e fundadores deste movimento, como Djavakharlal Neru, Hamal Abdel Nasser, Iossep Broz Tito, Fidel Castro e outros. A URSS solidarizou-se com as resoluções da Conferência dos Países Não Alinhados, realizada em 1973 na Argélia que traçou um amplo programa anti-imperialista. Esta orientação foi reforçada e desenvolvida, em 1976, pela Conferência dos Países Não Alinhados em Colombo. A Conferência dos Países Não Alinhados que teve lugar em Havana em 1979 e foi um dos acontecimentos mais relevantes da política internacional dos últimos anos, definiu claramente a orientação progressista e anti-imperialista do movimento dos não alinhados.

O nosso país intervém a favor de uma maior contribuição progressista dos países não alinhados e de todos os países libertados de uma forma geral na vida internacional. No relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do Partido sublinha-se: «O movimento dos não alinhados, que comemora este ano 20 anos de existência, foi e continua a ser um factor importante das relações internacionais. A sua força está na linha seguida

contra o imperialismo e o colonialismo, contra a guerra e a agressão. Estamos certos de que a chave para o aumento progressivo do papel do movimento dos não alinhados na política mundial — que nós saudariamos — está na sua fidelidade a estes seus princípios fundamentais»[1].

Desenvolve-se, com êxito, a cooperação económica mutuamente vantajosa entre a União Soviética e os jovens Estados. Convém sublinhar que esta cooperação se diferencia radicalmente pelo seu conteúdo económico-social e pela sua direcção política, da «ajuda» dos Estados capitalistas. Representa um sério auxílio aos jovens Estados na sua luta pela autonomia económica.

O número de países em vias de desenvolvimento com que a União Soviética mantém relações económicas e técnicas na base de acordos inter-governamentais aumentou de 54, em 1975, para 64, em 1980. Laços do mesmo tipo foram estabelecidos com 21 países da Ásia, 33 de África e 10 países da América Latina.

O volume de assistência económica e técnica da URSS aos países em vias de desenvolvimento, previsto pelos acordos, aumentou 8,6 vezes em 1977, em comparação com 1960, incluindo aos países da Ásia em 6,7 vezes e aos países africanos em 13 vezes.

O fornecimento de equipamentos integrais soviéticos aos países em vias de desenvolvimento subiu de 63,6 milhões de rublos, em 1960, para 794 milhões de rublos, em 1980, 12,5 vezes mais.

A URSS presta assistência aos países em vias de desenvolvimento na construção de mais de 1190 empresas industriais e outras obras económicas. Foram concluídas até 1 de Janeiro de 1981, 600 empresas.

[1] *Materiais do XXVI Congresso do PCUS*, M., 1981, p. 15.

A cooperação económica soviética com os países em vias de desenvolvimento abrange vários sectores da economia nacional (ver tabela 10), mas contribui sobretudo para o desenvolvimento industrial desses países. Tal como o carácter geral desta cooperação, isso responde à estratégia económica dos países em vias de desenvolvimento, à sua aspiração de conquistar a independência económica, vencer o atraso, acabar com a situação de desigualdade na divisão do trabalho capitalista internacional.

Contribuindo para a construção das empresas industriais e de outras obras, a União Soviética reparte com os jovens Estados os seus avançados conhecimentos técnicos e experiência produtiva e ajuda na formação de quadros nacionais. Nos estabelecimentos de ensino superior e médio especializado e em vários cursos de produção da URSS e nas empresas que a União Soviética constrói no estrangeiro foram já preparadas várias centenas de milhares de especialistas e de operários qualificados para os países de África e Ásia.

A União Soviética tem feito muito pelo desenvolvimento do ensino e da ciência nos países libertados. Com a sua ajuda, até 1 de Janeiro de 1978, foram postos a funcionar 131 estabelecimentos de ensino e mais 64 estabelecimentos encontravam-se em projecção ou construção.

Tal como a nível das relações políticas, também na cooperação económica entre os países socialistas e os países em vias de desenvolvimento surgem momentos novos. Não cresce apenas o interesse económico dos jovens Estados pela cooperação com o mundo socialista que demonstrou a sua eficácia, a sua igualdade de direitos e o seu carácter mutuamente vantajoso. Aumenta também a tendência para a cooperação e especialização numa base multilateral, e para o estabeleci-

Tabela 10

Potencial produtivo total dos objectos de cooperação
(em 1 de Janeiro de 1978)

Designação	Unidades de medida	Previsto nos acordos	Posto em funcionamento
Centrais eléctricas (capacidade nominal)	milhões de kW	19,37	7,37
Ferro gusa	milhões de ton.	26,95	10,77
Aço	»	26,1	9,73
Laminados	»	21,68	7,47
Minério de ferro	»	13,0	13,0
Carvão (extracção)	»	50,27	4,8
Petróleo (extracção)	»	66,0	66,0
Refinação de petróleo	»	23,0	11,6
Bauxite	»	2,5	2,5
Fertilizantes minerais	»	0,105	0,105
Irrigação e secagem dos solos	mil hect.	738	156
Extensão de caminhos-de-ferro	km	2099	1709
Extensão de estradas	»	2105	2085

mento de laços com o CAME. Esta atracção encontra a compreensão da União Soviética e dos outros países da comunidade socialista, que estão, por sua vez, interessados em que a sua cooperação com os países em vias de desenvolvimento tenha

um carácter de divisão do trabalho estável e seja mutuamente vantajosa.

A União Soviética estabeleceu relações políticas e económicas estreitas com muitos países libertados. Assim, a União Soviética e a Índia estão ligadas pelos laços de uma cooperação multilateral. A amizade soviético-indiana baseia-se na aspiração de ambos à paz e à segurança dos povos e na sua aderência à luta contra o colonialismo e o neocolonialismo, contra a desigualdade de direitos e a discriminação, o hegemonismo e o mando imperialista nas relações internacionais, contra as tentativas de manutenção da tensão no Sul e em toda a Ásia, o apoio da União Soviética à política independente da Índia e à sua orientação no caminho do progresso económico e social. O alto desenvolvimento das relações entre a URSS e a Índia encontrou a sua manifestação no Tratado de Paz, Amizade e Cooperação, assinado entre os dois países em 1971,— documento este que se reveste de significado internacional o que já foi confirmado pelos acontecimentos dos últimos anos.

As ligações económicas soviético-indianas desenvolvem-se da mesma forma que as relações políticas.
Deu-se início ao programa de cooperação económica e técnica a longo prazo, assinado em 1979, tendo sido traçadas as suas principais direcções. A União Soviética é um dos principais parceiros comerciais da Índia.

O Bureau Político do CC do PCUS, o Presidium do Soviete Supremo da URSS e o Conselho de Ministros da URSS na sua resolução conjunta «Sobre os resultados da visita do Secretário-geral do CC do PCUS e Presidente do Presidium do Soviete Supremo da URSS, L. I. Bréjnev, à Índia» sublinharam: «As relações soviético-indianas são

um exemplo brilhante da concretização dos princípios de coexistência pacífica entre Estados com sistemas económico-sociais diferentes. Estas relações desenvolvem-se no interesse dos povos de ambos os países, na base da igualdade e respeito mútuo, do rigoroso respeito pela soberania e não ingerência nos assuntos internos e não são orientadas contra terceiros países»[1].

Durante a sua visita à Índia, L.I. Bréjnev, ao usar da palavra na recepção que o Presidente da Índia lhe ofereceu, afirmou: «Nós, na União Soviética, damos um significado de primeira importância às relações com a Índia. Ela goza da simpatia do povo soviético e do respeito da sua direcção. Sem receio de exagerar, posso dizer que no povo e na direcção soviéticos a Índia encontra amigos de confiança. Amigos para os bons e os maus tempos, o tempo claro e intempéries.»

Destacados dirigentes políticos da Índia apreciaram várias vezes positivamente a União Soviética e a sua orientação nas relações com o seu país, sublinharam a importância da amizade soviético-indiana para o seu desenvolvimento.

«O povo indiano — disse a primeira-ministra da Índia, Indire Gandhi, num comício realizado em Delhi em Dezembro de 1980 —, tem admiração pelos êxitos do povo soviético e, particularmente, pelo remarcável progresso económico e técnico alcançado pela União Soviética nos anos posteriores à Grande Revolução de Outubro, liderada pelo imortal Lénine.

«Uma chama ardendo no gelo» — assim o meu pai Djavakharlal Neru me descrevia esta revolução quando eu era criança. Nós próprios lutávamos, então, contra o colonialismo. Nessa luta contámos sempre com o apoio do povo soviético.

[1] *Pravda*, 13 de Dezembro de 1980.

A amizade soviético-indiana não está orientada contra quaisquer outros países. É importante tanto para a Índia como para a União Soviética. Nem a Índia, nem a União Soviética tentaram alguma vez impor as suas opiniões um ao outro. Entretanto, as nossas posições comuns sobre as questões vitais sobrepõem-se às diferenças.

O nosso respeito mútuo manifesta-se nas mais variadas formas de cooperação. As nossas relações económicas crescem constantemente e de forma impressionante. Há dezenas de obras de significado nacional para a Índia a confirmá-lo. Os nossos cientistas e técnicos, escritores e artistas trabalham em conjunto numa atmosfera de calor e camaradagem»[1].

A compreensão mútua e relações de amizade ligam a União Soviética e muitos outros países libertados da Ásia.

Há 25 anos que a cooperação inter-estatal soviético-árabe se desenvolve. Ao longo destes anos, estabeleceram-se relações económicas e políticas multilaterais, adquiriu-se grande e fértil experiência e criaram-se premissas para o futuro desenvolvimento desta cooperação. Os frutos da cooperação soviético-árabe têm um significado histórico. Sem ela seriam inimagináveis o crescimento do movimento de libertação dos povos árabes, os poderosos golpes desferidos nas posições do colonialismo e neocolonialismo nesta região do globo, o reforço da independência dos Estados árabes, a consolidação das posições das forças progressistas no Médio Oriente. Esta cooperação está também ligada a muitos êxitos dos países árabes na luta pela independência económica, as suas realizações na economia que são simbolizadas, em particular, por empresas tão importantes para os

[1] *Pravda*, 10 de Dezembro de 1980.

17—0943

respectivos países como o complexo de Assuam e o complexo metalúrgico de Heluam no Egipto, o complexo de irrigação do Eufrates na Síria, os complexos petrolíferos de Rumeili Norte no Iraque, a empresa metalúrgica de El-Khadjar na Argélia e muitos outros.

Agradecemos — disse o Presidente da Síria H. Assad no discurso de inauguração do complexo de irrigação do Eufrates em 18 de Março de 1978—,a inapreciável ajuda da União Soviética na concretização deste grandioso projecto e também exprimimos o nosso profundo reconhecimento e alto apreço ao seu importante papel na preparação de quadros nacionais sírios altamente qualificados.

Vinte e cinco anos não é pouco tempo, sobretudo se tivermos em contra que anos foram estes: anos de incremento impetuoso da luta de libertação nacional dos povos árabes e de ataques imperialistas contra o mundo árabe. Foram, por outras palavras, anos que correspondem a dezenas de anos de desenvolvimento habitual. No fogo da luta, no meio das dificuldades ficou indiscutivelmente demonstrado que a União Soviética é um amigo fiel e um aliado seguro dos povos árabes, um apoio potente da sua liberdade e independência. A compreensão deste facto é, podemos dizê-lo com segurança, uma das maiores lições políticas, que a sociedade árabe e as forças partióticas do mundo árabe puderam tirar nas últimas décadas, que foram, como se vê, decisivas para o seu destino. Daqui se deduz que se os dirigentes políticos e estatais, os partidos e movimentos do mundo árabe estão realmente animados de objectivos patrióticos, são realmente dedicados à luta pela independência, liberdade e progresso social dos povos àrabes, não podem deixar de ter em apreço a amizade com a URSS.

Foi exactamente através do seu credo partiótico e anti-imperialista, na base das lições da luta, que a personalidade destacada do movimento de libertação árabe que foi H.A. Nasser, activo e decidido defensor da amizade soviético-árabe, compreendeu o significado dessa amizade. Ele sublinhou que o Egipto e a União Soviética tinham «interesses comuns ideológicos e estratégicos na luta contra o imperialismo»[1]. «Sem a cooperação séria e sincera da União Soviética — disse Nasser —, os nossos planos para o futuro não passaram de sonhos, que não poderiamos concretizar»[2].

As forças partióticas e anti-imperialistas do mundo árabe continuam firmes na plataforma de reforço da amizade com a União Soviética, vendo-a, pelas suas próprias palavras, como uma «necessidade estratégica» e uma condição obrigatória para o êxito da sua luta. Na declaração aprovada na reunião dos países árabes, que teve lugar em Tripolis entre 2 e 5 de Dezembro de 1977, membros da «Frente da firmeza e resistência» sublinham que um dos objectivos da conspiração contra as nações árabes é prejudicar as relações de amizade e cooperação entre os Estados árabes, por um lado, e a União Soviética e os restantes países socialistas por outro. Por sua vez, a reunião dos países árabes (Abril de 1978) declarou: «Dos últimos acontecimentos no Corno de África pode-se concluir que aqueles que apostam no imperialismo e na reacção ameaçam a independência nacional e as conquistas progressistas dos seus povos. Pelo contrário, os revolucionários, apoiando-se nas amplas massas populares e na ajuda da União Soviética, e de todas as forças

[1] *Al-Humkhuria*, 24 de Julho de 1968.
[2] *Pravda*, 28 de Setembro de 1974.

do socialismo e progresso mundial, vencem inevitavelmente».

São cada vez mais variadas e intensas as relações da União Soviética com os países africanos. Alarga-se o círculo dos nossos amigos neste continente. Isso deve-se, por um lado, ao reforço da autonomia dos Estados africanos e, por outro à clareza e precisão da política da URSS que sempre se orientou contra os focos de colonialismo e racismo em terras africanas, em apoio do movimento de libertação nacional e dos esforços dos Estados do continente africano com vista a consolidar a sua independência, a aumentar a sua influência nos assuntos mundiais, à unidade anti-imperialista e a pôr termo à actividade de pilhagem dos monopólios imperialistas.

A política internacional do PCUS é, como se sabe, uma política de classe. O que, em relação aos países em vias de desenvolvimento, significa o apoio à linha e aos passos concretos orientados para a libertação política e económica desses países, para o seu progresso social e a libertação das massas populares da exploração, para o desenvolvimento a caminho do socialismo. Significa a solidariedade com as forças progressistas, movimentos e partidos que intervêm nesse sentido e conseguem a sua implementação.

«A União Soviética — afirmou-se no relatório do CC do PCUS ao Congresso do partido — não se ingere nos assuntos internos de outros países e povos. O respeito pelos direitos sagrados de cada povo, de cada país de escolher o seu caminho de desenvolvimento é um princípio imutável da política externa leninista. Mas nós não escondemos os nossos pontos de vista e as nossas opiniões. Nos países em vias de desenvolvimento, como em toda a parte, estamos ao lado das forças do progresso, da democracia e da independência

nacional e encaramo-los como nossos amigos e camaradas de luta»[1].

Elos fraternos indestrutíveis ligam o PCUS e os partidos comunistas dos países libertados. A solidariedade com eles é um dever internacionalista que respeita não só à classe operária internacional, como também aos povos dos países libertados, pois os partidos comunistas são os mais firmes, corajosos e consequentes defensores dos interesses desses povos, os portadores do socialismo científico.

A solidariedade com as forças progressistas expressa-se também pelo apoio activo aos Estados de orientação socialista. A URSS dá grande importância à cooperação com estes países. Continuam a reforçar-se as relações de amizade entre o PCUS e a democracia revolucionária, cujos círculos de influência passaram do protesto anticapitalista, da atitude favorável ao socialismo, à orientação política, económica e ideológica socialista. O PCUS hoje mantém relações interpartidárias com mais de 20 partidos revolucionários e democráticos de países da Ásia, África e América Central. Com alguns deles as relações têm uma base regular a partir de planos estabelecidos. Tal cooperação numa linha partidária já deu os seus resultados positivos.

Também os partidos comunistas de outros países socialistas, capitalistas e em vias de desenvolvimento, estabelecem contactos estáveis com os partidos democráticos e revolucionários. Esses contactos contribuem para um maior reforço político-ideológico e organizativo dos partidos democrático-revolucionários, para o aprofundamento da cooperação entre os comunistas e os democratas revolucionários quer no campo interna-

[1] *Materiais do XXV Congresso do PCUS*, p. 12.

cional, quer no nacional, no interesse da luta contra o imperialismo, pela independência nacional, pela paz e pelo progresso social.

Seguindo uma linha consequente e de princípio de criação e consolidação da unidade com os democratas revolucionários, o PCUS ocupa em relação aos mesmos uma posição realista, que tem em conta as suas particularidades sociais, políticas e psicológicas e dá uma resposta decidida ao aparecimento do anticomunismo no seu meio. Essa posição dirige-se pelas orientações de V.I. Lénine, que tendo em consideração as oscilações das forças não proletárias, anotou a necessidade de recuar apenas em relação «aos elementos que se voltam para o proletariado — quando e à medida em que o façam—, a par da luta contra os elementos que se inclinam para burguesia»[1].

O PCUS e as organizações sociais soviéticas estabelecem contactos e desenvolvem relações com outros partidos e organizações dos países libertados que ocupam ou podem vir a ocupar posições progressistas e anti-imperialistas nesta ou naquela questão concreta.

A política externa soviética e a sua orientação para com os países em vias de desenvolvimento encontram a compreensão e o apreço da opinião pública destes países e dos seus mais destacados dirigentes. Eis o que A. Sekou Touré, Secretário-geral do Partido do Estado da Guiné, Presidente da República Popular e Revolucionária da Guiné, escreveu na sua mensagem de saudação por ocasião do 60° aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro:

«Temos em grande consideração o destacado contributo da União Soviética para a luta de libertação dos povos de todo o mundo, que se encontram sob o jugo colonial e racista, e sobretudo pela ajuda multifacetada do povo amigo soviético aos jovens Estados independentes... Alegramo-nos pelas relações de amizade sincera, cooperação fértil e solidariedade eficaz que unem os nossos dois partidos de vanguarda — o PCUS e o PDG[1], assim como os nossos povos, unidos na luta contra o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo, o apartheid e a exploração do homem pelo homem»[2].

A ruidosa campanha anti-soviética conduzida pelos imperialistas, sem precedentes nos últimos anos pelo seu tamanho e animosidade, não traz aos seus organizadores os efeitos que desejavam. Depara com a realidade das actuais relações internacionais, com os factos incontestáveis da actividade prática internacional da União Soviética, de toda a comunidade socialista, que demonstram o carácter leninista da sua política externa, e, por fim, com a crescente expriência política dos partidos revolucionários e democráticos e do movimento de libertação nacional.

O actual período de desenvolvimento mundial e das relações internacionais e a posição dos países libertados criam premissas para o futuro alargamento da cooperação entre estes países e os Estados socialistas, para o reforço da acção comum do mundo socialista e do movimento de libertação nacional e anti-imperialista. Mas isto não acontece automaticamente, por si só, mas, pelo contrário, exige esforços conjuntos particu-

[1] V.I. Lénine. *Obras Escolhidas*, t. 3, p. 318.

[1] Em Novembro de 1978 o PDG passou a chamar-se Partido de Estado da Guiné.

[2] *Saudações ao Partido Comunista da União Soviética por ocasião do 60° Aniversário da Revolução de Outubro*, M., 1978, p. 399.

larmente activos e perseverantes e arte política, quer por parte do socialismo, quer por parte das forças patrióticas e de vanguarda dos países em vias de desenvolvimento.

A libertação da tutela imperialista e o fortalecimento da autonomia dos jovens Estados, a sua crescente liberdade de tomar resoluções a nível da política externa, correspondentes aos seus interesses nacionais, abrem novas possibilidades à referida cooperação, na base da conservação da comunhão dos principais objectivos anti-imperialistas e a favor da paz. Exerce, também, influência neste sentido o crescente poderio do mundo socialista e a necessidade que os países libertados sentem de apoiar-se nele para resistir à crescente pressão neocolonialista, característica, como já dissemos, ao actual período.

A actualidade coloca na ordem do dia, como completamente real, a tarefa do reforço da paz e da segurança numa série de regiões do antigo mundo colonial e semicolonial, alargando aí também o campo para acções conjuntas dos países socialistas e em vias de desenvolvimento.

Boas premissas são abertas para cooperação económica mutuamente vantajosa entre a União Soviética, outros países socialistas e os países em vias de desenvolvimento. E isso é ainda mais importante se considerarmos que, conservando-se o papel dominante dos factores políticos, o interesse dos países em vias de desenvolvimento nesta esfera de relações entre Estados aumenta. No actual contexto do levantamento da luta dos países em vias de desenvolvimento pela independência económica, tem para eles ainda maior significado o crescimento do potencial económico do socialismo, o conteúdo progressista e os resultados da cooperação com este. Por outro lado, esta cooperação traz os seus frutos à União Soviética e aos

outros países socialistas — quer em forma de afluência de produtos necessários à sua economia e população, quer em forma de exportação de artigos por eles produzidos. Hoje, nesta esfera verifica-se, como foi referido, uma tendência para cooperação de novo tipo.

Por fim, o desenvolvimento social dos países libertados conduz ao reforço dos estratos sociais, dos partidos políticos, organizações e correntes, para os quais a política da União Soviética e da comunidade socialista é particularmente próxima e compreensível e que intervêm activamente a favor da amizade e cooperação com elas.

A cooperação entre os países socialistas e em vias de desenvolvimento é, ao mesmo tempo, objecto de ataques cada vez mais fortes do imperialismo, da reacção local. Esta foi sempre uma das principais orientações da estratégia neocolonialista e nos planos da reacção interna. Mas, na etapa actual, tem para eles uma importância especial.

Para os imperialistas essa importância reside na constante agudização dos conflitos com os países em vias de desenvolvimento e no crescente significado político e económico destes países para o mundo capitalista.

Para a reacção local dos países em vias de desenvolvimento, reside na agudização das contradições sociais e da luta de classes, até porque uma das questões desta luta é a cooperação e amizade com os Estados socialistas. A acção subversiva da reacção tem perigos adicionais nesta questão, pois utiliza o reforço da corrente reaccionária do nacionalismo nos países em vias de desenvolvimento, assim como a tendência para o aparecimento duma certa ideologia de «excepcionalidade» destes países como produto paralelo, resultante do aumento do seu estatuto internacional e do seu protesto contra a posição de explorado.

O crescimento das classes exploradoras em muitos países libertados não pôde deixar de ter as suas influências. Isso hoje em dia é já um factor importante cujo significado ainda cresce. No entanto, tem um papel contraditório, uma vez que certos meios da burguesia, partindo dos interesses de independência nacional, intervêm a favor da cooperação com os países socialistas.

Nas acções subversivas contra a cooperação entre os países libertados e os países socialistas utilizam-se, a par dos métodos tradicionais, alguns relativamente novos. Os imperialistas incitam os países em vias de desenvolvimento a apresentar as exigências económicas que fizeram ao mundo capitalista, que lhes impôs o jugo colonial, também aos países socialistas.

Nos últimos anos, a propaganda imperialista se esforça na popularização da concepção de nações «pobres» e «ricas», refere-se aos sete ventos «à igual responsabilidade de todos os Estados desenvolvidos» pela situação económico-social dos países libertados. A diplomacia ocidental desenvolve um grande trabalho político nesse sentido, quer na prática das relações bilateriais com os países em vias de desenvolvimento, quer nos encontros internacionais.

De forma geral, os países em vias de desenvolvimento continuam, apesar dos esforços dos imperialistas, a ocupar nesta importante questão uma posição de princípio. A Conferência de Argel de ministros dos países em vias de desenvolvimento (Fevereiro de 1975), preparatória da Conferência da Organização da ONU para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), em Lima, sublinhou no programa de acção que elaborou que os países capitalistas desenvolvidos são os únicos culpados do atraso económico-social dos países do terceiro mundo, devendo participar no financiamento e

apetrechamento técnico de projectos industriais dos países em vias de desenvolvimento na base da igualdade de direitos e vantagens mútuas.

Entretanto, é claro que as teses da propaganda imperialista têm influência nos círculos influentes de certos países em vias de desenvolvimento, aos quais parecem «lucrativas» e, deste ponto de vista, atraentes. Isso nota-se, inclusive, em alguns fóruns internacionais, nomeadamente do movimento dos não-alinhados. Os porta-vozes destes círculos esquecem-se que os países socialistas desenvolveram a sua economia pelos seus próprios meios e, por isso, não devem ser colocados ao lado das potências imperialistas, cuja riqueza cresceu fermentada pela exploração das colónias.

A União Soviética intervém activamente em apoio do esforço dos países em vias de desenvolvimento no sentido da liquidação da sua exploração pelos monopólios imperialistas, da conquista da independência económica e da criação de uma economia nacional. A posição soviética nesta questão foi expressa por L.I. Bréjnev que afirmou que a União Soviética procura consequentemente reconstruir as relações económicas internacionais numa base democrática, libertando-as de discriminação, de ditame, desigualdade de direitos, e, de acordo com isso, construir as suas ligações económicas com os países libertados. Nessa mesma altura, L.I. Bréjnev sublinhou: «... A União Soviética, assim como outros países socialistas, não são naturalmente responsáveis nem pelas consequências do colonialismo, nem pela acção perniciosa que a desigualdade, que ainda se conserva nas relações económicas, exerce nos países em vias de desenvolvimento»[1].

---

[1] L.I. Bréjnev. *Pelo Rumo Leninista. Discursos e Artigos*, t. 6, p. 428.

A propaganda da concepçao das chamadas «super-potências» ocupa um lugar cada vez mais visível na actividade ideológica da reacção internacional, orientada para a sabotagem da cooperação entre a União Soviética e os países em vias de desenvolvimento. Como é sabido, esta concepção coloca no mesmo prato da balança os Estados Unidos da América, imperialistas, e a União Soviética, socialista, abafa e esteriliza o conteúdo de classe das relações entre eles, limitando-as a relações puramente «nacionais» entre os dois maiores países, qualifica as relações soviético-americanas de «convenção» para a hegemonia mundial.

A concepção das «super-potências», embora à primeira vista trate de «maneira igual» os EUA e a URSS, no fundo, está orientada contra a União Soviética porque atribui uma política imperialista a uma potência socialista.

A concepção das «super-potências» é particularmente utilizada com gosto pelos inimigos da cooperação entre os países socialistas e os países que se libertaram porque tem encontrado simpatia de alguns dirigentes nacionais dos países em vias de desenvolvimento, estando neste número pessoas que falsificam conscientemente os factos, bem como pessoas enganadas de boa-fé. De modo geral, a falsa palavra de ordem da «convenção das duas super-potências» não encontra o apoio nos países em vias de desenvolvimento.

A agudização da luta em torno da cooperação entre os Estados socialistas e os países em vias de desenvolvimento, e da união do movimento de libertação nacional, do movimento anti-imperialista com socialismo não é inesperada para os marxistas. O reforço do ataque do neocolonialismo e da reacção contra esta cooperação, nas actuais condições de enfraquecimento geral das posições

imperialistas é natural, tendo em conta a influência do seu destacado potencial quer nas transformações positivas das relações internacionais, quer no desenvolvimento progressista e independente dos países libertados.

É regular a acção de outros factores que se reflectem neste problema. O facto de as mais opressivas formas e manifestações de colonialismo estarem liquidadas, de o movimento de libertação nacional ter sofrido grandes transformações nos últimos anos, e aumentado rapidamente o leque, escondido por detrás desta ideia, de forças políticas e de tarefas a cargo delas, de os jovens Estados intervirem nos nossos dias como um participante importante na luta anti-imperialista, de, por fim, todos os aspectos mais significativos desta luta serem aspectos sociais e de classe, todos estes factos não podiam deixar de se reflectir na unidade do socialismo com as forças de libertação nacional, não podiam deixar de introduzir novos momentos nesta questão e, de certa forma, de a complicar. A cooperação entre os países socialistas e em vias de desenvolvimento é, entretanto, parte da questão da unidade do socialismo e das forças de libertação nacional, a direcção principal e a expressão dessa unidade.

Os marxistas basearam-se sempre no carácter dialéctico e na dinâmica dessa unidade em dependência das modificações dos factores internacionais e internos que a formam, entre os quais o nível de «maturidade» do movimento de libertação nacional, a correlação de forças sociais no seu seio e os reagrupamentos de classe que se iam verificando. Nunca consideraram esta unidade como algo garantido automaticamente, condicionado apenas pela comunidade de interesses dos seus intervenientes. Pelo contrário, os comunistas sempre viram e vêem nela o fruto de esforços orien-

tados e da luta do socialismo e dos círculos de vanguarda do movimento de libertação nacional, esforços e luta que também se desenvolvem e se transformam em cada etapa (devido à evolução da unidade e dos seus intervenientes e à transformação das suas tarefas), mas que não terminam.

V.I. Lénine considerava que a complexidade deste problema estava condicionada ao próprio carácter do movimento de libertação nacional. Ao resistir ao imperialismo, encontra contradições sociais sérias no seu seio. Por isso, V.I. Lénine sublinhava a necessidade de encarar com flexibilidade a unidade com o movimento de libertação nacional, adaptando as suas formas ao nível de desenvolvimento do movimento, e às tarefas que se resolvem em cada etapa. O PCUS e o movimento comunista internacional seguem rigorosamente esta linha, ligando a firmeza de princípios à flexibilidade, demonstrando compreender as posições socialmente condicionadas do seu aliado, tendo em conta a especificidade do movimento de libertação nacional; a disposição nacionalista das suas forças influentes; a composição social heterogénea e as particularidades psicológicas dos seus componentes de classe e políticos.

Uma particularidade significativa da luta pela unidade entre o mundo socialista e os países em vias de desenvolvimento na etapa actual, consiste em que ela decorre no contexto da intensificação da pressão imperialista em diferentes elos do movimento de libertação nacional; no mundo árabe, o imperialismo procura utilizar no seu interesse o aprofundamento da polarização social numa antiga zona colonial e semicolonial.

O mundo socialista, as forças de vanguarda do movimento de libertação nacional debatem-se com as consequências negativas da posição de

certos grupos em antigos países colonizados e dependentes, que têm uma disposição anti-imperialista, mas que se orientam pela manobra política entre dois sistemas.

Em todo o caso, o reforço e aprofundamento da unidade do mundo socialista e do movimento anti-imperialista de libertação nacional é a direcção mais importante da luta das forças progressistas nos anos 70. E também não deixa dúvida que *a atitude para com esta unidade é, nas condições actuais, um importante índice do conteúdo progressista dos movimentos sociais, regimes e organizações dos países em vias de desenvolvimento.*

Nas seis décadas que se seguiram à Revolução de Outubro, a unidade do socialismo e do movimento de libertação nacional revelou-se como um factor real do processo histórico, como grande potencial social progressista. Permitiu o reforço das posições do socialismo perante os imperialistas, a limitação das agressões imperialistas, inclusive contra os países socialistas, contribuiu para o reforço da paz e da segurança dos povos e dos princípios de coexistência pacífica.

Mas, acima de tudo, teve um papel fundamental no destino das revoluções de libertação nacional. As suas impressionantes conquistas são, evidentemente, e antes de tudo, fruto da luta heróica dos povos dos países escravizados. Ao mesmo tempo, os anais desta luta — desde o seu surto após Outubro de 1917 até aos nossos dias — dizem que a União Soviética, o mundo socialista são a sua autêntica base de apoio. Como é sabido, a redistribuição de forças na arena internacional como resultado da vitória da coligação anti-nazista na Segunda Guerra Mundial e o papel decisivo da União soviética nesta vitória, a linha da URSS com vista ao reforço dos resultados de classe da guerra, a sua política de apoio ao movimento anticolo-

nial, tornaram possíveis largas transformações nos processos de libertação nacional que haviam começado ainda durante a guerra e, mais tarde, conduziram à destruição do sistema colonial. O desmoronamento deste sistema é um resultado prático da unidade do socialismo, do movimento operário internacional e das forças de libertação nacional.

A União Soviética e outros países socialistas apoiaram com todo o seu peso e prestígio internacional os povos da Ásia, África e América Latina na nova etapa da luta de libertação iniciada depois da queda dos impérios coloniais. Apoiando-se na URSS e nos outros estados socialistas, vários países libertados conseguiram reforçar a sua soberania, rebentar as grilhetas dos acordos desiguais em direitos, impostos pelo colonialismo antes da proclamação da independência. A União Soviética participou activamente na repulsão dos ataques imperialistas contra estes países, das suas tentativas de lhes impor regimes neocoloniais pela força.

A URSS assinou com os países libertados os primeiros acordos baseados no reconhecimento completo da sua soberania. Estes acordos tiveram um significado histórico para os jovens Estados, integrando-os nas relações internacionais como parceiros com direitos iguais. A cooperação política com a União Soviética e a comunidade socialista reforça a autonomia e a segurança dos países libertados.

Os países socialistas estabeleceram com os jovens Estados relações económicas de novo tipo, que, juntamente com as modificações na correlação de forças na economia mundial, ligadas ao crescimento do potencial do socialismo, abriram a estes Estados perspectivas de êxito na luta contra as pressões dos monopólios imperialistas.

A ajuda económica da União Soviética concorre directamente para a criação do fundamento económico do desenvolvimento independente dos jovens Estados. E muda sèriamente a sua posição face ao capital imperialista. Como resultado disto podem ocupar uma posição mais autónoma nas ligações económicas com o mundo capitalista, lutar activamente para transformar as relações em igualdade de direitos, impostas pelas potências imperialistas. Os jovens Estados adquirem a possibilidade de lutar por relações económicas e externas com os Estados capitalistas, que contribuam para a sua construção económica e não afectem a sua soberania.

A ajuda indirecta dos países socialistas tem, nas condições actuais, um significado quase tão importante como a ajuda directa. E isto não respeita apenas ao aspecto económico. A existência do sistema socialista mundial e as suas ligações com os jovens Estados influenciam de forma marcada a linha política do imperialismo no antigo mundo colonial e semicolonial, na formação das relações entre as potências imperialistas e estes Estados. Os Estados imperialistas preparam e põem em práctica a sua actual linha política em relação aos países em vias de desenvolvimento sempre tendo em conta a comunidade socialista, pesando cuidadosamente as possibilidades concretas de cooperação entre os países socialistas e os jovens Estados, «a força de atracção» do mundo socialista.

A luta do mundo socialista contra a ideologia burguesa ajuda as forças de libertação nacional a ultrapassar a influência espiritual do imperialismo nos seus países, a resistir à estratégia, seguida pelos neocolonizadores, orientada para a «pilhagem intelectual». A assistência dos países socialistas na preparação de quadros nacionais facili-

ta a realização da revolução cultural nos países libertados e retira aos imperialistas importantes alavancas de influência cultural na vida social destes países. Nas condições criadas pela queda do muro do isolamento colonial, o sistema socialista mundial, apesar da resistência dos regimes burgueses e pró-coloniais e dos círculos reaccionários, intervém como um factor potente de divulgação de ideias progressistas e democráticas nos jovens Estados.

Com o apoio constante e consequente da União Soviética e de outros países socialistas desenvolveu-se um processo de transformação dos países libertados de objecto em sujeito das relações internacionais, de crescimento da sua importância nos assuntos mundiais. O próprio alargamento da cooperação com a URSS e com outros países socialistas é, sem dúvida, uma alavanca muito importante e eficaz para a elevação do papel dos países libertados nas relações económicas e políticas mundias.

A imprensa burguesa tem, nos últimos anos, dito muito que os países em vias de desenvolvimento, procurando rever as relações desiguais em direitos com o mundo imperialista, utilizam trunfos como o de possuirem importantíssimas reservas de matérias-primas. Em particular, gostam de relembrar a este respeito o «embargo do petróleo» em Outubro de 1973.

Os jornalistas burgueses, entretanto, e de forma geral, não se referem às razões que levam os imperialistas a não recorrerem à sua tão habitual «diplomacia da posição do mais forte» em idênticas situações. Até porque existiram planos para a sua utilização. Acerca de um deles escreveu a revista americana «Harpers Magazine» no seu número de Março de 1975 sob o título de «Conquista do petróleo árabe», assinado por Milles Ignotus.

A revista, entretanto, esclarecia que este nome era o pseudónimo de um professor de Washington e conselheiro militar «intimamente ligado às altas esferas dos criadores da política americana». No artigo descreve-se, em pormenor, o plano de intervenção militar americana contra os países árabes do tipo de que «a primeira onda deve incluir o escalão de batalha de uma divisão de fuzileiros navais: 14 mil homens com um ou dois batalhões de pára-quedistas...», etc. Além disso, o então secretário-geral da NATO, J. Luns, o antigo ministro da defesa dos EUA, J. Shlesinger, e outras personalidades oficiais ameaçaram abertamente os países produtores de petróleo.

Se os referidos planos ficaram por realizar, se os adeptos da utilização da tradicional matraca do imperialismo não receberam liberdade de acção, isso deve-se, sobretudo, à nova situação existente no mundo, às novas condições político-militares criadas pelas mudanças na correlação de forças das várias classes, pela solidariedade do socialismo com a luta dos povos dos países libertados.

Podemos basear-nos noutros factos, ocorridos nos últimos anos, por exemplo nos acontecimentos do Irão. É do conhecimento geral que a vitória da revolução iraniana foi uma séria derrota para o imperialismo norte-americano, enfraquecendo significativamente as suas posições no Médio Oriente. O Irão do Xá foi transformado numa plataforma militar estratégica dos EUA contra a União Soviética, foi inundado por instrutores e conselheiros militares americanos que controlavam as forças armadas iranianas. O regime do Xá exercia o malvisto papel de gendarme americano no Próximo e Médio Oriente e em África. Os monopólios dos EUA imperavam na economia iraniana, espoliavam o país em biliões,

fizeram do Irão um dos maiores mercados para exportação de armamento.

Assim se compreende que a queda da monarquia iraniana tenha encontrado tão forte reacção dos EUA e originado planos de intervenção massiva contra este país. Os EUA não se resolveram, contudo, a levá-los à práctica. Aqui teve, sem dúvida, um papel muito importante o aviso do governo soviético e a situação geral no mundo caracterizada por alterações na correlação de forças dos dois sistemas sócio-económicos a favor do socialismo. O camarada L.I. Bréjnev, respondendo às perguntas do jornalista do *Pravda*, disse: «A União Soviética, que tem com o Irão tradicionais relações de boa vizinhança, declara resolutamente que é contra qualquer intervenção do exterior nos assuntos internos do Irão, seja ela de quem for, tenha a forma que tiver e apareça sob que pretexto for. Neste país desenvolvem-se acontecimentos de ordem puramente interna, são os próprios iranianos quem deve resolvê-los. Todos os Estados devem cumprir os princípios, inscritos na Carta da ONU e noutros documentos internacionais, devem respeitar a soberania e a independência do Irão, do povo iraniano»[1]. Outro exemplo bem eloquente é o da revolução popular na Nicarágua. Já antes da proclamação da doutrina de Monroe os imperialistas dos EUA consideravam a América Latina e as Caraíbas um feudo seu. Mais que uma vez interviram com armas nesta região, colocando no poder governos do seu agrado, reprimindo os levantamentos populares, castigando os patriotas que lutavam pela independência e liberdade do seu povo. A última vez isto aconteceu em meados dos anos 60 quando as tropas americanas invadiram a República Dominicana. Por isso, é simbólico que tal não se tenha verificado na Nicarágua, em 1980, mesmo que aqui tenha sido deposto o braço direito dos monopólios americanos, ditador Somoza, que durante quarenta anos serviu cegamente o imperialismo ianque, roubando o país e mergulhando-o em sangue.

[1] *Pravda*, 19 de Novembro de 1978.

E a revolução na Nicarágua venceu sob a direcção das forças revolucionárias consequentes — a Frente Sandinista de Libertação — que não escondeu a sua decisão de livrar por completo o seu país do domínio dos EUA, de participar na luta geral dos povos latino-americanos contra a dependência do imperialismo. E os imperialistas americanos não ousaram pôr a revolução nicaraguense a ferro e fogo devido às mudanças verificadas no mundo a favor do socialismo, do progresso e da democracia e ao grande papel da solidariedade dos países socialistas com os movimentos de libertação.

Podemos dizer, com toda a certeza, que o apoio da União Soviética, dos Estados socialistas e do movimento operário internacional continuará a ser um factor de muito grande significado para a luta de libertação nacional. Sem este apoio ficaria sem consistência o actual crescimento do prestígio dos países em vias de desenvolvimento na vida internacional. E, por fim, a cooperação com o mundo socialista é um factor indispensável à orientação socialista.

A União Soviética está ligada aos países libertados, aos seus povos, por importantes objectivos anti-imperialistas, quer políticos, quer económicos, pelos interesses fundamentais da luta revolucionária mundial. O povo soviético vê com grande alegria as importantes conquistas do movimento de libertação dos povos da Ásia, África e América Latina, tem em grande apreço o

seu significado na luta global anti-imperialista. E, levando em consideração os interesses desta luta, da paz e da segurança dos povos é importante utilizar todas as possibilidades da actual fase de desenvolvimento das relações entre os países socialistas e os países libertados. O PCUS parte do princípio de que esta cooperação permitirá o crescimento das forças anti-imperialistas nos países em vias de desenvolvmento, o reforço das posições dos jovens Estados na sua luta contra o sistema de submissão imperialista, contra o neocolonialismo, as novas formas de dependência, a continuação do desenvolvimento de esforços para o reforço da paz e da coexistência pacífica.

O PCUS e o seu Comité Central seguem integralmente o princípio leninista de solidariedade com os povos em luta pela sua libertação social e nacional. Esta orientação foi rectificada e desenvolvida no XXVI Congresso do Partido. O nosso Partido cumpre intransigentemente os pontos do seu Programa onde se diz que: «O PCUS encara a fraternal aliança com os povos que se libertaram do jugo colonial e semicolonial como uma das pedras angulares da sua política internacional»[1]. O PCUS é pelo alargamento da cooperação com os países em vias de desenvolvimento numa base de igualdade de direitos e de vantagens mútuas, cooperação esta que ajuda estes países a reforçar a sua independência e a enveredar pela via do progresso social e nacional. O PCUS conduz a sua orientação com firmeza e consequência, considerando a enorme diversidade de situações e de condições sociais nesta zona, considerando a heterogeneidade política, ideológica e social das forças que participam na luta anti-imperialista

[1] *Programa do Partido Comunista da União Soviética*, p. 50.

e a sua frequente psicologia nacionalista. Tudo isto, no entanto, apenas modifica as formas de realização da política soviética e não o seu conteúdo fundamental e baseia-se no apoio às tendências anti-imperialistas e às forças que lutam contra o imperialismo, pela independência dos seus países, pelo seu progresso e prosperidade.

Os frutos da orientação do PCUS em relação à antiga «periferia» colonial e semicolonial são convincentemente demonstrados pelo alargamento constante das relações da União Soviética com os países em vias de desenvolvimento, pelo reforço do seu prestígio nesta zona do mundo, pelo crescente interesse que suscita a nossa experiência de transformação radical da sociedade. Como sublinhou L.I. Bréjnev no seu informe ao XXVI Congresso: «*O PCUS continuará a aplicar consequentemente uma linha de desenvolvimento da cooperacão da URSS com os países que se libertaram, de consolidação da aliança do socialismo mundial e do movimento de libertação nacional*»[1].

[1] L.I. Bréjnev. *Relatório do CC do PCUS ao XXVI Congresso do PCUS e as Tarefas Imediatas do Partido no Campo da Política Interna e Externa*, p. 19.

Conclusão

As perspectivas dos países em vias de desenvolvimento têm grande significado para o progresso social mundial. Apesar das ainda profundas marcas colonialistas e do seu atraso político, económico e cultural, estes países, no período da sua existência independente, já se afastaram bastante do seu passado colonial. Separa-os desse passado todo um período de desenvolvimento histórico.

Entretanto, este período é apenas a primeira parte do caminho que conduz à verdadeira libertação e independência. Muito depende da velocidade e das formas de avanço por esta via, do tempo e das formas do progresso social dos antigos países coloniais e semicoloniais, da luta das forças do socialismo e da democracia com as forças do imperialismo e da reacção. A vida coloca perante os povos destes países a tarefa de reforçar a independência conquistada, de ganhar completamente o seu lugar na política mundial, de ter o seu papel nos destinos comuns da humanidade, de ultrapassar o atraso, de rechaçar as tentativas de travar o seu desenvolvimento histórico, impondo-lhes o suplício da fase de desenvolvimento capitalista (o que significa, de forma geral, o jugo neocolonial) que afasta as perspectivas de libertação social. É uma tarefa que além de extraordinariamente importante, é extremamente complexa e em muitos aspectos específica, e mesmo completamente nova.

A especificidade reside sobretudo nas condições internas, na união e mistura do atraso com as reminiscências do passado colonial, nas particularidades e no carácter da estrutura de classes, na necessidade de, paralelamente, resolver vários problemas que, na maior parte dos países, se resolveram por etapas, consequente e gradualmente.

Mas uma particularidade particularmente importante é a situação internacional. O desenvolvimento dos países libertados realiza-se nas condições da confrontação aguda entre os dois sistemas sociais mundiais, confrontação esta que não pode deixar de ter uma influência profunda nos acontecimentos que se dão nestes países, até porque o imperialismo procura por todas as formas intervir nos seus assuntos internos, lutando contra o saneamento de situações sociais e contra a independência autêntica nestas regiões do globo. Entretanto, a etapa actual que atravessa a humanidade, o nível atingido pela economia, civilização e cultura mundial como que se «sobrepõem» ao desenvolvimento social destes países, transformando-o e modificando-o, e, em todo o caso, actuam sobre ele de forma bastante sensível.

A existência do sistema socialista mundial é uma vantagem histórica fundamental para os povos dos países libertados na resolução das tarefas políticas e económico-sociais. Não menosprezando a enorme e decisiva importância da luta de libertação dos povos das antigas colónias e semicolónias, deve-se sublinhar que a existência do socialismo mundial, a sua ajuda activa e a sua solidariedade internacionalista consequente com estes povos, permite que estes quebrem as grilhetas coloniais e neocolonias, que subam ao cume do actual progresso social e técnico.

Baseando-nos na experiência dos anos 70 podemos, com todo o direito, prever que na próxima década continuará a agudizar-se a luta em torno dos principais problemas dos países libertados. Podemos também prever, tendo em conta que a independência foi proclamada em média há 25-30 anos e em muitos destes países foi atingido um nível considerável de desenvolvimento social, que se formaram forças de classe antagónicas adequadas, que a luta em torno da orientação social dos jovens Estados ganhou maior amplitude, que os anos 80 serão determinantes para os países libertados, considerando a orientação do seu desenvolvimento. Os países de orientação socialista terão de encontrar resposta para as questões, que já apareceram ou que aparecem, relativas a novas transformações políticas e sócio-económicas profundas no sentido do reforço da linha de desenvolvimento que escolheram.

Em relação aos outros países libertados tudo leva a crer que se resolveria a questão: conseguirão ou não impor-lhes uma linha de desenvolvimento capitalista (assim como se a forma desta linha, ainda que apenas para alguns destes países, será a do desenvolvimento capitalista nacional independente).

Os povos dos países libertados sem dúvida reforçarão a luta contra tais perspectivas, pela sua liberdade nacional e social, por um autêntico progresso social, que corresponda aos critérios do século XX, à época da passagem universal do capitalismo para o socialismo. Poderão, como sempre contar com a simpatia, o apoio e a ajuda da União Soviética e dos outros países socialistas irmãos.

Índice

I

Papel dos Países Libertados nas Relações Internacionais 7

II

Transformações Sócio-económicas nos Países que se Libertaram 37

III

Os Países de Orientação Socialista 75

IV

O Movimento Operário nos Países de Ásia e de África que Lutam pela Independência e pelo Progresso Social 110

V

A Modernização do Neocolonialismo nos Anos 70 e o Papel dos EUA. A Política Neocolonialista da RFA 154

VI

URSS e os Países Libertados. A Etapa Actual da Cooperação 239

Conclusão 280

AO LEITOR

Os Editores ficar-lhe-ão muito agradecidos se nos der a conhecer a sua opinião acerca da tradução do presente tomo, assim como acerca da sua apresentação e impressão. Agradecer-lhe-emos também qualquer outra sugestão. O nosso endereço é: Edições Progresso, Zúbovski bulvar, 17, Moscovo, *URSS*.

Edições Progresso

A SAIR BREVEMENTE

L. FITUNI. *Angola: a Natureza, os Homens, a Economia*

Leonid Fituni dá-nos no seu livro uma desenvolvida caracterização económico-geográfica de Angola, um dos maiores Estados da África, que desempenha um importante papel na vida do continente.

O livro contém mapas e ilustrações fotográficas e recomenda-se tanto aos especialistas como ao amplo círculo de leitores.

Edições Progresso

EDITADO

GROMIKO A. *África: Progresso, Dificuldades, Perspectivas.*

Nesta monografia do conhecido cientista soviético, director do Instituto da África da Academia das Ciências da URSS, são analisados os problemas globais do desenvolvimento sócio-económico e político da África contemporânea.

Com base em abundante material factual, são analisadas a especificidade da etapa moderna das revoluções de libertação nacional, as perspectivas de desenvolvimento dos Estados de orientação socialista no continente africano.

Examina-se detalhadamente a questão das relações dos Estados africanos com a URSS e outros países do CAME. Presta-se grande atenção à análise crítica da política dos Estados imperialistas na África.

O livro é de interesse para os especialistas.

Edições Progresso

NO PRELO

Terrorismo em África: Quem o Fomenta?

Neste livro, elaborado por um grupo de especialistas do Instituto de África da Academia das Ciências da URSS, desmascaram-se as declarações da administração dos EUA de que o movimento de libertação nacional representa uma variedade do terrorismo internacional. Mostra-se que no Continente africano o terrorismo é fomentado precisamente pelos Estados imperialistas que o utilizam como arma na sua luta contra as forças de libertação nacional. Com base em vários documentos, desmascara-se o papel das forças imperialistas na organização dos assassínios políticos de Patrice Lumumba, Amílcar Cabral e Marian Nguabi, bem como no atiçar do separatismo na Nigéria e na Etiópia e no recrutamento de mercenários que faziam a guerra em Angola e tentavam dar golpes de Estado no Benine, na Guiné e nas Ilhas Seychelles.

O livro destina-se a um amplo círculo de leitores.

MARIANA :